

IDÉIAS

Ano 6, n. 1

2015

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



População e Ambiente:
entre consensos e controvérsias



APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que apresentamos este primeiro número de 2015 da *Idéias* – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. O dossiê temático desta edição aborda as inter-relações complexas e dinâmicas entre *População e Ambiente*. Esta publicação é uma parceria entre a já consolidada *Idéias* e a Linha de Pesquisa População e Ambiente do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” da Unicamp. A publicação do dossiê é muito oportuna neste momento, à medida que em dezembro de 2015 acontecerá a COP-21, na capital francesa, que poderá fazer este ano entrar para a história produzindo avanços significativos na agenda ambiental do planeta, algo que talvez somente encontre paralelo na Rio-92.

Neste primeiro número de 2015 a Seção Temática é composta por cinco artigos sobre População e Ambiente; seguidos pelos artigos da Seção Livre (seis), mais uma resenha, uma entrevista e a transcrição de uma aula magistral.

Entre os cinco artigos da Seção Temática, o objetivo foi abordar os três principais componentes da dinâmica demográfica: fecundidade, mortalidade e migração; explorando suas inter-conexões com a dinâmica ambiental assim como as questões teórico-metodológicas do campo, muitas das quais ainda não equalizadas. Esta seção é aberta pelo trabalho de *César Marques* e *Angelita Alves Carvalho*, avaliando estudos que buscam nexos entre variações na fecundidade e a mudança ambiental. O texto traz uma contribuição importante no sentido de evidenciar como ocorrem essas relações principalmente através de dois vetores: o das influências ambientais sobre o comportamento reprodutivo e o da atuação da fecundidade sobre o ambiente. Em conclusão os autores apontam que esta discussão não pode perder de vista o elemento fundamental das demandas pelos direitos reprodutivos.

O segundo artigo da seção temática é de autoria de *Alex Manetta*. O autor discorre acerca do papel das mudanças ambientais sobre a saúde humana, especialmente em um contexto avançado da transição urbano-industrial. Entre as principais conclusões está a indicação da necessidade de se avançar muito mais na geração de dados de qualidade e em seu tratamento espacial, além da importância de se investir em estudos para avaliar as consequências locais das mudanças ambientais, superando as generalizações pouco elucidativas.

Na sequência o trabalho de *Carla Craice* examina a relação entre mobilidade populacional e ambiente a partir dos estudos produzidos no âmbito do Grupo de Trabalho População, Espaço e Ambiente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). A autora divide a produção científica do grupo em três eixos temáticos: Cidades, Amazônia e Mudanças Climáticas. A análise permitiu perceber que a mobilidade populacional se apresentou nos estudos selecionados através de uma relação dialética com a dinâmica ambiental, isto é, nem como causa nem como consequência, mas evidenciando laços complexos e dinâmicos entre os fluxos populacionais e a dinâmica ambiental em que estes estão inseridos.

Outro tema importante e extremamente complexo é o das unidades domésticas em áreas urbanas da Amazônia no contexto das discussões sobre “estratégias de sobrevivência familiar”. *Thais Tartalha Lombardi* discute essas questões utilizando o conceito de “espaço de vida” e aplicando o método da análise de correspondência. A autora conclui o trabalho indicando as especificidades encontradas em cada área de estudo e discutindo a viabilidade da aplicação do aporte teórico e da metodologia empregados em sua investigação.

Fechando a seção de artigos inéditos sobre População e Ambiente, somos contemplados com uma pesquisa no âmbito da Demografia Histórica. *Maísa Faleiros da Cunha* aborda a dinâmica demográfica de Franca, no estado de São Paulo, durante o século XIX. A autora problematiza como a localização geográfica, a disponibilidade de terras e também de recursos naturais

apresentaram influência sobre o fluxo migratório e mudanças no volume populacional de e para França.

Seguindo o escopo editorial da Revista *Idéias*, o número dedicado às questões que giram em torno da temática População Ambiente do primeiro semestre de 2015 também apresenta no conjunto da obra uma Seção Livre composta por seis artigos. *Eliana Campos Pojo* apresenta sua interessante pesquisa junto a populações quilombolas e ribeirinhas paraenses e as possibilidades que elas oferecem para a discussão sobre as faces assumidas pelo rural contemporaneamente. *Letícia Grazielle de Freitas Lemes* discute a sagacidade e as alianças feitas pelos escravos na tentativa de busca pela liberdade e fuga do mando senhoril via tribunais no Brasil do fim do século XIX. *Lorena Lopes da Costa*, por sua vez, analisa a capacidade que tiveram três autores – Jean Giono, Giraudoux e Louis Aragon –, no período pós Primeira Guerra Mundial, de reinventar um clássico literário da Grécia antiga, *A odisseia de Homero*, apresentando um relato contundente sobre a guerra.

Já *Patrícia Rinaldi Nogueira* também segue a temática das guerras que assolaram o mundo, porém numa abordagem institucional mostrando o posicionamento da Organização das Nações Unidas no desenhar do novo cenário mundial. *Sofia Pereira Madeira e Rebeca de Souza e Silva* retomam as preocupações já propostas pelo dossiê temático sobre a dinâmica das populações, apresentando-nos uma abordagem antropológica sobre a vida reprodutiva entre os indígenas no Brasil contemporâneo, recapitulando as interpretações sobre o processo e dinâmica sociais em meio ao grupo do Alto Xingu.

Por fim, o artigo de *Inoã Pierre Carvalho Urbinati*, realiza uma análise importante através de documentos históricos e bibliografia especializada sobre os projetos políticos de alocação de populações, principalmente as ex-escravas, no Brasil do fim do Império, inspirados na experiência francesa das colônias agrícolas.

Especialmente neste número da *Idéias*, as seções Resenha, Entrevista e Aula também são relacionadas ao conteúdo temático População e Ambiente. A resenha, escrita por *Tathiane Mayumi Anazawa*, versa sobre o livro *The new global frontier: urbanization*,

poverty and environment in the 21st century, editado por George Martine, Gordon McGranahan, Mark Montgomery e Rogelio Fernández-Castilla, que buscam sintetizar e atualizar o debate acerca dos desafios contemporâneos da urbanização e do desenvolvimento urbano. A partir de capítulos que discutem aspectos da urbanização em realidades distintas do mundo, tem-se um panorama amplo e ao mesmo tempo rico em informações, que apresenta lições aprendidas e aponta caminhos para fazer frente aos desafios impostos pela urbanização, a fronteira do século XXI.

A entrevista foi realizada com *George Martine*, por *Roberto Luiz do Carmo* e *Igor Cavallini Johansen*. Martine certamente é um dos mais conhecidos pesquisadores que têm contribuído no Brasil e no exterior para o debate sobre População e Ambiente. Respondendo às nossas 10 perguntas o pesquisador revisita desde suas origens no Canadá, passando pela formação acadêmica e atuação política enquanto consultor em organizações nacionais e internacionais. Conta sobre sua migração para o Brasil e a visão – enquanto participante ativo – do processo de consolidação do grupo que estuda as relações entre População e Ambiente no país, no âmbito da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ainda lista os temas que julga os mais prementes a serem tratados neste campo de estudos e os desafios que eles impõem aos pesquisadores da área.

A aula publicada nesta edição compreende uma palestra ministrada pela professora *Susana Adamo*, da Universidade de Columbia (Estados Unidos), no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, em março de 2014. Adamo realiza um apanhado geral sobre o campo de estudos População e Ambiente, alguns dos principais temas discutidos na atualidade e autores de destaque que abordaram tais questões de forma substantiva. Esta aula compreende uma forma de apresentar o campo de estudos para “não iniciados”. Ao mesmo tempo, aos “veteranos”, fornece uma análise com bibliografia atualizada, que consegue ser rigorosa e sintética. Àqueles que não tiveram a oportunidade de assistir à palestra ao vivo, oferece-se agora a chance de ler e refletir com

calma sobre cada aspecto discutido pela professora Susana Adamo em sua apresentação magistral na Unicamp.

Os editores da *Idéias* convidam todos à leitura e reflexão sobre os temas lançados pelo dossiê e demais seções, trabalhados de maneira competente pelos autores citados, que se dedicaram extraordinariamente para compor este número da nossa revista. Boa leitura!

Igor Cavallini Johansen
Lidiane Maciel
Roberto Luiz do Carmo
Editores da Idéias

FECUNDIDADE E AMBIENTE: TEMAS E CONTROVÉRSIAS

*César Marques**
*Angelita Alves Carvalho***

Resumo: A dificuldade em encontrar nexos causais entre a fecundidade e a mudança ambiental sempre esteve presente nas pesquisas demográficas. As relações entre tais variáveis são de difícil apreensão e são raras as referências bibliográficas no tema. Neste artigo buscamos sintetizar essa discussão em dois elementos principais: tratamos das influências ambientais sobre o comportamento reprodutivo e da influência da fecundidade sobre o ambiente, enfatizando a discussão pró-natalista e controlista. Nesse sentido apontamos que as principais justificativas ambientais para tais iniciativas acabam obscurecendo as demandas por direitos reprodutivos.

Palavras-chave: Fecundidade. Políticas de população. Mudanças ambientais.

Fertility and Environment: issues and controversies

Abstract: Causal links between fertility and environmental change are hardly established in demographic research. The relationship among these variables are difficult to grasp and there are few explicit references on the subject. In this article, we seek to summarize this discussion in two main elements: dealing with environmental influences on the reproductive behavior and with the influence of fertility on the environment, emphasizing the pro-natalist and population control discussion. We point out that the main environmental reasons for such initiatives end up obscuring the demands for reproductive rights.

Keywords: Fertility. Population policies. Environmental change.

Fecundidad y Medio Ambiente: temas y controversias

Resumen: La dificultad de encontrar nexos causales entre la fecundidad y el cambio ambiental siempre ha estado presente en las investigaciones demográficas. Las

* Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, Rio de Janeiro-RJ, Brasil (cesar.m.silva@ibge.gov.br).

** Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, Rio de Janeiro-RJ, Brasil (angelita.carvalho@ibge.gov.br).

Recebido em: 30/01/2015 – Aceito em: 02/07/2015.

relaciones entre dichas variables son de difícil comprensión y hay raras referencias bibliográficas sobre el tema. En este artículo tratamos de sintetizar esta discusión en dos elementos principales: tratamos de las influencias ambientales sobre el comportamiento reproductivo y la influencia de la fecundidad en el medio ambiente, enfatizando la discusión pro-natalista y controlista. En este sentido señalamos que las principales justificaciones ambientales para tales iniciativas terminan oscureciendo las demandas por los derechos reproductivos.

Palabras clave: Fecundidad. Políticas de población. Cambios ambientales.

Introdução

A área de população e ambiente já possui hoje mais de duas décadas de pesquisas que tratam da interface entre dinâmica populacional e mudança ambiental (HOGAN, 2007). Possui perspectivas teóricas e metodológicas próprias e críticas e está relativamente bem consolidada, com quantidade de estudos de qualidade relevante e em expansão (LUTZ et al., 2002; HUMMEL et al., 2012).

Grande parte desses avanços estão documentados na principal revista do campo, *Population and Environment*, criada em 1978 e com 36 volumes publicados até 2014. No seu site¹, uma busca simples usando a palavra “fertility” gerou um resultado, de certo modo, surpreende. Foram 479 artigos, mas somente 65 identificados no grupo das ciências ambientais. Apesar da revista possuir abertura para o tema, uma pequena parte dos artigos debate as interações específicas entre população e ambiente a partir da ótica da fecundidade.

Nesse contexto, o objetivo desse artigo é apresentar uma revisão das principais discussões que tratam da relação entre fecundidade e ambiente, explorando as dificuldades em relacionar as influências do ambiente sobre a fecundidade e analisando em que medida os diferentes cenários de fecundidade no Brasil e no contexto europeu (com políticas pró-natalistas) influenciariam

¹ Disponível em: <http://link.springer.com/journal/11111>. Acesso e pesquisas realizados em: 19 jan. 2015.

as questões ambientais. Para isso utilizaremos as projeções populacionais das Nações Unidas (UN, 2013).

O intuito de tal exercício é relativizar os argumentos contrários às políticas pró-natalistas, que enfatizam excessivamente o tamanho populacional como um dos elementos que minimizariam a mudança climática e os problemas ambientais, já que as mudanças na fecundidade em contextos de baixíssima fecundidade não seriam determinantes nas suas respectivas pegadas ecológicas.

As influências do ambiente na fecundidade

1. Dinâmicas rurais

O comportamento da fecundidade é influenciado por dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais, dentre outras. A partir de diferentes mecanismos o ambiente é mais um dos contextos que potencialmente influenciam a fecundidade. No entanto, tal relação tem sido mais abordada em pesquisas na escala local focadas na dinâmica rural, onde é possível melhor observar tais relações.

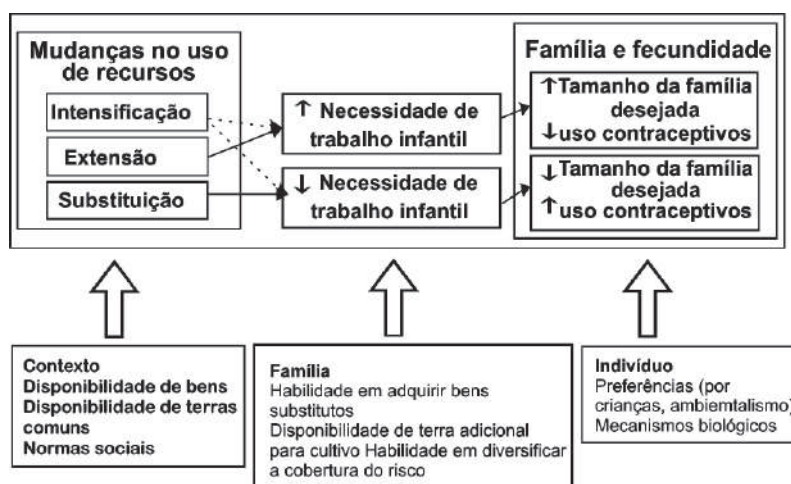
Uma das correntes do tema argumenta que há um processo recíproco, com efeito negativo do crescimento populacional sobre a qualidade ambiental, e por outro lado, com a degradação ambiental contribuindo para o crescimento populacional (BIDDLECOM et al., 2005; AGGARWAL et al., 2001; FILMER e PRITCHETT, 2002). Nesse modelo a pobreza leva à alta fecundidade em função de uma série de fatores, como a demanda por mão de obra agrícola, os incrementos de segurança para os pais na velhice, a alta mortalidade infantil e o baixo empoderamento das mulheres. A fecundidade elevada leva ao crescimento da população, e, conseqüentemente, da demanda por alimentos e recursos. Nesse contexto, o declínio da disponibilidade per capita dos recursos reforça a pobreza pela perda de fertilidade do solo e dos rendimentos decrescentes. A pobreza, por sua vez, contribui à degradação da terra, pela exploração de curto prazo e uso inadequado de fertilizantes

e tecnologias (LUTZ & SCHERBOV, 1999; O'NEILL et al., 2001; DE SHERBININ et al., 2007). Forma-se assim um “círculo vicioso” entre altos níveis de fecundidade e piora das condições ambientais (AGGARWAL et al 2001; FILMER e PRITCHETT, 2002).

Este modelo é representado na Figura 1, que descreve os mecanismos de interação entre o contexto ambiental, familiar e da reprodução (BRAUNER-OTTO, 2014).

A aplicação do modelo, feita em áreas rurais do Nepal, encontrou uma relação positiva entre densidade de plantas, riqueza de espécies, diversidade vegetal e o momento do uso de contraceptivos. As mulheres inseridas em contextos de piores condições ambientais foram menos propensas a encerrar a vida reprodutiva, ou fazê-lo posteriormente, e, portanto, mais propensas a ter famílias maiores. Nesse caso, as funções da criança associadas à sobrevivência do agregado familiar também foi favorável a um maior número de filhos, o que influenciou mais na relação ambiente-fecundidade do que os mecanismos biológicos. Além disso, se evidenciou que o comportamento reprodutivo dependeu de outros recursos contextuais, como a disponibilidade de serviços de saúde e o acesso a contraceptivos (BRAUNER-OTTO, 2014).

FIGURA 1 – Representação do efeito da má qualidade ambiental na família e fecundidade



Fonte: Adaptado de Brauner-Otto, 2014. As representações não são mutuamente exclusivas. As linhas pontilhadas representam possibilidades teóricas conflitivas.

Na Amazônia brasileira, Perez (2001) explorou a relação entre ambiente e desejo por filhos entre pecuaristas em regiões de fronteira (onde não há extrema pobreza). Nestes casos a obtenção do capital para compra dos insumos à produção tende a ocorrer em idades mais avançadas, pois a acumulação de capital suficiente ocorre após o agricultor ter filhos e estes fornecerem remessas financeiras. De acordo com essa hipótese os pais demandam filhos pela sua capacidade de trabalho na produção agrícola quando crianças e pelas remessas quando adultos (PEREZ, 2001). Ainda para a Amazônia, VanWey et al. (2007) demonstram que as mudanças no número de crianças e mulheres, mais do que o número de homens adultos, exercem influências mais significativas sobre as mudanças no uso e cobertura da terra. Resultados similares foram encontrados nas regiões de fronteira da Guatemala, com

a especificidade de que o tipo de trabalho no campo é importante para os padrões de fecundidade (SUTHERLAND et al, 2004).

2. Desastres, mortalidade e fecundidade

Uma das conexões entre ambiente e fecundidade está na relação mortalidade-fecundidade. Essa ocorre onde há baixa expectativa de sobrevivência das crianças, e com isso, necessidade de reposição do óbito infantil. Nesses casos, haveria dois mecanismos: um de “segurança”, em contextos de mortalidade infantil e probabilidade alta de perda de criança, com um efeito *ex ante*; e um mecanismo de reposição, com um efeito *ex post*, de gestação de uma nova criança para repor a morte de outro filho (MONTGOMERY e COHEN, 1998).

Nesse sentido, desastres, guerras, crises de fome e ambientais que influenciam a mortalidade de modo pontual podem levar a alterações no comportamento reprodutivo em função do impacto na mortalidade infantil (HILL, 2004; CALDWELL, 2004; AGADJANIAN e PRATA, 2002; FINLAY, 2009).

Em três estudos de caso sobre terremotos (Turquia - 1999, Índia - 2001, Paquistão - 2005), Finlay (2009) evidencia que houve uma resposta positiva da fecundidade à exposição aos desastres e à mortalidade infantil por eles geradas. Indo além, com a importância do contexto em que o choque ocorre e das normas culturais relativas às crianças, o aumento da fecundidade foi uma resposta a perdas não só de crianças, mas também de renda, dado o papel das crianças em relação ao trabalho e à renda.

Em pesquisa na Indonésia sobre os impactos do Tsunami de 2004, Nobles, Frankenberg e Thomas (2015), também concluem que houve resposta positiva da fecundidade em função da exposição à mortalidade. De modo geral a fecundidade aumentou após o Tsunami em função da maior propensão de mães que perderam filhos terem novas gestações e das mulheres que não possuíam filhos iniciar a reprodução antecipadamente.

3. Os debates da saúde e reprodução: ambiente e Infertilidade

Além das profundas mudanças sociais do século XXI que resultaram na queda acentuada das taxas de natalidade (LUTZ et al., 2003), também se argumenta que esta tendência pode estar relacionada à perda de fertilidade (SKAKKEBAEK et al., 2001).

Essa tendência pode afetar especialmente os homens, já que a produção dos espermatozoides é contínua e mais sujeita aos fatores ambientais, (UFJF, 2011). Em São Paulo, por exemplo, houve uma diminuição da razão de sexo² em função da poluição atmosférica, com aumento relativo dos nascimentos de mulheres em áreas mais poluídas (LICHTENFELS et al., 2007).

Ainda que não exista consenso sobre os determinantes na infertilidade masculina, diversos fatores têm contribuído para esse quadro, como os comportamentais, biológicos, socioeconômicos e físicos (PARADISI, et al., 2009; UFJF, 2011).

A baixa qualidade do esperma e o aumento de anomalias geniturinárias teria uma etiologia comum com o ambiente, onde podem atuar diversos agentes deletérios para o sistema reprodutor, seja via exposição ocupacional, doméstica, recreacional ou ambiental (PARADA et al., 2004).

Burdorf et al. (2006) mostrou os efeitos da exposição ocupacional a pesticidas na reprodução, por exemplo, bem como os efeitos de substâncias químicas ambientais na fertilidade da população em geral. Para Koifman e Hatagima (2003) um grande número de agrotóxicos tem o potencial de desregular o equilíbrio endócrino de seres humanos e animais, levando a cânceres, a modificação na razão de sexos ao nascimento, infertilidade, má-formações congênitas no trato genital masculino e a modificações na qualidade do sêmen. Já Levine et al. (1988) e Tas et al. (1996) mostram que há relação entre as temperaturas elevadas de determinados locais de trabalho e a diminuição da densidade do esperma. No Brasil, Andrietta (2010) indicou que a poluição veicular

² A razão de sexo expressa a quantidade de homens para cada 100 mulheres.

afetou negativamente a saúde reprodutiva de controladores de tráfico em São Paulo.

Contrariamente, na Europa se argumenta que a melhoria do ambiente devido a regulamentações mais rígidas sobre o uso de produtos tóxicos e as mudanças no estilo de vida, com a diminuição do tabagismo e o declínio das Doenças Sexualmente Transmissíveis, podem ter mudado a fertilidade da população (SCHEIKE et al., 2008). No entanto, a crescente epidemia de obesidade e o adiamento da maternidade para as idades em que homens e mulheres se tornam menos férteis devem ter um impacto negativo sobre os níveis de fecundidade (HOMAN et al., 2007). E, mais do que problemas genéticos, ainda se aponta que os principais responsáveis pelo aumento da infertilidade ainda são os fatores ambientais – como a exposição à poluição – e o estilo de vida não saudável (HAUSER et al., 2005).

Fecundidade, ambiente e consumo: existe um ponto ótimo?

Não há consenso sobre qual tamanho populacional e quais deveriam ser as taxas de fecundidade ideais para a sustentabilidade no planeta. Contudo, mesmo se isso fosse possível, seria também necessário conhecer os níveis e padrões de consumo que o mundo suporta.

Desde a década de 1960, quando a população global atingiu suas maiores taxas de crescimento e a questão ambiental ganhou força, várias obras relataram a preocupação com a questão populacional. Ehrlich (1968) argumentou que o rápido crescimento populacional levaria o mundo a uma série de crises com escassez generalizada de recursos. Meadows et al. (1972) destacaram que mantidos os ritmos do crescimento econômico e populacional haveria um colapso global dos sistemas econômicos e sociais em meados do século XXI. Cohen (1995) colocou a pergunta "Quantas pessoas o mundo pode suportar?" como uma questão útil mas totalmente incompleta, já que não incorpora as mudanças econômicas e tecnológicas. Nessa linha Boserup (1981)

argumenta que o crescimento da população induz a inovações tecnológicas que podem evitar ou atenuar a degradação. Nesse sentido, se uma menor população ajudará a resolver os problemas ambientais (ROYAL SOCIETY, 2012), sua diminuição não garante esse resultado. Esse debate é extremamente amplo, e não cabe aqui nos aprofundarmos nele, mas sim perceber que nele residem as maiores implicações para a relação fecundidade-ambiente.

Considerando questões ambientais e econômicas, Striessnig e Lutz (2014) apontaram um possível ótimo de fecundidade calculado a partir de preocupações com o envelhecimento populacional e com a questão ambiental (especificamente a climática). Em relação à primeira, a queda da fecundidade modifica a estrutura etária, que passa a ter maior participação dos idosos na população, pressionando os sistemas de seguridade social. Para a segunda dinâmica admite-se que não haveria relação direta entre fecundidade e emissões de carbono, já que as emissões são intermediadas por outras dinâmicas, como a urbanização. Com uma proposta de pesos (no máximo 20% para a dimensão ambiental e mínimo de 80% para a dimensão social do envelhecimento), chegam a uma TFT ideal entre 1,41 e 1,51 para a Europa e China.

Há, certamente, outros critérios para a construção de um possível nível ideal de fecundidade. Da perspectiva individual, o "ótimo" pode ser relativo ao desejo supostamente "natural" de ter dois filhos e assim substituir o casal (LUTZ e SCHERBOV, 2008). No entanto, a obtenção da fecundidade desejada pela família produz um nível agregado nem sempre desejado pelos países. Para esses a população é um fator de segurança relevante onde, historicamente, maiores taxas de fecundidade, que permitam algum crescimento da população, são preferíveis. Como tais critérios (no nível dos países e dos indivíduos) continuam a desempenhar um papel importante, não há tendências de que seja possível operacionalizar internacionalmente critérios para uma fecundidade ideal (STRIESSNIG e LUTZ, 2014).

O consumo é um ponto central nessa discussão, já que a sustentabilidade não depende exclusivamente do tamanho

populacional. Como Curran e De Sherbinin (2004) analisam, o tema pode e deve ser incorporado nos estudos de população e ambiente, já que as cadeias de produção e consumo afetam diretamente as questões ambientais, especialmente dos países desenvolvidos, onde o estilo de vida e o consumo elevado tem acarretado na degradação ambiental global (HUNTER, 2000).

Esse debate se divide em dois pontos de vista, uma vez que as pressões ambientais podem se tornar mais intensas tanto nos países de maior crescimento populacional (onde há menor renda e altas taxas de pobreza), com degradação decorrente da baixa disponibilidade de recursos per capita; como também entre os países mais desenvolvidos, com baixo crescimento populacional, mas níveis elevados de rendimento, de consumo energético e da produção de resíduos. Estas diferentes ênfases apontam, naturalmente, para diferentes soluções: por um lado defende-se um lento crescimento populacional em países menos desenvolvidos a partir da implantação de políticas de planejamento familiar eficaz e, por outro, se esperam ações que levem a mudanças nos padrões de produção e consumo destrutivo das nações mais desenvolvidas (HUNTER, 2001).

Essas soluções parecem pouco prováveis nos cenários atuais, principalmente em contextos de baixa e baixíssima fecundidade, onde, ao contrário, atenção tem sido dada às políticas pró-natalistas e pouco se tem avançado em questões relativas aos níveis e padrões de consumo.

Políticas pró-natalistas: fundamentos e limites

A crescente preocupação sobre as implicações do envelhecimento da população estimulam o interesse para incentivos que visem o aumento da fecundidade. Considerando a tendência de queda da fecundidade durante os próximos anos, Lutz e Skirbekk (2005) discutem a possibilidade de uma “armadilha da baixa fecundidade” (que chega a níveis de difícil reversão), chamando a atenção para a necessidade de implementação

imediate de políticas que impulsionem seus níveis à curto prazo. Tais políticas podem minimizar os custos de oportunidade das mulheres, bem como o conflito entre a família e as demandas de emprego, e assim influenciar o processo cognitivo e emocional por trás das intenções de fecundidade (PHILIPPOV et al., 2009).

As políticas pró-natalistas são pensadas porque normalmente a baixa fecundidade está associada a uma discrepância entre o número de filhos desejados e tidos, onde há uma possível incapacidade de alcançar a fecundidade desejada. Portanto, assim como em contextos de fecundidade maior do que a desejada, há restrições à implementação dos direitos reprodutivos (BONGAARTS, 2001; PHILIPPOV et al., 2009).

Em sua maioria, tais políticas são focadas em auxílios no custo de criação dos filhos, incentivado a participação na força de trabalho e no aumento da igualdade de gênero (GAUTHIER e PHILIPPOV, 2008), com transferências de renda ou subsídios fiscais para famílias com filhos, compensando o custo das crianças (BILLINGSLEY e FERRARINI, 2014). Para incentivar a participação na força de trabalho, há a licença remunerada para mães e pais e provisão pública de centros de atendimento às crianças. Já as políticas para o aumento da igualdade de gênero incluem rendimentos relacionados a benefícios de licença (especificamente de paternidade), a prestação de assistência à infância e a ausência de subsídios fiscais de casamento. Estas políticas cobrem aspectos fundamentais para a tomada de decisões de fecundidade, embora outras motivações, como o aumento da equidade, possam existir. No estudo sobre políticas em prol do aumento da fecundidade em 21 países europeus, os autores mostraram que essas são variadas, mas que todas resultaram em aumento das intenções para o primeiro nascimento, em menor medida para o segundo e, em geral, não se relacionaram às intenções de paridade de terceira e demais ordens (GAUTHIER e PHILIPPOV, 2008).

Com propósito semelhante, o trabalho de Luci-Greulich e Thévenon (2013) testou o impacto das políticas de família em 18 países da OCDE entre 1982 e 2007, concluindo que seus diversos instrumentos e pacotes tiveram, no geral, influências positivas

para o aumento da fecundidade. Contudo, a eficácia no aumento da fecundidade foi maior com a combinação de um conjunto de medidas, de curto prazo, antes e após o nascimento da criança, e de longo prazo, durante seu desenvolvimento.

Segundo Martine (2014), como normalmente os grandes problemas ambientais são diretamente relacionados ao tamanho populacional, à primeira vista muitas destas políticas que visam o aumento da fecundidade podem contribuir para a degradação ambiental. Entretanto, é essencial considerar que são os aumentos de riqueza, e não de população, que explicam os incrementos de produção e consumo global, esses sim, insustentáveis ambientalmente. Uma pessoa não é necessariamente uma unidade de consumo e apenas um terço da população mundial contribui para a emissão de poluentes. Além disso, a redução de fecundidade é quase sempre ligada a melhorias nas condições de vida com aumento do consumo. Desse modo, a queda da fecundidade é uma variável importante, mas a discussão sobre o consumo é essencial (MARTINE, 2014).

Cenários de fecundidade e crescimento populacional

Em 2010 a fecundidade do mundo como um todo foi estimada em 2,53 filhos por mulher (UN, 2013). De 201 países, 74 tiveram taxas abaixo do nível de reposição (2,1) e 33 abaixo de 1,5. A Europa teve fecundidade de 1,54, a América do Norte de 2,02 e as regiões mais desenvolvidas do mundo, de 1,67 (UN, 2013). Curiosamente são nos países com baixa fecundidade que surgem algumas iniciativas que colocam a população como uma “vilã” do ambiente, sugerindo que a fecundidade declina.

Alguns exemplos são o grupo GINK – *Green Inclination, No Kids*, em alusão aos casais DINK (*Double Income, No Kids*) e os VHEMT (*The Voluntary Human Extinction Movement*)³. Os GINK defendem que a opção por não possuir filhos impede que seja criado

³ Disponível em: <http://www.vhemt.org/>. Acesso em: 19 jan. 2015.

um “legado” de emissão de carbono, dos filhos e dos respectivos descendentes. A conta da economia nas emissões é grande, já que envolve todo o ciclo de vida de várias gerações (HYMAS, 2011). Dunlop (2013) critica o grupo, mostrando que esses não focam questões centrais e privilegiam ações individuais em detrimento às ações de grandes instituições (como companhias petrolíferas e militares), ameaçando direitos reprodutivos e a justiça climática. Já os VHEMT trazem como slogan o lema “que possamos ter uma vida longa e morrer”. Sua premissa é de que as pessoas devem parar de se reproduzir, ou seja, que nenhum ser humano seja adicionado à Terra, levando à extinção da raça humana para que a biodiversidade como um todo seja mantida.

De outro lado também ganha força no mundo desenvolvido a defesa de políticas pró-natalistas que consigam elevar as taxas de fecundidade em contextos de rápido envelhecimento populacional. Mas qual o impacto dessas mudanças em termos globais? As projeções demográficas mais recentes das Nações Unidas⁴ podem dar alguns indícios para responder à questão.

Utilizando tais projeções, qual será o impacto do aumento ou decréscimo da fecundidade no crescimento populacional durante o século XXI na Europa? E no Brasil? A Tabela 1 traz uma síntese desses dados para a Europa, dois países desse continente (França e Itália) e para o Brasil.

⁴ É importante observar as inovações metodológicas de tais projeções, que utilizam estimativas probabilísticas baseadas em modelos bayesianos hierárquicos a partir das evidências empíricas dos componentes demográficos de cada um dos países e do conjunto de países. Como modelo probabilístico, podem-se calcular dezenas de milhares de diferentes projeções, e para essas, calcular intervalos de predição (de 80% e 95%), que quantificam incertezas e o nível de confiança (RAFTERY et al., 2012; FOSDICK e RAFTERY, 2014).

TABELA 1 – População, TFT e Razão de Dependência Total para regiões selecionadas, 2010-2100

País/ Região	Variável da projeção [¥]	População (Em milhões)		Taxa de Fecundidade Total (TFT) ^Þ		Razão de Dependência Total (RDT) [⌘]	
		2010	2100	2010	2100	2010	2100
Europa	Mediana	740,3	638,8	1,54	*	46,5	79,6
	95%		737,2		*		85,6
	-95%		548,9		*		74,8
Itália	Mediana	60,5	54,6	1,29	1,88	52,3	89,7
	95%		69,8		2,32		110,9
	-95%		38,6		1,36		76,5
França	Mediana	63,2	69,8	1,79	1,99	54,2	84,5
	95%		103		2,46		99,8
	-95%		62,1		1,58		73,3
Brasil	Mediana	195,2	194,5	1,82	1,83	47,9	86,9
	95%		308,5		2,28		166,1
	-95%		98,4		1,46		65,5

Fonte: UN(2013).

¥ As projeções recentes das Nações Unidas são feitas a partir de milhares de simulações possíveis, das quais três valores são utilizados como cenários: um limite superior dos valores da fecundidade (que corresponde ao valor que engloba o limite de +95% em relação a mediana), um valor limite inferior (-95% em relação a mediana) e a mediana de todas as projeções (UN, 2013).

* Os valores projetados da TFT não estão disponíveis.

Þ A TFT corresponde ao número médio de filhos por mulher ao final da idade reprodutiva em um ano-calendário.

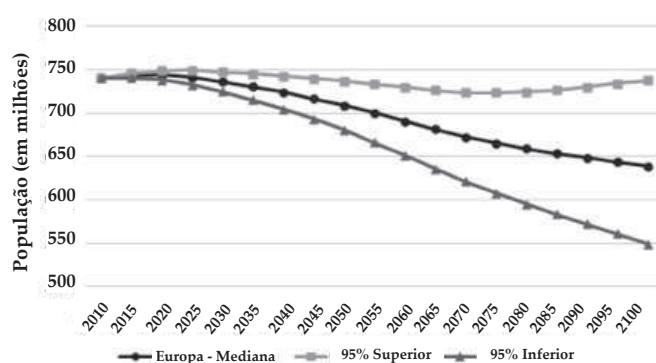
⌘ A RDT é razão entre a soma da população considerada dependente (entre 0 e 14 anos de idade e os maiores de 65 anos) pela população considerada ativa (15 a 64 anos).

A Itália foi um dos primeiros países a possuir baixíssima fecundidade. De acordo com as projeções, a fecundidade de 2010, de 1,3, flutuaria entre 1,36 e 2,32 até 2100, com mediana de 1,88. Sua população, estimada em 60,5 milhões de habitantes em 2010, chegaria a 61,3 milhões em 2020 e então declinaria a 54,6 milhões em 2100 no cenário da mediana. Mesmo com elevação da fecundidade esse cenário resultaria em decréscimo populacional já nos próximos anos (UN, 2013).

Já na França, que possui uma TFT mais elevada, no cenário da mediana a fecundidade em 2100 seria superior a de 2010, chegando a 1,98, com mínimo de 1,58 e máximo de 2,46. Sua população estimada em 2010 é de 63,2 milhões. O resultado das projeções é que, em 2100, a população mínima seria de 62 milhões, o valor mediano de 79 milhões e o valor máximo de 103 milhões.

Na Europa como um todo a população já está muito perto do seu volume máximo, com um potencial declínio para os próximos anos. O potencial pico da população europeia é de 743 milhões em 2015, que segundo os dados da mediana da projeção chegará a aproximadamente 640 milhões em 2100, com limites mínimos e máximo de 549 e 737 milhões, respectivamente (que agrega 95% de todos os resultados). Nesse sentido, as chances de que a população europeia do final do século seja superior a sua população atual é menor que 5%, conforme a Figura 2 ilustra.

FIGURA 2 – Volume da população da Europa segundo intervalos das projeções, 2010-2100



Fonte: UN (2013).

Tais projeções resultam em razões de dependência que, em todos os casos, serão superiores às atuais. Basicamente, seguem a seguinte tendência: em 2100, com fecundidade próxima a mediana, em todos os locais a RDT ficará em torno de 80, se a fecundidade atingir os valores mais altos essa razão aumentará, e caso a fecundidade caia aos menores níveis esperados a razão também diminuirá. Isso porque o aumento da fecundidade eleva o número de crianças e, conseqüentemente, gera aumento da razão de dependência. Por outro lado, se a fecundidade permanecer em níveis baixos, o número de crianças será menor e assim também as RDT. No entanto, a tendência é inversa se observarmos somente as razões de dependência dos idosos, que não contabilizam os menores de 14 anos.

No Brasil, com TFT mediana em 2100 de 1,83, mínima de 1,46 e máxima de 2,28, as oscilações, tanto do total populacional como das RDT, serão maiores. Caso a fecundidade atinja seus menores valores a população será de menos de 100 milhões em 2100, e caso ela volte a subir, será superior a 300 milhões. As RDT podem chegar a 166 (ou seja, 166 dependentes para 100 pessoas na

População em Idade Ativa), caso a fecundidade atinja os valores superiores da projeção. Para o cenário da mediana a população brasileira já se encontra acima da população projetada para 2100, sendo que o pico deverá ocorrer em 2050, quando haverá 231 milhões de habitantes.

Considerações finais

As conexões entre fecundidade e ambiente são complexas e de difícil apreensão. Há uma série de relações potenciais, como: mudanças ambientais → mortalidade → fecundidade, saúde → fertilidade → fecundidade e fecundidade → ambiente. Embora as influências do ambiente sobre a fecundidade existam, essas são mais explícitas em estudos demográficos sobre contextos rurais e nas pesquisas médicas sobre (in)fertilidade, enquanto as maiores polêmicas recaem sobre o efeito da fecundidade no ambiente em função do crescimento populacional. A conexão mais clara dessa relação está no impacto da fecundidade sobre o tamanho populacional, que tem um papel na pressão sobre os recursos. Nesse sentido não é exatamente a fecundidade que se configura como um problema, mas sim o total da população, e sobretudo, seu padrão de consumo.

Ambos os lados são perigosos nessa discussão. Os que advogam pelo controle populacional associado à saúde ambiental encorajam políticas radicais de controle populacional. Os que defendem que o crescimento populacional não importa para o equilíbrio ecológico podem perder de vista que ainda há um contingente considerável de populações com fecundidade alta devido à falta de acesso a métodos contraceptivos (CAVENAGHI, 2013). Em ambos os casos se negligenciam os direitos reprodutivos.

O primeiro grupo corre o risco de cair no individualismo absoluto sem que considere as raízes da crise ambiental. O segundo pode pensar as raízes relacionadas ao tipo de desenvolvimento econômico sem considerar as demandas não atendidas e relacionadas à pobreza, igualdade de gênero e justiça social.

No caso europeu, considerar que as políticas pró-natalistas serão responsáveis por um aumento da população que agravará as condições ambientais ou as mudanças climáticas, ou o contrário, que as políticas controlistas serão a solução do problema, significa argumentar que uma variação de até 100 milhões de pessoas resolverá a questão. Isso considerando que mesmo o valor máximo da população em 2100 será menor que o atual. Nesse contexto, o maior risco de políticas direcionadas a uma perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos é o de que a população decresça mais lentamente, o que, *ceteris paribus*, pouco interferirá na degradação ou recuperação ambiental.

Já no contexto brasileiro as diferenças entre os máximos e mínimos populacionais decorrentes das mudanças na fecundidade são relativamente maiores, com um nível ainda bastante amplo de incertezas. As projeções para 2100 variam entre 98,4 e 308,5 milhões, mas os valores da mediana já são inferiores à população atual.

Contudo, aponta-se que apesar da fecundidade adolescente relativamente alta, o rejuvenescimento dessas taxas, que vinha ocorrendo há várias décadas, já não ocorre e há tendência de uma pequena postergação. Os diferenciais por educação e rendimento também indicam que a maior redução na fecundidade ocorreu entre mulheres menos educadas e mais pobres, já que entre as com 12 ou mais anos de estudo a TFT é de 1,2 (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2014). Com a postergação e aumento da educação entre as mulheres, é provável que a fecundidade continue o caminho de redução, com um cenário futuro possivelmente mais próximo da mediana ou até das tendências mais baixas das projeções.

Ademais, se o tamanho da população será importante, mais ainda será pensar sua distribuição espacial, e dados os processos de urbanização, as tendências de crescimento das cidades, principalmente em termos de tamanho ou forma.

A comparação entre a fecundidade desse início de século e da provável fecundidade do final mostram diferenças claras, já que, com exceção de algumas localidades na África, há uma convergência a valores praticamente abaixo de 2 filhos por mulher

em 2100 (UN, 2013). Nesse cenário, certamente não será a queda da fecundidade que resolverá os problemas ambientais. Tampouco esse movimento de queda significará necessariamente aumento dos direitos reprodutivos. Nesse sentido as projeções indicam que tanto os problemas ambientais como os relativos à fecundidade precisam ser pensados em suas relações mais amplas, já que nenhum será equacionado se consideradas somente uma de suas dimensões.

Referências

- AGADJANIAN, V.; PRATA, N. War, peace, and fertility in Angola. *Demography*, v. 39, n. 2, p. 215–231, 2002.
- AGGARWAL, R.; NETANYAHU, S.; ROMANO, C. Access to natural resources and the fertility decision of women: The case of South Africa. *Environment and Development Economics*, v. 6, n. 2, p. 209–236, 2001.
- ANDRIETTA, J. *Influência da exposição ocupacional à poluição atmosférica de origem veicular nos parâmetros seminais de controladores de tráfego na Região Metropolitana de São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Urologia). Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo, 2010.
- BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. Tendências dos diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil entre 2000 e 2010. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2014, São Pedro/SP. *Anais...* São Pedro: ABEP, 2014.
- BIDDLECOM, A. E.; AXINN, W. G.; BARBER, J. S. Environmental effects on family size preferences and subsequent reproductive behavior in Nepal. *Population and Environment*, v. 26, n. 3, p. 183–206, 2005.

- BILLINGSLEY, S.; FERRARINI, T. Family Policy and Fertility Intentions in 21 European Countries. *Journal of Marriage and Family*, v. 76, n. 2, p. 428–445, 2014.
- BONGAARTS, J. Fertility and reproductive preferences in post-transitional societies. *Population and Development Review*, v. 27, p. 260–281, 2001. Supplement: Global fertility transition.
- BOSERUP, E. *Population and Technological Change*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- BRANUER-OTTO, S. Environment and Fertility: The Effect of Flora Quality on Fertility Behavior. *Population and Environment*, v. 36, n. 1, p. 1-31, 2014.
- BURDORF, A.; FIGA-TALAMANCA, I.; JENSEN, T.; THULSTRUP, A. Effects of occupational exposure on the reproductive system: core evidence and practical implications. *Occupational Medicine*, v. 56, n. 8, p. 56:516–520, 2006.
- CALDWELL, J. C. Social upheaval and fertility decline. *Journal of Family History*, v. 29, n. 4, p. 382–406, 2004.
- CAVENAGHI, S. Fertility Decline and Public Policies to Address Population Rights: Perspective from Latin America. Population Division, *Expert Paper*, n. 5, 2013.
- COHEN, J. E. *How Many People can the Earth Support?* Nova York: W.W. Norton and Co, 1995.
- CURRAN, S.; DE SHERBININ, A. Completing the Picture: The Challenges of Bringing ‘Consumption’ into the Population-Environment Equation. *Population and Environment*, v. 26, n. 2, 2004.
- DE SHERBININ, A., CARR, D., CASSELS, S.; JIANG, L. Population and environment. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 32, p. 345–373, 2007.
- DUNLOP, A. Green inclined, but missing the target. *The Black Sheep Journal*, 25 mar. 2013. Disponível em: <http://truth-out>.

org/opinion/item/15583-green-inclined-but-missing-the-target. Acesso em: 15 jan. 2015.

- EHRLICH, P. *The Population Bomb*. Nova York: Random House, 1968.
- FILMER, D.; PRITCHETT, L. H. Environmental degradation and the demand for children: Searching for the vicious circle in Pakistan. *Economic and Development Economics*, v. 7, p. 123–146, 2002.
- FINLAY, J. E. Fertility response to natural disasters: the case of three high mortality earthquakes. *Policy Research Working Paper*, n. 4883, The World Bank, 2009.
- FOSDICK, B.; RAFTERY, A. Regional probabilistic fertility forecasting by modeling between-country correlations. *Demographic Research*, v. 30, p. 1011-1034, 2014.
- GAUTHIER, A. H. The impact of family policies on fertility in industrialized countries: a review of the literature. *Population Research and Policy Review*, v.26, n.3, p.323-346, 2007.
- GAUTHIER, A. H.; PHILIPPOV, D. Can policies enhance fertility in Europe? *Vienna yearbook of population research*. Vienna, Austria: Austrian Academy of Sciences, 2008.
- HAUSER, R.; WILLIAMS, P.; ALTSHUL, L.; CALAFAT, A. M. Evidence of interaction between polychlorinated biphenyls and phthalates in relation to human sperm motility. *Environ. Health Perspect*, v. 113, n. 5, p. 425–430, 2005.
- HILL, K. *War, humanitarian crises, population displacement, and fertility: A review of evidence*. Washington, DC: National Resource Council, 2004.
- HOGAN, D. J. População e meio ambiente: a emergência de um novo campo de estudos. In: HOGAN, D. J. (Org.). *Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro*. Campinas: Nepo/Unfpa, p. 1-25, 2007.

- HOMAN, G.F.; DAVIES, M.; NORMAN, R. The impact of lifestyle factors on reproductive performance in the general population and those undergoing infertility treatment: a review. *Hum Reprod Update*; v. 13, n. 3, p. 209–223, 2007.
- HUMMEL, D.; ADAMO, S.; SHERBININ, A. et al. Inter- and transdisciplinary approaches to population–environment research for sustainability aims: a review and appraisal. *Population and Environment*, v. 34, n. 4, p. 481-509, 2012.
- HUNTER, L. The Environmental Implications of Population Dynamics. RAND, 2001. Disponível em: <http://www.rand.org/publications/MR/MR1191/>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- HUNTER, L. *The Population and Environment: A complex relationship*. RAND, 2000. Disponível em: http://www.rand.org/pubs/research_briefs/RB5045.html. Acesso em: 10 jan. 2015.
- HYMAS, L. I decided not having children for environmental reasons. *Guardian Environment network*. 2011. Disponível em: <http://www.theguardian.com/environment/2011/sep/27/not-have-children-environmental-reasons>. Acesso em: 13 jan. 2015.
- KOIFMAN, S.; HATAGIMA, A. Agrotóxicos e câncer no Brasil. In: PERES, F.; MOREIRA, J. C. (Eds.). *É veneno ou é remédio?* 1a ed. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003, p. 75–100.
- LEVINE, R. J.; BORDSON, B. L.; MATHEW, R. M. Deterioration of semen quality during summer in New Orleans. *Fertil Steril*, v. 49, n. 5, p. 900-907, 1988.
- LICHTENFELS, A.; GOMES, J.; PIERI, P.; MIRAGLIA, S.; HALLAK, J.; SALDIVA, P. Increased levels of air pollution and a decrease in the human and mouse male-to-female ratio in Sao Paulo, Brazil. *Fertility and Sterility*, v. 87, n. 1, p. 230-232, 2007.

- LUCI-GREULICH, A.; THÉVENON O. The impact of family policy packages on fertility trends in developed countries. *European Journal of Population*, v. 29, n. 4, p. 387-419, 2013.
- LUTZ, W.; O'NEILL, B.C.; SCHERBOV, S. Demographics. Europe's population at a turning point. *Science*, v. 299, n. 5915, p. 1991-1992, 2003.
- LUTZ, W.; PRSKAWETZ, A.; SANDERSON, W.C. Introduction. In: LUTZ, W.; PRSKAWETZ, A.; SANDERSON, W.C. (eds.). *Population and Environment: methods of analysis. A supplement to Vol. 28, Population and Environment Review*, p. 1-21, 2002.
- LUTZ, W.; SCHERBOV, S. Exploratory Extension of IIASA's World Population Projections: Scenarios to 2300. *IIASA Interim Report IR-08-022*. Laxenburg, Austria: IIASA, 2008.
- LUTZ, W.; SCHERBOV, S. Quantifying Vicious Circle Dynamics: The PEDDA Model for Population, Environment, Development and Agriculture in African Countries. *IIASA Interim Report IR-99-049*. Laxenburg, Austria: IIASA, 1999.
- LUTZ, W.; SKIRBEKK, V. Policies addressing the tempo effect in low-fertility countries. *Population and Development Review*, v.31, n. 4, p. 699-720, 2005.
- MARTINE, G. O contraste entre desenvolvimento sustentável na CIPD e a realidade atual. In: WONG, L. R. et al. *Cairo +20: perspectivas da agenda de população e desenvolvimento sustentável pós-2014*. Rio de Janeiro: ALAP, 2014.
- MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS, W. *Limits to growth*. Universe Books, New York, 1972.
- MONTGOMERY, M. R.; COHEN, B. *From death to birth: mortality decline and reproductive change*. Washington, D.C.: National Academic Press, 1998.
- NOBLES, J.; FRANKENBERG, E.; THOMAS, D. The effects of mortality on fertility: population dynamics after a natural disaster. *Demography*, v. 52, n. 1, p.15-38, January, 2015.

- O'NEILL, B. C.; MACKELLAR, F. L.; LUTZ, W. *Population and Climate Change*. Cambridge University Press: Cambridge, UK, 2001.
- PARADA, B.; REQUIXA, A.; FIGUEIREDO, A.; MOTA, A. Infertilidade Masculina e Factores Ambientais. *Acta Urológica*, v. 21, n. 4, p. 9-15, 2004.
- PARADISI, R.; VANELLA, S.; BARZANTI, R.; CANI, C.; BATTAGLIA, C.; SERACCHIOLI, R.; VENTUROLI, S. Effects of indoor air purification by an air cleaning system (Koala technology) on semen parameters in male factor infertility: results of a pilot study. *Andrologia*, v. 41, n. 3, p. 163-168, 2009.
- PEREZ, S. G. Household demographic factors as life cycle determinants of land use in the Amazon. *Population Research and Policy Review*, v. 20, n. 3, p. 159-186, 2001.
- PHILIPPOV, D., O. THÉVENON, J. KLOBAS, L. BERNARDI AND A.C. LIEFBROER. Reproductive decision-making in a macro-micro perspective (REPRO): a state of the art review. *A working paper of the European Commission within the Seventh Framework Programme under the Socio-economic Sciences and Humanities Theme*, 2009.
- RAFTERY, A.E.; LI, N.; ŠEVČÍKOVÁ, H.; GERLAND, P.; HEILIG, G. K. Bayesian probabilistic population projections for all countries. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 109, n. 35, p. 13915-13921, 2012.
- ROYAL SOCIETY. *People and the planet*. The Royal Society Science Policy Centre report 01/12, Londres, 2012.
- SCHEIKE, T.H.; RYLANDER, L.; CARSTENSEN, L.; KEIDING, N.; JENSEN, T. K.; STROMBERG, U.; JOFFE, M.; AKRE, O. Time trends in human fecundability in Sweden. *Epidemiology*, v. 19, n. 2, p. 191-196, 2008.
- SKAKKEBAEK NE, RAJPERT-DE MEYTS E, MAIN KM. Testicular dysgenesis syndrome: an increasingly common

- developmental disorder with environmental aspects. *Human Reproduction*, v. 16, n. 5, p. 972–978, 2001.
- STRIESSNIG, E.; LUTZ, W. How does education change the relationship between fertility and age-dependency under environmental constraints? A long-term simulation exercise. *Demographic Research*, v. 30, pp. 465–492, 2014.
- SUTHERLAND, E.; CARR, D.; & CURTIS, S. Fertility and the Environment in a Natural Resource Dependent Economy: Evidence from Petén, Guatemala. *Poblacion y Salud en Mesoamérica*, v. 2, n. 1, p. 1–14, 2004.
- TAS, S.; LAUWERYS, R.; LISON, D. Occupational hazards for the male reproductive system. *Critical Review in Toxicology*, v. 26, n. 3, p. 261–307, 1996.
- UNITED NATIONS (UN). *Probabilistic population projections*. UN/DESA, New York, 2013.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). *Estilo de vida tem mais peso sobre a fertilidade*. 14 jan. 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ladem/2011/01/14/estilo-de-vida-tem-mais-peso-sobre-a-fertilidade/>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- VANWEY, L. K.; D'ANTONA, A.; BRONDIZIO, E. Household demographic change and land use/land cover change in the Brazilian Amazon. *Population and Environment*, v. 28, n. 3, p. 163–185, 2007.

O ESTUDO DA MORBIMORTALIDADE NO BRASIL SOB O ENFOQUE DAS RELAÇÕES 'POPULAÇÃO E AMBIENTE'*

*Alex Manetta***

Resumo: A análise das especificidades do padrão da morbimortalidade, no Brasil, traz considerações importantes sobre suas componentes demográficas e sugere impactos crescentes das mudanças ambientais na saúde humana, na medida em que o processo de transição urbano-industrial avança. Na busca por resultados mais precisos, entretanto, conclui-se sobre a relevância de algumas das condições básicas para a continuidade dos estudos sobre população e ambiente: 1) a necessidade de avançar na geração e no tratamento espacial de dados e 2) a tendência em avaliar impactos locais das mudanças ambientais, evitando generalizações excessivas.

Palavras-chave: Morbimortalidade. Dinâmica demográfica. Ambiente. Urbanização. Brasil.

The study of morbidity and mortality in Brazil under the approach of relations 'population and environment'

Abstract: The analysis of the morbimortality patterns, in Brazil, has important considerations on their demographic components and suggests increasing impacts of environmental change on human health, to the extent that the process of urban-industrial transition progresses. In the search for more accurate results, however, it is concluded on the relevance of some of the basic conditions for the continuation of studies about population and environment: 1) the need to advance on the generation and spatial data processing and 2) the tendency to assess local impacts of environmental change, avoiding excessive generalizations.

Keywords: Morbimortality. Demographic dynamics. Environment. Urbanization. Brazil.

* Agradecimento especial a Roberto L. do Carmo, a Igor C. Johansen e aos pareceristas da Revista Idéias, pelas preciosas colaborações na discussão do presente tema.

** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas-SP, Brasil (alexmanetta@hotmail.com).
Recebido em: 27/03/2015 – Aceito em: 23/07/2015.

El estudio de la morbimortalidad en Brasil bajo el enfoque de las relaciones 'Población y Medio Ambiente'

Resumen: El análisis de las especificidades de los patrones de morbimortalidad, en Brasil, trae consideraciones importantes acerca de sus componentes demográficos y sugiere crecientes impactos de los cambios ambientales sobre la salud humana, en la medida en que el proceso de transición urbano-industrial avanza. En la búsqueda de resultados más exactos, sin embargo, se concluye acerca de la relevancia de algunas de las condiciones básicas para la continuidad de los estudios sobre población y medio ambiente: 1) la necesidad de avanzar en la generación y tratamiento espacial de los datos y 2) la tendencia a evaluar los impactos locales de los cambios ambientales, evitando las generalizaciones excesivas.

Palabras clave: Morbimortalidad. Dinámica demográfica. Medio ambiente. Urbanización. Brasil.

Introdução

Durante os anos 1970, quando afluíu a questão ambiental, a demografia não possuía uma contribuição bem formulada ao debate, que fosse além da perspectiva neomalthusiana¹. Por isso, em décadas recentes, o campo de estudos sobre população

¹ Os neomalthusianos assimilaram os receios de Malthus e propuseram soluções para a questão da escassez de recursos a partir da redução do ritmo de crescimento populacional. Malthus sustentou que a população tenderia a crescer em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos tenderia a crescer em progressão aritmética, em uma dinâmica que levaria, sem dúvidas, à escassez (MADEIRA, 2008). Não é difícil, entretanto, reconhecer que essa teoria apresenta graves problemas, já que admite um crescimento linear da produção agrícola, ignorando as possibilidades dadas pela evolução técnica, ao mesmo tempo em que considera o aumento exponencial da população, em um momento no qual a dinâmica demográfica passou a apresentar claros sinais de mudanças, com quedas nas taxas de mortalidade, de fecundidade e de crescimento da população total (VANWEY; OSTROM; MERETSKY, 2009). Os neomalthusianos, apesar de vivenciarem outro momento histórico, sustentam uma versão simplista da relação população-ambiente, com foco na pressão dos números sobre recursos, privilegiando leituras enviesadas da realidade, através de conceitos amplamente superados, como o da 'explosão demográfica', por exemplo, reduzindo a complexidade deste debate (HOGAN, 2007).

e ambiente (P-A) tem sido chamado a superar, mesmo que de forma parcial, o enfoque predominante. Os caminhos encontrados partem dos estudos centrados no volume e no ritmo de crescimento da população, sem desconsiderar sua atual relevância, em direção à abordagem de cada uma das componentes da dinâmica demográfica, em suas relações com as alterações ambientais (HOGAN, 2000a).

A demografia corresponde ao estudo científico da população. Inclui aspectos como tamanho, ritmo de crescimento, distribuição espacial e composição por sexo e idade, além dos fatores que influenciam na alteração de suas tendências. Entretanto, as componentes da dinâmica demográfica, estritamente definidas, são: a fecundidade, a mortalidade e a migração (SWANSON; SIEGEL, 1976).

No Brasil, embora se reconheça que a queda nas taxas de mortalidade mantenha associações explícitas com a dinâmica ambiental, uma vez que se dá a partir de melhorias nas condições de saneamento urbano, de nutrição e de acesso a outras inovações técnicas, científicas e socioeconômicas, o estudo das relações entre ambiente e mortalidade tem recebido pouca atenção por parte dos demógrafos (HOGAN, 2007).

No que diz respeito aos estudos sobre P-A, as atenções se concentraram nas relações 'ambiente → saúde' (LUTZ; PRSKAWETZ; SANDERSON, 2002), salientando eventos de alteração² ambiental como causas de agravos específicos à saúde humana.

A mensuração e a análise comparativa de dados, visando a identificação de relações estatísticas entre padrões de

² Faz-se referência: 1) a processos vigentes em amplas escalas espaciais, como a urbanização; a industrialização e as alterações climáticas globais; e 2) a eventos vigentes em escalas relativamente restritas, como no caso da contaminação ambiental por deposição final inadequada de rejeitos químicos ou domiciliares; de desastres após eventos climáticos intensos; e de práticas que propiciam a proliferação de vetores biológicos contaminados e a introdução de novos sorotipos de doenças na população humana; por exemplo.

morbimortalidade e as condições ambientais, no entanto, têm sido bastante comprometidas, pela inexistência de registros capazes de serem utilizados de forma precisa em modelos e sistemas de informação geográfica (HOGAN, 2000b).

No estudo da incidência de doenças endêmicas/epidêmicas cujos vetores são bem conhecidos, como a malária e a dengue, por exemplo, informações sobre o regime climático, o uso do solo, a qualidade e a cobertura dos serviços e infraestruturas urbanas, assim como sobre a ocupação e a mobilidade espacial da população, trazem componentes relevantes para o reconhecimento de relações entre processos de alteração ambiental e agravos à saúde humana, embora sua comprovação empírica seja ainda difícil.

No estudo da morbimortalidade por neoplasias, cardiopatias e doenças respiratórias, por seu caráter multicausal, reconhece-se uma complexidade extra, tanto no registro mais preciso da principal causa de morte quanto no estabelecimento de relações causais diretas com a exposição a substâncias químicas, alterações comportamentais ou vetores biológicos nocivos à saúde, tornando difícil a distinção entre o peso relativo dos diversos fatores que levam ao aumento da incidência dessas doenças.

Reconhecendo as dificuldades na geração de dados demográficos e ambientais para um tratamento estatístico refinado, assim como as limitações das bases de dados disponíveis, salienta-se o potencial do padrão de morbimortalidade como indicador útil no campo de estudos sobre P-A no Brasil.

A análise da morbimortalidade no campo de estudos sobre P-A

Os dados de morbimortalidade continuam sendo um caminho para o estudo das relações entre ambiente e saúde, de modo que elevados níveis de incidência de doenças diarreicas, por exemplo, indicam más condições de saneamento básico domiciliar para parcelas significativas das famílias. Já a elevação da incidência de cânceres e de doenças cardíacas e respiratórias apresenta relações com a exposição a uma ampla gama de contaminantes

químicos, presentes no ar, na água e nos solos, nos alimentos e em outros produtos largamente consumidos no contexto da transição urbano-industrial brasileira (HOGAN, 2000b).

A abordagem sobre P-A, no que diz respeito ao estudo das principais causas de morbimortalidade, por sexo e idade, salienta também que os recém-nascidos e as crianças pequenas, juntamente com os idosos, tendem a sofrer de forma mais aguda os efeitos da poluição atmosférica e das doenças diarreicas, agravadas pela falta de saneamento básico. Já os adolescentes e jovens adultos, do sexo masculino, tendem a responder ao estresse urbano com mais violência que as mulheres (HOGAN, 2007).

Desse ponto de vista, o estudo das relações entre o padrão de morbimortalidade e as condições ambientais demanda a observação de processos e de eventos com relevante potencial de agravo ou de melhoria nas condições de saúde da população, cujos impactos sejam sensíveis também através de indicadores demográficos tradicionalmente utilizados, como a esperança de vida ao nascer; os anos de vida perdidos; as taxas de mortalidade infantil; as taxas brutas de mortalidade e as taxas específicas de mortalidade.

No entanto, o exame da incidência de uma doença, por seu caráter multicausal, ou do padrão de morbimortalidade da população, por sua própria complexidade, se reportam de imediato a questões mais amplas.

No caso particular do aumento da incidência de neoplasias, por exemplo, é preciso considerar: 1) a qualidade dos alimentos, da água, do solo e do ar, incluindo a concentração de metais pesados, de aditivos, de corantes e de resíduos de produtos de limpeza, de combustíveis e de agrotóxicos; 2) a duração e intensidade da exposição aos mais variados compostos da indústria química contemporânea e 3) os aspectos comportamentais. Além disso, para uma rigorosa avaliação dos agravos das mudanças ambientais à saúde, devem-se levar em conta as alterações na incidência de óbitos por sexo, por idade e por grupos de causas, no contexto da transição epidemiológica (HOGAN, 2000a).

A experiência de populações em estágios avançados da transição epidemiológica demonstra que na medida em que as doenças infecciosas e parasitárias recuam, as doenças degenerativas assumem maior importância, já que as pessoas sobrevivem até idades nas quais estão mais sujeitas a cânceres e a cardiopatias. Entretanto, há evidências de que essa transição acontece também porque paralelamente às conquistas da medicina, do saneamento básico e dos melhoramentos nutricionais, advindos do desenvolvimento territorial, social e econômico, houve profundas mudanças no comportamento³ humano e nas condições de exposição a substâncias originalmente não encontradas na natureza (HOGAN, 2007).

Esse artigo propõe uma discussão sobre alguns dos potenciais e dos limites da utilização de indicadores de morbimortalidade nos estudos demográficos e ambientais, salientando a necessidade de considerar, simultaneamente, questões relacionadas: 1) às transições demográfica e epidemiológica e 2) à transição urbano-industrial; sinalizando possíveis caminhos para avanços no campo de estudos sobre P-A no Brasil.

Transição demográfica, transição epidemiológica e indicadores de morbimortalidade no Brasil

O aumento da esperança de vida ao nascer é um processo notável, hoje, em escala planetária. Sua ocorrência está associada tanto às mudanças nos níveis e padrões epidemiológicos da mortalidade quanto às alterações na estrutura etária da população.

Há uma clara associação entre a transição epidemiológica e a transição demográfica⁴, pois, em princípio, o declínio da

³ Faz-se referência a mudanças: 1) na dieta, com a adição de açúcares, de gorduras, de alimentos refinados e de outros aditivos; e 2) no estilo de vida das pessoas, com maior incidência de sedentarismo, de tabagismo e de alcoolismo; por exemplo.

⁴ A queda nas taxas de mortalidade, ao se combinar com uma posterior queda nas taxas de fecundidade, caracteriza o processo de transição demográfica, que

mortalidade tende a concentrar-se seletivamente entre as doenças nutricionais, infecciosas e parasitárias, beneficiando, sobretudo, as crianças. Na medida em que diminui a mortalidade infantil e aumenta a esperança de vida, as doenças crônico-degenerativas e as causas violentas ganham em importância relativa entre as principais causas de morte, fenômeno que tende a se acentuar ao passo em que a estrutura populacional envelhece (CHAIMOWICZ, 1997).

A transição epidemiológica foi inicialmente descrita através de três estágios sucessivos: 1) a idade das pestes e da fome; 2) a idade do declínio das pandemias e 3) a idade das doenças degenerativas e por causas antrópicas. Na época em que esse modelo explicativo foi proposto, se acreditava que o terceiro estágio dessa transição equivaleria aos mais baixos níveis de mortalidade possíveis (OMRAN, 1971).

No entanto, dados internacionais passaram a indicar, em países desenvolvidos, posteriores quedas nos níveis de mortalidade. Partindo dessa constatação, Olshansky e Ault (1986), Rogers e Hackenberg (1987) e Omran (1998), dentre outros autores, reconheceram a necessidade de adicionar uma quarta etapa à teoria inicial da transição epidemiológica, referente a um período caracterizado: 1) pelo retardamento da mortalidade por cardiopatias; 2) pela emergência/reemergência de doenças⁵ infecciosas e parasitárias e 3) pela elevação da incidência de mortes violentas (homicídios, suicídios e acidentes de transporte).

Essa mudança, da terceira para a quarta fase da transição epidemiológica, tem sido atribuída a uma combinação de fatores, que vão desde os avanços na medicina, passando pela disseminação de infraestruturas e programas de saúde, pela

incide em alterações substanciais no ritmo de crescimento e na composição etária da população, conforme a clássica descrição de Notestein (1945).

⁵ Referência ao surgimento de doenças como o HIV, as Hepatites B e C, o Ebola, a doença de Lyme, o Hantavírus e novas formas de E.Coli; e ao ressurgimento de doenças como o Cólera, a Malária, a Dengue, a Difteria, a Tuberculose e a doença de Chagas.

redução dos fatores ambientais de agravos à saúde, para idosos, até a influência crescente de comportamentos individuais e de estilos de vida contemporâneos sobre as condições de morbimortalidade (LUSSIER; BOURBEAU; CHOINIÈRE; 2008).

Em países avançados, o retardamento da mortalidade por doenças degenerativas, principalmente por cardiopatias, indica que o aumento da mortalidade por tais doenças não é simplesmente uma consequência inevitável do envelhecimento populacional, já que se mostra relativamente prevenível, contexto no qual as mudanças ambientais, infraestruturais e comportamentais assumem importância significativa para a saúde pública (PRATA, 1992).

Seguindo essa linha de raciocínio, o perfil de morbimortalidade pode ser utilizado como um indicador relativamente sensível das condições de vida, do regime demográfico e do modelo de desenvolvimento sob os quais vive a população, sendo o resultado da interação entre diversos fatores (PRATA, 1992).

De fato, no Brasil, ocorreu um declínio significativo da taxa bruta de mortalidade, que passou de 15,3 (óbitos para cada mil habitantes) (1950-55) para 6,3 (2005-10). Tal mudança foi fortemente influenciada pelas quedas na taxa de mortalidade infantil, que passou de 134,8 (óbitos infantis para cada mil crianças nascidas vivas) (1950-55) para 23,6 (2005-10), incidindo na elevação da esperança de vida ao nascer, que passou de 51,0 (anos) (1950-55) para 72,4 (2005-10). Paralelamente, observa-se uma queda na taxa de fecundidade total, que passou de 6,2 (filhos por mulher em idade reprodutiva) (1950-55) para 1,9 (2005-2010), caracterizando a transição demográfica brasileira, conforme os dados apresentados na Tabela 1.

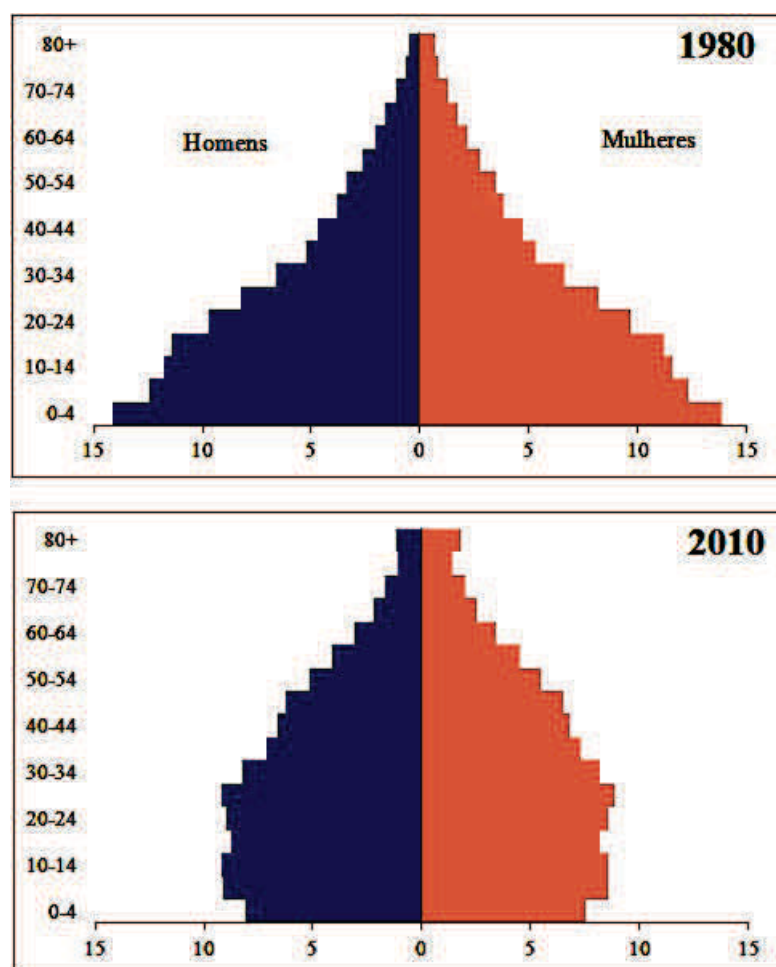
A transição demográfica incidiu em alterações significativas na estrutura etária da população brasileira, que passou de uma composição relativamente jovem (1980) para uma composição relativamente envelhecida (2010), conforme ilustrado pela Figura 1.

TABELA 1 – Taxas Brutas de Mortalidade (TBM), Taxas de Mortalidade Infantil (TMI), Esperança de Vida ao Nascer (e0) e Taxas de Fecundidade Total (TFT) por períodos quinquenais, Brasil – 1950-2010

Período	TBM	TMI	e0	TFT
1950-1955	15,3	134,8	51,0	6,2
1955-1960	13,9	122,0	53,5	6,2
1960-1965	12,5	109,5	55,9	6,2
1965-1970	11,0	100,2	57,9	5,4
1970-1975	9,9	90,6	59,8	4,7
1975-1980	9,0	78,9	61,8	4,3
1980-1985	8,3	63,3	63,5	3,8
1985-1990	7,4	52,4	65,5	3,1
1990-1995	6,8	42,5	67,5	2,6
1995-2000	6,5	34,1	69,4	2,5
2000-2005	6,4	27,4	71,0	2,3
2005-2010	6,3	23,6	72,4	1,9

Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2013). World Population Prospects: The 2012 Revision, DVD Edition.

FIGURA 1 – Distribuição etária da população por grupos quinquenais de idade (%), Brasil – 1980/2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980 e 2010.

Como já mencionado, no Brasil, as alterações na dinâmica demográfica e, por consequência, na estrutura etária da população, foram acompanhadas pela transição no perfil epidemiológico da mortalidade, com quedas na incidência de óbitos por doenças infecciosas e parasitárias, sobretudo, entre as crianças, e aumento da mortalidade por causas violentas e por doenças crônico-degenerativas, principalmente para jovens e idosos, respectivamente (SCHRAMM et. al, 2004; LEBRÃO, 2007).

Apesar desses resultados se aproximarem do esperado, no caso de uma população em processo de envelhecimento, é importante salientar que a transição epidemiológica brasileira não deve ser vista de maneira linear, já que traz como algumas de suas características: 1) a superposição de etapas, com aumento relativo da mortalidade por doenças não-transmissíveis e a persistência da morbimortalidade por doenças infecciosas e parasitárias; 2) uma contra-transição, relativa ao retorno de doenças transmissíveis, algumas das quais supostamente controladas e 3) a polarização epidemiológica, caracterizada pela persistência das desigualdades sociais e pela heterogeneidade de perfis epidemiológicos entre diferentes grupos populacionais (LEBRÃO, 2007).

Outro aspecto atípico e que chama a atenção para as especificidades da transição epidemiológica brasileira diz respeito aos elevadíssimos níveis de mortalidade por causas violentas, cujos diferenciais internos à população são evidentes, tanto por sexo e idade (MANETTA; ALVES, 2014) quanto por estrato social e local de residência (MINAYO, 2005 e 2009).

O estudo da elevação da mortalidade por causas violentas, durante as últimas décadas, demonstra fortes evidências de suas vinculações: 1) com o ambiente urbano; 2) com as más condições socioeconômicas e psicológicas da população jovem (CANIATO, 2008) e 3) com a precarização das condições de tráfego e de mobilidade nas grandes cidades e auto-estradas brasileiras (BACHIERI; BARROS, 2011); embora sua análise, sob a ótica das relações entre P-A, apareça ainda apenas como possibilidade.

Urbanização, industrialização e agravos à saúde humana no Brasil

No início dos anos 1980, a sociedade brasileira, já significativamente urbanizada, se complexificou. Tanto seu sistema urbano como sua estrutura produtiva diversificaram-se, aguçando os desequilíbrios e as desigualdades sócio-espaciais, quando os ganhos em produtividade tiveram como causa e contrapartida o crescimento da oferta de bens e de serviços, às custas de um sensível agravo nas condições de vida para diferentes segmentos da população (FARIA, 1983).

Apesar dos benefícios registrados durante a transição urbano-industrial brasileira, um contexto diferenciado de agravos à saúde humana emergiu (AUGUSTO; CÂMARA, 2003), devido a uma série de processos, dentre os quais, se destacam: 1) a continuidade do crescimento e da concentração populacional em áreas urbanas, embora em ritmos arrefecidos, durante as últimas décadas (MARTINE; CAMARGO, 2013); 2) as mudanças na base econômico-produtiva nacional, tanto nas cidades quanto no campo (SANTOS; SILVEIRA, 2001); 3) a precarização do mercado de trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004) e 4) a precarização das condições infraestruturais e ambientais intra-urbanas, para parcelas significativas da população.

A produção e a reprodução desse espaço urbano-industrial implicaram na emergência de um novo contexto de agravos à saúde da população, pois, apesar dos avanços sociais, econômicos e infraestruturais recentemente registrados (IBGE, 2002; 2012), problemas antigos ainda persistem, em inúmeras localidades urbanas brasileiras, como: 1) a insuficiência da coleta e de tratamento de esgoto; 2) a existência de parcela significativa da coleta de lixo e de resíduos industriais sem destinação final apropriada; 3) deficiências na coleta, no tratamento e na distribuição de água e 5) lacunas nas redes de prestação de serviços sociais básicos.

No Brasil, embora tenham sido registradas melhorias na cobertura por serviços e infra-estruturas de saneamento básico, desde a década de 1950 até o final do século passado, esse tipo

de investimento ocorreu pontualmente, em localidades e períodos específicos. Em decorrência desse fato, a urbanização brasileira carrega ainda como marca um enorme *déficit* quanto ao acesso a esses serviços e infra-estruturas, principalmente no que se refere à coleta e tratamento de rejeitos domiciliares (Leoneti; Prado; Oliveira, 2011).

Hogan (1995) reconhece esses como alguns dos velhos problemas da urbanização brasileira, cuja demanda histórica por soluções representa uma dívida cumulativa entre o atraso na implantação desses serviços e infraestruturas e as necessidades sociais presentes.

Em países como o Brasil, caracterizados por uma urbanização precoce (MARTINE; McGRANAHAN, 2010) e incompleta (SANTOS, 1993), a população tende a conviver com situações de exclusão e de insatisfação das necessidades básicas diárias, cenário que produz uma exposição constante aos mais diversos agravos, devido, sobretudo, a uma estrutura desigual de oportunidades e ao acesso restrito aos melhores benefícios da urbanização e do crescimento econômico (KOWARICK, 1978; 2002; 2009).

Nessas condições, as dificuldades de inserção laboral, de qualificação e de obtenção de renda, são sobrepostas às más condições ambientais e domiciliares, configurando situações de elevada vulnerabilidade socioambiental (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006).

O resultado tem sido o aumento de pessoas sobrevivendo em condições insalubres, nos domicílios, espaços públicos e nos locais de trabalho (ROSSI-ESPAGNET; GOLDSTEIN; TABIBZEDE, 1991; GOUVEIA, 1999).

A questão do saneamento urbano foi uma das principais precursoras dessa discussão no Brasil (HELLER, 1998) e ainda se mantém relevante, particularmente no que diz respeito aos diferenciais inter-regionais e intra-urbanos da morbimortalidade infantil, especialmente por doenças transmissíveis (CARNEIRO et al., 2012; OLIVEIRA; SIMÕES, 2006).

A falta de saneamento básico tem sido reconhecida como componente capaz de propiciar o desencadeamento de epidemias,

como as de dengue, por exemplo, conforme demonstra estudo de caso no município de Altamira (PA), onde a mobilidade populacional tende a estar relacionada com a inserção de novos sorotipos e com o início de novas epidemias, potencializadas por condições ambientais desfavoráveis (JOHANSEN; CARMO, 2012).

O mundo urbano-industrial tem passado por alterações significativas nas formas de organização do trabalho e na criação de novos produtos e procedimentos. Essas transformações implicaram na evolução dos agravos à saúde, tanto no ambiente de trabalho quanto no seu entorno, evidenciando uma complexificação crescente dos impactos dos processos produtivos e de ocupação territorial na saúde humana (PORTO, 2005; GUERRA et. al, 2005; FRANCO, 1993).

Em Cubatão, durante os anos 1980, o envenenamento por benzeno e a elevada incidência de doenças respiratórias e dermatológicas representaram evidências de casos extremos dos agravos da poluição ambiental à saúde. Entretanto, esses casos não esgotam as consequências negativas dessa exposição para a população humana (HOGAN, 1990; 1993), pois, como lembram Tambellini e Câmara (1998), com relação ao poluente, por sua elevada capacidade de modificação química, as possibilidades de alterações em seu poder patogênico devem ser ressaltadas.

As relações entre poluição atmosférica e a incidência de doenças respiratórias têm sido sistematicamente observadas no Brasil, notadamente para a população idosa, pois o aparelho respiratório, justamente pelas funções que desempenha, está particularmente exposto às alterações ambientais, tornando-se sede de agravos de intensidade variada (SOUZA; NETO, 2011; GIODA; GIODA, 2009; GOMES, 2002).

Apesar das dificuldades em distinguir, no registro da morbimortalidade por doenças respiratórias, os efeitos da poluição atmosférica, conclui-se que: 1) em geral, os efeitos nocivos da poluição, uma vez somados ao consumo do cigarro, têm ampliados seus potenciais de agravo à saúde e 2) os pobres tendem a sofrer de forma mais intensa os efeitos da poluição atmosférica, tanto no

que diz respeito às condições insalubres de trabalho quanto às más condições ambientais domiciliares (HOGAN, 2000b).

Além dos aspectos gerais relacionados à falta de saneamento e à poluição ambiental, o processo de instalação das relações de produção capitalista no campo, particularmente observável no Centro-Oeste e na Amazônia, trouxeram mudanças significativas que determinaram o agravamento do quadro endêmico e epidêmico de morbidades como a malária, em um processo que passa também pelo contágio da população em núcleos urbanos próximos às áreas de produção agrícola (BARBIERI, 2011).

O estabelecimento da malária em regiões de floresta tropical tem sido avaliado como resultado de processos interativos entre o homem e o ambiente, através do garimpo, da agropecuária e de atividades urbanas, que levam à ruptura do equilíbrio ecológico existente. Nesse caso, o fluxo de pessoas entre áreas de alta e baixa prevalência significa também a mobilidade da doença. Em áreas de colonização agrícola e pecuária, o estabelecimento de altos níveis de prevalência da malária tem sido facilitado pela abundância de vetores contaminados, pela precariedade das habitações e pela contaminação por exposição extradomiciliar, devido às atividades relacionadas à derrubada da floresta (BARBIERI, 2011).

De acordo com Monte-Mór (1986), é justamente durante os primeiros estágios de transformação do espaço natural em espaço construído que as condições ambientais se mostram mais propícias ao estabelecimento do ciclo da malária humana.

O conjunto dessas questões leva a crer que os impactos das mudanças ambientais adquirem importância crescente no padrão de morbimortalidade brasileiro, trazendo à tona considerações importantes ao campo de estudos sobre P-A, na medida em que um processo de transição urbano-industrial precoce, incompleto e excludente, avança no Brasil, tanto nas cidades quanto no campo, em um contexto também avançado da transição demográfica.

Considerações finais

Do ponto de vista dos estudos sobre P-A, as especificidades da transição epidemiológica brasileira trazem considerações importantes sobre suas componentes socioeconômicas, comportamentais, demográficas e ambientais, estando alguns dos segmentos populacionais em ampla desvantagem com relação à sobreposição de agravos à saúde, principalmente no que se refere aos agravos que representam situações de relativo atraso social, sendo que algumas das potencialidades/dificuldades inerentes a essa análise devem ser ressaltadas.

As possibilidades mais imediatas de geração de dados demográficos e ambientais, específicos para localidades de interesse, principalmente através da realização de *surveys*, reafirmam a tendência em avaliar os impactos locais das mudanças ambientais, mesmo no caso de mudanças de caráter global, como as alterações climáticas, por exemplo, caminhando rumo a resultados mais precisos e evitando generalizações excessivas.

Entretanto, o reconhecimento das dificuldades na geração de dados demográficos e ambientais para um tratamento estatístico refinado, assim como as limitações das bases de dados disponíveis, salientam o potencial do padrão de morbimortalidade como indicador útil no campo de estudos sobre P-A, sobretudo, quando são reconhecidas melhorias na cobertura e na qualidade dos dados ⁶disponibilizados pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS).

Feitas essas considerações, conclui-se sobre a utilidade atual dos indicadores de morbimortalidade no campo de estudos sobre P-A, desde que algumas precauções sejam tomadas, relativas: 1) ao reconhecimento do estágio contemporâneo do regime demográfico da população objeto de análise, incluindo sua composição etária e seus padrões predominantes de mobilidade espacial, no período

⁶ Para uma discussão sobre a evolução na cobertura e na qualidade dos dados disponibilizados pelo SIM/DATASUS, ver: PAES (2005) e MELLO-JORGE, LAURENTI e GOTLIEB (2007).

de referência do estudo; 2) ao reconhecimento dos principais eventos e processos de alteração ambiental, capazes de influenciarem significativamente as condições de sobrevivência da população; e 3) ao reconhecimento das escalas espaço-temporais mais adequadas e das bases de dados capazes de propiciar a produção de indicadores relevantes, em acordo com as especificidades de cada caso a ser avaliado.

Referências

- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*. Campinas-SP, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.
- AUGUSTO, L. G. D. S.; CÂMARA, V. D. M. Saúde e ambiente: uma reflexão da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-ABRASCO. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. São Paulo-SP, v. 6, n. 2, p. 87-94, 2003.
- BACCHIERI, G.; BARROS, A. J. D. Acidentes de trânsito no Brasil de 1998 a 2010: muitas mudanças e poucos resultados. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo-SP, v. 45, n. 5, p. 949-63, 2011.
- BARBIERI, A. F. População, saúde e uso da terra: avaliação da prevalência de malária em uma região da Amazônia Brasileira. In: Seminário brasileiro de demografia da IUSSP, 1., 2011, Salvador. *Anais...* Salvador: IUSSP, 2011.
- CANIATO, A. M. P. Violências e subjetividades. O indivíduo contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*. Belo Horizonte-MG, v. 20, n. 1, p. 16-32, 2008.
- CARNEIRO, F. F. et al. Saúde ambiental e desigualdades: construindo indicadores para o desenvolvimento sustentável. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro-RJ, v. 17, n. 6, p. 1419-1425, 2012.

- CHAIMOWICZ, F. A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 184-200, 1997.
- FARIA, V. E. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In. SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.) *Sociedade Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. p. 1-23.
- FRANCO, T. Trabalho industrial e meio ambiente: a experiência do complexo industrial de Camaçari. In. MARTINE, G. (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 60-100.
- GIODA, A.; GIODA, F. R. A influência da qualidade do ar nas doenças respiratórias. *Revista Saúde e Ambiente*. Joinville-SC, v. 7, n. 1, p. 15-23, 2009.
- GOMES, M. J. M. Ambiente e pulmão. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*. Brasília-DF, v. 28, n. 5, p. 261-269, 2002.
- GOUVEIA, N. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. *Saúde e sociedade*. São Paulo-SP, v. 8, n. 1, p. 49-61, 1999.
- GUERRA, M. R. et al. Risco de câncer no Brasil: tendências e estudos epidemiológicos mais recentes. *Revista Brasileira de Cancerologia*. Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 227-234, 2005.
- HELLER, L. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 73-84, 1998.
- HOGAN, D. J. A qualidade ambiental urbana: oportunidades para um novo salto. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo-SP, v. 9, n. 3, p. 17-23, 1995.
- HOGAN, D. J. A relação entre população e ambiente: desafios para a demografia. In. TORRES, H. C., HELOISA (Orgs.). *População*

- e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: SENAC, 2000a. p. 21-52.
- HOGAN, D. J. População e Meio Ambiente: a emergência de um novo campo de estudos. In: HOGAN, D. J. (Org.). *Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro*. Campinas: NEPO, 2007. p.13-58.
- HOGAN, D. J. População, pobreza e poluição em Cubatão, São Paulo. In: MARTINE, G. (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p. 101-103.
- HOGAN, D. J. Quem paga o preço da poluição? Uma análise de residentes e migrantes pendulares em Cubatão. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1990, Caxambu. *Anais...* Caxambú, MG: ABEP, 1990.
- HOGAN, D. J. Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste. *Textos Nepo*, n. 36. Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó", Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2000b.
- IBGE. *Censos Demográficos 1980 e 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980 e 2010.
- IBGE. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2012*. Coleção Ibgeana: estudos e pesquisas. IBGE. Rio de Janeiro, RJ, 2012.
- JOHANSEN, I. C.; CARMO, R. L. D. Dengue e falta de infraestrutura urbana na Amazônia brasileira: o caso de Altamira (PA). *Novos Cadernos NAEA*. Belém-PA, v. 15, n. 1, p. 179-208, 2012.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

- KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano*. Novos Estudos Cebrap. São Paulo-SP, v. 63, p. 9-30, 2002.
- KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LEBRÃO, M. L. O envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica. *Cadernos Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro-RJ, v. 4, n. 17, p. 135-140, 2007.
- LEONETI, A. B.; PRADO, E. L.; OLIVEIRA, S. V. W. B. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, RJ, v. 45, n. 2, p. 331-348, 2011.
- LUSSIER, M-H.; BOURBEAU, R.; CHOINIÈRE, R. Does the recent evolution of Canadian mortality agree with the epidemiologic transition theory? *Demographic Research*. Rostock-Alemanha, v. 18, p. 531-568, 2008.
- LUTZ, W.; PRSKAWETZ, A.; SANDERSON, W. C. Introduction. *Population and Development Review*. Nova York-EUA, v. 28, p. 1-21, 2002.
- MADEIRA, J. L. Malthus, Marx e o papel da população no desenvolvimento econômico. In. IBGE. *Lyra Madeira, um mestre da Demografia brasileira*. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2008, p. 32-43.
- MANETTA, A.; ALVES, J. E. D. Mortes violentas, inflexão na razão de sexo e impactos na esperança de vida da população: Argentina e Brasil (2001/2009). VI Congresso Latino-americano de Estudos de População, 2014 Lima-Peru. *Anais...* Lima: ALAP, 2014.

- MARANDOLA JR, E.; HOGAN, D. J. As dimensões da vulnerabilidade. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo-SP, v. 20, n. 1, p. 33-43, 2006.
- MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Belo Horizonte-MG, v. 1, n. 1/2, p. 99-144, 2013.
- MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G. *Brazil's Early Urban Transition: What Can It Teach Urbanizing Countries?* 1ª ed. Londres: IIED, 2010.
- MELLO-JORGE, M.; LAURENTI, R.; GOTLIEB, S. L. D. Análise da qualidade das estatísticas vitais brasileiras: a experiência de implantação do SIM e do SINASC. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n. 3, p. 643-54, 2007.
- MINAYO, M. C. S. *Violência: um problema para a saúde dos brasileiros*. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasil. Brasília, DF: Ministério da Saúde: 2005, p. 9-33.
- MINAYO, M. C. S. Seis características das mortes violentas no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Belo Horizonte-MG, v. 26, n. 1, p. 135-140, 2009.
- MONTE-MOR, R. L. D. Malária e meio ambiente na Amazônia brasileira. I Seminário Latino-americano sobre População e Saúde, 1986, Campinas. *Anais...* Campinas, SP, 1986, p. 312-328.
- NOTESTEIN, F. W. Population: the long view. In: SCHULTZ, T. W. (Org.). *Food for the World*. Chicago: University of Chicago Press, 1945. p. 36-57.
- OLIVEIRA, S.; SIMÕES, C. Meio ambiente urbano: mortalidade na infância, saneamento básico e políticas públicas. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, 2006.

- OLSHANSKY, S. J.; AULT, A. B. The fourth stage of the epidemiologic transition: the age of delayed degenerative diseases. *The Milbank Quarterly*. San Diego-EUA, v. 64, n. 3, p. 355-391, 1986.
- OMRAN, A. R. The epidemiologic transition theory revisited thirty years later. *World Health Statistics Quarterly*. San Diego-EUA, v. 51, n. 2-4, p. 99-119, 1998.
- OMRAN, A. R. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*. San Diego-EUA, v. 49, n. 4, p. 509-538, 1971.
- UNITED NATIONS (UN). *World Population Prospects: The 2012 Revision*. Nova York: DESA, Population Division, 2012.
- PAES, N. A. Avaliação da cobertura dos registros de óbitos dos estados brasileiros em 2000. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, SP, v. 39, n. 6, p. 882-90, 2005.
- PORTO, M. F. Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, RJ, v. 10, n. 4, p. 829-839, 2005.
- PRATA, P. R. A transição epidemiológica no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 168-175, 1992.
- ROGERS, R. G.; HACKENBERG, R. Extending epidemiologic transition theory: a new stage. *Social biology*, Utah-EUA, v. 34, n. 3-4, p. 234-243, 1987.
- ROSSI-ESPAGNET, A.; GOLDSTEIN, G.; TABIBZEDEH, I. Urbanization and health in developing countries: a challenge for health for all. *World health statistics quarterly*. Nova York-EUA, v. 44, n. 4, p. 186-247, 1991.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 1ª ed. São Paulo, SP: Edusp, 1993.

- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 2001.
- SCHRAMM, J. M. D. A. et al. Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 4, p. 897-908, 2004.
- SOUZA, C. G.; NETO, J. L. S. A. Ambiente e pulmão. *Revista Hygeia*. Uberlândia, MG, v. 7, n. 12, p. 31-45, 2011.
- SWANSON, D.; SIEGEL, J. S. *The methods and materials of demography*. 1ª ed. San Diego: Academic Press, 1976.
- TAMBELLINI, A. T.; CÂMARA, V. D. M. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, RJ, v. 3, n. 2, p. 47-59, 1998.
- VANWEY, L. K.; OSTROM, E.; MERETSKY, V. Teorias subjacentes ao estudo de interações homem-ambiente. In: MORAN, E. F. e OSTROM, E. (Orgs.). *Ecossistemas florestais: interação homem-ambiente*. São Paulo, SP: Editora SENAC/EDUSP, 2009.

A MOBILIDADE POPULACIONAL E SUA RELAÇÃO COM O AMBIENTE: BREVE PANORAMA DOS PRINCIPAIS DEBATES*

*Carla Craice***

Resumo: O artigo realiza um panorama das discussões sobre a mobilidade populacional e sua relação com o ambiente. Para isso, são analisados livros e periódicos organizados pelo Grupo de Trabalho População, Espaço e Ambiente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais desde sua primeira publicação em 1993. O conceito de mobilidade adotado nesta investigação compreende o movimento de um grupo populacional pelo espaço, não se restringindo a limites político-administrativos e sem fixação de intervalo de tempo. Dentre o conjunto de estudos analisados, a mobilidade esteve presente principalmente em debates sobre cidades, Amazônia e mudanças climáticas. Observou-se que a mobilidade populacional foi tratada a partir de uma relação dialética com a questão ambiental, nem simplesmente causa ou consequência, mas sim estabelecendo laços complexos com o seu entorno.

Palavras-chave: Mobilidade populacional. População. Ambiente.

Population mobility and its relation to the environment: a brief overview of the main debates

Abstract: The article presents an overview of the discussions about population mobility and its relation to the environment. For this, we analyze books and journals organized by the Working Group Population, Space and Environment of the Brazilian Association of Population Studies since its first publication in 1993. The mobility concept adopted in this research comprises the movement of a population group through space, not restricted to political and administrative boundaries and with no time interval setting. In the group of analyzed studies, mobility was presented mainly in debates on cities, Amazon and climate change. It was observed that the population

* Agradeço ao diálogo junto aos colegas da linha de pesquisa em População, Ambiente, Espaço e Sustentabilidade do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/Unicamp), essencial para a reflexão aqui presente.

** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas-SP, Brasil (carla.craice@gmail.com).
Recebido em: 02/05/2015 – Aceito em: 04/08/2015.

mobility was treated from a dialectical relationship with the environmental issues, not just cause or consequence, but establishing complex ties with its surroundings.

Keywords: Population mobility. Population. Environment.

La movilidad de la población y su relación con el ambiente: breve panorama de los principales debates

Resumen: El artículo presenta un resumen de las discusiones sobre la movilidad de la población y su relación con el medio ambiente. Con este fin, analizamos los libros y revistas organizadas por el Grupo de Trabajo de Población, Espacio y Medio Ambiente de la Asociación Brasileña de Estudios de Población desde su primera publicación en 1993. El concepto de movilidad adoptado en esta investigación comprende el movimiento de un grupo poblacional a través del espacio, no restringido a los límites políticos y administrativos y sin ajuste de intervalo de tiempo. En el grupo de los estudios analizados, la movilidad se presentó principalmente en los debates sobre las ciudades, Amazonía y cambios climáticos. Se observó que la movilidad de la población fue tratada como una relación dialéctica con el tema ambiental, no sólo causa o consecuencia, pero estableciendo vínculos complejos con su entorno.

Palabras clave: Movilidad de la población. Población. Ambiente.

Introdução

Por que os indivíduos se movem pelo território? A proposta da presente investigação é refletir sobre como o ambiente interage com a mobilidade da população. Segundo Leff (2012) o ambiente deve ser tomado enquanto conjunto de relações complexas entre processos de ordem física, biológica e social. O ambiente não pertence estritamente à ordem da natureza, nem se trata somente de uma construção social, mas se constitui, sobretudo, pela constante interação entre esses dois elementos. Já a noção de mobilidade populacional envolve o movimento de um grupo de pessoas pelo espaço, não se restringindo a limites políticos e sem fixação de temporalidade (HOGAN, 2005; CUNHA, 2011). Mobilidade, nesse contexto, compreende uma perspectiva ampla que abarca a migração bem como movimentos temporários, diários ou não, o que daria conta da fluidez dos movimentos dos indivíduos pelo território.

Diversos são os exemplos de estudos sobre as inter-relações entre ambiente e mobilidade populacional, como as análises das correntes migratórias com origem no interior nordestino ainda nas décadas de 1970 e 1980 atribuídas em certa medida à seca (LAZARTE, 1986; QUEIROZ, 2013); a problematização da relação entre degradação ambiental e migração na Amazônia (SYDENSTRICKER-NETO, 2002; SAWYER, 1993); com o esgarçamento do espaço urbano (HOGAN; MARANDOLA JR.; OJIMA, 2010), tendo como uma de suas consequências o aumento de veículos pressionando a malha viária (MARTINE; OJIMA; FIORAVANTE, 2012) e deteriorando o cotidiano da vida dos moradores das cidades. Ou seja, há um vasto conjunto de processos passíveis de análise sob o enfoque das discussões sobre ambiente e mobilidade populacional.

Pretende-se neste estudo observar como as pesquisas científicas estão tratando a mobilidade populacional sob a perspectiva da sua relação com o ambiente. Para isso, foi considerada a produção científica do Grupo de Trabalho (GT) População, Espaço e Ambiente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) que tratasse da mobilidade de alguma forma. Longe de esgotar a discussão, a análise pretende trazer um panorama através da visão de um grupo que apresenta uma trajetória de reflexão sistemática desde a década de 1990, com participação em encontros nacionais e internacionais e sistematização de resultados de suas pesquisas em livros e periódicos científicos.

Este artigo se divide em duas partes, a primeira apresenta como foi realizada a seleção do material a ser analisado, enquanto a segunda analisa o conjunto de artigos, separando-os em três grupos temáticos: cidades, Amazônia e mudanças climáticas. Ao final aponta-se a síntese dos principais resultados encontrados e algumas considerações finais sobre a discussão.

Seleção do material analisado

Com o objetivo de investigar como as pesquisas científicas estão tratando a mobilidade populacional sob a perspectiva da sua relação com o ambiente, optou-se por tratar a produção bibliográfica do Grupo de Trabalho População, Espaço e Ambiente¹ da ABEP. Os trabalhos do grupo se iniciam na década de 1990, com o objetivo de promover pesquisas sobre a interface entre população e ambiente.

A seleção de trabalhos aconteceu pela análise dos livros e periódicos organizados e relacionados ao GT², pois se compreende que este material reuniria um conjunto de questões e debates relevantes ao grupo. Foram priorizados para a presente discussão o primeiro livro organizado pelo GT, “População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições” publicado em 1993, e o mais recente, “População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira” de 2012, ambos sob coordenação de George Martine, que organiza em cada publicação artigos de diferentes autores. Desta forma foi possível comparar as mudanças ocorridas nos principais debates em que o tema da mobilidade foi abordado.

O primeiro livro tem um caráter de estabelecimento de um conjunto de temas comuns para a discussão e o início de sua fundamentação teórica para o campo de estudos da inter-relação entre população e ambiente no Brasil, tratando mais da relação em aspectos gerais e buscando a construção do campo distanciado do neomalthusianismo (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2007). O segundo livro foi direcionado ao público não acadêmico, sistematizando artigos mais curtos com discussões relevantes para a reflexão sobre a relação entre população e ambiente. Portanto, ao contrário da primeira publicação, esta apresenta textos mais sucintos com linguagem voltada a um público mais abrangente.

¹ Sobre a criação do GT, ver Marandola Jr. e Hogan (2007).

² Os livros relacionados são baseados na listagem oferecida pelo próprio GT, disponível no link: <<http://goo.gl/yMMfHD>>. Acesso em maio 2014.

Além destes dois livros, realizou-se a leitura das publicações organizadas pelo GT entre os dois momentos, atentando para os trabalhos acerca de mobilidade.

População, ambiente e mobilidade

A seleção dos artigos tem como conceito central a mobilidade populacional. Como já explicitado, a mobilidade abrange a movimentação de indivíduos e, principalmente, populações pelo espaço, não se restringindo a limites políticos ou temporais (HOGAN, 2005; CUNHA, 2011). Não se trata de abandonar a conceito de migração, e sim de buscar uma perspectiva que reúna múltiplas possibilidades de movimento e de significados de movimentar-se. A proposta com tal definição é expandir o escopo de trabalhos analisados para observar a diversidade de mobilidades e sua relação com o ambiente: os pendulares, como o trajeto entre a residência e o trabalho; os de curta ou média duração, como os ribeirinhos que se destinam às cidades durante o período de cheia; e até os fluxos migratórios estabelecidos – a migração rural-urbana ou os movimentos inter-regionais (BAENINGER, 2011).

Através do material analisado, observou-se que as preocupações sobre mobilidade se desenvolveram a partir de três eixos temáticos: cidades, Amazônia e mudanças climáticas. Não são divisões estanques, uma vez que as discussões se interpoem em alguns momentos como, por exemplo, as cidades e as mudanças climáticas. Entretanto, esta subdivisão temática se mostrou útil para mapear as tendências gerais no estudo da mobilidade populacional e suas relações com o ambiente.

A investigação dessas relações se mostra relevante tendo em vista que “onde a população mora, trabalha e descansa sempre haverá impacto sobre a natureza – e vice-versa” (HOGAN, 1998: 15). Compreende-se a população em constante movimento – seja ele permanente, sazonal ou cotidiano – e em cada lugar o indivíduo impacta e é impactado de forma distinta pelo o ambiente.

Neste artigo, englobados no grupo temático “As cidades” estão os trabalhos analisados cujo principal foco foram os temas urbanos, com investigações que discutiram as características e dinâmicas do ambiente urbano e suas inter-relações com a mobilidade populacional. No grupo “Os migrantes e a Amazônia” sintetizam-se as análises sobre as dinâmicas que envolvem áreas rurais ou que partem de uma perspectiva regional. Por fim, o terceiro grupo compreende as discussões acerca das mudanças climáticas, tema que tem se difundido no GT População e Ambiente da ABEP. A seguir, apresentam-se algumas das principais discussões desenvolvidas no âmbito de cada um desses grupos temáticos.

As cidades

A discussão sobre as cidades permeia todo o período selecionado (1993-2012), refletindo o processo histórico de ocupação do território nacional com concentração da população nas áreas urbanas, em especial nas grandes metrópoles a partir da década de 1970. Porém, o tema transforma-se ao longo do tempo.

Entre as décadas de 1940 e 1991, a população brasileira passou por um intenso processo de urbanização. Os principais problemas ambientais, assim, viriam a se localizar principalmente no espaço urbano, com o agravante de sua constituição se dar em um país com altos índices de pobreza e com o processo de industrialização tardio (MARTINE, 1993b). Deste modo, o “problema ambiental brasileiro que afeta a maioria da população brasileira mais diretamente é um problema de áreas construídas e densamente povoadas – *não de matas*” (MARTINE, 1993b: 14, grifo nosso). Assim, nessas análises o espaço urbano é o principal *locus* do debate, apesar de não ser o único.

Torres (2002) analisa as regiões metropolitanas do país, mostrando que o lugar onde se ocupa bem como a condição de migrante influenciam no acesso a serviços ambientais. A população nas *suburban areas* (p.9) – no caso as cidades periféricas

– aumentaram em um ritmo mais acelerado que as cidades centrais das áreas metropolitanas. Além disso, as periferias apresentam indicadores de saneamento e condições ambientais piores que as cidades centrais, no geral. Deste modo, Torres (2002) defende que as políticas públicas devem se voltar para tais áreas, já que estas que recebem grande parte dos fluxos migratórios e não apresentam condições sanitárias e ambientais para suportar uma população crescente.

Um segundo aspecto importante diz respeito aos subtemas predominantemente tratados, que mudaram ao longo do tempo. Pode-se citar nessa situação a industrialização, a mobilidade pendular, a urbanização e a desigualdade (que abarca questões sobre a periferia e segregação social), a mobilidade intraurbana e, por fim, as mudanças climáticas. Estes não são constantes ao longo das duas décadas de análise, sendo predominantes em alguns períodos e arrefecendo em outros como apresentado a seguir.

A importância da industrialização está na sua capacidade de concentração demográfica por conta da massa de trabalhadores que o processo demanda, e também das consequências ambientais da sua instalação. Torres (1993) apontou a tendência do processo de industrialização de se “aglomerar num número reduzido de localidades, mesmo que em regiões diferentes” (p. 55). Além disso, as leis ambientais também influenciaram na redistribuição das indústrias, que se alocavam em espaços com leis mais flexíveis³. Assim, as concentrações populacional e industrial, aliadas aos poucos esforços de conter os problemas ambientais, criaram situações catastróficas a nível local, tal qual analisam Hogan (1993) e Costa (2000).

Hogan (1993) investiga os problemas ambientais que afetaram a população no polo petroquímico de Cubatão. “Longe de ser uma praga democrática e igualitária, que atinge todas as classes sociais da mesma maneira, a poluição é socialmente dirigida a determinados segmentos populacionais”

³ O trabalho de Ferreira (1993) apresenta as questões sobre a política ambiental no país e Hogan (1993) acerca da inércia política de combate à poluição.

(HOGAN, 1993:101). Os trabalhadores residentes no município se encontravam nas camadas socioeconômicas com menor qualificação e em ocupações inferiores na hierarquia industrial, enquanto os migrantes pendulares⁴ ocupavam os cargos mais elevados e, conseqüentemente, com maiores salários em relação aos anteriores. Não morar no município com grave degradação ambiental isolou, em certa medida, os trabalhadores pendulares dos efeitos da poluição.

Costa (2000) marca um esforço em se compreender a forma como a industrialização influencia na construção do espaço urbano, mais precisamente da indústria de celulose no Vale do Aço (MG). O processo de periferização dos trabalhadores, ou seja, a fixação da população em áreas periféricas pela saída do centro ou pela vinda de migrantes de outros municípios, que traduzem a hierarquia de dentro da indústria, representou também exposição a condições ambientais desiguais. Ao contrário dos núcleos originais bem planejados, as áreas periféricas se desenvolveram de forma espontânea, com infraestrutura e serviços precários e nas proximidades da indústria.

O desenrolar do tema aconteceu pela preocupação com os estudos sobre urbanização e desigualdade social. Na verdade, o conjunto de trabalhos sobre industrialização guarda uma relação próxima com as discussões sobre o espaço. A construção social do espaço significa o enfrentamento de condições ambientais distintas, de acordo com o lugar onde se encontra na cidade ou metrópole. Reconheceu-se, com isso, o espaço como uma variável relevante para as análises de condição de vida, embora ainda exista muito para se avançar em um conceito de espaço e na construção do campo de uma demografia espacial (MARQUES, 2012).

Os trabalhos do livro de 2012 confirmaram a importância da continuidade dos temas urbanos. Costa (2012) foi responsável

⁴ Por migração pendular compreende-se o indivíduo que mora em uma cidade e trabalha em outra, ou seja, o local de residência é diferente do de trabalho (Hogan, 1993). O movimento periódico torna-se necessário, podendo ou não ser diário. Também há mobilidade pendular para estudo.

pelo primeiro capítulo da parte intitulada “Cidades, culturas e mudanças climáticas”. Este funciona como uma introdução às temáticas pertinentes às cidades que são aprofundadas ao longo dessa parte. Costa (2012) traçou um histórico das metrópoles brasileiras. No passado, a formação dos aglomerados urbanos aconteceu principalmente pelo movimento do campo para a cidade e das cidades menores em direção às maiores. O presente é marcado pelos deslocamentos cotidianos pendulares: casa, trabalho, escola, saúde, comércio, entre outros e pelos deslocamentos compulsórios, com aqueles causados por políticas de remoção. E, por fim, as tendências anunciadas de expansão imobiliária e conurbação, moldadas por uma lógica capitalista de produção do espaço, que trata a cidade como mercadoria. Intrínseca a este processo está a reprodução social, pautada na desigualdade de espaço e de condições de vida.

Torres e Sydenstricker-Neto (2012) e Nakano e Cunha (2012), por sua vez, discutem o processo de periferização, relacionado às tendências futuras enunciadas por Costa (2012). A produção do espaço urbano acontece como um ciclo vicioso: conforme o investimento público melhora as estruturas de áreas periféricas até então ocupadas pela população de baixa renda, frequentemente ocasiona a elevação do custo de vida e expulsa os moradores originais para áreas ainda mais periféricas (NAKANO; CUNHA, 2012). Isso resulta em um movimento intenso de migração intrametropolitano (ou dentro da metrópole), um aspecto que tem ganhado espaço na literatura. Desta forma, a cobertura da infraestrutura urbana não acompanha a expansão da malha urbana. Com o distanciamento da ocupação dos centros, maiores a dificuldade e o tempo de espera para a chegada da infraestrutura urbana, essencial para a vida cotidiana da população.

Além disso, o espraiamento da mancha urbana ocasiona problemas em termos da mobilidade (TORRES; SYDENSTRICKER-NETO, 2012). A discussão de mobilidade intraurbana, ou seja, o deslocamento nas cidades – em especial nos grandes centros – focaliza as dificuldades cada vez maiores de locomoção na extensa malha urbana. Os problemas da mobilidade atualmente estariam

em paradoxo com a própria ideia de cidade, de acesso rápido e fácil a bens e serviços. A intensificação dos deslocamentos gerou um novo conjunto de problemas e desafios às cidades, com conexões lentas e de acesso demorado. A maior necessidade de se locomover, seja para o trabalho, estudos, lazer, somado ao espraiamento do espaço urbano, resulta em um esgarçamento do espaço de vida e das relações sociais (HOGAN; MARANDOLA JR.; OJIMA, 2010).

Ao mesmo tempo, observa-se o aumento da frota de veículos no Brasil (MARTINE; OJIMA; FIORAVANTE, 2012). A participação da indústria automobilística na economia brasileira, juntamente com a dinâmica demográfica do país (concentração em grandes cidades principalmente) e a cultura do meio de transporte individual, ao invés do transporte público, explicaria o significativo aumento do número de veículos circulando na deficiente malha viária das cidades do país. Além das dificuldades de trânsito, outro problema ambiental estaria nas emissões dos gases do efeito estufa, dos veículos, provocando a degradação da qualidade do ar.

Assim, os problemas ambientais das cidades passam pelas desigualdades socioespaciais no território e o esgarçamento do espaço urbano, nos artigos mais recentes. A disponibilidade dos serviços sanitários está relacionada, em grande medida, com o quão “bem” localizado o domicílio está na malha urbana. Esta expansão sem acompanhamento de políticas públicas reforça que as desigualdades sociais também signifiquem desigualdades no acesso a serviços básicos para uma reprodução social plena. Simultaneamente, a expansão desenfreada desamparada de políticas de mobilidade coletiva provoca a obstrução das ruas da cidade.

A mobilidade e a Amazônia

A discussão sobre a Amazônia tem espaço já no primeiro livro, no ano de 1993. A Amazônia representa não apenas um recorte geográfico, mas é um símbolo da exuberância ambiental que esteve em destaque por conta dos intensos fluxos migratórios das

décadas de 1970 e 1980. Sobre este contexto, recaíram argumentos neomalthusianos acerca da pressão populacional sobre a floresta por conta dos migrantes. Nesse contexto, um grande esforço foi feito para desmistificar cientificamente a relação superficial entre o volume populacional e a degradação dos recursos naturais.

Sawyer (1993) recorreu a uma análise sobre os fluxos migratórios dos estados da Amazônia entre 1960 e 1991, tentando compreender o crescimento da região e seu efeito no ambiente. Os fluxos migratórios foram intensos durante a década de 1970, entretanto sua intensidade diminuiu a partir de 1980. Além disso, a “fronteira agrícola” não era necessariamente rural, tendo em vista que a maioria da população da região se concentrava nas cidades. Neste sentido, a questão ambiental na Amazônia deve abranger desde o desmatamento até os problemas referente às áreas urbanas.

A preocupação neomalthusiana foi perdendo espaço ao longo do tempo, o que não evitou que grande parte da discussão sobre a Amazônia tivesse como mote desmistificar a pressão demográfica sobre os recursos naturais da floresta tropical, em especial a questão do desmatamento na região. Sydenstricker-Neto (2002) discutiu o uso e cobertura da terra e os efeitos no desmatamento na Amazônia. As menores propriedades (menos de 10 ha), apesar de representarem a maioria em volume (46,7%) em 1995-1996, eram as que ocupavam a menor área (0,8%). Por outro lado, os estabelecimentos acima de 1.000 ha, que eram 1,9% do total, abrangiam 62,8% de área ocupada por propriedades agrícolas. Ou seja, a presença da população é um componente importante para a análise do desmatamento, mas não deve ser o único, tendo em vista que as relações econômicas, sociais, demográficas se desenham de forma mais complexa⁵.

Barbieri e Guedes (2012) acrescentaram novas perspectivas a serem consideradas. A entrada das relações econômicas voltadas

⁵ A relação entre dinâmica populacional e mudança no uso e cobertura da terra pode ser observada com mais profundidade nos artigos de Côrtes e D’Antona (2014) e VanWey, Guedes e D’Antona (2012).

para o mercado local ou global na Amazônia passa a interferir nas decisões individuais e familiares na área rural e no uso da terra. A introdução da economia formal repercutiu de forma a estruturar a economia local, refletindo no aquecimento do mercado de trabalho e na infraestrutura da região como o sistema de transporte. Além disso, a aproximação entre as áreas rurais e urbanas, não física, mas em relações sociais, potencializa a movimento de indivíduos entre esses dois espaços.

Um segundo grupo de textos se centra em estudos locais. Lima e Alencar (2000) discutem a ocupação na várzea do médio Solimões em uma reconstituição histórica do século XV até o XX. A ocupação da área se deu prioritariamente no rural. Porém, ao longo do tempo, o urbano passa a compor o cenário de ocupação com a migração pendular, causada pelas cheias do rio. As cheias inviabilizavam grande parte das atividades de pesca, agrícolas e até a habitação em algumas áreas tomadas pelas águas, e as cidades se tornaram uma alternativa para a sobrevivência nesses períodos. A imprevisibilidade da vida do rio bem como os transtornos causados criou um intenso processo de migração pendular, que por vezes culminou na migração permanente para a cidade.

Barbieri (2007a) parte de uma perspectiva da saúde, analisando a incidência da malária e a ocupação demográfica na região do norte do Mato Grosso. Em um primeiro momento, a introdução de atividades urbanas e agropecuárias significou o aumento substancial da incidência da malária. Entretanto, a manutenção da forte presença da doença se dava por conta da mobilidade da população. A circulação entre áreas de atividades de garimpo ou agropecuária, ambas realizadas próximas à floresta, com o urbano ou entre si resultava na manutenção de alta incidência da malária em ambas as áreas. Caso não houvesse uma forte interação, a incidência da doença tendia a diminuir. A mobilidade torna-se importante por aproximar locais por conta da circulação de pessoas entre estes.

Ainda sobre os estudos localizados, Vainer e Mello (2012) investigam os impactos populacionais dos grandes projetos,

com foco em na Usina Hidrelétrica de Belo Monte⁶. Nesse caso, a mobilidade aconteceria de forma imposta pelos deslocamentos compulsórios, não deixando alternativas a não ser o deslocamento involuntário (VAINER; MELLO, 2012: 255). Outro movimento relevante nesse contexto é o grande fluxo de imigração visando às oportunidades geradas pelos empreendimentos. O quadro dramático causado nesse caso é o desrespeito à integridade humana, em especial às populações ribeirinhas e indígenas, em prol da pretensiosa “retórica do neodesenvolvimentismo sustentável” (VAINER; MELLO, 2012: 266).

Um terceiro grupo de trabalhos se caracteriza pela centralidade na preocupação metodológica dos estudos da Amazônia no âmbito do uso da terra, com discussões sobre metodologia multiescalar (D’ANTONA; VANWEY, 2007; BARBIERI, 2007b).

Barbieri (2007b) traz uma análise multiescalar tendo como base modelos conceituais para análise da mobilidade. A proposta é superar perspectivas disciplinares, com perspectiva econômica macro ou individualistas, para pensar uma unidade de análise que servisse a diferentes escalas, sugerindo, então, o domicílio. Com isso, se construiriam modelos analíticos para entendimento da relação da complexa causalidade entre mobilidade populacional, uso da terra e ambiente.

Por fim, cabe apontar que a aproximação da Amazônia ao Cerrado, e suas áreas de intersecção, começam a despontar na bibliografia. Primeiro o já citado artigo de Barbieri (2007a) sobre a malária no norte do Mato Grosso, sendo que uma parte do estado constitui a Amazônia Legal. O trabalho de Carmo (2012) vem justamente mostrar as atividades econômicas que estão sendo desenvolvidas na área do cerrado e de transição na atualidade, predominantemente a soja e o gado e, recentemente a cana-de-açúcar. O processo de ocupação foi marcado pelo estabelecimento de áreas urbanas por conta das atividades predominantes que não

⁶ A usina está sendo instalada em Altamira, norte do Pará, e, em termos de potência instalada, será a terceira maior hidrelétrica do mundo.

exigem a residência no rural. Ainda assim as atividades econômicas se voltam ao rural, o que gera um intenso deslocamento entre as áreas urbanas e as rurais para o trabalho. Ao mesmo tempo, Carmo (2012) questiona a sustentabilidade da centralidade do Centro-Oeste em tais atividades que, caso sofra com situações que dificultem sua manutenção, teria intenso respaldo nas cidades. Quer dizer, apesar de não abordar de forma explícita, a própria manutenção da população na região depende de uma economia frágil no contexto da economia internacional, o que provoca a refletir sobre possíveis movimentos migratórios.

As Mudanças Climáticas

Neste último grande grupo temático têm-se as mudanças climáticas, que surgiram no debate especialmente a partir de 2009 em livro totalmente dedicado a esta problemática – “População e mudanças climáticas: dimensões humanas das mudanças ambientais globais”. A mobilidade apareceu nessa discussão principalmente como estratégia possível frente às adversidades climáticas, seja no Nordeste com o clima semiárido (QUEIROZ; BARBIERI, 2009), seja nas áreas costeiras (CARMO; SILVA, 2009; MARQUES, 2012). O que está em questão é o conhecimento do cenário que possibilite prever o risco futuro, além de seus impactos em termos sociais, demográficos, econômicos e ambientais. Marques (2012) aponta a importância da área litorânea que abriga grande parte das capitais brasileiras, como o Rio de Janeiro ou Salvador. De acordo com este autor, compreender os impactos das previsões futuras bem como os processos múltiplos dessas áreas e suas particularidades seria essencial para traçar as estratégias de enfrentamento.

Entretanto, esse modo de enfrentamento se restringe a cenários futuros. Historicamente as secas periódicas do semiárido, dentre outras razões, originaram fluxos populacionais para distintas regiões do país. O que se trata neste debate seria encarar a mobilidade enquanto planejamento, reconhecendo

o contexto local e utilizando o conhecimento sobre estudos de mudanças ambientais globais para prever seus impactos. Estes estudos vislumbraram que possivelmente os grupos mais vulneráveis apresentem maiores dificuldades para realizar a migração e sofram com os efeitos sociais e econômicos decorrentes de fenômenos climáticos (QUEIROZ; BARBIERI, 2009).

Considerações sobre a mobilidade populacional e o ambiente

Dentre os três temas mapeados, a discussão sobre “Cidades” e “Amazônia” estão presentes desde o primeiro livro organizado. Os trabalhos no início do período analisado construíram uma perspectiva crítica sobre o impacto dos fluxos migratórios para áreas mais industrializadas ou para a região da Amazônia, colocando em questão a perspectiva neomalthusiana da relação entre população e ambiente. Restringir a análise ao volume populacional é ignorar um contexto social mais complexo de, por exemplo, a desigualdade do acesso à terra ou à moradia. Não apenas o volume deve ser tratado na relação população e ambiente, mas também aspectos como o espaço de destino (urbano, rural, periferia e centro) ou as relações com as atividades econômicas exercidas neste espaço devem ser levados em conta na análise, minimizando a questão do volume.

A partir disso, cada tema desenvolveu um conjunto de preocupações próprias. A Figura 1 sintetiza os temas e subtemas de cada discussão, assim como os autores que abordaram tais questões.

TABELA 1 – A mobilidade populacional na literatura sobre população e ambiente segundo grupos temáticos e subtemas, por ano de publicação

Grupo temático	1993	2000	2002	2007	2009	2010	2012
As cidades							
Industrialização	1, 2	3					
Migração pendular (entre cidades)	2						
Urbanização e desigualdade			4				5, 6, 7
Mobilidade pendular (intraurbana)						8	9
A mobilidade e a Amazônia							
Processo de ocupação	10						11
Processo de ocupação (local)		12		13			
Uso da terra			14	15, 16			11
Grandes projetos							17
Cerrado							18
As Mudanças climáticas							
Efeitos das mudanças (litoral)					19		20
Efeitos das mudanças (Nordeste)					21		

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Referências por grupos temáticos:

As Cidades

1- Torres (1993); 2- Hogan (1993); 3- Costa (2000); 4- Torres (2002); 5- Costa (2012); 6- Torres e Sydenstricker-Neto (2012); 7- Nakano e Cunha (2012); 8- Hogan, Marandola Jr. e Ojima (2010); 9- Martine, Ojima e Fioravante (2012).

A mobilidade e a Amazônia

10 - Sawyer (1993); 11 - Barbieri e Guedes (2012); 12 - Lima e Alencar (2000); 13 - Barbieri (2007a); 14 - Sydenstricker-Neto (2002); 15 - D'Antona e VanWey (2007); 16- Barbieri (2007b); 17 - Vainer e Mello (2012); 18 - Carmo (2012).

As Mudanças Climáticas

19- Carmo e Silva (2009); 20- Marques (2012); 21- Queiroz e Barbieri (2009).

As discussões sobre a degradação do ar e das águas no espaço urbano arrefeceram, não porque não se configuram mais como problemas, mas talvez pela iminência de outras questões que também são consequência das grandes aglomerações e desigualdades sociais e espaciais. Os problemas urbanos como o excesso de veículos nas vias e a expansão desordenada da mancha urbana – fruto da especulação imobiliária e, em certa medida, um descaso das políticas públicas com as cidades – invadem não somente as metrópoles, mas grande parte das cidades brasileiras.

As discussões que circundaram o recorte da Amazônia se centraram em grande medida sobre as questões rurais. A mobilidade populacional permite vislumbrar as relações estabelecidas entre espaços e população, que podem não ser contínuos, mas que se conectam e ampliam o espaço de vida das populações em uma região onde as grandes distâncias marcam o cotidiano. Aqueles que se movem, como e os porquês o fazem evidenciam dinâmicas econômicas, sociais e políticas latentes em um processo ainda arbitrário de ocupação da região. Assim parte da discussão trouxe possibilidades para refletir sobre questões como: como tratar dos processos vividos por uma região com dimensão continental e com realidades múltiplas? Como relacionar as questões micro com um contexto mais amplo?

Por fim, a área das mudanças climáticas surge mais recentemente com forte ímpeto. As preocupações estão entorno da mobilidade futura, como opção de adaptação às transformações do clima que estão por vir na forma de mobilidade racional da população. Ou em forma de mobilidade espontânea, quando não existe um planejamento adequado.

A mobilidade assumiu diferentes faces nas discussões sobre população e ambiente: redistribuição da população, ocupação do território, urbanização, migração, periferação, mobilidade pendular, mobilidade temporária, população flutuante e turismo. Permanentes ou temporários, aqueles que se movem o fazem sob a influência de um contexto específico, vivenciando questões ambientais, sociais, econômicas e políticas mais amplas que a própria percepção individual.

Na atual conjuntura, com o processo generalizado de urbanização brasileira e intensa conexão do espaço rural e urbano mesmo em economias que giram em torno do campo, torna-se imprescindível compreender a relação da população e ambiente nas metrópoles como também em cidades médias no interior do país e no litoral. Como aponta Hogan (2005), tendo em vista que vivenciamos um momento de pós-transição demográfica com o arrefecimento do crescimento populacional, o manejo consciente em termos de dinâmica demográfica será permeado pela distribuição da população pelo território tendo em conta os passivos ambientais dos espaços, como adversidades climáticas, disponibilidade de recursos ou até a contaminação. Os desafios são vários nesse sentido, em termos teóricos e metodológicos, e a literatura tem ido ao encontro deste contexto.

Referências

- BAENINGER, R. Migração, migrações. *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP*, v. 1, n. 2, 2011.
- BARBIERI, A. F. Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar. *R. bras. Est. Pop.*, v. 24, n. 2, p. 225–246, 2007b.
- BARBIERI, A. F. População, Uso da Terra e Prevalência de Malária na Amazônia Brasileira. In. HOGAN, D. J. (Org.). *Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para*

o desenvolvimento brasileiro. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2007a.

BARBIERI, A. F.; GUEDES, G. A dinâmica demográfica e seus impactos ambientais na Amazônia: atualizações necessárias para uma política regional. In: MARTINE, G. (Ed.). *População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira*. Belo Horizonte: ABEP, 2012.

CARMO, R. L. Cerrado: água, fogo e sustentabilidade. In: MARTINE, G. (Ed.). *População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira*. Belo Horizonte: ABEP, 2012.

CARMO, R. L.; SILVA, C. A. M. População em zonas costeiras e mudanças climáticas: redistribuição populacional e riscos. In: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. (Eds.). *População e mudanças climáticas: dimensões humanas das mudanças ambientais globais*. Campinas; Brasília: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp; UNFPA, 2009.

CÔRTEZ, J. C.; D'ANTONA, A. O. Dinâmicas no uso e cobertura da terra: perspectivas e desafios da Demografia. *Revista R. bras. Est. Pop.*, v. 31, 2014.

COSTA, H. S. M. Indústria e produção do espaço e custos socioambientais: reflexões a partir do exemplo do Vale do Aço, Minas Gerais. In: COSTA, H. S. M.; TORRES, H. (Orgs.). *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

COSTA, H. S. M. Planejamento e ambiente em regiões metropolitanas. In: MARTINE, G. (Ed.). *População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira*. Belo Horizonte: ABEP, 2012.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. In: CUNHA, J.

- M. P. (Org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2011.
- D'ANTONA, A. O.; CAK, A. D.; VANWEY, L. K. Efeitos da escala da análise em estudos de mudança da cobertura da terra entre Santarém e Altamira, no Pará, Brasil. In. HOGAN, D. J. (Org.). *Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2007.
- D'ANTONA, A. O.; VANWEY, L. K. Estratégia para amostragem da população e da paisagem em pesquisas sobre uso e cobertura da terra. *R. bras. Est. Pop.*, v. 24, n. 2, p. 263–275. 2007.
- FERREIRA, L. C. A política ambiental no Brasil. In. MARTINE, G. (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- FERREIRA, L. C. Mobilidade populacional e meio ambiente. *R. bras. Est. Pop.*, v. 15, n. 2, p. 83–92, 1998.
- FERREIRA, L. C. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, 2005.
- FERREIRA, L. C. População, pobreza e poluição em Cubatão, São Paulo. In. MARTINE, G. (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- HOGAN, D.; MARANDOLA JR., E.; OJIMA, R. Aglomerações urbanas e mobilidade. In. HOGAN, D.; MARANDOLA JR., E.; OJIMA, R. (Orgs.). *População e Ambiente: desafios à sustentabilidade*. Série Sustentabilidade. São Paulo: Blucher, 2010.
- LAZARTE, R. Tendências recentes de crescimento e distribuição espacial da população brasileira. *Anais... V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Águas de São Pedro-SP, 1986.

- LEFF, E. *Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes*. São Paulo: Cortez, 2012.
- LIMA, D. M.; ALENCAR, E. F. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões. In. COSTA, H. S. M.; TORRES, H. (Orgs.). *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Em direção a uma demografia ambiental? Avaliação e tendências dos estudos de População e Ambiente no Brasil. *R. bras. Est. Pop.*, v. 24, n. 2, p. 191–223, 2007.
- MARQUES, C. Desafios teóricos e tendências recentes na demografia espacial e ambiental brasileira. In. *Anais... XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de Lindóia*, 2012.
- MARTINE, G. A demografia na questão ecológica: falácias e dilemas reais. In. MARTINE (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993a.
- MARTINE, G. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. In. MARTINE (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993b.
- MARTINE, G.; OJIMA, R.; FIORAVANTE, E. F. Transporte individual, dinâmica demográfica e meio ambiente. In. MARTINE, G. (Ed.). *População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira*. Belo Horizonte: ABEP, 2012.
- NAKANO, K.; CUNHA, J. M. P. A Rio+20 e os desafios da crise urbana. In. MARTINE, G. (Ed.). *População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira*. Belo Horizonte: ABEP, 2012.

- QUEIROZ, B. L.; BARBIERI, A. Os potenciais efeitos das mudanças climáticas sobre as condições de vida e a dinâmica populacional no Nordeste Brasileiro. In. HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. (Orgs.). *População e mudanças climáticas: dimensões humanas das mudanças ambientais globais*. Campinas; Brasília: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp; UNFPA, 2009.
- QUEIROZ, S. N. *Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/Ank1dx>>. Acesso em out. 2014.
- SAWYER, D. População e meio ambiente na Amazônia brasileira. In. MARTINE, G. (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- SYDENSTRICKER-NETO, J. Population and Environment in Amazonia: from just the numbers to what really counts. In. HOGAN, D. J.; BERQUÓ, E.; COSTA, H. S. M. (Eds.). *Population and environment in Brazil: Rio+10*. Campinas: CNPD, Abep, Nepo, 2002.
- TORRES, H. G. Indústrias sujas e intensivas em recursos naturais: importância crescente no cenário industrial brasileiro. In. MARTINE, G. (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- TORRES, H. G. Migration and Environment: a view from Brazilian Metropolitan Areas. In. HOGAN, D. J.; BERQUÓ, E.; COSTA, H. S. M. (Orgs.). *Population and environment in Brazil: Rio+10*. Campinas: CNPD, Abep, Nepo, 2002.
- TORRES, H. G.; SYDENSTRICKER-NETO, J. Por uma periferia sustentável. In. MARTINE, G. (Ed.). *População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira*. Belo Horizonte: ABEP, 2012.

- VAINER, C.; MELLO, C. C. A. Grandes projetos, deslocamentos compulsórios e meio ambiente: o caso de Belo Monte. In. MARTINE, G. (Ed.). *População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira*. Belo Horizonte: ABEP, 2012.
- VANWEY, L. K.; GUEDES, G. R.; D'ANTONA, A. O. Out-migration and land-use change in agricultural frontiers: insights from Altamira settlement project. *Population and Environment*, v. 34, 2012.

FAMÍLIA, LUGARES E TROCAS: APLICANDO O CONCEITO DE “ESPAÇO DE VIDA” PARA O ESTUDO DE DINÂMICAS POPULACIONAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA*

*Thais Tartalha Lombardi***

Resumo: A localidade de residência de parentes e a ajuda entre unidades domésticas de áreas urbanas da Amazônia brasileira são estudadas para pensar elementos da distribuição espacial e dinâmica da população. Como abordagem operacionalizamos uma parte do conceito de “estratégias de sobrevivência familiar” usando o conceito de “espaço de vida” como aporte para captar elementos do capital social e físico que compõe estas estratégias com o uso da análise de correspondência. Os resultados mostram que a utilização desse arcabouço é útil, demonstrando a diversidade das características da distribuição espacial da população em diferentes áreas da Amazônia.

Palavras-chave: Família. Espaço de vida. Amazônia brasileira. Urbanização. Metodologia.

Family, places and networks: applying the concept of "life space" to study population dynamics in the Brazilian Amazon

Abstract: Parents' place of residence and help among households in urban areas in the Brazilian Amazon are studied here to understand some features of population

* Agradeço às/aos pareceristas anônimos que ao lerem uma primeira versão deste texto deram sugestões fundamentais para sua melhoria.

Este artigo é desdobramento do projeto de doutorado "A(s) Fronteira(s) Amazônicas: Dinâmicas populacionais pensadas a partir do estudo de estratégias de sobrevivência em três áreas urbanas da Amazônia brasileira", financiado pela FAPESP, processo 2001/06034-9

** Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Universidade Estadual Paulista – Unesp, São Paulo-SP, Brasil (thaistnl@ippri.unesp.br). Recebido em: 02/03/2015 – Aceito em: 02/07/2015.

spatial distribution and dynamics. As an approach, part of the concept of “sustainable family livelihood”, is operationalized through the concept of “life space” as a tool to capture elements of the physical and social capitals of the livelihoods by using correspondence analysis. Results seem to be positive in the sense that they allow to visualize the diversity of the population spatial distribution at different areas of the Amazon.

Keywords: Family. Life space. Brazilian Amazon. Urbanization. Methodology.

Familia, lugares e intercambios: aplicando el concepto de “espacio de vida” para el estudio de dinámicas poblacionales en la Amazonia brasileña

Resumen: La localidad de residencia de los parientes y la ayuda entre las unidades domésticas en las zonas urbanas de la Amazonía brasileña están aquí estudiadas para pensar en los elementos de la distribución espacial y dinámica de la población. Como enfoque se operacionalizó una parte del concepto de “estrategias de supervivencia familiar” utilizando el concepto de “espacio de vida” como un aporte para captar elementos del capital social y físico que conforman estas estrategias con el uso del análisis de correspondencia. Los resultados muestran que el uso de este marco es útil, demostrando la diversidad de las características de la distribución espacial de la población en las diferentes áreas de la Amazonía.

Palabras clave: Familia. Espacio de vida. Amazonía brasileña. Urbanización. Metodología.

Introdução

Em estudos recentes sobre a Amazônia brasileira tem havido um crescente interesse em discutir as relações entre rural e urbano na região (PADOCH et al., 2008). Em particular estes estudos têm se preocupado em abordar tal temática recortando análises de dinâmicas e estratégias domiciliares que estariam conectadas a transformações no uso e ocupação do ambiente (DE SHERBININ et al., 2008; VANWEY; GUEDES; D’ANTONA, 2012). Desta forma, o urbano amazônico passa a ocupar um lugar cada vez mais central no entendimento da relação entre população e ambiente, já que a mobilidade entre áreas rurais e urbanas, a composição da população (sexo e idade), e as estratégias familiares, parecem ser cada vez mais atravessadas por ele.

Procurando somar a tais estudos, e às tendências apontadas por eles, nos ocupamos em entender certa dinâmica entre parentes

residentes em diferentes unidades domésticas a partir de suas localidades (mesmo município, outro município, outro estado), situações de domicílio (rural ou urbano), e ajudas (monetária, serviços, etc.). Escolheu-se uma abordagem que segue os passos da construção metodológica feita por Lombardi (2014), utilizando-se do mesmo banco de dados que a autora¹. Assim, segundo esta abordagem teríamos como arcabouço principal as “estratégias de sobrevivência familiar” (LOMBARDI, 2014a), composta por diferentes variáveis conectadas, chamadas de capitais, contextos, processos e habilidades.

Por ser uma relação complexa entre variáveis, neste texto se operacionaliza apenas parte dos capitais através da aplicação do conceito de “espaço de vida” (COURGEAU, 1984). Contudo, este não é um estudo exaustivo sobre o “espaço de vida” das famílias, mas tão somente a aplicação de uma metodologia e as análises de sua validade enquanto aporte para se chegar até as “estratégias de sobrevivência”, bem como para captar dinâmicas populacionais delas resultantes. Recortam-se três cidades na Amazônia brasileira que expressam diferentes momentos do processo de ocupação da região e também dinâmicas econômicas: Altamira (PA), Santarém (PA), e Lucas do Rio Verde (MT).

Os resultados indicam uma grande variação no tipo de dispersão espacial que se estabelece dentro dos grupos familiares em cada uma das áreas de estudo, apontando para diferentes relações entre áreas rurais e urbanas em cada uma. Deste modo, a operacionalização do conceito de “espaço de vida” demonstra ser ferramenta útil e capaz de auxiliar no entendimento de dinâmicas familiares e suas reverberações em elementos da dinâmica populacional, particularmente na distribuição espacial da população.

¹ A escolha por se trabalhar com o mesmo banco de dados impôs a mesma limitação já que os dados colhidos só se referem à Unidade Doméstica (UD) de referência (entrevistada) e seus pais ou filhos residentes em outras unidades domésticas. Não há informações sobre vizinhos, comunidade ou associações que poderiam ajudar a iluminar ainda mais as “estratégias de sobrevivência familiar”.

Finalmente, o uso dessa metodologia se justifica pela preocupação em trazer para a análise a dimensão do espaço e as escalas em que as dinâmicas se dão. Ademais, contribui para pensar o processo e os sentidos da urbanização na Amazônia a partir da forma pelas quais famílias se distribuem pelo espaço e se relacionam. Para tanto, estruturamos o texto em quatro partes. Inicialmente se apresentam os aportes teórico-metodológicos nos quais se apoia o texto, dando subsídio para a parte seguinte, que é a descrição dos dados e áreas de estudo, e as metodologias de análise utilizadas. Na sequência são apresentados e debatidos os resultados obtidos, fechando-se o texto com algumas considerações finais.

Articulando conceitos para entender características da dinâmica demográfica e sentidos do urbano amazônico

Este texto busca articular o conceito de “espaço de vida” elaborado por Courgeau (1984, 1987) como aporte metodológico para análise da distribuição espacial e relações de troca de um grupo de parentes residentes em diferentes unidades domésticas. O “espaço de vida” corresponde ao espaço material (físico) e imaterial (social, cultural) cujas características e práticas contêm a vida de indivíduos ou grupos. Uma componente marcante é ser desenhado de forma a permitir ser um conceito tanto comparativo de trajetórias de indivíduos quanto de estudos longitudinais. Assim, o “espaço de vida” pode ser pensado tanto como uma recuperação/entendimento de um ponto no tempo (um mesmo grupo ou entre grupos de gerações diferentes) como as mudanças ao longo do tempo (estudo longitudinal sobre mudanças no espaço de vida em uma geração).

Contudo, a importância do conceito é que seu desenho tem como pressuposto reconhecer a complexidade do entendimento de dinâmicas populacionais ou de outros conceitos como *ciclo vital*

ou *curso de vida*², sendo um conceito que elabora elementos para se chegar a outros conceitos. Por isso a proposta deste texto foi seguir a construção metodológica de Lombardi (2014b), que agrega o conceito como metodologia de análise para captar elementos das redes de sociabilidade familiar e localidade de residência que compõem o que a autora chama de “estratégia de sobrevivência familiar” (LOMBARDI, 2014a).

As “estratégias de sobrevivência familiar” são a tradução do conceito de “sustainable rural livelihoods” elaborado por Ian Scoones (1998) que se caracteriza como um conceito-metodologia de análise, e se propõe entender como grupos familiares ou indivíduos acessam, dispõem, ou modificam, todo e qualquer capital, qualidade, atividade ou atributo, que esteja em sua posse ou acessível a eles, com vistas a se tornar resiliente, ou seja, capaz de manter sua condição de vida ou superá-la. Segundo Rakodi (2002) em contextos de áreas urbanas em que há uma fluidez e conectividade com áreas rurais o conceito ajuda a pensar essa relação.

O conceito de Scoones (1998) encontra eco na formulação de conceito homônimo desenvolvido por autores latinoamericanos como Duque e Pastrana na década de 1970 (PRIETO, 1998)³

² Sobre os conceitos de *ciclo vital* e *curso de vida* é necessário dizer que são o substrato de onde se desenvolve o conceito de “espaço de vida”. Isto porque reconhecem que a passagem do tempo reflete em diferentes dinâmicas e arranjos, tanto para indivíduos como para famílias. Por isso se desenvolveram para refletir sobre as etapas (ciclo vital) ou as diferentes trajetórias (curso de vida) de seus objetos de estudos. Courgeau (1984), procurando avançar em meios teórico-metodológicos de usar ambos os conceitos, desenvolve o “espaço de vida” como ferramenta para reconhecer e captar os elementos materiais e imateriais que comporiam estas etapas ou trajetórias. A bibliografia sobre ambos os conceitos é extensa tanto quanto seus usos (BLAAUBOER; STRÖMGREN; STJERNSTRÖM, 2013; ELDER, 1987; GLICK, 2009; GUEDES et al., 2011; OLIVEIRA, [s.d.]) e por isso aqui não vamos aprofundá-la, nos restringindo ao conceito inspirado por elas.

³ O trabalho de Prieto (1998) e de Torrado (1981) são boas referências para se recuperar o histórico do conceito a partir de sua discussão nas décadas de

e revisto metodologicamente por autores como Torrado (1981) e Hintze (2004). Contudo, as formulações de ambas as linhas se distanciam na base teórica na qual se fundamentam, pois enquanto o conceito latino-americano parte de uma base mais marxista, remetendo as análises aos estudos das classes sociais (TORRADO, 1981), os fundamentos teóricos de Scoones (1998) e outros se baseiam na conceituação de capitais e capacidades⁴ como sugeridas por Sen (SEN, 2001). Embora as duas matrizes teóricas e seus fundamentos sejam complementares e possuam elementos de diálogo importantes, as duas vertentes não foram utilizadas até hoje de forma conjunta.

Assim, sugerindo essa complementaridade, vemos a operacionalização metodológica de Lombardi (LOMBARDI, 2014b) dos componentes das capacidades e capitais de uma forma muito similar com a sugerida por Torrado (TORRADO, 1981) para operacionalização do conceito de “estratégias familiares de vida” sem, contudo, haver uma real influência desta naquela formulação, o que só demonstra a compatibilidade de ambas as formulações teóricas sobre “estratégias de sobrevivência”. Sendo a principal aproximação o fato de que os capitais seriam compostos de elementos materiais e imateriais mais ou menos dispostos como: capital econômico (aqueles ligados à renda e acesso a bens financeiros), social (aqueles ligados aos elementos imateriais, como as redes sociais), cultural (aqueles ligados à cultura como práticas e a linguagem), e físico (aqueles ligados aos elementos materiais, como a casa ou sua localização). As variáveis que compõem cada um dos capitais são, contudo, um assunto sobre o qual autores divergem bastante, dependendo basicamente dos pressupostos

1970 e 1980 no âmbito do PISPAL e todas as críticas e reformulações que o conceito sofreu desde então.

⁴ Não seria correto dizer que o conceito como trabalhado pelos autores latinoamericanos não incorporem as dimensões dos capitais, o que ocorre é que os mecanismos através dos quais o fazem (incluindo os pressupostos teóricos e metodológicos) divergem um pouco.

através dos quais cada um elabora seus capitais, principalmente em relação aos dados de que dispõem.

Assim, buscando trabalhar o conceito de “estratégia de sobrevivência familiar” recortamos alguns elementos componentes dessa estratégia que se refeririam à dispersão espacial e redes de ajuda. Ambos poderiam ser capturados através da aplicação e operacionalização do conceito de “espaço de vida” e corresponderiam aos elementos que caracterizariam o capital social (ajudas) e físico (local de residência dos membros). Claro que não se esgota o potencial de pensar o “espaço de vida” como conceito-metodologia para captar capitais, mas antes indicamos seu potencial, em particular no que se refere à possibilidade de analisar em conjunto elementos de capitais diferentes e como divergem.

Na próxima seção serão tratados com mais profundidade os elementos em análise. Aqui, é importante fazer mais algumas apreciações sobre a ajuda (e dentro dela as trocas), a mobilidade (e a dispersão espacial) e o urbano amazônico. Na literatura as trocas intergeracionais aparecem como elementos importantes para se entender arranjos domiciliares, escolha de moradia, e até estratégias migratórias (BLAAUBOER; STRÖMGREN; STJERNSTRÖM, 2013; CONWAY; COHEN, 2003; MACIEL, 2012). Tais abordagens procuram identificar como essas trocas se relacionam com os diversos capitais acessados pelos indivíduos dentro de suas estratégias de sobrevivência (RAKODI, 2002). Em geral os trabalhos que tratam do tema identificam com mais facilidade trocas em termos monetários, e por isso grande parte dos estudos sobre o tema recorrem à perspectiva da economia (GUEDES; QUEIROZ; VANWEY, 2009). Entretanto, uma literatura recente está tentando dar sentido a trocas buscando captar também aspectos sutis que não podem ser mensurados em termos monetários, mas que são fundamentais na vida cotidiana e influenciam o entendimento das estratégias discutidas pela teoria clássica (PADOCH et al., 2008).

Dentre estes aspectos estão as redes de ajuda que não caracterizam ajudas em um sentido de ir e vir, que seriam as trocas,

mas ajudas num sentido único, que apesar de terem motivações diferenciadas (práticas culturais, diferentes demandas) são aspectos essenciais do entendimento das redes sociais e, portanto, do capital social. Por esse motivo analisamos aqui a ajuda dada e recebida pela Unidade Doméstica (UD) a seus parentes e como tais trocas se caracterizam. Somada à ajuda está outra característica importante apontada já na literatura sobre dinâmicas populacionais na Amazônia e além dela (DE SHERBININ et al., 2008; MACIEL, 2012) que é como a mobilidade faz parte da estratégia de grupos familiares tanto como atividade, quanto como mecanismo para acessar, dispor, ou modificar seus capitais, qualidades e atributos. Assim, ao entender os lugares e a dimensão dos espaços usados pelas famílias seria possível entender dinâmicas populacionais em microescalas e dar sentido aos vários usos que se faz do espaço.

Por fim, é necessário falar sobre o que é chamado de urbano neste texto. Há uma extensa bibliografia sobre as particularidades tanto do processo de urbanização quanto das características do urbano na Amazônia. Dentre estas concordamos com a proposição de Becker (BECKER, 2013, 1988) que o urbano – um aglomerado residencial onde se concentram também serviços, funcionando como entreposto para o comércio e a troca de bens e o fluxo de pessoas e informações – seja antes de tudo o elemento chave da ocupação do espaço na região, e o ponto de partida para se visualizar e entender as dinâmicas dessa ocupação que caracteriza a *floresta urbanizada* (BECKER, 2013, 1988). Isto porque a ocupação do espaço amazônico se dá consoante uma prática de relações de exploração e transformação da floresta, o que faz com que o urbano e o rural constituam uma relação simbiótica. No entanto, discordamos que esse urbano seja por sua vez hierarquizado e concordamos com o trabalho de Browder e Godfrey (BROWDER; GODFREY, 1997) que propõem que esse urbano tem suas próprias redes, que não funcionam com a mesma lógica da sociedade tecnológica, mas sim segue os fluxos do comércio e das pessoas, o que tornaria o processo na Amazônia uma *urbanização desarticulada*.

Ao conceito de Browder e Godfrey (1997) seria importante juntar o conceito de *urbanização extensiva* de Monte-Mór (MONTE-

MÓR, 1994) que procura, a partir do trabalho de Becker, pensar as descontinuidades do urbano amazônico, em especial com relação à não participação em uma cadeia de eventos que levaria a um processo de urbanização como o experimentado por outras regiões do país, o que daria ao urbano amazônico uma característica de urbano na proposição, mas bastante rural na execução. Onde a lógica da cidade e da organização urbana orientaria a ocupação do espacial, cuja completude seja virtual e faltem serviços e a malha urbana propriamente dita. Dito isto se pode chegar ao urbano ao qual nos referimos aqui: em termos de dados circunscritos pelas determinações jurídico-administrativas do município, em termos teóricos uma configuração onde a virtualidade do urbano se impõe à forma de se ocupar o espaço, mas também se sobrepõe à realidade de uma rede de serviços, comércio, e organização urbana deficitária e incompleta. E assim podemos seguir para a apresentação dos dados e da área de estudo.

Dados, metodologia de análise e área de estudo

Nesta seção apresentamos um pouco do banco de dados e metodologia de análise e também as áreas de estudo. Começando pelo de dados. Foram utilizados dados do banco do projeto *Amazonian Deforestation and the Structure of the Households*⁵ captados através da realização de três surveys representativos para as áreas urbanas dos municípios de Altamira (janeiro de 2010) e Santarém (julho de 2009), no estado do Pará, e Lucas do Rio Verde (fevereiro de 2009) no estado do Mato Grosso. O survey compreendeu a aplicação de 500 questionários em cada área

⁵ A pesquisa é uma parceria ente o Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp), Anthropological Center for training and research (ACT/Indiana), e Brown University e financiada pelo National Institute of Child Health and Human Development - NIH (grant # 2R56HD035811-08 and grant # R01-HD3581).

urbana e se utilizou do conceito de unidade doméstica⁶ (UD) para definir a unidade representada pelo conjunto de membros que eram identificados pelos responsáveis⁷ como pertencentes a uma unidade que compartilha renda, alimentos, e também, mas não necessariamente, a residência.

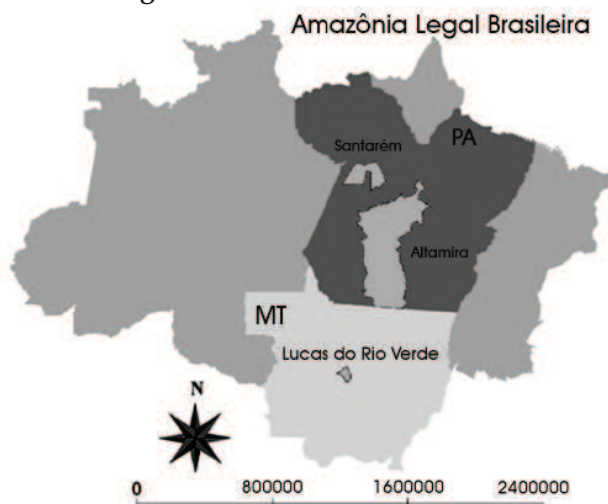
O grande diferencial deste survey e o que faz dele uma boa fonte de dados para trabalhar as questões que são recortadas aqui é a existência de informações sobre parentes que não fazem parte da UD. Assim, são coletadas informações sobre o local de residência, idade, existência de deficiência, escolaridade, estado civil, ajuda e visitas. Tais informações sobre pessoas que vivem fora do domicílio entrevistado e as relações entre elas ainda é escassa nos bancos de dados oficiais como o Censo Demográfico ou as Pesquisas de Amostra Domiciliares (PNAD) e por isso a escolha por se trabalhar com esses dados. Para tanto, a partir do banco original do survey, foi organizado um segundo banco de dados só com dados sobre os parentes (pais, mães, sogros, sogras, padrastos e madrastas) vivos, sendo aqueles fora das unidades domésticas 98.38% (3.209) do total.

⁶ Aqui utilizaremos o termo unidade doméstica, ao invés de domicílio, como tradução para *household*. Dentre as delimitações das duas categorias se poderia entrever uma perfeita sobreposição entre domicílio e unidade doméstica uma vez que em ambas está a ideia de que seriam constituídas de unidades habitacionais onde um grupo de indivíduos tomaria decisões de consumo e compartilharia renda e alimentos (GOLDSCHIEDER, 1995). Contudo, variações no conceito de *household* dão conta de que essa categoria não se restringe a uma única unidade habitacional, mas que pode ser constituída de diferentes unidades – distantes espacialmente – mas que compartilham laços de parentesco nas quais decisões, renda, e consumo são compartilhados (PRADO, 1982; RANDALL; COAST; LEONE, 2011), diferenciando-a da dimensão habitacional única do domicílio (o que também implica que as unidades domésticas aqui trabalhadas sejam compostas de uma ou mais unidades habitacionais).

⁷ Embora fosse necessário identificar os responsáveis pela unidade doméstica para serem os respondentes do questionário, caracterizados como “dona” e “dono”, era através da “dona” que se identificava o parentesco e outras relações com os membros da unidade doméstica e dos parentes fora dela.

Como método para captar os elementos dos capitais caracterizados dentro dos “espaços de vida” foram executadas análises de correspondência simples (Correspondence Analysis – CORA) para entender as associações entre a localização das UD's, a localização dos parentes, e as trocas realizadas por ambos. Segundo Bartholomew et al (2008) esta metodologia é extremamente útil para visualizar e descrever empiricamente onde estão as associações mais fortes entre variáveis e assim ajudar a fortalecer relações analíticas entre conceitos. Os cálculos foram feitos como sugeridos por Bartholomew et al (2008) a partir do software estatístico R. Igualmente as áreas urbanas estudadas longe de se caracterizarem como áreas metropolitanas são casos interessantes uma vez que representam cidades com tamanho, idades e importância regional diferenciadas. A localização dos municípios dentro nos estados é apresentada na Figura 1:

FIGURA 1 – Localização das áreas de estudo, dentro dos estados da Amazônia Legal



Fonte: Banco de dados cartográficos do site do IBGE trabalhados no software TerraView. Disponível em: <<http://goo.gl/3ecZwp>>. Acesso em jan. 2015.

A primeira delas, Altamira, situada na margem do Rio Xingu, foi criada como aldeamento indígena entre os séculos XVIII e XIX, teve um impacto com a produção da borracha durante os anos 30 e 40, mas o maior impacto foi o do projeto de colonização ao longo da Rodovia Transamazônica que perdurou de 1971 a 1989. O projeto transformou a paisagem tanto quanto a dinâmica populacional, alçando a cidade de vila ribeirinha a um dos centros regionais no sudeste paraense (UMBUZEIRO, 1999). No período recente a região está em evidência por ser a localidade sede do projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte. A hidrelétrica, autorizada em 2011, deve entrar em operação até o fim de 2015 e tem sido objeto de estudos e debates por seus impactos ambientais e sociais (FLEURY; ALMEIDA, 2013).

A segunda, Santarém, situada no encontro entre os rios Tapajós e Amazonas, teve sua fundação no século XVII, já com um papel de centro regional, e teve seu desenvolvimento estreitamente relacionado aos vários ciclos econômicos que se deram na Amazônia (TOLEDO, 2011). Ali os projetos de colonização e infraestrutura tiveram menos impacto, possivelmente pela importância geográfica da cidade que está em um ponto estratégico para o deslocamento entre a parte oriental e ocidental da Amazônia brasileira, e por ser um caminho direto para a foz do Amazonas e a exportação. Talvez o maior impacto dos projetos de infraestrutura tenha sido a criação de rodovias, principalmente as federais como a Rodovia Cuiabá-Santarém (BR163), que expandiu ainda mais a característica de entreposto comercial da cidade, já que continua a escoar a produção agropecuária, e contemporaneamente de soja.

Por fim, Lucas do Rio Verde, o mais recente dos três municípios, só é oficialmente fundado em 1982, quando já havia ali uma comunidade formada a partir de um projeto de colonização que trazia colonos do sul do país para “ajudar” na “abertura e ocupação” da Amazônia (ZART, 1998). Contudo, sua juventude em termos de tempo de ocupação da área não se reflete na sua dinâmica, sendo uma das maiores cidades produtoras de soja do

norte do Mato Grosso e um dos polos de expansão da indústria de alimentos⁸ no país.

Em um comparativo de dados sobre as três cidades em tempos recentes a Tabela 1⁹ mostra que nas três áreas o crescimento populacional foi positivo, mas que Lucas do Rio Verde, apesar de ter o menor volume populacional, teve o maior incremento na última década. Outro dado interessante é o grau de urbanização que revela uma concentração da população no urbano que ultrapassa os 70% em todas as áreas. Finalmente, na distribuição por sexo, vemos que há certo equilíbrio nos dois primeiros municípios (Santarém e Altamira), mostrando Lucas do Rio Verde com uma leve tendência de ter uma maior população de homens. Se esses dados municipais se desdobrarem para as áreas urbanas dos municípios essa tendência permanece com uma certa estabilidade para Santarém (101,28), um leve aumento do número de mulheres em Altamira (97,46), e novamente uma tendência a um número maior de homens em Lucas do Rio Verde (110,16).

⁸ É hoje, um dos eixos centrais do complexo carne-soja que se estabeleceu no Mato Grosso (BRANDO et al., 2013; VANWEY et al., 2013).

⁹ Os dados se referem aos municípios como um todo não fazendo distinção entre áreas urbanas e rurais.

TABELA 1 – Caracterização dos municípios da área de estudo para 2010 a partir dos dados censitários

Variáveis	Santarém (PA)	Altamira (PA)	Lucas do Rio Verde (MT)
Taxa de crescimento 2000-2010 (% ao ano)*	1,16	2,49	8,96
Área (km ²)	22.886,624	159.533,730	3.663,994
População total (hab)	294.580	99.075	45.566
Grau de urbanização* (%)	73%	85%	93%
Razão de sexo [◊]	102,01	101,14	111,49
Razão de Dependência Total [±]	0,586	0,538	0,379
Quociente Idosos-Jovens [∞]	0,171	0,144	0,087

Fonte: Tabulação própria a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 disponíveis no SIDRA-IBGE (www.sidra.ibge.gov.br) e no canal Cidades@ (www.cidades.ibge.gov.br).

Notas: * Taxa de crescimento geométrico usada para calcular a média de crescimento ao ano por um período determinado, no caso aqui o período entre os censos de 2000 e 2010. Expressa pela equação: $r = ((\text{Pop em 2010} / \text{Pop 2000})^{10} (\text{período}) - 1) * 100$.

◊ O grau de urbanização é representado pelo volume de população recenseada residente na área urbana sobre a população total recenseada no município.

◊ A razão de sexo é um indicador representado pela razão entre o volume de homens sobre o volume de mulheres ($H/M * 100$). Assim, uma razão de valor 100 representa equilíbrio entre homens e mulheres, valores acima de 100 representam um volume maior de homens e um valor abaixo de 100 um volume maior de mulheres.

± A razão de dependência é representada pela proporção da população chamada “em idade ativa”, ou seja, a população em idade e condições de trabalhar (15 a 65 anos), sobre a população de crianças (< 15) e idosos (65+).

∞ O quociente idosos-jovens representa a razão entre o volume de população idosa sobre o volume de população jovem e ilustra a diferença de volume entre os dois grupos. Valores abaixo de 1 (um) representam uma população idosa menor do que a de jovens, valores acima de 1 (um) uma população idosa maior que a de jovens.

Do mesmo modo, são interessantes as tendências apontadas pela razão de dependência e o quociente idosos-jovens que dão indicativos da distribuição etária nas áreas de estudo. A razão de dependência aponta para uma distribuição etária equilibrada entre a população em idade ativa e a população idosa somada à população jovem nos dois primeiros municípios. Somando a esse dado os resultados do quociente idosos-jovens para os mesmos dois municípios observa-se uma população de jovens de volume superior ao de idosos, o que indica que a população de ambos ainda tem uma estrutura etária jovem. Diferente desta tendência, Lucas do Rio Verde apresenta uma maior população em idade ativa do que de jovens e idosos, e um quociente idosos-jovens que mostra uma população cuja proporção de jovens é ainda maior do que nos outros municípios.

Portanto, a população dos três municípios, embora com diferentes estruturas etárias, era, em 2010, estruturalmente jovem, com variações significativas no tamanho da população em idade ativa. E por terem essa população ainda estruturalmente jovem é que se propôs analisar a relação entre pais e filhos hoje, pois pensar estas relações familiares pode ajudar a entender como os filhos adultos se relacionam com seus pais que residem em outras unidades domésticas e como estão vivenciando o envelhecimento dos mesmos.

Das trocas e do cuidado na perspectiva do urbano amazônico

Como foi dito acima, aqui se apontam caminhos para pensar a ajuda e a localização espacial dos parentes como parte do “espaço de vida” das famílias¹⁰, mas antes de passar para as análises

¹⁰ Lembrando que há também 6 possíveis respostas para cada UD (pai, mãe, sogro, sogra, padrasto, madrastra) presentes ou não, a depender do estado civil da(o) responsável e do parente, da história de vida (separação, recasamento, criação apenas por um dos pais), e da sobrevivência das gerações imediatamente anteriores aos entrevistados.

apresentamos alguns dados sobre a população de pais encontrada. Começamos pela idade dos pais, lembrando que, como apontaram os dados da Tabela 1, as UD's estão em municípios cuja população é estruturalmente jovem e por isso se espera que seus pais sejam também relativamente jovens. Os dados demonstraram que os pais (e os sogros) que vivem em outras UD's são mesmo relativamente jovens, com a concentração em grupos etários de 50 a 69 anos¹¹ (49% Santarém, 44% Altamira, 48% Lucas do Rio Verde), com o segundo grupo mais numeroso de 70 a 79 anos (21% Santarém, 16% Altamira, 15% Lucas do Rio Verde).

Do mesmo modo, ao ser perguntado se alguns dos pais que vivem em outra UD têm alguma deficiência foram reportados apenas 356 (11%) parentes com alguma deficiência dentre os 3.209 vivos e residentes em outro domicílio. Dentre os 53 parentes que residiam na UD, 21% reportaram ter alguma deficiência. Para ambos os grupos a dependência também ocorre em idades cada vez mais avançadas, tendo 20% deles entre 60 e 69 anos e 47% acima de 70 anos. Buscando o entendimento destas especificidades locais nas áreas de estudo elaboramos as análises de correspondência¹² (Figura 2, Figura 3). Elas ajudariam a entender quais as questões que perpassariam os "espaços de vida" (gênero, etária, proximidade física) dessas famílias. As figuras são diagramas nos quais quanto mais próximos os pontos que representam as duas variáveis analisadas, maior a associação entre elas. Do mesmo modo, quanto mais próximos do eixo mais fraca a associação e quanto mais longe mais forte.

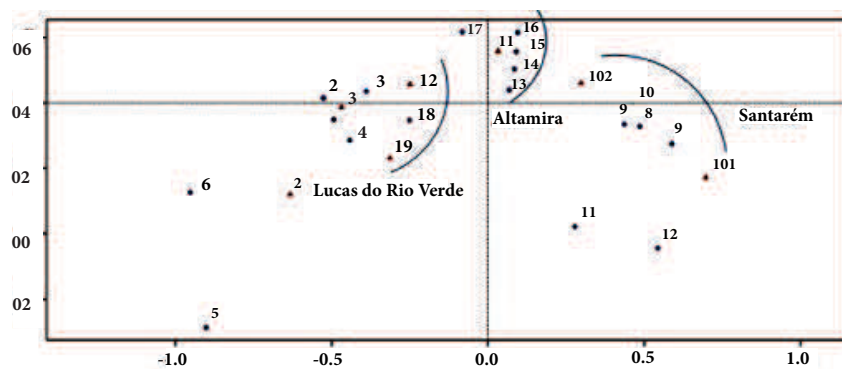
Assim, temos a Figura 2 que mostra os locais de moradia dos parentes e os relaciona com o parentesco que estes têm com a UD de referência. A escolha por se começar a análise procurando por estas relações é incentivada por outros trabalhos que têm

¹¹ A legislação brasileira (Estatuto do idoso, lei federal no 10.741) regulamenta como população idosa aquela composta por pessoas de 60 anos ou mais, contudo neste texto consideramos como idoso a população de 65 anos ou mais.

¹² Para facilitar a organização dos dados utilizamos legendas para as três áreas: LRV - Lucas do Rio Verde; STM - Santarém; ATM - Altamira.

encontrado uma seletividade nos padrões de residência (com uma saída de jovens que vão estudar ou idosos que vão morar nas cidades e são acompanhados pelas mulheres); ou uma estratégia de diversificação do trabalho – em que alguns membros vão para a cidade e alguns permanecem no lote rural, caracterizando unidades domésticas multilocais, ou seja, que se configuram em uma ou mais UD's distantes espacialmente (BARBIERI; PAN, 2013).

FIGURA 2 – Diagrama de pontos simétricos da análise de correspondência das relações de parentesco por área urbana da UD de referência e localidade de residência do parente residindo fora, no período 2009-2010



Legenda

● Localização do domicílio

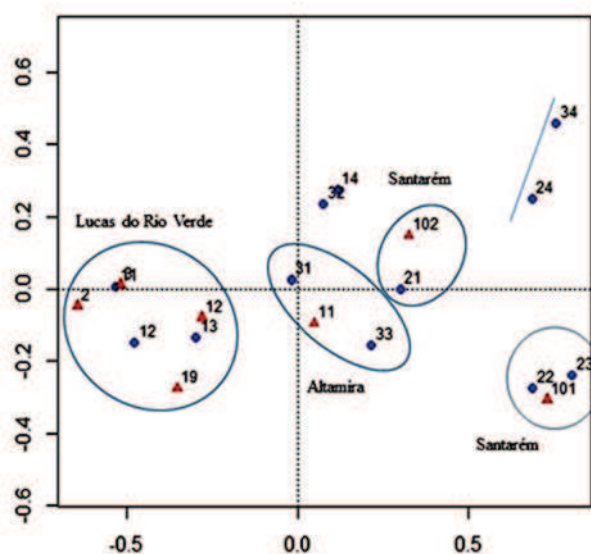
2 – Rural em outro estado 3 – Urbano em outro estado 11 – Rural no mesmo estado 12 – Urbano no mesmo estado 19 – Mesmo estado (sem informação para Situação de domicílio) 101 – Rural no mesmo município 102 – Urbano no mesmo município.

▲ Relação de parentesco

1 – pai LRV; 2 – mãe LRV; 3 – sogro LRV; 4 – sogra LRV; 5 – padrastrô LRV; 6 – madrastra LRV; 7 – pai STM; 8 – mãe STM; 9 – sogro STM; 10 – sogra STM; 11 – padrastrô STM; 12 – madrastra STM; 13 – pai ATM; 14 – mãe ATM; 15 – sogro ATM; 16 – sogra ATM; 17 – padrastrô ATM; 18 – madrastra ATM.

Fonte: Representação Gráfica da saída de dados da Análise de Correspondência obtida através do pacote estatístico R com dados tabulados e trabalhados pela autora a partir do banco de dados dos surveys urbanos do projeto *Amazonian Deforestation and the Structure of the Households – phase III*. Os dados foram colhidos entre fevereiro de 2009 e fevereiro de 2010.

FIGURA 3 – Diagrama de pontos simétricos da análise de correspondência das trocas por área urbana da UD de referência e local de residência, para o período 2009-2010



Legenda

● Trocas

11 – não há trocas LRV; 12 – só recebe ajuda LRV; 13 – só ajuda LRV; 14 – troca LRV; 21 – não há trocas STM; 22 – só recebe ajuda STM; 23 – só ajuda TM; 24 – troca STM; 31 – não há trocas ATM; 32 – só recebe ajuda ATM; 33 – só ajuda ATM; 34 – troca ATM.

▲ Localização do domicílio.

2 – rural em outro estado; 3 – urbano em outro estado; 11 – rural no mesmo estado; 12 – urbano no mesmo estado; 19 – mesmo estado (sem informação de situação de domicílio); 101 – rural no mesmo município; 102 – urbano no mesmo município.

Fonte: Representação Gráfica da saída de dados da Análise de Correspondência obtida através do pacote estatístico R com dados tabulados e trabalhados pela autora a partir do banco de dados dos surveys urbanos do projeto *Amazonian Deforestation and the Structure of the Households – phase III*. Os dados foram colhidos entre fevereiro de 2009 e fevereiro de 2010.

Os resultados demonstram uma possível associação entre padrões de residência e cada área de estudo, o que caracterizaria essa dispersão espacial como uma busca por capitais, qualidades e atributos (em uso ou acessíveis) distintos em cada uma delas. Este seria um indício de como os “espaços de vida” dos grupos domésticos podem ajudar a entender/refletir “estratégias de sobrevivência” diversas, demonstrando um uso muito positivo do conceito de espaço de vida para captar elementos do capital físico e social. Os resultados mais relevantes são destacados no gráfico. É possível ver, em Altamira, a associação de parentes com as áreas rurais no mesmo estado, mas não no mesmo município. Essa tendência pode ser um desdobramento do tipo de ocupação caracterizada por lotes rurais ao longo da rodovia Transamazônica, onde a cidade polariza regionalmente os serviços e por isso talvez atraia pessoas de todo o entorno. Ao mesmo tempo vemos Santarém com as mais fortes associações de parentes residindo no mesmo município, tanto em áreas urbanas como rurais. Aqui também o espaço ocupado pelos grupos familiares estaria relacionado à forma pela qual se deu a ocupação local. Sendo Santarém um centro regional e tendo uma importância urbana antiga, assim como uma economia local rural, se consolida uma ocupação com alta relação entre urbano e rural e com uma fixação regional grande.

Finalmente para Lucas do Rio Verde vemos associações mais fortes com parentes que residem em áreas urbanas em outros estados com algumas sogras e sogros residindo em áreas urbanas no mesmo estado. De modo que as características das estratégias em Lucas do Rio Verde parecem fixadas em migrações de áreas urbanas para áreas urbanas, sabendo-se que nessa área há uma maior disponibilidade de empregos urbanos que nas outras duas. Importante notar que a diversificação do local de moradia não tem grandes alterações em função do sexo do parente, demonstrando que este não é um fator tão decisivo para o entendimento da dispersão dos grupos familiares no contexto das áreas estudadas.

As associações encontradas apontam para estratégias ancoradas em mobilidade intramunicipal (Santarém), ou intraestadual/interestadual no sentido rural-urbano (Altamira)

e urbano-urbano (Lucas do Rio Verde). Esta seria parte de uma estratégia de diversificação de atividades (trabalho rural e trabalho urbano) e acessos a capitais (alimentos do lote, serviços na cidade) a partir de redes familiares, reforçando a importância da temática da multilocalidade e das abordagens a partir da família como meios de se entender dinâmicas populacionais e sua relação com o território.

Por fim, o aspecto interessante sobre todas as três áreas é que são negativamente associadas a parentes que residam em áreas rurais em outros estados, reforçando a hipótese de que as principais trajetórias migratórias de curta ou longa distância sejam entre áreas urbanas, tendo as migrações rural-urbano um caráter mais regional e de curta distância. Lembrando-se que esses dados se referem a um contexto contemporâneo, situado entre 2009 e 2010, e não podem ser extrapolados para análises de processos de mais longa duração, mesmo que apresentem resquícios de processos nos quais estejam incluídos.

Contudo, teria a distribuição espacial dos parentes reflexo nas trocas? Tentando responder a essa pergunta a Figura 3 relacionou a ajuda ao local de residência do parente. Note-se que há uma associação entre trocas e local de residência que reverbera os resultados da Figura 2, entretanto, na Figura 3 vemos que as categorias de troca dos parentes se diferenciam segundo a área de estudo com as UD's de Santarém mais associadas a ajudar e receber ajuda mais dos parentes das áreas rurais, enquanto que com os parentes da área urbana não há ajudas ou trocas. Para Altamira, os parentes residentes na área rural parecem ajudar as UD's, ou pouca associação entre qualquer ajuda em contrapartida das UD's ou trocas. Finalmente para Lucas do Rio Verde parece que as UD's ou ajudam ou recebem ajuda dos seus parentes espalhados em outras áreas urbanas, ou eventualmente não se ajudam, nem trocam.

Há pouca associação das trocas com o sexo do parente, reforçando o fato de que as ajudas possivelmente entram em atividade quando há demandas não supridas pela UD, e também que a ajuda não parece ser similar em nenhuma das localidades.

Uma possível análise sobre esse dado talvez seja o fato de que só há ajuda, o que torna possível captá-las, quando a necessidade se apresenta, ficando latente quando a necessidade cessa – sendo tal latência expressa como inexistência de ajuda em termos de dados.

Esse dado reforçaria a hipótese de que as redes de suporte familiares seriam parte dos capitais sociais que embora sejam importantes componentes das estratégias de sobrevivência teriam atividade condicionada à demanda por utilização desse capital, fazendo com que sejam difíceis de qualificar e quantificar pela sua natureza inconstante e particular dentro de cada grupo familiar.

Continuando, ao olhar para os resultados vemos que é possível entender aspectos dos “espaços de vida” a partir da leitura conjunta de ambos. Igualmente, os “espaços de vida” captados aqui circunscreveriam diferentes lugares em cada uma das áreas de estudo. Isso porque a distribuição espacial dos parentes (entrevistados e seus pais) parece refletir o processo de ocupação tanto quanto a dinâmica da mobilidade espacial na atualidade em cada área de estudo. E o casamento desse dado (correspondente ao capital físico das famílias) com a ajuda (correspondente ao capital social) demonstraram que o local de residência de membros estaria ligado a uma estratégia de promover uma maior resiliência da família complementada pela ajuda e a forma como ela se dá (só recebe, só oferece, troca).

Colocando em análise pode-se dizer que os dados para Lucas do Rio Verde nos levam a visualizar um espaço de vida bastante extenso em que a família se distribui essencialmente entre áreas urbanas, em regra em diferentes estados e que quando necessário há trocas. Para Santarém vemos um arranjo mais regional com uma extensão menor, mas centralizado em arranjos entre áreas rurais e urbanas. Igualmente, a ajuda parece acontecer tanto no sentido urbano (filhos) – rural (pais), quanto no sentido oposto, reforçando a relação rural-urbano e sua possibilidade de ser parte da estratégia familiar para atingir uma maior resiliência.

Finalmente, em Altamira vemos um espaço de vida que parece ter um espectro mais amplo do que Santarém – apesar não interestadual como Lucas do Rio Verde – mas que também

engloba relações rural-urbano nas quais as áreas urbanas (filhos) aparecem como suporte para as áreas rurais (pais), sem que haja muita contrapartida. Desta forma os elementos recortados aqui e analisados conjuntamente como componentes dos “espaços de vida” se mostram capazes de captar três diferentes dinâmicas entre as famílias das áreas de estudo. Do mesmo modo, conferem elementos analíticos importantes para pensar as “estratégias de sobrevivência familiar”.

Portanto, as “estratégias de sobrevivência familiar” nas áreas urbanas da Amazônia, ao menos naquelas estudadas aqui, têm na distribuição espacial do grupo familiar e nas ajudas dois elementos caracterizadores, o primeiro um atributo e o segundo um capital. Estes atributos variam segundo as necessidades e os contextos em que os grupos estão imersos, revelando formas diferenciadas desses grupos se movimentarem no espaço; enquanto os capitais funcionam de forma aleatória, também a depender do contexto e das demandas dos membros dos grupos. Nesse sentido, as UD's funcionariam como recortes do grupo familiar cuja localização e demanda ficam a depender, entre outros fatores, da independência e sustentabilidade que cada UD consiga.

Considerações finais

Este texto buscou entender a aspectos da dinâmica populacional a partir do recorte da família enquanto unidade de análise sob a perspectiva dos “espaços de vida” enquanto ferramenta de operacionalização das “estratégias de sobrevivência familiar”. Dentre a miríade de relações de parentesco que poderiam ser exploradas, a escolha foi por pais e filhos. Os resultados demonstraram que as categorias são válidas enquanto objetos de análise para compor os “espaços de vida” mostrando existir uma diversificação para cada uma das áreas de estudo.

Igualmente, a análise do local de moradia dos parentes joga luz sobre padrões de dispersão espacial do grupo familiar nas três áreas estudadas demonstrando diferentes tendências. Com isso

podemos pensar em Santarém com uma dispersão em espaços de maior proximidade, em nível local, do tipo rural-urbano ou urbano-urbano. Diferente dela, Altamira demonstra uma tendência mais regional, do tipo rural-urbano. E por fim, temos Lucas do Rio Verde com uma forte mobilidade urbano-urbano, seja dentro do estado ou interestadual.

Seguindo com a análise, os dados sobre ajuda mostraram certa independência apresentada pela unidade doméstica entrevistada motivada talvez, pelo acesso facilitado a serviços, como saúde e educação, e/ou melhores condições de moradia. Outra hipótese complementar seria que a ajuda é um elemento importante na dinâmica das famílias, porém intermitente, tornando-o difícil de captar. Assim, ter parte (ou toda) a família residindo em áreas urbanas é possivelmente uma estratégia familiar, garantindo acesso a serviços que minimizam a necessidade de ajuda, limitando a atividade das redes familiares à necessidade de acionamento. Essa caracterização mostra que as famílias criam “espaços de vida” particulares em cada uma das áreas de estudo, e que influenciadas pela dinâmica econômica e pelo processo de ocupação local elaboram suas próprias estratégias.

Tais tendências parecem apontar para o papel das áreas urbanas na distribuição e dinâmica da população na Amazônia, onde ainda se pode seguir o argumento de Becker (BECKER, 2013; 1988) de que a forma de ocupação da região é dada pelo urbano como centro de sua estruturação e desenvolvimento. As ligações entre as áreas urbanas (ou delas com as áreas rurais) parecem dar as condições para que as estratégias se multipliquem, permitindo variações no tamanho do grupo que está envolvido no seu planejamento e execução, e melhor ajustando-se aos constrangimentos e vulnerabilidades que pretendem mitigar.

Referências

- BARBIERI, A. F.; PAN, W. K. People, Land, and Context: Multilevel Determinants of Off-farm Employment in the Ecuadorian Amazon. *Population, Space and Place*, v. 19, n. 5, p. 558–579, 24 set. 2013.
- BARTHOLOMEW, D. J. et al. Correspondence Analysis. In: BARTHOLOMEW, D. J. et al. (Eds.). *Analysis of Multivariate Social Science Data*. 2nd. ed. Boca Raton, FL: Taylor & Francis Group/ Chapman & Hall/CRC, 2008. p. 83–116.
- BECKER, B. *A Urbe Amazônida*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2013.
- BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, C. (Ed.). *Fronteiras*. Brasília/Paris: Editora Universidade de Brasília/ORSTOM, 1988. p. 60–90.
- BLAAUBOER, M.; STRÖMGREN, M.; STJERNSTRÖM, O. Life Course Preferences, Sibling Ties, and the Geographical Dispersion of Sibling Networks. *Population, Space and Place*, v. 19, n. 5, p. 594–609, 30 set. 2013.
- BRANDO, P. M. et al. Ecology, economy and management of an agroindustrial frontier landscape in the southeast Amazon. *Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences*, v. 368, n. 1619, 5 jun. 2013.
- BROWDER, J. O.; GODFREY, B. J. *Rainforest cities: Urbanization, development, and globalization of the Brazilian Amazon*. New York: Columbia University Press, 1997.
- CONWAY, D.; COHEN, J. H. Local Dynamics in Multi-local, Transnational Spaces of Rural Mexico: Oaxacan Experiences. *International Journal of Population Geography*, n. 9, p. 141–161, 2003.

- COURGEAU, D. Relations entre cycle de vie et migrations. *Population (french edition)*, v. 39, n. 3, p. 483–513, 1984.
- COURGEAU, D. Constitution de la famille et urbanisation. *Population (french edition)*, v. 42, n. 1, p. 57–81, 1987.
- DE SHERBININ, A. et al. Rural Household Demographics, Livelihoods and the Environment. *Global environmental change: human and policy dimensions*, v. 18, n. 1, p. 38–53, fev. 2008.
- ELDER, G. H. Families and Lives: Some Developments in Life-Course Studies. *Journal of Family History*, v. 12, n. 1, p. 179–199, 1 jan. 1987.
- FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte: Conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. *Ambiente & Sociedade*, v. 16, n. 4, p. 141–158, 2013.
- GLICK, P. C. Updating the life cycle of the family. *Journal of marriage and family*, v. 39, n. 1, p. 5–13, 2009.
- GOLDSCHIEDER, F. Interpolating Demography with Family and Households. *Demography*, v. 32, n. 3, Family and Household Demography, p. 471–480, 1995.
- GUEDES, G. et al. Ciclo de vida domiciliar, ciclo do lote e mudanças no uso da terra da Amazônia: revisão crítica da literatura. *Revista Brasileira de Estudos de População – REBEP*, v. 28, n. 1, p. 231–240, 2011.
- GUEDES, G. R.; QUEIROZ, B. L.; VANWEY, L. K. Transferências intergeracionais privadas na Amazônia rural brasileira. *Nova Economia*, v. 19, n. 2, p. 325–357, 2009.
- HINTZE, S. Capital Social y Estrategias de supervivencia. Reflexiones sobre el “Capital Social de los pobres”. In: DANANI, C. (Ed.). *Políticas sociales y economía social: debates fundamentales*. Buenos Aires: UNGS-Fundación OSDE-Editorial Altamira, 2004. p. 143–166.
- LOMBARDI, T. T. DO N. A(s) fronteira(s) amazônica(s). Dinâmicas populacionais pensadas a partir do estudo de estratégias de

- sobrevivência em três áreas urbanas da Amazônia brasileira. (Tese de doutorado em Demografia) Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 2014a.
- LOMBARDI, T. T. DO N. Encontrar estratégias de sobrevivência familiares a partir de surveys socioeconômicos: o uso de técnicas de análise multivariada como metodologia de abordagem. *Textos NEPO*, n. 67, Campinas: NEPO, 2014b.
- MACIEL, L. *O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP*. (Dissertação de mestrado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- MONTE-MÓR, R. L. D. M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994, p. 169–181.
- OLIVEIRA, M. C. F. A. *Algumas notas sobre o “ciclo vital” como perspectiva de análise*. Campinas (mimeo).
- PADOCH, C. et al. Urban Forest and Rural Cities : Multi-sited Households , Consumption Patterns , and Forest Resources in Amazonia. *Ecology & Society*, v. 13, n. 2, p. article 2, 2008.
- PRADO, R. DE P. S. Conceito de família e domicílio. *Revista Brasileira de Estatística*, v. 43, n. 170, p. 275–299, 1982.
- PRIETO, M. C. V. Apuntes teóricos para la discusión sobre el concepto de estrategias en el marco de los estudios de población. *Estudios Sociológicos*, v. 16, n. 46, p. 69–88, 1998.
- RAKODI, C. A Livelihoods Approach – conceptual issues and definitions. In: RAKODI, C.; LLOYD-JONES, T. (Eds.). *Urban Livelihoods: A People Centred Approach to Reducing Urban Poverty*. London: Earthscan, 2002. p. 3–22.
- RANDALL, S.; COAST, E.; LEONE, T. Cultural constructions of the concept of household in sample surveys. *Population studies*, v. 65, n. 2, p. 217–29, jul. 2011.

- SCOONES, I. *Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis* IDS Working Paper: IDS Working papers. University of Sussex – Sussex: Institute of Development Studies (IDS), 1998.
- SEN, A. *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- TOLEDO, M. Os processos de modernização agrícola na região amazônica: transformações recentes na dinâmica produtiva do município de Santarém (Pará). *Geosul*, v. 26, n. 52, p. 77–97, 2011.
- TORRADO, S. Sobre los conceptos de “Estrategias Familiares de Vida” y “Proceso de reproducción de la fuerza de trabajo”: Notas teórico-metodológicas. *Demografía y Economía*, v. 15, n. 2, p. 204–233, 1981.
- UMBUZEIRO, U. M. *Altamira e sua história*. Altamira: Prefeitura Municipal de Altamira, 1999.
- VANWEY, L. K. et al. Socioeconomic development and agricultural intensification in Mato Grosso. *Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences*, v. 368, n. 1619, p. 20120168, 5 jun. 2013.
- VANWEY, L. K.; GUEDES, G. R.; D’ANTONA, A. O. Out-migration and land-use change in agricultural frontiers: insights from Altamira settlement project. *Population and environment*, v. 34, n. 1, p. 44–68, set. 2012.
- ZART, L. L. *Desencanto na nova terra: assentamento no município de Lucas do Rio Verde - MT na década de 80*. [s.l.] Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

A DINÂMICA DEMOGRÁFICA EM FRANCA-SP, SÉCULO XIX*

*Maísa Faleiros da Cunha***

Resumo: O artigo busca apontar os possíveis imbricamentos entre o crescimento populacional e a dinâmica demográfica (natalidade, mortalidade, migração e nupcialidade) verificados no município de Franca-São Paulo entre 1805-1888 à luz de processos socioeconômicos mais amplos, à localização geográfica, à disponibilidade de terras e de recursos naturais. As fontes utilizadas são os registros paroquiais (batismo, óbito e casamento), relatos de viajantes, almanaques e informações censitárias. Nossa análise destaca o papel dos fluxos migratórios no efetivo povoamento de Franca e as elevadas taxas de crescimento natural da população no período considerado.

Palavras-chave: Crescimento populacional. Dinâmica demográfica. Franca-SP. Século XIX.

The demographic dynamics in Franca-SP, in the XIXth Century

Abstract: The article seeks to identify the possible connections between population growth and demographic dynamics (birth, mortality, migration and marriage) observed in the city of Franca São Paulo State from 1805 to 1888 based on broader socioeconomic processes, geographical location, availability of land and natural resources. The sources used are parish registers (baptism, death and marriage), travelers' reports, almanacs and census information. Our analysis highlights the role of migration in effective settlement of Franca and high natural growth rate of population in the period considered.

Keywords: Population growth. Population dynamics. Franca-SP. Nineteenth century.

La dinámica demográfica en Franca-SP, siglo XIX

* Gostaria de agradecer aos colegas Maria Sílvia Bassanezi e Lélío Luiz Oliveira pelas sugestões e comentários.

** Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas-SP, Brasil (maisa@nepo.unicamp.br).

Recebido em: 01/02/2015 – Aceito em: 08/07/2015.

Resumen: El artículo pretende señalar las posibles imbricaciones entre el crecimiento poblacional y la dinámica demográfica (natalidad, mortalidad, migración y matrimonios) verificados en la ciudad de Franca-São Paulo entre 1805-1888 a la luz de procesos socioeconómicos más amplios, la ubicación geográfica, la disponibilidad de tierras y de recursos naturales. Las fuentes utilizadas son los registros parroquiales (bautismo, muerte y matrimonio), relatos de viajeros, almanaques e información del censo. Nuestro análisis pone de relieve el papel de los flujos migratorios en la efectiva colonización de Franca y las altas tasas de crecimiento natural de la población en el período considerado.

Palabras clave: Crecimiento poblacional. Dinámica demográfica. Franca-SP. Siglo XIX.

Introdução

O artigo focaliza o crescimento populacional e a dinâmica demográfica do município de Franca, no estado de São Paulo, entre os anos de 1805 e 1888 à luz de processos socioeconômicos mais amplos, à localização geográfica, à disponibilidade de terras e de recursos naturais. Esta localidade se estabelece a partir do caminho para as minas de Goiás e Mato Grosso. Dada a distância da capital, assim como o relevo e a qualidade do solo, se caracterizou por apresentar uma economia relativamente dinâmica voltada para o abastecimento interno e a criação de animais, em um momento de expansão da agricultura de exportação em terras paulistas.

A análise apresentada no decorrer do artigo é uma tentativa de entender a ocupação de uma parte do território de São Paulo levando em conta as especificidades locais e regionais que marcaram a trajetória de seu povoamento e crescimento populacional.

Ao longo do século XIX, Franca vivenciou um acentuado crescimento demográfico, sofreu diversos desmembramentos territoriais e ampliou sua economia voltada ao abastecimento interno. Num primeiro momento, o fluxo de migrantes, oriundos principalmente de Minas Gerais, teve destacado papel na ocupação e povoamento do território. Com o arrefecimento da vinda de migrantes, as elevadas taxas de natalidade (já observadas

desde meados da primeira metade dos oitocentos) garantiram o crescimento populacional.

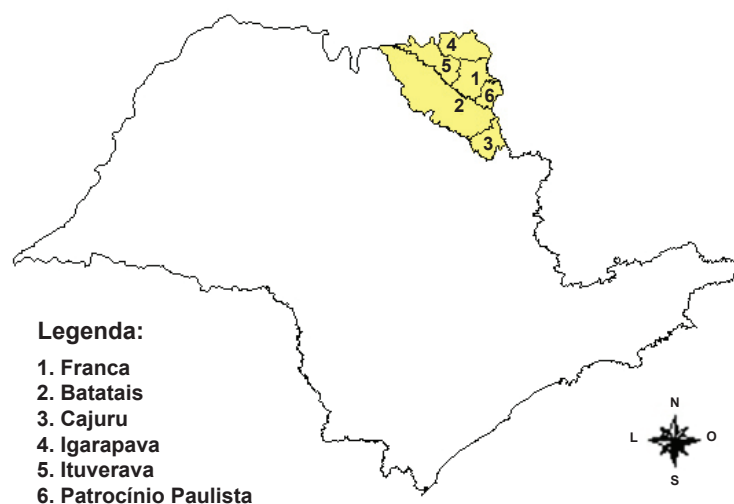
As fontes utilizadas são os registros paroquiais (batismo, casamento e óbito), os relatos de viajantes, os almanaques, a Lista Nominativa de Habitantes (1835-36), o *Ensaio Estatístico* publicado por Müller (1923) e o Recenseamento de 1872. Também consultamos a coletânea *São Paulo do passado: dados demográficos* (BASSANEZI, 1998), na qual se encontram transcritas e sistematizadas as informações dos levantamentos populacionais para a Província/Estado de São Paulo publicados e realizados entre 1836 a 1920.

Localização e Economia

O município de Franca localiza-se no norte paulista (Figura 1) e integra o que foi chamado originalmente *de Sertão do Rio Pardo*¹. Em 1805, Franca foi elevada a freguesia, em 1824 a Vila e em 1856 a cidade. Essa região apresentou crescimento econômico e demográfico no século XIX, mesmo antes da chegada dos trilhos da estrada de ferro da Companhia Mogiana (1887) e do desenvolvimento da cafeicultura em escala comercial, o que só ocorreu nos anos 1890.

¹ O termo *Sertão do Rio Pardo* é encontrado nos documentos da época, como as listas nominativas de habitantes e os relatos dos viajantes estrangeiros que percorreram o interior do Brasil na primeira metade do século XIX.

FIGURA 1 – Estado de São Paulo e Região Norte



Fonte: SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento/Coordenadoria de Planejamento Regional/Instituto Geográfico e Cartográfico, 1995.

Na maior parte do século XIX as principais atividades econômicas desenvolvidas em Franca foram a pecuária, a produção de gêneros da terra voltados para o abastecimento interno, o comércio do sal e uma produção razoável de tecelagem, a qual ultrapassava o consumo interno, como observou o atento viajante francês Saint Hilaire:

Os francanos cultivavam, fabricavam, em suas propriedades, tecidos de algodão e de lã, e aplicavam-se especialmente à criação de gado vacum, de porcos e de carneiros. [...] [A] criação de gado vacum, no distrito

de Franca, tomou grande incremento, e, em 1838, esse distrito era um dos que forneciam mais gado bovino (SAINT HILAIRE, 1972: 101)².

De acordo com as listas de população³ do Sertão do Rio Pardo e Freguesia de Franca:

em 1801, as principais atividades econômicas eram a agricultura, a pecuária e a mineração. Em 1820, a lavoura e a criação de animais continuaram a ser importante fonte de renda, porém houve o acréscimo de atividades de caráter mercantil com a presença de negociantes e comerciantes de sal (OLIVEIRA, 2011: 16).

Na década de 1820, Franca já se destacava pela criação de gado vacum como comprova o *Assentamento de Gados*, realizado em 1829. Segundo essa fonte, foram arrolados 688 criadores que possuíam juntos 37.768 cabeças de gado⁴.

A economia francana no século XIX não dependia apenas da criação de animais. O viajante Luiz D'Alincourt, passando pelo Caminho dos Goiaes em 1823, escreveu as seguintes considerações a respeito dos moradores do Termo de Franca:

[...] industriosos e trabalhadores; fazem diversos tecidos de algodão; boas toalhas, colchas e cobertores; fabricam pano azul de lã muito sofrível; chapéus; alguma pólvora; e até já tem feito espingardas; a sua principal exportação consta de gado vacum,

² Saint Hilaire passou por Franca-SP em 1819, mas atualizou seus relatos de viagem anos mais tarde utilizando-se dos dados levantados por Daniel Pedro Muller em 1835-1836 e publicados em 1838.

³ Conjunto de levantamentos populacionais realizados na Capitania/Província de São Paulo a partir da segunda metade do século XVIII com objetivos fiscais e militares.

⁴ A Lista de Criadores encontra-se publicada em Brioschi et al. (1991: 277-293).

porcos e algodão, que levam a Minas; plantam milho, feijão e outros legumes para o consumo do país (D'ALINCOURT, 1950 *apud* BACELLAR; BRIOSCHI, 1999: 75).

A diversificação da produção e ocupacional em Franca já era observada no ano de 1829 quando, segundo a Lista Nominativa de Habitantes, foram arrolados 80 agricultores, 56 artistas, 45 negociantes e 38 jornaleiros (NASCIMENTO; MOREIRA, 1943). Em 1836, havia um total de 98 pessoas empregadas em ocupações diversas além da agropecuária, sendo 30 carpinteiros, 18 alfaiates, 18 tecelões, 16 ferreiros, 11 sapateiros, oito seleiros, quatro ourives, quatro músicos, quatro pedreiros, um pintor e sete sacerdotes (MÜLLER, 1923). Tais informações atestam que no município de Franca, paralelamente à atividade agropecuária, havia atividade comercial que envolvia também o tropeirismo e várias oficinas artesanais.

Em 1836, na Província de São Paulo, Franca e Itapeva eram as únicas localidades que ultrapassaram uma centena de fazendas de criar [animais], 176 e 167 respectivamente. Se os dados de Müller forem corretos, de um total de 501 fazendas de criar arroladas por ele na província, aproximadamente 35% delas encontravam-se em Franca (MÜLLER, 1923).

A venda de gado para o Rio de Janeiro era uma das formas de comercializar os animais criados nas pastagens entre os rios Pardo e Grande. Em sua passagem pela região em 1819, Saint Hilaire já observara que para a comercialização do gado os fazendeiros:

[...] mais ricos enviam suas crias, por sua própria conta, à capital do Brasil, e os negociantes da Comarca de São João del-Rei vão comprar nas próprias fazendas o gado dos criadores menos prósperos. Um grande número de bois da região é enviado também para as redondezas de São Paulo, onde são usados no trabalho dos engenhos de açúcar (SAINT HILAIRE, 1972: 86).

Para os pequenos produtores não havia alternativa que a de entregar seu gado aos intermediários mineiros, mas para os grandes criadores havia a possibilidade de levar seu gado diretamente até a Corte. As estradas de Minas Gerais serviam para o escoamento do gado de Franca rumo à Corte e ao vale do rio Paraíba. Além do gado vacum, a criação de porcos também foi uma das atividades de maior destaque no norte paulista.

Franca era dos maiores produtores de suínos da Província por volta de 1820 (HOLANDA, 1976: 114). Em 1836, o gado suíno de Franca representava 8,1% do total da vara paulista (MÜLLER, 1923).

O toucinho era um produto com grande demanda para o consumo doméstico nos oitocentos em todo o Brasil e mostrou-se uma atividade rentável, destacando-se a Província de Minas Gerais como uma das principais exportadoras deste produto. Certamente muitos migrantes de Minas Gerais perpetuaram essa atividade em Franca.

A produção do excedente de feijão, arroz, toucinho, algodão e outros gêneros, era destinada ao comércio com os viandantes que percorriam a Estrada dos Goíases e também à troca por produtos não fabricados pela população local (como o sal) nas cidades de Campinas e São Paulo. O gado vacum era destinado aos engenhos de açúcar para tração/transporte e para o consumo da população no Vale do Paraíba e no Velho Oeste Paulista.

Além da produção agrícola, havia espaço para atividades tidas, em geral, como urbanas como demonstra o Almanaque da Província de São Paulo para 1873. Neste é citada a existência de seis advogados, dois farmacêuticos, 12 negociantes de fazendas, ferragens, armarinho, molhados e louças, seis armazéns de sal, oito armazéns de molhados e 17 armazéns de molhados e gêneros do país, além de 84 fazendeiros (LUNE; FONSECA, 1985). No setor de artes, indústrias e ofícios arrolou três alfaiates, dois caldeireiros, quatro carpinteiros, dois ferradores, quatro ferreiros, dois marceneiros, seis sapateiros, quatro seleiros.

Em 1886, poucos anos antes da abolição da escravidão, um novo levantamento realizado na Província de São Paulo dava conta

de que em Franca havia uma grande criação de bovinos (cerca de 12.000 cabeças ao ano), equinos e muares (duas a três mil cabeças); o café produzido alcançara no ano 900.000 kg, o açúcar 60.000 Kg e o fumo 37.500 Kg (RELATÓRIO, 1888).

Crescimento populacional e dinâmica demográfica

É a partir de uma conjuntura de ampliação dos mercados de abastecimento e das áreas agroexportadoras que devemos contextualizar o povoamento efetivo de Franca. Na última década do século XVIII, acentuando-se, sobretudo, nas primeiras décadas do século XIX, o fluxo migratório de Minas Gerais garante o efetivo povoamento da região norte paulista.

Com a decadência da mineração de ouro e diamantes em Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XVIII⁵, a Metrópole ocupou-se em buscar novos recursos a serem explorados na Colônia. A agricultura de exportação mostrou-se a alternativa mais atrativa, especialmente o algodão e o açúcar, produtos cuja demanda internacional encontrava-se em alta.

Na Capitania de São Paulo, essa época foi marcada pelo florescimento da lavoura canavieira e dos engenhos de açúcar em seu território, decorrente da revolução de escravos ocorrida em um dos principais fornecedores de açúcar, a (ex)colônia francesa do Haiti. Nesse momento, a economia colonial congregava seus lucros com a exportação de produtos tropicais, refletindo seu dinamismo para as mais diversas regiões. Ao mesmo tempo, a produção de gêneros para o mercado interno progredia, para atender ou

⁵ A exportação de ouro cresceu em toda a primeira metade do século [XVIII] e alcançou seu ponto máximo em torno de 1760, quando atingiu cerca de 2,5 milhões de libras. Entretanto, o declínio no terceiro quartel do século foi rápido e, já por volta de 1780, não alcançava um milhão de libras. O decênio compreendido entre 1750 e 1760 constituiu o apogeu da economia mineira, e a exportação se manteve então em torno de dois milhões de libras (FURTADO, 2001: 78).

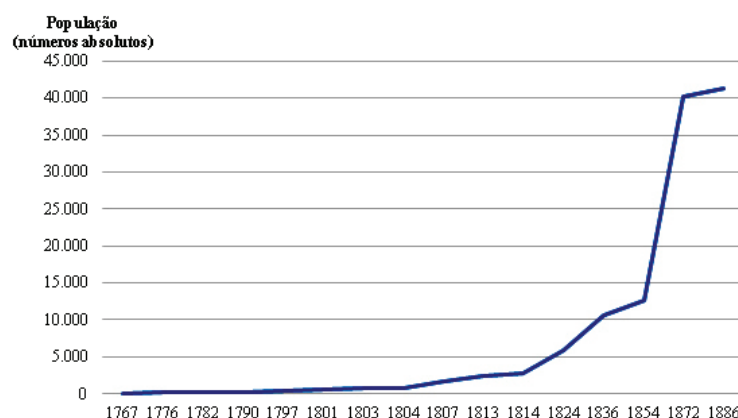
complementar o abastecimento daquelas áreas exportadoras e da Corte, estabelecida no Rio de Janeiro em 1808. A abertura dos portos às nações amigas, nesse mesmo ano, contribuiu para intensificar as trocas comerciais no Brasil.

O movimento de mineiros em direção ao *Sertão do Rio Pardo*, portanto, situou-se no contexto de ampliação da fronteira de pecuária e agricultura de abastecimento de Minas Gerais em direção a São Paulo, assim como na busca por novas faisqueiras, impulsionada pela decadência da mineração. Ampliar a fronteira em um momento de procura internacional pelos produtos coloniais foi a forma encontrada para garantir a produção em terras ainda escassamente povoadas e relativamente férteis (LENHARO, 1979).

A população se expandiu de modo acelerado na Freguesia e, posteriormente, Vila Franca do Imperador (Figura 2). A evolução administrativa e política desse município modificou-se concomitantemente ao crescimento populacional e à expansão econômica da região no decorrer dos oitocentos, quando diversos desdobramentos territoriais modificaram suas divisas. Em 1839, a freguesia de Batatais foi elevada a Vila (da qual se desmembrou Cajuru em 1865), assim como Igarapava (1873), Patrocínio Paulista e Ituverava (ambos em 1885)⁶ (BASSANEZI, 1998, v. I: 233-234).

⁶ Para fins comparativos, agregamos os dados das cinco localidades. Quando usarmos o termo “território original” estamos nos referindo às informações de Franca, Batatais, Igarapava, Ituverava e Patrocínio Paulista conjuntamente.

FIGURA 2 – Evolução da população total (livres e escravos). Sertão, Freguesia do Rio Pardo/ Vila Franca/ Território original – 1767-1886



Fonte: 1767 a 1797 – Maços de População do Termo de Mogi Mirim (BRIOSCHI, 1995: 112). Para 1767, os dados se referem apenas à população livre. 1801 e 1807 – Maços de População (BACELLAR, BRIOSCHI (Org.), 1999: 70). 1803, 1804, 1813, 1814 e 1824 – Maços de População (CHIACHIRI FILHO, 1986: 186). 1836: MÜLLER, 1923.

A partir de 1839, apresentamos a soma da população de Franca e das populações das localidades desmembradas, o que denominamos território original. 1854-1886 – BASSANEZI, 1998. Para o ano de 1854, projetamos a população livre dos municípios de Franca e Batatais a partir de dados da Fundação SEADE. A população escrava de 1854 foi projetada a partir da taxa de crescimento de 1,75% ao ano, a mesma encontrada para a população escrava no total da Província de São Paulo para o período 1836-1872 (BASSANEZI, 1998). Para o ano de 1886, estão somadas a população total de Batatais, Cajuru, Franca, Igarapava, Ituverava, Nuporanga (pertencente a Batatais no levantamento de 1886), Patrocínio Paulista e Santo Antônio da Alegria (desmembrou-se de Cajuru, mas aparece em 1886 como pertencendo a Batatais).

Não foi apenas a Vila Franca que cresceu nesse momento. O Brasil, e São Paulo em especial, elevaram sua população. No ano da Independência do Brasil (1822), o território de São Paulo contava com 244.405 habitantes e em 1836, sua população chegou a 326.902 pessoas. Também a participação da população de São Paulo no total da população do Brasil elevou-se no período considerado, passando de 3,92% em 1772 a 5,51% em 1836 (MARCÍLIO, 2000).

Os livres que, em 1801, eram 491, em 1836 chegaram a 7.224 e os escravos passaram de 80 a 3.443, respectivamente, nesses anos. A participação da população escrava no total de habitantes variou entre 32,3% em 1836 e 9,5% em 1886⁷ (CUNHA, 2009: 29-31).

Em 1809, a população da Freguesia era de 1.279 habitantes, predominantemente paulistas. A partir de então, um grande fluxo migratório proveniente de Minas Gerais e também de outros locais da Província de São Paulo alterou o volume e o perfil dessa população. Esse movimento migratório deveu-se não só à decadência das minas, mas também à expansão da lavoura da cana de açúcar que levou roceiros e pequenos proprietários a se deslocarem para os limites do sertão e ao mesmo tempo atraiu para essa fronteira pequenos proprietários das capitâncias vizinhas (BRIOSCHI et al., 1991: 33).

A chegada dos migrantes nas primeiras décadas do século XIX garantiu-lhes a possibilidade de se tornarem proprietários a partir da posse de terras.

A posse, feita conjuntamente por um grupo de famílias, ao que parece, dava-se da seguinte maneira: num determinado local da área apossada, os entrantes (quer fossem dessa ou daquela família) erguiam casas, currais, faziam roças, tiravam rego d'água, iniciavam o plantio, transformando o lugar escolhido no núcleo inicial de irradiação da conquista e posse definitiva de outros recantos da área. Aos poucos, cada família

⁷ Os totais da população escrava presente no território original de Franca são: 3.440 em 1836, 4.714 em 1854 (valores estimados a partir de taxa de crescimento de 1,77% ao ano), 6.461 em 1872 e 3.912 em 1886 (BASSANEZI, 1998).

ia levantando as suas benfeitorias em outras partes das terras e, desse modo, formando suas fazendas (BRIOSCHI et al., 1991: 59).

Migrantes mais capitalizados se valeram da aquisição de escravos africanos para derrubar a mata, queimar o terreno, plantar roças e criar animais. Outros saíram de Minas Gerais com seus escravos ladinos e crioulos rumo a São Paulo. Em princípios do século XIX, Minas Gerais passou a ser a capitania de origem mais representativa entre os escravistas de Franca, seguidos por aqueles naturais de São Paulo.

A partir da segunda década dos oitocentos, os proprietários de escravos naturais de Minas Gerais passam a ser dominantes no nordeste paulista, sendo 93% em 1820 e 1824 e aumentando para 95% em 1829 (OLIVEIRA, 2012: 79).

A participação de migrantes mineiros como chefes de domicílios (homens e mulheres) é um indicativo do quão significativo foi o componente migratório para a composição da população de Franca. Em 1836, de um total de 1.571 domicílios, 72,8% eram chefiados por pessoas naturais de Minas Gerais (CUNHA, 2005: 109).

A Lista Nominativa informa que 34,9% do total de habitantes livres eram oriundos de Minas Gerais e 36,2% já eram nascidos em São Paulo em 1836. Destacamos também a presença (ainda que diminuta, 0,64%) de portugueses e de naturais *das Ilhas* (arquipélago de Açores) estabelecidos no norte paulista.

Ainda que irrisória, a imigração de portugueses e açorianos deve ser destacada, pois há trabalhos que têm apontado a origem portuguesa de famílias oriundas de Minas Gerais que se deslocaram para Franca e redondezas (OLIVEIRA, 2012; CUNHA, 2009).

Além de listas nominativas de habitantes, os registros paroquiais de casamento mostraram-se profícuos ao informar

a localidade de origem dos noivos⁸. No período em que Franca ainda era freguesia (1805-1824), 506 matrimônios de pessoas livres foram realizados na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca. Dentre os nubentes do sexo masculino, 58,3% eram provenientes de Minas Gerais, 17,0% de São Paulo e 8,1% de Goiás. Os estrangeiros representaram 2,6% (destacando-se os portugueses e açorianos) e os naturais de outras capitanias/províncias apenas 1,2%. Para 12,8% de contraentes não há informação sobre a naturalidade. Para as mulheres, foram arroladas apenas três naturalidades: Minas Gerais (58,9%), São Paulo (23,9%) e Goiás (9,5%). Em 7,7% dos registros, não há informação sobre a origem.

Verificamos que Franca atraiu significativo número de pessoas das localidades de mineração aurífera, possivelmente áreas que passavam por uma reestruturação econômica em virtude da decadência das minas nesse primeiro período. Muitos mineiros chegaram a Franca em busca de ouro e diamantes nos córregos e ribeirões da região. Certamente, houve aqueles que não se fixaram no norte paulista e seguiram em busca de novas minas e terras (CUNHA, 2014). É importante ressaltar que uma parte dos “paulistas” já eram os filhos de pais vindos de Minas Gerais que se fixaram em Franca.

No período em que Franca alcançou a condição de Vila (1825 a 1856), os noivos mineiros totalizaram 34,4% (de um total de 1.612 assentos), os paulistas 40,5% e os goianos, 2,7%. Os estrangeiros representaram apenas 1%, e os naturais de outras províncias brasileiras, 0,7%. Cerca de um quinto dos registros omitem a informação de naturalidade dos noivos. Dentre as noivas, temos 58,2% já nascidas na província de São Paulo, 23,6% em Minas Gerais e 2,2% em Goiás. Aquelas nascidas no Rio de Janeiro totalizaram

⁸ De maneira geral, as atas trazem o local e data do evento, o nome dos nubentes, filiação, naturalidade, o nome de duas testemunhas e do oficiante. Outras trazem ainda o horário da cerimônia, local de residência e informam o nome do cônjuge falecido, em caso de noivo (a) viúvo (a). Considerações a respeito do emprego dos registros paroquiais de casamento para o estudo das migrações internas encontram-se em Cunha, 2014.

três casos, apenas uma era nascida na Bahia e outra em Açores. Em 15,7% de registros não houve menção à origem.

O que podemos notar, em relação ao período anterior, é que houve uma nítida diminuição de homens naturais das áreas de mineração. Já as demais áreas de Minas Gerais próximas a São Paulo ou, nem tão próximas assim, mas cujas economias se assemelhavam à verificada em Franca continuaram a fornecer noivos para se unir na paróquia sede da Vila Franca. Com a formação de um novo casal, suas famílias puderam garantir a expansão da rede de sociabilidades e a consolidação de laços já estabelecidos, estreitando vínculos de parentesco, de proteção e de solidariedade.

É somente na segunda metade do século XIX (1857-1888), que os homens de São Paulo passaram a ser maioria dentre os noivos do sexo masculino (54,2%). Em seguida, vieram os mineiros (10,4%). Para as mulheres livres, as nascidas em São Paulo já representavam 65% do total de nubentes, seguidas daquelas de Minas Gerais, 5,6%. Esse período contabilizou o maior número de ocorrências (total de 2.661 casamentos), assim como a mais alta porcentagem de omissão do local de origem, próximo a um terço para os noivos e 30% para as noivas.

As regiões limítrofes ou próximas a Franca (tanto paulistas como mineiras e goianas) forneceram boa parte dos noivos e noivas não naturais de Franca no último período (1857-1888), o que era de se esperar, uma vez que a cidade faz divisa com Minas Gerais e localiza-se próxima a Goiás.

Apesar do significativo número de registros sem informação do local de origem dos noivos, especialmente no último período, os registros paroquiais de casamento mostram-se profícuos para visualizar a mobilidade espacial da população. A partir dos resultados apresentados, podemos verificar que os homens se deslocaram mais do que as mulheres, uma vez que os homens paulistas (parte descendentes de mineiros) se sobrepuseram aos noivos de outras naturalidades apenas na segunda metade do século XIX, o que não se verificou entre as mulheres paulistas, já que estas ultrapassaram as noivas de Minas Gerais no período

anterior (1825-1856). As localidades de Minas Gerais voltadas ao abastecimento interno, assim como aquelas limítrofes ou próximas a Franca foram responsáveis por fornecer a maior parte dos noivos que se uniram na paróquia N. S. da Conceição⁹.

Para a segunda metade do século XIX, é possível consultar o Recenseamento Geral do Império de 1872. Este informa que apenas 4,2% dos moradores livres do território de Franca eram nascidos na Província de Minas Gerais e 90,9% já eram paulistas. Os imigrantes internacionais estavam presentes entre a população de Franca, apesar de pouco representativos, apenas 0,5%. O Censo de 1872 não identifica a nacionalidade estrangeira.

Vimos como o papel dos migrantes internos, com destaque para os originários de Minas Gerais, foi crucial para a ocupação, povoamento e crescimento demográfico de Franca e circunvizinhanças até a década de 1850. Porém, o fluxo não cessou, mas arrefeceu consideravelmente entre 1857-1888. Apesar da diminuição no fluxo migratório, a região de Franca vivenciou acentuado crescimento demográfico após 1854, como demonstra a Figura 2.

O que estaria desestimulando a vinda de novos migrantes para Franca, especialmente aqueles oriundos de Minas Gerais?

Para responder esta questão, apresentamos uma hipótese explicativa que leva em conta dois aspectos: o acesso mais restrito à terra com a Lei de Terras (1854) e o crescimento natural positivo (verificado em Franca desde meados da primeira metade do século XIX).

A Lei de Terras, regulamentada em 1854, instituiu a compra como a única forma de acesso à terra, extinguindo o regime de sesmarias.

Pode-se afirmar que as terras compreendidas entre os rios Pardo e Grande foram, em quase sua totalidade, posseadas durante a primeira metade do século XIX,

⁹ Destacamos que os nubentes (homens e mulheres) de Franca se sobressaem dentre os naturais de São Paulo.

sendo divididas e demarcadas na segunda metade deste mesmo século (BRIOSCHI et al., 1991: 65).

Ao analisar os inventários *post mortem* pertencentes ao Termo de Franca entre 1811-1888, foi possível verificar que as propriedades rurais já se encontravam delimitadas e com frequentes menções às transações de compra e venda já em meados da primeira metade dos oitocentos¹⁰.

Informações qualitativas a respeito da possível emigração de habitantes de Franca nos dão pistas de que a região já não seria mais tão atrativa. Através dos inventários *post mortem*, verificamos que vários herdeiros não se encontravam mais na companhia de seus familiares moradores em Franca. É preciso ressaltar que, em alguns casos, essas informações nos dão apenas indícios de uma possível (e)migração. Há referências de indivíduos ou famílias de Franca que se dirigiram para as regiões Sul, Centro Oeste e outras áreas de Minas Gerais com baixa densidade demográfica, como o Triângulo Mineiro.

A migração se apresentou como uma possibilidade, em especial, para filhos de famílias com elevado número de herdeiros, cuja divisão dos bens impossibilitava a condição de manter-se dono de terras e de dar continuidade às atividades agropastoris¹¹. Também se mostrou uma saída para famílias empobrecidas ou não proprietárias que almejavam a posse de terras.

Após a segunda metade do século XIX, verificou-se a valorização financeira da propriedade fundiária. O preço médio por hectare das terras na região de Franca elevou-se a partir de 1850, passando de 3\$979 (três mil, novecentos e setenta e nove réis) na década de 1850-1859 para 8\$026 (oito mil, vinte e seis réis)

¹⁰ Os inventários *post mortem* encontram-se depositados no Arquivo Histórico Municipal de Franca – SP.

¹¹ Ver o trabalho de Bacellar (1997) sobre o sistema sucessório entre a elite escravista do Oeste Paulista no período 1765-1855 demonstrando que a migração foi uma estratégia adotada pelas famílias para a apropriação de terras na “frente pioneira”.

entre 1870-1879. A entrada do café valorizou as terras de melhor qualidade e o preço médio por hectare saltou de 8\$353 (oito mil, trezentos e cinquenta e três réis) entre 1880-1889 para 28\$656 (vinte oito mil, seiscentos e cinquenta e seis réis) no período 1890-1899 (BRIOSCHI et al., 1991: 234).

É possível que as terras já demarcadas e com tendência de elevação de preços tenham sido um fator de estímulo para as pessoas buscarem novas áreas onde expandir suas atividades voltadas ao abastecimento interno e à criação de gado.

O crescimento demográfico verificado na região de Franca, contou, como vimos, com o papel crucial da migração (especialmente de pessoas livres vindas de Minas Gerais) nas primeiras três décadas do século XIX. Aliado à entrada de migrantes, as significativas taxas de natalidade impulsionaram esse crescimento verificado no território original de Franca entre 1836-1872. Iremos nos ater a 1872, momento em que a presença da lavoura cafeeira ainda era tímida na região de Franca.

Calculamos as taxas brutas de natalidade, mortalidade e nupcialidade¹² para o território original de Franca (1836 e 1854)¹³ e para a paróquia N. S. da Conceição de Franca (1872)¹⁴. É preciso

¹² O cálculo das taxas brutas – de natalidade/mortalidade/nupcialidade – corresponde à divisão do número de nascimentos/mortes/casamentos (respectivamente) em um determinado ano pela população do mesmo ano, multiplicado por mil.

¹³ Os totais da população livre e os nascimentos, casamentos e óbitos para 1836 e 1854 foram retirados de BASSANEZI, 1998. Para a população livre do território de Franca em 1854 temos duas estimativas: 15.630 habitantes (taxa de crescimento de 4,36% ao ano fornecida por Bassanezi) e 12.636 (taxa de crescimento de 3,16% ao ano calculada a partir de informações de população fornecidas pela Fundação SEADE). Assim, para 1854 apresentamos duas taxas brutas de natalidade, mortalidade e nupcialidade em razão da existência de dois totais de população.

¹⁴ Para 1872, também calculamos as taxas duas vezes: a primeira considera apenas os registros de batizado, casamento e óbito referentes ao ano de 1872 e a segunda é uma média aritmética dos registros arrolados em 1872, 1873 e

lembrar que as taxas apresentadas são valores aproximados, especialmente para os anos de 1854 e 1872. Apesar dos problemas evidentes de sub-registro, especialmente de óbitos, as taxas brutas nos fornecem elementos para mensurar o movimento da população.

Para o período analisado, o regime demográfico é marcado pelas precárias formas de controle da natalidade e mortalidade (MARCÍLIO, 2000: 73). Ao se referir às taxas de crescimento extraordinariamente elevadas em São Paulo entre fins do século XVIII e 1836, Marcílio destaca o fator imigração de livres, mas chama a atenção para a importância das taxas de natalidade extremamente elevadas na região (MARCÍLIO, 2000: 73).

Como a região não presenciou crises de abastecimento ou de mortalidade (devido a guerras ou epidemias), o balanço entre nascimentos e mortes foi positivo e constante ao longo do tempo.

Taxas de natalidade situando-se entre 50 e 55 nascimentos por ano, para cada mil habitantes livres são consideradas extremamente elevadas (MARCÍLIO, 2000: 89-91). Foram valores próximos a esse intervalo que a autora encontrou em São Paulo e que também verificamos em Franca (Tabela 1).

1874. Tomamos esta cautela para minimizar oscilações de um ano para outro, bastante comuns nas séries de registros. Para 1872, calculamos as taxas a partir dos dados de população informados para a paróquia de Franca (6.818 habitantes) e os registros de batismo, óbito e casamento também restritos à paróquia sede (Nossa Senhora da Conceição de Franca).

TABELA 1 – Taxas Brutas de natalidade, mortalidade e nupcialidade por mil habitantes livres. Território original de Franca e Paróquia de Franca. 1836, 1854 e 1872.

Taxas brutas (por mil habs. livres)	1836	1854*		1872**	
		> pop	< pop	1872	Σ1872-1874
Natalidade	52,5	46,4	57,4	48,3	57,0
Mortalidade	20,2	21,4	26,5	20,4	21,2
Nupcialidade	16,1	9,4	11,6	10,6	12,3

Fonte: Bassanezi, 1998 e Arquivo da Cúria Diocesana de Franca-SP. Registros paroquiais.

* Não constam dados para os municípios de Franca e Batatais, assim utilizamos estimativas. > pop = maior população e < pop = menor população. A nota 13 esclarece os totais (maior e menor) de população utilizados.

** Ver nota 14. Consideramos apenas a população da Paróquia de Franca arrolada em 1872. 1872 = registros anotados para o ano de 1872. Σ1872-1874 = média aritmética dos registros para os anos de 1872, 1873 e 1874. Apenas para os óbitos, utilizamos a média aritmética para os anos 1872-1873 em virtude da brusca oscilação e má qualidade dos dados para o ano de 1874.

Outras localidades de São Paulo apresentaram taxas brutas de natalidade significativas: em Ubatuba foi de 47,6 nascimentos por mil habitantes em 1818, em Campinas chegou a 53 por mil em 1794 e à robusta cifra de 70 por mil em 1814 (TEIXEIRA, 2011: 59).

Para explicar as elevadas taxas de natalidade, Marcílio apresentou duas hipóteses. A primeira seria de que as taxas de nupcialidade seriam muito altas, com idade ao casar da mulher muito precoce e insignificantes proporções de celibato feminino definitivo; ou níveis de nascimentos ilegítimos em proporções elevadas.

A taxa bruta de nupcialidade por volta de 10%, como a encontrada entre a população livre de São Paulo entre 1798-1836, é considerada elevada (MARCÍLIO, 2000: 91). No caso de Franca, temos momentos em que as taxas de nupcialidade eram

semelhantes ou superiores a 10%, chegando a 16,1% em 1836. Em Campinas, para os anos de 1794 e 1814, foram encontrados os valores de 11,7% e 22,7%, respectivamente (TEIXEIRA, 2011: 85-6). Taxas de nupcialidade elevadas refletem a realização de casamentos, que por sua vez, geram muitos nascimentos.

As taxas brutas de mortalidade verificadas em Franca apresentaram valores abaixo do esperado em sociedades pré-modernas, ou seja, 30-40 mortes por mil habitantes (em anos normais). Tendo tais valores como baliza e em razão do pronunciado sub-registro, os valores observados em São Paulo (27,7 e 29,5 por mil respectivamente em 1818 e 1836) foram desconsideradas por Marcílio (2000: 90). Em Campinas, para o ano de 1794, a cifra foi de apenas 17 por mil e de 38 por mil para o ano de 1814 (TEIXEIRA, 2011: 107). Os dados de mortalidade devem ser utilizados com cautela e exigem um tratamento mais apurado em razão dos inúmeros eventos não registrados, especialmente os óbitos de crianças em tenra idade.

A dinâmica demográfica de São Paulo (como um todo) e da região de Franca (em particular) foi marcada pela presença da imigração (de livres e escravos) e de elevadas taxas de natalidade. Os trabalhos citados baseiam-se em informações presentes nas listas nominativas de habitantes ou maços de população, que por sua vez, deixam de ser produzidos a partir de 1836. Nosso trabalho, ao trabalhar com fontes variadas, busca dimensionar as mudanças demográficas vivenciadas entre 1836 e 1872, período que vivenciou um crescimento populacional, mas que é anterior à entrada do café na região de Franca.

Apesar das lacunas e dos problemas que as fontes apresentam, consideramos um exercício frutífero mensurar as taxas brutas de natalidade, mortalidade e nupcialidade, uma vez que tais indicadores nos informam a respeito do movimento da população e refletem suas experiências de viver e reproduzir-se, de nascer e de morrer. As cifras expostas indicam que os nascimentos e as mortes eram fenômenos triviais no cotidiano da população pretérita, no entanto, o balanço entre nascimentos e mortes favoreceu o crescimento natural.

A análise regional busca demonstrar as especificidades observadas em Franca, assim como apontar as tendências semelhantes verificadas em outras áreas e em São Paulo como um todo.

O ritmo e a intensidade do crescimento demográfico em São Paulo variaram ao longo do tempo e do espaço, sendo mais ou menos pujantes de acordo com a entrada de migrantes (livres e escravos), as taxas brutas de natalidade e de mortalidade. As áreas voltadas à agroexportação (Campinas, por exemplo) vivenciaram a entrada de maciça de africanos escravizados, assim como atraíram muitos livres nacionais e estrangeiros, cujas taxas de natalidade e nupcialidade mostraram-se vigorosas, muitas vezes superiores a outras áreas cuja economia se baseou no abastecimento interno, a exemplo de Franca.

Considerações finais

A expansão agrária vivenciada por São Paulo entre fins do século XVIII e começo do XIX estendeu-se para as áreas consideradas de “*Sertão*”. A região de Franca, localizada no caminho da Estrada dos *Goiases*, passou a integrar o mercado de abastecimento interno que se ampliou no Brasil, para atender às demandas da Corte instalada no Rio de Janeiro e de áreas agroexportadoras.

A migração foi elemento crucial no processo de seu povoamento. Os migrantes, vindos especialmente de Minas Gerais, se instalaram nas terras relativamente férteis, irrigadas e escassamente povoadas do norte de São Paulo. Num primeiro momento, os mineiros vieram em busca de ouro e diamantes nos córregos da região, para em princípios do século XIX, ampliarem as fronteiras da economia de subsistência e de criação de gado já praticadas em outras áreas do sul de Minas Gerais. O fluxo dos migrantes mineiros foi significativo e deixou suas marcas em diversas fontes, dentre as quais, os registros paroquiais de casamento, as listas nominativas de população e os censos de população. Nas primeiras décadas do século XIX, os chefes

de domicílio da freguesia e posterior Vila Franca eram em sua maioria nascidos em Minas Gerais. Em 1836, já é possível observar a importância dos paulistas dentre os habitantes de Franca, no entanto, merece destaque que muitos desses paulistas eram filhos ou netos de mineiros.

As famílias que se constituíram em Franca através do casamento religioso entre 1806-1824 eram majoritariamente formadas por noivos e noivas nascidos em Minas Gerais. No período em que Franca ascendeu à categoria de Vila (1825-1856), os noivos paulistas passaram a ser mais significativos do que os mineiros, mas ainda é possível observar a forte presença de mineiros. As noivas paulistas já haviam suplantado as mineiras quando Franca ainda era Vila. No último período aqui analisado (1857-1888), as nascidas em São Paulo ampliaram sua participação dentre aquelas que se casaram em Franca, assim como os homens paulistas passaram a ser maioria dentre os noivos.

Se num primeiro momento de ocupação efetiva do território de Franca, a migração foi crucial, já em meados da primeira metade do século XIX, as elevadas taxas de natalidade (superiores às de mortalidade) garantiram o crescimento natural. A partir da década de 1850, a Lei de Terras e o fim do tráfico de escravos africanos contribuíram para a valorização da propriedade da terra, o que acabou por restringir o seu acesso.

As terras já se encontravam delimitadas e com tendência à elevação de preços no território de Franca a partir da segunda metade do século XIX. Estes podem ter sido fatores que estimularam, por um lado, francanos a buscarem novas áreas para a expansão de atividades voltadas ao abastecimento interno e à criação de gado e, por outro, desencorajado a vinda de novos migrantes para a região.

A migração de mineiros para o território de Franca arrefeceu, como atestam os registros de casamento e o Censo de 1872, mas o crescimento demográfico mostrou-se vigoroso. As significativas taxas brutas de nupcialidade e de natalidade observadas em Franca refletiram a formação de famílias e a reprodução social e biológica.

O balanço entre nascimentos e mortes favoreceu o crescimento natural.

São Paulo como um todo e suas localidades em particular vivenciaram movimentos de população semelhantes, embora, seus ritmos e intensidade variassem de acordo com outros fatores, tais como o contexto econômico, a disponibilidade e qualidade das terras e a localização geográfica.

Referências

- BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. (Org.). *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- BACELLAR, C. A. P. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1997.
- BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.). *São Paulo do passado: dados demográficos*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1998.
- BRIOSCHI, L. R. *Criando história: paulistas e mineiros no Nordeste de São Paulo (1725-1835)*. São Paulo, 1995. 268f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BRIOSCHI, L. R. et al. *Os entrantes no Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: CERU, 1991.
- CHIACHIRI FILHO, J. *Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeira, 1986.
- CUNHA, M. F. Estudo das migrações internas no norte paulista, século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2014.

- CUNHA, M. F. *Demografia e família escrava*. Franca-SP, século XIX. Campinas, 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- CUNHA, M. F. *Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX*. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- D’ALINCOURT, L. Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuyabá. *Anais do Museu Paulista*, Tomo XIV, p. 253-354, 1950 apud BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. (Org.). Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 30.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- HOLANDA, S. B. *Monções*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.
- LENHARO, A. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LUNE, A. J. B.; FONSECA, P. D. (Org.). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Edição Fac-similar/Imprensa Oficial do Estado S. A. – IESP, 1985.
- MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000.
- MÜLLER, D. P. (Org.). *Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Reedição Litteral Secção de Obras d’ "O Estado de São Paulo", 1923.
- NASCIMENTO, H. A.; MOREIRA, E. (Org.). *Almanaque histórico de Franca: obra de compilação histórica do município em seus vários aspectos*. Franca: Tipografia “Renascença”, 1943.
- OLIVEIRA, M. C. *Dinâmica populacional no Sertão do Rio Pardo (1801-1829)*. Franca, 2012. Dissertação de Mestrado –

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

OLIVEIRA, M. C. *Dinâmica populacional no Sertão do Rio Pardo (1801-1829)*. Franca, 2011. Relatório de Qualificação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

RELATÓRIO apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística. São Paulo: Leroy King Bookwalter/Typographia King, 1888.

SAINT HILAIRE, A. *Viagem à Província de São Paulo*. Trad. de: Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Martins Fontes/EDUSP, 1972.

TEIXEIRA, P. E. *A formação das famílias livres: Campinas, 1774-1850*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

O RURAL QUILOMBOLA DO RIO BAIXO ITACURUÇÁ-PA: ASPECTOS DA CULTURA, EDUCAÇÃO E RURALIDADE*

*Eliana Campos Pojo***

Resumo: O artigo propõe caracterizar o 'rural' de uma comunidade ribeirinha e quilombola localizada no rio baixo Itacuruçá-Abaetetuba/PA. O estudo desenvolveu-se pautado nas discussões, nas leituras e nas incursões ao 'campo' por meio de pesquisa dentro da abordagem etnográfica, enfatizando o 'ser quilombola' nessa localidade, tomando como foco a ruralidade presente na comunidade, as condições socioculturais e a institucionalidade da Escola quilombola na interface com os estudos teóricos sobre o 'mundo rural' no Brasil. Mundo esse cercado por águas, florestas, marés, criação de animais domésticos, plantas, barcos, vidas indo e vindo na particular paisagem ribeirinha e quilombola.

Palavras-chave: Rio baixo Itacuruçá. Comunidade ribeirinha e quilombola. Diversidade cultural. Ruralidade.

The rural quilombola in the Low river Itacuruçá-PA: aspects of culture, education and rurality

Abstract: The paper aims to characterize the 'rural' of a riverside and quilombola community located in Itacuruçá-Abaetetuba/PA river in Brazil. The study was guided by discussions, readings and incursions in the 'field' through research using an ethnographic approach, emphasizing the 'quilombola being' into this locality, taking as the focus the rurality and sociocultural conditions

* Agradeço aos comentários e sugestões realizadas pelo Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão (UNICAMP), durante o processo de elaboração deste artigo.

** Universidade Federal do Pará, Abaetetuba-PA, Brasil (lilicapojo@gmail.com). Recebido em: 30/10/2014 – Aceito em: 29/06/2015.

of this community and the institutionality of the quilombola School in the interface with the theoretical studies of the 'rural world' in Brazil. It is a world surrounded by water, forests, tides, animal husbandry, plants, boats, lives coming and going in the unique landscape of this riverside and quilombola place.

Keywords: Itacuruçá river. Riverside and quilombola community. Cultural diversity. Rurality.

El rural quilombola del río Bajo Itacuruçá-PA: aspectos de la cultura, educación y ruralidad

Resumen: El artículo se propone a caracterizar lo "rural" de una comunidad ribereña y quilombola ubicada en el río bajo Itacuruçá, in Abaetetuba/Pará. El estudio se desarrolló en base a debates, lecturas y en las incursiones al 'campo' mediante la investigación dentro del enfoque etnográfico, enfatizando el 'ser quilombola' en esta localidad, tomando como foco la ruralidad presente en la comunidad, las condiciones socioculturales y la institucionalidad de la Escuela quilombola en el interfaz con los estudios teóricos sobre el 'mundo rural' en Brasil. Mundo éste rodeado por las aguas, forestas, mareas, creación de animales domésticos, plantas, barcos, vidas yendo y viniendo en el particular paisaje ribereño y quilombola.

Palabras clave: Río bajo Itacuruçá. Comunidad ribereña y quilombola. Diversidad cultural. Ruralidad.

Introdução

O presente artigo pretende caracterizar o 'rural' da comunidade ribeirinha e quilombola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada no rio baixo Itacuruçá-Abaetetuba/PA, refletindo a diversidade cultural existente ali, manifestada por meio das tradições, dos saberes e dos fazeres populares, assim como, de sistemas de crenças e valores que conformam e atribuem sentido aos seus modos de viver e de significar a existência.

Para tanto, recorreremos a incursões ao 'campo', propiciadas pelo projeto de pesquisa "Travessias, identidades e saberes das águas - cartografias de saberes de populações ribeirinhas no Município de Abaetetuba-PA" (UFPA, 2013). Enquanto uma experiência educativa integrada, a nossa vivência neste projeto abarcou um caminho metodológico que abrangeu múltiplos entrelaçamentos envolvidos nas situações e nos processos sociais

da comunidade. Neste percurso a “participação observante” foi primordial e, para isso, interagimos com representantes do movimento social de ribeirinhos e quilombolas, com lideranças da comunidade e da escola, resultando um conjunto interativo, composto de diversos materiais, tais como: mapas geográficos; depoimentos e entrevistas produzidos com lideranças, moradores e estudantes; registros fotográficos dos percursos realizados no lugar; diários de campo; documentos oficiais de movimentos sociais e de escolas.

O foco deste estudo é aprofundar o debate acerca do ‘mundo rural’, a partir de estudos teóricos sobre o tema, na interface com a ruralidade presente nessa comunidade e, dessa forma, dar ênfase ao reconhecimento de sua cultura (culturas), tomando, para tanto, vetores como: os modos de vida, as práticas culturais locais, os saberes dos sujeitos ribeirinhos e quilombolas, enfim, as práticas sociais que produzem uma dada identidade amazônica e regional.

No percurso da pesquisa, evidenciamos traços culturais que substanciam de forma própria uma observação acurada dos moradores sobre as mudanças do rio, o domínio da localização geográfica das ilhas e das florestas e da natureza em geral; estabelecem com as águas uma relação de respeito vinculando a elas situações de assombrações, de símbolos, de vida, de sentidos próprios de quem vive ali, ou seja, representações simbólicas e valorativas que lhes dão a identidade de povo e a de comunidade. Dito de outra forma, as manifestações culturais presentes na comunidade estão presentes nos modos de vida representados pelo trabalho na terra, na floresta e no rio; nas brincadeiras do *formô*¹; na travessia cotidiana até a *urbis*² e, especialmente, nos seus saberes

¹ Essa brincadeira consiste na demarcação do espaço onde cada integrante do grupo impede a invasão do seu espaço (quadrado) e o movimento do corpo expressa gingados parecidos com os da capoeira.

² Trata-se de uma definição de cidade referindo-se ao contexto urbano. Sendo espaço social, a *urbis* é onde se concentra a formalidade das instituições e, também, do estado, representado pelo poder local, entidades sociais, os serviços públicos etc.

da relação com a natureza. Nesse sentido, muitos moradores afirmam que “o território quilombola é privilegiado porque todas as comunidades são nascentes de rios”. Com isso, evidencia-se uma estreita relação de pertencimento entre a comunidade e o rio.

Nessa comunidade existe um peculiar modo de viver, que é identificado seja através das formas próprias de trabalho, seja por meio da ação social (lazer, travessia, escola, etc.). Ele é pautado pelo relógio natural impresso e expressado pelos rios; pelos saberes derivados da convivência íntima com ele, assim como pelas formas culturais produzidas a partir das práticas sociais como o cultivo e o manejo do açaí, da produção de diversos tipos de farinha, do uso versátil do miriti³, da feitura das roças, das atividades de pesca, da antiga forma de pescar camarão com matapi⁴. E também pela rica produção artesanal com uso de talas na fabricação de paneiros, de rasas, de tipitis⁵ e de sementes na fabricação de adereços, assim como pelo domínio de regras de fabricação e de uso de utensílios como o matapi, pelo uso da peconha⁶ para subir nos açazeiros e pelo tecer a rede de pescar com o emprego de práticas patrimoniais de produção.

A perspectiva adotada é a do atravessamento de um ‘mundo rural’ peculiar, situando o contexto social concreto da comunidade, buscando expressar sentidos e significados do cotidiano nas diversas relações sociais. Sentidos e significados que nem sempre encontram ressonância, por exemplo, na escola rural existente naquele lugar. Tal como costuma acontecer em outros contextos

³ O miriti é a fibra do buritizeiro (palmeira que dá fruto chamado buriti). Tanto a fibra quanto o fruto podem ser utilizados de várias formas artesanais ou não. O município de Abaetetuba é também conhecido pelo trabalho de artesãos na produção de brinquedos de miriti.

⁴ Utensílio de pegar o camarão feito na própria comunidade.

⁵ São objetos feitos com tala e são utilizados nas atividades de coleta do açaí e na produção da farinha.

⁶ Utensílio feito artesanalmente da folha do açazeiro (ou de corda) pelos apanhadores de açaí e é utilizado para subir na palmeira e coletar seu fruto.

rurais no Brasil, de certa forma a escola local assume na sua prática educativa uma hegemonia e forânea diante da diversidade cultural local. Assim, no presente trabalho, ancoramo-nos nos estudos teóricos sobre o campesinato brasileiro, sobre o mundo rural e sobre a sua diversidade, ao lado de questões de identidades, também através da observância do 'campo' na perspectiva de compreender a diversidade cultural e o 'mundo rural' existente, assim como as suas relações com aspectos educacionais proveniente da educação oficial.

O viver ribeirinho e quilombola do rio baixo Itacuruçá

De acordo com a versão dos moradores da comunidade, há uma distinção clara entre 'ribeirinho e quilombola': "O quilombola é aquele que mora em terra firme e o ribeirinho é aquele que mora às margens do rio, porque tem o ribeirinho e tem o quilombola; nós somos quilombola". Para ratificar a distinção, alguns moradores nos solicitaram que fossem reconhecidos na pesquisa como quilombolas, por considerarem essa particularidade como importante marca de diferenciação entre os dois povos. Admitindo também a compreensão do termo "populações tradicionais", adotaremos nesse escrito os dois termos. (Morador do rio baixo Itacuruçá, 2013)

Se há uma distinção sociocultural entre ribeirinhos e quilombolas, há também uma outra distinção que é territorial, e de caráter geopolítico. As terras de uma população e da outra são separadas pelo rio Baixo Itacuruçá. Tal separação funciona como a demarcação territorial dos povos da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Assim, de um lado do rio ficam os moradores ribeirinhos nas terras pertencentes à Marinha, e do outro ficam os quilombolas, moradores no território demarcado como remanescente de quilombo desde 2002, período em que essas terras foram credenciadas pelo Instituto de Terras do Pará – ITERPA e pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA. Dessa diferença deriva a inserção deles em algumas políticas sociais. As práticas sociais do cotidiano encontram-se mescladas

e são controversas, sendo a beira-rio e a floresta espaços referenciais dos grupos que, num movimento social, cultural e de saberes que lhes é peculiar, interagem com todos estes elementos similares, tanto aos ribeirinhos quanto aos quilombolas, que os percebem e os vivenciam sem que haja uma distinção do território em suas práticas cotidianas atuais.

O rio baixo Itacuruçá situa a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na região das ilhas de Abaetetuba, estando a mesma, portanto, localizada entre os rios Arapapu e Piquiarana. Para percorrê-lo da *urbis* à comunidade, leva-se em torno de uma hora e consta em dados oficiais que a referida comunidade possui aproximadamente 126 famílias.

O município de Abaetetuba é constituído por aproximadamente setenta e duas (72) ilhas entrelaçadas por rios, furos⁷ e igarapés interligados uns aos outros. O 'rural' é assentado numa geografia de ilhas, de estradas e de ramais e dentro dele estão onze comunidades quilombolas existentes e diversas outras que são identificadas como ribeirinhas (CPT e Moriva, 2009:42); (ROCHA, 2012).

Os ribeirinhos e quilombolas localizam-se geograficamente, construindo uma forma própria de lidar com o tempo-espaço entre as águas, seus trabalhos, suas maneiras patrimoniais de lidar com o rio como meio de transporte, como provedor de alimentos e até mesmo como indicador de identidades, de que é exemplo a afirmação: "a gente foi criado n'água", reiterando que esse tempo-espaço é mutante, cíclico e natural. Eles sabem lidar com o rio seja pela disposição em navegar dia a dia entre as águas, seja por possuírem um conhecimento peculiar sobre a 'essência viva' das marés vazantes, cheias, de lance, de quebra. Seja, ainda, por saberem, com precisão, o tempo das águas para navegar nas embarcações, as fases da lua e sua relação com o rio,

⁷ Furo é um termo amazônico e caracteriza-se por ser um canal estreito de um rio. São córregos que unem rios maiores entre si, normalmente em matas de várzeas, servindo de atalho às distâncias entre as comunidades de ilhas e a *urbis*.

confirmando os “saberes das águas” construídos pelos sujeitos que interagem cotidianamente com eles. Adotando o enfoque da obra de Wanderley (2011:120), podemos dizer que se trata de ruralidades construídas, termo que se refere “às particularidades do espaço rural, às relações, às representações e aos sentimentos de pertencimento, referidos ao meio rural e aos modernos processos de integração campo-cidade”.

Durante as incursões ao ‘campo’ buscamos apreender as diferentes culturas das populações locais, nas peculiaridades diárias manifestadas pela comunidade, realizando “andanças” e estabelecendo relações sociais com as pessoas e o lugar, visualizando como se desenvolve a vida ali. Pois entendemos que as práticas sociais do cotidiano são reveladoras dos conteúdos da vida local, na medida em que simbolizam e traduzem aspectos culturais, e, associadas ao que esperamos que a escola aporte, contribuindo para a formação de uma “consciência cidadã”, pois, conforme Brandão (2002:41) “ser o sujeito da história e ser o agente criador da cultura não são adjetivos qualificadores do homem. São o seu substantivo. Mas não são igualmente sua essência e sim um momento do seu próprio processo de humanização”.

Neste processo do existir do homem rural, a ruralidade do rio baixo itacuruçá constitui-se de experiências de trabalho na agricultura, com suas formas viver, produzir e resistir, através de suas diversas formas de relações sociais, de que o processo de demarcação de suas terras é apenas uma dimensão. O que supõe entender que esse ‘rural’ é complexo, tendo especificidades como um espaço de vida. Em outros termos, “o rural tem uma natureza qualitativamente distinta – relações de vizinhança e parentesco, solidariedade, mutirões, atividades coletivas, *práticas artesanais, dinamizando símbolos culturais*, que dificilmente têm lugar nas grandes cidades”, mas há vínculos que correlacionam o mundo rural ao conjunto da sociedade brasileira em muitos aspectos como a cultura, a educação e a economia, mesmo sendo esta última a mais forte devido ao modelo de desenvolvimento adotado (KAGEYAMA, 2008:16, *grifos nossos*).

Nós compreendemos este ‘rural’ como uma processualidade derivada de múltiplas aprendizagens. Razão pela qual buscamos observar a natureza-cotidiano, captando as entrelinhas do não dito, ouvindo o inaudível, consolidando a interação do grupo de pesquisa com os sujeitos da comunidade em estudo, em síntese, o adentrar cuidadosamente numa realidade sintonizada com o “deixar-se molhar pela cultura” será a abordagem dada à dimensão ruralidade na comunidade do rio baixo Itacuruçá, aspecto a ser tratado no tópico seguinte (FREIRE, 1995).

A ruralidade ribeirinha e quilombola num pedaço da Amazônia paraense

A Amazônia é interpretada a partir de diferentes olhares e compreensões de acordo com o tempo histórico, com o enfoque legal e teórico, com o interesse político, econômico e social. Porém, todos esses olhares focalizam usualmente a importância da Amazônia para a vida humana e para a vida de outras espécies. Em tais focos, estão presentes, além da biodiversidade tão propagada, diferentes territórios com pessoas que vivem suas vidas entrelaçadas pelo ambiente natural, a partir do que se reproduzem e transformam as suas culturas locais.

A cotidianidade de comunidades tradicionais como as ribeirinhas e as quilombolas já vem sendo retratada por diversos estudiosos como Diegues (1998; 2000), Gusmão (2013), Brandão (1995). Na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, especificamente, visualizamos a cotidianidade do povo no movimentar-se pelo rio através de um modo “rural” vivido pelos seus habitantes entre atividades agrícolas, artesanais, de pesca e de comercialização de produtos. São pessoas que nascem, que vivem e que se criam à beira de rios e nas florestas, cunhando um determinado desenvolvimento rural.

Nossa intenção é dar visibilidade para as nuances do ‘rural e de suas ruralidades’. Para isso, utilizamos como referência principal, mas não única, os estudos contidos na obra intitulada “Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil”, na perspectiva

de construir um diálogo sobre o 'rural' ribeirinho e quilombola do rio baixo Itacuruçá-PA (WANDERLEY, 2011).

A obra de Maria de Nazareth Baudel Wanderley tem sua relevância por "fazer um balanço da produção científica" sobre a questão rural brasileira, situando o que ela define como sendo "olhares plurais e complementares sobre processos sociais" de construção científica e política do mundo rural, embora em constante mutação. Todavia, nesse fazer, a autora não tem a pretensão de dar conta da totalidade da história rural, mas, sim, sem procurar resumir-la, elucidando alguns marcos conceituais fundamentais, principalmente aqueles que se referem a uma compreensão mais perfilada do complexo, do diverso e do importante 'mundo rural' como parte substancial no desenvolvimento social da sociedade como um todo (WANDERLEY, 2011:20-21).

O 'rural', enfatizado na obra, é um elemento de análise para se pensar o desenvolvimento do país, incluindo neste desenvolvimento outros aspectos além do econômico, tão propagado. Também são ressoantes as múltiplas conceituações, categorizações e relações do 'rural' numa imbricação com a vida das pessoas e com o mundo urbano e globalizado. Diante da efervescência de mudança, alteram-se afirmações e conceituações sobre o rural pelos estudiosos, em especial nos estudos de Brandão (1995) e de Almeida (1995 e 2007), que convidam a outras interpretações para o paradigma da agricultura e para o sujeito rural e suas temporalidades.

Dos estudiosos e estudos em contextos concretos, alguns extratos nos ajudam a pensar sobre o 'rural ribeirinho e quilombola' tal como proposto neste escrito. Assim, passamos a situá-los a partir dos contornos feitos através da pesquisa que vimos realizando, procurando desvendar um "social" com jeitos, com cheiros, com sabores, com saberes e com fazeres rurais próprios.

Assim sendo, um dos aspectos marcantes na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que especifica esse 'rural', são as formas de trabalho. A agricultura ainda é forte e resiste às

adversidades sociais e econômicas. É presente o cultivo do açaí⁸ por conta de estar a comunidade na beira do rio (área de várzea) e a terra ser mais fértil para esse tipo de plantio. Ao lado do açaí, em terra firme persiste o cultivo da roça com a plantação de maniva⁹, milho, quiabo, jerimum, maxixe, arroz e “outras coisas de legume” como produtos cultivados para a venda e para o consumo das famílias.

Além das alternativas já citadas, existem outras formas de trabalho na comunidade, tais como o as atividades realizadas em olarias construídas à margem dos rios pela facilidade do embarque do barro, da lenha e do escoamento da produção de tijolo e de telha. É forte também a pesca de peixe e de camarão. E não se deve esquecer os que atuam como rabeteiros, transportando pessoas e materiais até a *urbis* e, também, os que constroem as rabetas¹⁰. Essas modalidades de trabalho acontecem de forma múltipla e simultânea, ou seja, muitas vezes a mesma família trabalha na olaria, tem cultivo na roça e atua com a pesca. Assim, tais atividades constituem em seu conjunto a parte essencial do sustento das famílias. As múltiplas e simultâneas formas de trabalho são expressas na afirmação de uma das moradoras, que diz: “Porque é assim. Tudo depende da época e do período”. (Moradora do rio baixo Itacuruçá, 2013)

⁸ Para o cultivo do açaí, há os peconheiros que realizam atividade diária de apanhar o produto. Muitos utilizam, nesse fazer, o sistema de meia, ou seja, o proprietário divide o açaí apanhado em partes iguais com o apanhador. Na maioria das vezes, as crianças e os adolescentes aprendem a apanhar o açaí, observando o pai e os irmãos mais velhos, o que, muitas vezes, é uma forma de brincar também; em outras situações, isso se torna uma atividade laboral de ajuda no sustento da família.

⁹ Maniva é a folha da mandioca que é utilizada, após seu cozimento, para o prato tipicamente paraense, a maniçoba.

¹⁰ Rabetas são pequenas embarcações motorizadas que podem ser cobertas (com toldo) ou descobertas, normalmente de pequeno porte. Tais embarcações fazem o percurso das comunidades das ilhas até a *urbis* do município levando cargas e passageiros. E, rabeteiros são moradores que trabalham como condutores dessas rabetas.

O trabalho na comunidade ribeirinha e quilombola envolve de maneira diferenciada os homens, as mulheres, as crianças, os jovens e também os idosos. Nas andanças na comunidade presenciamos mulheres pilotando rabetas, pescando camarão, carregando lenha para fazer carvão. E também envolvidas com as tarefas domésticas, com o plantio da roça, com a produção da farinha, e ainda debulhando o açaí.

Com relação aos homens, além das atividades que citamos desenvolvidas pelas mulheres, eles se envolvem também com a venda de produtos na cidade, apanham o açaí, cortam e fazem o carreoio¹¹ da lenha ou da madeira, produzem o carvão, pescam e atuam nas olarias. Observamos que a agricultura nesse contexto possui grande capacidade produtiva e sua produção serve para subsidiar outros locais fora da comunidade.

Ainda sobre a agricultura, o açaí continua sendo o principal produto da comunidade e da cidade, tanto que muitos moradores utilizam a seguinte fala: “Trabalhamos para ter o que comer o ano todo”. Nessa atividade, os homens sobem nos açazeiros e apanham os cachos, as mulheres os debulham e as crianças os ajudam nesta tarefa. Assim, estamos diante de uma modalidade coletiva e partilhada de trabalho que faz parte do cotidiano familiar. Na safra do açaí, é também comum o “trabalho de empreita”, o que corresponde à negociação entre produtores e apanhadores, ambos moradores da própria comunidade.

O trabalho nas múltiplas atividades mencionadas realiza-se em uma dimensão profundamente relacional, ou seja, existe uma “natureza das relações de produção” que envolve diferentes conversas sobre as questões da vida, sobre o ensino dos modos de fazer entre pais e através das trocas geracionais entre adultos, jovens e crianças. E também na contação de ‘causos’ durante as caminhadas até os espaços de trabalho.

Esta forma de trabalhar, típica das comunidades camponesas, em que os sujeitos imprimem seus próprios ritmos, seus tempos,

¹¹ Forma de carregar madeira e carvão utilizando um animal, normalmente são bois.

suas lógicas e também materializam processos próprios, não tem como principal motivação o mero valor lucrativo, mas o seu foco está na “reprodução da família para si”, o seu bem estar dentro dos moldes de um viver dignamente (ALMEIDA, 1986:66-67).

Atualmente, presenciamos o forte avanço do monocultivo do dendê na região do Baixo Tocantins¹², o que ocasiona vários problemas e de diversas ordens, como a expropriação fundiária (transferência de terras públicas ou particulares) e a compra de terras por empresas¹³ com documentação de valor jurídico duvidoso. Eis o motivo pelo qual os movimentos sociais, associados ao poder judiciário (sindicatos de trabalhadores rurais, organizações da região com o apoio da FASE Amazônia¹⁴ e do Ministério Público Estadual) estão se mobilizando para discutir a questão.

Atrelado ao plantio do dendê temos o problema ambiental. Tal problemática se deve, dentre outros fatores, ao uso crescente de agrotóxicos nessa cultura, sendo o seu impacto visível nos vários rios, furos e igarapés, afetando os peixes, a água, o ecossistema. E esse avassalador potencial mercadológico tende a submeter imensa parte da agricultura da região. Todavia, atualmente ainda não temos “estudos sobre os impactos desses agrotóxicos na Amazônia, ninguém sabe quanto dendê foi plantado e quanto veneno foi jogado nas terras e nos igarapés” (FASE Amazônia, 2014:4).

Outra questão de impacto é o crescimento do negócio empresarial que cria uma relação de dependência dos agricultores, isto é, “os trabalhadores que assinam os contratos com as empresas praticamente se tornam empregados delas, não de forma jurídica, mas agregando-se de maneira a não ter quase nenhum

¹² São municípios pertencentes à região do Baixo Tocantins: Abaetetuba, Barcarena, Acará, Moju e Igarapé-Miri.

¹³ Nessa região do Baixo Tocantins estão presentes as empresas Biofarma, Agropalma e a Biovale como o pretenso discurso de que chegam trazendo o ‘progresso’.

¹⁴ Trata-se de uma entidade que realiza atividades junto a populações rurais.

aproveitamento de sua própria terra” (FASE Amazônia, 2014:5). Há casos de agricultores, principalmente os jovens, que ‘vendem’ sua força de trabalho, deslocando-se para as ‘fazendas’ onde estão situadas as plantações do dendê. Tais procedimentos explicitam a perda da autonomia e do compartilhamento familiar, quando esses sujeitos deixam de ser os atores sociais e históricos de suas produções e de seus valores sociais, e passam a ser tutelados por essas empresas. Em muitos casos tal fato constitui-se como uma demonstração cruel de que a exploração dos trabalhadores é uma ferramenta efetiva para a acumulação capitalista. Em outros termos, estamos a presenciar nesse nosso cenário “o controle da fronteira pelo capital” (WANDERLEY, 2011:38).

Aos poucos vai se perdendo, através do processo de múltiplas expropriações e subordinações das populações locais, a preservação social de uma agricultura com base na necessidade vital e no saber dos agricultores. E, mais ainda, no seu afeto pela terra, pelo livre plantio diversificado, e ainda em um modo de produzir humanizado que significa, para eles, o viver dignamente.

Muitos são os traços dessa ruralidade ribeirinha e quilombola que estão postos, e uma primeira interpretação que se faz dela é a de “compreensão do mundo rural e suas relações com as cidades, bem como nas relações da vida local com os processos de globalização”. Não obstante, a produção da vida rural e um “ethos” rural também devem ser compreendidos não meramente do ponto de vista econômico, mas também desde o ponto de vista de toda uma luta em nome do construir outro modelo de desenvolvimento. Um “desenvolvimento rural sustentável como projeto de sociedade” (WANDERLEY, 2011:106).

Em nossa tentativa de expressá-lo, procuramos apreender o rural ribeirinho e quilombola como um complexo social de vida cotidiana com as suas cores, seus saberes e seus sabores, suas interações com a natureza e entre diferentes categorias de pessoas e instituições da comunidade e de fora dela. Com seus dilemas, conflitos e contradições também. No cotidiano, de fato uma imbricação campo-cidade é parte hoje em dia cada vez mais essencial na vida dos ribeirinhos e quilombolas, seja pela

necessidade de transações de compra e venda de produtos na *urbis*, seja pela relação de saberes e, de maneira especial, na relação com a educação e a escola. Pois uma boa parte da juventude local estuda fora do 'espaço rural', por não haver escolarização em níveis mais elevados (Ensino Médio e Superior). E também o fato de que a própria comunidade se abre hoje a novas formas de produzir a agricultura, de lidar com a terra, e de se apropriar de outros saberes, outros conhecimentos, outras informações, quase sempre provenientes da cidade.

Outro aspecto interessante ressaltado na obra de Wanderley (2011) e que está presente na realidade pesquisada é o "conhecimento sobre os sujeitos rurais em toda a sua diversidade e complexidade", ou seja, não é possível organizar uma frente de luta em favor de um 'mundo rural' – incluem-se aqui os intelectuais, os movimentos sociais e os técnicos da educação – sem interagir com uma dada realidade rural e seus sujeitos. Sem se perceber quem eles são, como vivem, o que sabem, o que enfrentam para a sua sobrevivência, e o que desejam em suas vidas no território rural. (WANDERLEY, 2011:106).

Muitas são as questões que a realidade nos incita, mas há uma, em especial, que mais nos inquieta e que justificaria nossa escolha temática e, principalmente, a escolha pela comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro como *locus* de nossa interação de investigação deste artigo. Ela é a condição de vida do homem e da mulher rural e os seus conhecimentos patrimoniais, além do questionamento sobre a dimensão pedagógica e política da escola quilombola em seu projeto de contribuir para o fortalecimento de saberes e de uma identidade ao mesmo tempo culturalmente étnica e socialmente rural. Estas e outras questões serão abordadas na próxima seção.

O reconhecimento das culturas locais na educação escolar

Quando fazíamos os percursos ao 'campo', uma das questões mais inquietantes foi verbalizada por uma moradora da

comunidade e trabalhadora rural que dizia: “hoje não temos nada pra comer”. Essa senhora era uma mulher com dez filhos, como ela dizia, “todos escadinha”. Descrevendo sua vida naquele lugar, ela foi expondo o teor de suas relações com a natureza, o modo como educa os seus filhos, a sua relação com a vizinhança e assim por diante. E ela lamentava que a vida ali não era fácil. Sua narrativa colocava-nos um problema: de um lado, a condição de vida do trabalhador rural e seus conhecimentos e de outro, a função da escola quilombola naquele contexto.

Em outro patamar, o que caracteriza a comunidade é, como vimos, o cultivo da agricultura familiar e os modos de vida ancorados em uma peculiar “ruralidade” social. Assim, o movimento da cultura local é observado também nos sons da natureza, no barulho das marés, e são sons tão escassos ou não presentes em nossa ‘urbanidade’. E é vivido também na ausência de água potável em uma comunidade com abundância deste líquido; na conversa dos moradores familiarizados com a terra, com as fases da lua, com a quentura do sol, com a extensão e com a frequência da chuva, com o encantado rio; com a crença nos mitos da Matinta Perera, do Boto, da Cobra Grande, todos eles ricos, naturais e fantásticos elementos demonstrativos da terra amazônica. Essas representações configuram a própria vida da comunidade, e são elementos culturais reais que participam da vida cotidiana e que se articulam com o tempo-espço da educação escolar. Logo, não podem estar ausentes do currículo escolar. E, principalmente, a questão da fome, citada anteriormente, como um elemento de problematização no contraste entre a riqueza cultural existente e as ausências com que lidam as pessoas do lugar.

O cultural local também se manifesta na presença e na pauta reivindicatória dos movimentos sociais e das demais organizações existentes, que, pela ‘condição do viver no lugar’, estabelecem as suas lutas a busca em nome de melhorias dos processos produtivos dos agricultores, pela terra, pelo acesso a políticas sociais, entre outras questões. Neste aspecto são vários os movimentos sociais em Abaetetuba, que atuam em favor de melhores condições de vida para a população ribeirinha e quilombola. Entre as organizações

sociais, destacam-se: a Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e a Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA).

Ao falar da região amazônica paraense, especificamente da construção da identidade ribeirinha e quilombola, não há como deixar de mencionar os saberes das culturas seculares dos povos das florestas – os indígenas e os negros. Em suas identidades trazem como herança modos de vida indígena e da origem afro, no conjunto de suas relações com o ambiente natural, e em suas formas de resistência à hegemonia da cultura branca, entre tantos outros aspectos.

É nesta geografia que a pesquisa se desenvolveu, envolvendo a presença e a atuação da escola pública municipal Santo André, no rio baixo Itacuruçá, e da Escola São João Bosco, no rio Arapapuzinho. Aliás, em se tratando deste pedaço da Amazônia, não é exagero afirmarmos que todo o movimento populacional e econômico é realizado pelos rios, tão fortes na vida da comunidade, tanto que é pelo nome deles que a escola e a comunidade são identificadas. Ou seja, os nomes pelos quais a comunidade se orienta, identifica-se, e se conhece e se reconhece é pelo nome dos rios.

A respeito do campo educacional existente e do atendimento veiculado às populações ribeirinhas e quilombolas, presenciamos algumas situações comuns no lugar: o atendimento funciona, em sua maioria, com o Ensino Fundamental e a Educação Infantil e organiza-se em classes multisseriadas; a maioria dos professores e funcionários faz a travessia da cidade até os lugarejos diariamente; uma parte significativa dos alunos é transportada em embarcações; o acesso à internet e à telefonia é precário. Alguns professores estão cursando graduação pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Em meio a estes contrastes, observamos o esforço de um número significativo de profissionais que atua para que as ações educativas sejam de aprendizagem para todos.

Na redondeza, as escolas são ditas como 'escolas quilombolas' e buscam, ainda que de forma incipiente, construir ações educativas assentadas nas necessidades das populações na tentativa de fazer valer uma escolarização de qualidade social.

Nessa perspectiva, o espaço educacional tem assumido até onde pode a tarefa de construir processos emancipatórios, na interface com vários campos da vida humana, como a organização da produção local, como os espaços de convivência, como a organização política e social dos movimentos sociais, trazendo para esse *locus* uma relativa mediação por meio de manifestações culturais do lugar, pois o 'rural' ribeirinho e quilombola possui uma diversidade cultural. Ele é um lugar territorializado por sujeitos sociais, políticos, econômicos e culturais diferentes.

A educação escolar nesse lugar possui uma importância comunitária incomensurável. De fato, os espaços escolares são respeitados e prestigiados pela grande maioria dos moradores locais, principalmente dada a perspectiva de melhoria de vida que a certificação e o percurso formativo dos alunos podem lhes proporcionar. Por isso, vivenciar a interlocução entre conhecimento científico e saberes dos ribeirinhos e quilombolas pode ser uma boa inspiração para se retomar a questão sempre latente de que, "historicamente, a nossa sociedade e a escola que lhe é própria não desenvolviam – e não desenvolvem – mecanismos democráticos perante as diversidades social e cultural" (GUSMÃO, 1997:2).

Não é a propósito que a Escola Santo André traz o título de primeira escola quilombola no município de Abaetetuba, por ser oriunda das lutas dos movimentos sociais em nome da garantia da diversidade étnica dessas populações. E por isso ela carrega o valor de 'ser diferente'. No entanto, acreditamos que essa complexa e desafiante tarefa só terá impacto social se, à medida em que o ensinar-aprender dialogar com os problemas presentes, na prática da agricultura e em nome das famílias, de nas propriedades e de seu cotidiano do trabalho, aspirando contribuir na sedimentação do potencial 'rural' existente, ao potencializar os saberes e as experiências culturais dos estudantes com aprendizagens vitais, não legitimadas e ameaçadas num 'rural' vivo. Em síntese,

tudo depende delas aprenderem a se ‘agriculturalizarem’, se ‘amazonizarem’, se ‘ribeirinizarem’ e se ‘campesinizarem’, e também ao seu currículo escolar, para que dessa forma aprendam o gosto, o prazer e a luta de ser um ribeirinho e quilombola com direitos e vida digna.

No caso específico, significa acenar na direção de outra ‘margem’ a construção de políticas públicas voltadas a esses territórios, visando de fato um processo de desenvolvimento humano. Pois, “apesar da perda demográfica constatada, existe uma parcela significativa de brasileiros que vive nesses espaços rurais”. E a ‘travessia educativa’ não se faz sem a interlocução com as lutas sociais, com os saberes dos agricultores, com o reconhecimento das culturas locais, oriundas da tradição ribeirinha e quilombola na educação escolar, na perspectiva da recriação das identidades, do empoderamento com o lugar, com sua gente e, dessa forma, assumindo uma concepção educativa mais ampla e situada historicamente (WANDERLEY, 2011:110).

Considerações Finais

Por meio da pesquisa realizada, percebemos que os modos culturais de significar a existência passam pela ruralidade presente na comunidade estudada. Assim sendo, frente à ação educativa está posta a “pertinência do rural como espaço específico, com suas relações econômicas, sociais, políticas e culturais” visando o útil à vida humana. Reconhecendo que o lugar de quilombolas e ribeirinhos é um espaço de *partilha da vida*, no qual a escola potencializa sua identidade social gerada na teia de relações ali estabelecidas (WANDERLEY, 2011:119; BRANDÃO, 1995). O compartilhamento da vida ‘rural’ está nas peculiaridades do cotidiano expressa por meio da relação que estabelecem com os tempos, com os espaços de aprendizagem, com as formas de linguagem, por meio dos repertórios orais em que demonstram um modo próprio de produzir sua territorialidade na história do lugar. Uma representação evidente, entre tantas, é o entusiasmo

com que falam de um dos traços culturais dos quilombos ainda existente na comunidade. Vejamos o que diz Pérola, moradora da comunidade do rio Arapapuzinho:

A Simbolada é um resgate cultural que faz parte da cultura quilombola. A cultura nossa mesmo, aqui da região. Ela acontecia quando tinha as festas nos casarões, que na época não era aparelhagem e eles próprios inventavam as mudinhas e os instrumentos. O Cambi é um tipo de uma dança. (2013).

Este traço cultural demonstra a capacidade de resistência e persistência em favor de um modo próprio de viver em sua diversidade com práticas sociais que, por si só, educam. Este modo próprio necessita de registro e, de alguma forma, significa dignificar o patrimônio mitológico, linguístico, arqueológico e sociológico, sem o qual a sua identidade de ribeirinho e quilombola corre o risco de se ver contestada e deslegitimada.

Dessa forma, perspectivar o 'rural' suscita pensá-lo de forma complexa na rede de relações aí embutidas como as formas de trabalho, como as ausências que convivem, como os diversos lugares, em tempos e espaços diversificados, onde esse território é "um mundo rural povoado, frequentemente portador de dinamismo econômico e social e onde campo e pequena cidade são complementares", assim como, para além da polaridade 'urbano-rural', "o que está em questão são as relações que se estabelecem entre o mundo rural e o mundo urbano, que expressam o significado da ruralidade na sociedade contemporânea" (WANDERLEY, 2011:109).

Para a educação escolar, a condição étnica e a condição histórica, aqui no sentido do cultural, expressa na comunidade como parte das questões sociais, é um permanente devir diante das escolhas curriculares e sua organização. Isso obriga a escola a não se deter na precariedade, mas, sim, no potencial do lugar e das pessoas.

Finalmente, não é intenção se fechar num campo de ideias, ao contrário, parece-nos mais adequado dizer que o escrito é apenas o começo de uma reflexão que será mais aprofundada, pois

o debate teórico e metodológico das chamadas pesquisas educativas, relacionadas às diversas e diferentes formas de vida que, neste final de século, estão ainda a desafiar o conhecimento. Em jogo, as singularidades, as particularidades das sociedades humanas, de seus diferentes grupos em face da universalidade do social humano e sua complexidade através dos tempos e, em particular, num mundo que se globaliza (GUSMÃO, 1997:2).

Como a natureza da vida natural e social é a constante transformação, as comunidades ribeirinhas e quilombolas estão sujeitas às modificações ocorridas nas estruturas econômicas, socioculturais, educacionais, modificações lentas quando se trata de identidade como marca de um povo, de uma comunidade, de resistência no sentido de não mudar substancialmente suas ruralidades. O contexto rural se altera, pois ele não é uma moldura nem algo estático. Ao contrário, é admiravelmente exótico porque é singular no plural, o que exige que a ação educativa esteja sempre em permanente reflexão para tentar dizer o que é o rural quilombola e ribeirinho.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M. W. B. de. *O Estatuto da Terra e as Reservas Extrativistas*. Reforma Agrária vol. 25, no 1, janeiro – abril. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, 1995.
- ALMEIDA, M. W. B. de. *Quem são os povos da floresta?* Cadernos SBPC 30. Povos da Floresta: Cobertura jornalística feita a partir de conferências e mesas-redondas apresentadas na 59 Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). 2007.

- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimos a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.1, n. 1, p. 66-83, jun. 1986.
- ARQUIA/Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba. *Estatuto Social*. Abaetetuba, 26 de abril de 2012.
- BRANDÃO. C. R. *A partilha da vida*. Série Cultura, Educação e Ambiente no Vale da Paraíba, 1. São Paulo: Geic/Cabral editora, 1995.
- BRANDÃO. C. R. *Educação como cultura*. Campinas: SP: Mercado das Letras, 2002.
- CPT/MORIVA. *Nova Cartografia social da Amazônia: ribeirinhos e ribeirinhas de Abaetetuba e sua diversidade cultural*. UEA: edições, 2009.
- DIEGUES. C. *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- FASE Amazônia. *A Regularização fundiária na pauta dos movimentos sociais do Baixo Tocantins e o título de posse como estratégia dos movimentos sociais*. Entrevista com Girolamo Treccani (Prof^o NAEA/UFPa). Série de Entrevistas sobre a Amazônia. Março de 2014.
- FREIRE, P. F. *A educação na cidade*. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- GUSMÃO, N. M. M. de. *Antropologia e educação: Origens de um diálogo*. Cadernos CEDES vol. 18, n. 43. Campinas, 1997.
- GUSMÃO, N. M. M. de. *Dossiê: Formação docente para a diversidade: dilemas, desafios e perspectivas no diálogo entre Antropologia e Educação*. Pro-Posições v. 24, n. 2 (71) maio/ago, 2013. p. 17-25.
- KAGEYAMA, A. A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS editora, 2008.
- ROCHA, A. *Os rios de Abaetetuba*. 2012. Disponível em: <HYPERLINK "<http://ademirhelenorocha.blogspot.com.br/>

"<http://ademirhelenorocha.blogspot.com.br>". Acesso em 13 ago. 2014.

UFPA. Projeto de pesquisa *Travessias, identidades e saberes das águas* - cartografias de saberes de populações ribeirinhas no Município de Abaetetuba-PA, 2012-2013. Prof^{as} Eliana Pojo e Lina Gláucia D. Elias (finalizado).

WANDERLEY, M. de N. B. *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas/São Paulo: Editora Unicamp, 2011.

ESCRAVOS NOS TRIBUNAIS: ESTRATÉGIAS E EXPECTATIVAS NAS AÇÕES DE LIBERDADE DO SÉCULO XIX*

*Letícia Grazielle de Freitas Lemes***

Resumo: Este artigo aponta algumas discussões a partir da análise de ações cíveis de liberdade que tiveram lugar na Corte do Rio de Janeiro, no século XIX. Discutimos as estratégias dos escravos diante da possibilidade de ter sua liberdade disputada judicialmente, buscando entender como os cativos lidavam com o direito e as leis, as condições que os motivavam ou possibilitavam sua ida ao tribunal, e como obtinham aliados nessa luta contra seus supostos senhores.

Palavras-chave: Escravidão. Escravização ilegal. Ações de liberdade.

Slaves in the courts: strategies and expectations in freedom lawsuits in the nineteenth century

Abstract: This paper shows some discussions from the analysis of civil actions for freedom that took place at Rio de Janeiro Court in the nineteenth century. It discusses the strategies of slaves before the possibility of having their freedom disputed in court. It seeks to understand how captives dealt with law and rights, the conditions which motivated and allowed slaves to go to court and how they managed to obtain allies in this struggle against their alleged masters.

Keywords: Slavery. Illegal enslavement. Freedom lawsuits.

* O presente texto é fruto de uma pesquisa realizada durante curso de graduação em História na Universidade Estadual de Campinas, com auxílio concedido pelo CNPq no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica entre julho/2010 e julho/2011, sob orientação do Prof. Dr. Sidney Chalhoub.

** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas-SP, Brasil (legrafreitas@gmail.com).

Recebido em: 30/11/2014 – Aceito em: 11/05/2015.

Escravos en los tribunales: estrategias y expectativas en las acciones de libertad del siglo XIX

Resumen: Este artículo señala algunas discusiones a partir del análisis de acciones civiles de libertad que tuvieron lugar en la Corte de Rio de Janeiro, en el siglo XIX. Discutimos las estrategias de los esclavos frente a la posibilidad de tener su libertad judicialmente disputada, tratando de entender cómo los cautivos lidiaban con el derecho y las leyes, las condiciones que les motivaban o posibilitaban ir a la corte, y cómo obtenían aliados en esta lucha contra sus supuestos señores.

Palabras clave: Esclavitud. Esclavitud ilegal. Acciones de libertad.

Introdução

Ao longo do século XIX, se multiplicaram nos tribunais do Império do Brasil os processos cíveis iniciados por cativos para aquisição da liberdade. Tais processos são chamados de ações de liberdade e desafiaram abertamente o poder senhorial de arbitrar sobre a vida e a condição de seus cativos. A análise das ações de liberdade pelos historiadores nas últimas décadas tem colaborado para compreender as lutas e estratégias cativas, assim como o confronto de valores e interpretações do direito que se davam entre senhor e escravo na arena jurídica.

Análises como as de Azevedo (1999; 2003), Mendonça (2008), Chalhoub (1990), Pena (2001) e Grinberg (1994) mostraram que, apesar de fazer parte do aparato de um Estado escravista, os tribunais e as leis do Império brasileiro foram espaços imprevisíveis de confronto de classes, em que a possibilidade de alforria se dava de maneira real. Esses estudos apontaram também para a relevância das leis emancipacionistas¹ para o declínio do sistema escravista e o reconhecimento legal de direitos reivindicados pela população cativa, assim como seu valor dentro das discussões parlamentares e judiciais.

¹ Tais como a lei 2.040, que ficou conhecida como “Lei do Ventre Livre”, promulgada em 1871 e a lei 3.270, promulgada em 1885, que ficou conhecida como “Lei dos Sexagenários”.

A questão que ainda se impõe diante dessas importantes análises é entender com maior exatidão como os escravos chegavam aos tribunais. Esse tema se articula com as recentes pesquisas historiográficas que discutem as práticas de escravização ilegal, bastante enraizadas na sociedade oitocentista, e as estratégias cativas para combatê-las e deslegitimá-las. O presente texto, por sua vez, é parte de um estudo que caminha nesse sentido, isto é, a busca por entrever as estratégias e dispositivos que os cativos podiam acionar, e de fato acionavam, para que a reivindicação da liberdade na justiça fosse iniciada. Esperamos assim, compreender a forma como os escravos lidavam com as leis e o espaço jurídico, e com as possibilidades de alforria delineadas pelo crescente questionamento da instituição escravista na época².

Os documentos examinados para o estudo proposto foram as apelações cíveis julgadas pelo Tribunal da Relação do Rio de Janeiro³, iniciadas entre 1812 e 1878 na Corte do Rio de Janeiro⁴.

Centro do governo imperial desde 1808, a Corte se configurou como importante local de debate e decisões parlamentares, assim como espaço de mobilidade dos milhares de escravos que compunham sua população. Assim, a cidade foi escolhida de forma especial para o estudo dessas ações por abrigar o tribunal da Relação do Rio de Janeiro e por ter sido o lugar onde mais se abriram ações de liberdade no século XIX, com uma porcentagem alta de sentenças favoráveis aos cativos.

As apelações cíveis são documentos extensos, que possuem uma petição inicial em nome do escravo litigante, mas assinada

² Conclusões e discussões mais detalhadas desse estudo podem ser vistas em FREITAS, L. G. B. *Escravos nos tribunais: o recurso à legislação emancipacionista em ações de liberdade do século XIX*. Monografia, Unicamp, Campinas, 2012.

³ O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro era responsável por julgar em segunda instância processos iniciados no Sudeste no Império.

⁴ Documentação constante do fundo “Relação do Rio de Janeiro”, armazenada no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL – IFCH – UNICAMP).

por um homem livre⁵; um auto de depósito para a liberdade⁶; depoimentos de testemunhas; autos de contrariedade que trazem a defesa do proprietário do escravo; o libelo cível, em que o argumento para a liberdade é desenvolvido pelo curador do cativo e, por fim, a decisão judicial – sentença (na primeira instância) ou acórdão (quando advinda no Tribunal da Relação). A análise se estendeu especialmente sobre a leitura desses “capítulos” dos processos, em busca de pistas sobre como o cativo obteve o conhecimento da ilegalidade de sua condição, a sua relação com as pessoas livres ou libertas que estavam ao seu redor, envolvidas de maneira direta ou não no processo, os conflitos com o senhor durante o litígio, se o escravo tentou outras formas de obter a alforria e como ele efetivamente chegou à justiça.

Neste texto, vamos explorar um dos processos encontrados nos arquivos, de modo a apresentar algumas das reflexões da pesquisa. Trata-se da ação de liberdade iniciada pela parda Vitória, em 1857, contra seu senhor Manoel Simões da Silva⁷.

⁵ O escravo não tinha sua pessoa reconhecida juridicamente e por isso não podia ir a juízo sem um homem livre que assinasse seus requerimentos e um representante legal, isto é, o curador.

⁶ Para evitar represálias senhoriais durante o processo, o escravo litigante era depositado em poder de uma pessoa livre, que se responsabilizasse por ele e o levasse ao tribunal quando solicitado. Quando nenhuma pessoa livre se apresentava diretamente para exercer os papéis de curador, procurador ou depositário do cativo litigante, eles eram nomeados pelo juiz municipal entre os que atuavam habitualmente nos foros.

⁷ Apelação Cível sobre liberdade de escravo. Apelante: Vitória, escrava de Manoel Simões da Silva. Apelado: Manoel Simões da Silva. Rio de Janeiro, 17/03/1858 a 02/07/1859. (Referência no AEL: 84.0.ACI.79, localização: RRJ mr 026).

Vitória e o princípio da liberdade

A história contada na Ação de Liberdade da parda Vitória começa 17 anos antes, quando ela era escrava de Francisco Eduardo Alves Viana, morador da Corte. Em abril de 1840, Francisco Viana embarcou com sua esposa e mais duas escravas no Porto do Rio de Janeiro em direção a Bordeaux, na França. O que Vitória alegou em juízo foi que ela era uma das escravas levadas por Viana à França. Soube-se, pela cópia da legitimação para os passaportes solicitados pelo senhor na época, que ele levava consigo uma preta, de nome Joaquina, e uma parda, de nome Benvinda. Dessa forma, não havia prova documental da participação de Vitória na viagem. Ela alegou, no entanto, que teria viajado usando o passaporte da parda Benvinda, já que a ideia inicial de Francisco Viana teria sido levar esta à França, e só depois ele teria resolvido levar Vitória.

A viagem à França foi usada por Vitória para justificar seu direito à liberdade baseando-se na lógica do chamado “princípio da liberdade”,

segundo o qual qualquer escravo que pisasse [sic] em solo livre automaticamente teria direito à libertação. De acordo com esta linha de raciocínio, casos de escravos que tinham atravessado a fronteira envolviam reescravização, já que estes escravos teriam conseguido a liberdade simplesmente por terem pisado em solo estrangeiro (GRINBERG, 2009: 05).

A forma como esse argumento foi recebido em juízo é algo intrigante. O “princípio da liberdade” não estava escrito em nenhuma disposição legal, no entanto, era aceito como consenso jurídico pelo Direito Internacional e, de fato, não foi em nenhum momento questionado pelos defensores do senhor ou pelos magistrados que julgaram a ação cível de Vitória em primeira e segunda instâncias. A única dúvida que impedia a libertação da parda era se a própria Vitória teria estado na Europa, como alegava.

Em contrapartida, encontramos processos em que as leis e regulamentos citados, apesar de estar na “letra da lei”, foram arduamente questionados pelos advogados senhoriais. Como exemplo, existem diversas ações cíveis iniciadas na década de 1860 reivindicando a liberdade com base na primeira lei de extinção do tráfico transatlântico de escravos, de 7 de novembro de 1831. Apesar de escrita em lei, sua análise em juízo foi bastante complexa, e sua aplicabilidade nem sempre aceita, como mostram estudos de Mamigonian e Grinberg (2007).

Isso mostra que a articulação em torno dessas leis não estava regida por um consenso geral e imparcial, mas sim precedida por análises políticas e ideológicas, ora a favor da liberdade, ora a favor da escravidão. De modo semelhante, as muitas estratégias de senhores e escravos em torno da escravização ilegal foram articuladas nos foros oitocentistas com base em argumentações dispostas em lei ou não.

Os escravos que atuaram nesses foros buscaram forçar ao máximo as linhas que cercavam a possibilidade de liberdade. Basearam-se em histórias e razões múltiplas e cheias de sinuosidades que tentaram interpretar e manipular da melhor forma que poderiam. Em alguns momentos encontraram disposições legais que sustentavam a validade de suas reivindicações; em outros, buscaram essa sustentação em ideias consensuais a respeito da relação entre senhor e escravo; em outros ainda, encontraram em advogados abolicionistas aliados decisivos para tornar justificável a ilegitimidade de seu cativeiro nos foros. Nesse sentido, a decisão de entrar na justiça para reclamar a liberdade estava precedida de uma série de interpretações: de documentos, de condições favoráveis, de argumentos que poderiam ser aceitos, de aliados possíveis.

Essa decisão devia contar também com uma análise dos riscos envolvidos em formar um litígio contra o próprio senhor. Como expôs Azevedo (1999: 220), havia um grande perigo para o escravo que demandasse sua liberdade na justiça, uma vez que poderia sofrer duras represálias do senhor. Isso aparece de maneira

singular no caso de Vitória. Ela só iniciou sua ação de liberdade 14 anos após seu retorno ao Brasil e a consequente reescravização ilegal.

Ela teria viajado com Francisco Eduardo Alves Viana em 1840, e retornado ao Brasil, na Província de Pernambuco, em 1843. Em 1845 ela foi vendida à Corte, e viveu os 11 anos seguintes em poder do Dr. Paula Menezes. Só em 1857, depois de comprada pelo negociante Manoel Simões, Vitória finalmente foi à justiça.

O senhor Manoel Simões ficou deveras irritado pela ação de liberdade ter se iniciado logo após ele ter comprado a escrava. Seu procurador, o advogado Pedro Veloso Rebelo, afirmou que:

é inverossímil senão quase inconcebível, que tendo Victória estado em França e tendo passado por três [ou] quatro vendas, só no fim de dezesseis anos se lembrasse de sua viagem, e se considerasse livre.⁸

A isso, Vitória respondeu que:

não se apresentou à Polícia durante os onze anos que esteve em poder do Doutor Paula Meneses a fim de reclamar pela sua liberdade, porque sempre que saía era acompanhada.⁹

Ao ser comprada pelo réu, Vitória fugiu e se dirigiu à Polícia. Isso nos mostra que o processo de transição de senhor facilitou a ação da escrava em favor de sua liberdade. De acordo com Vitória, sob o poder do Dr. Paula Meneses não lhe era facultada qualquer possibilidade de apresentar-se à polícia, já que era sempre acompanhada quando saía à rua, e essa possibilidade só apareceu quando sob o domínio do negociante Simões.

Essa distância temporal entre o momento em que o indivíduo teria sido escravizado ilegalmente e o início da ação judicial em

⁸ Ap. c. sobre lib. de esc. Apelante: Vitória. Rio de Janeiro, 17/03/1858 a 02/07/1859. (AEL: 84.0.ACI.79, RRJ mr 026), f. 11v.

⁹ Depoimento em audiência pública da parda Vitória. *Idem*, f. 36-7v.

que sua liberdade foi disputada causou algum estranhamento na leitura de vários processos de liberdade: em um montante de 39 ações analisadas, verificamos pelo menos cinco que foram iniciadas por volta de dois anos após a escravização ilegal ou o direito que teria conferido liberdade ao escravo litigante. Esse parece um número razoável, e um lapso de tempo também razoável. Por outro lado, encontramos quatro processos iniciados após 5 a 10 anos de cativeiro ilegal, e três casos de pessoas que nasceram livres, mas foram batizados ilegalmente como escravos e só buscaram a justiça para reclamar sua liberdade 20 anos depois.

Entender o porquê desses enormes intervalos de tempo foi uma das questões que impulsionou este estudo. Como o caso de Vitória permite apreender, muitas vezes o escravo encontrava sérias dificuldades para dar início ao enfrentamento do poder senhorial na justiça. Para iniciar uma ação de liberdade, o cativo precisaria conhecer e ter alguma relação de confiança com um homem livre, para que ele assinasse seu requerimento para liberdade. Outra opção seria fugir e se dirigir à Delegacia de Polícia ou à Santa Casa de Misericórdia, buscando nas próprias autoridades legais alguma proteção à sua reivindicação de liberdade. Ambas as atitudes só poderiam ser tomadas após uma séria avaliação dos riscos envolvidos e das possibilidades de sucesso na aquisição da alforria.

Desse modo, é importante abordarmos esse questionamento também por outro ângulo. Isto é, além de questionar por que os cativos esperaram tanto tempo para recorrer à justiça, é necessário entender o que os encorajou ou possibilitou essa procura em determinada conjuntura histórica ou em certo momento de sua trajetória pessoal.

Ponderamos a princípio que o início de uma ação judicial para a liberdade se configurava como uma situação limite, em que outras alternativas tinham se mostrado infrutíferas – como a negociação com o senhor, ou a fuga, por exemplo –, e também como um cálculo entre os riscos daí advindos e as possibilidades de sucesso.

Aliados pela liberdade

Além de esperar pela oportunidade certa, a presença de um aliado na luta judicial e também fora dela pode ter sido um fator importante para encorajar e sustentar a luta escrava contra o cativo nos tribunais do século XIX. Homens livres, abolicionistas, poderiam auxiliar os escravos de diversas formas no que concerne à luta pela liberdade: assinando seus requerimentos de liberdade, representando-o em juízo como curador, ou defendendo-o como procurador, atuando como depositário, ou como testemunha¹⁰ no processo.

Outros importantes aliados eram familiares e parceiros escravos, que ajudavam o cativo a juntar seu pecúlio para a compra da alforria, o auxiliavam em fugas para se apresentar à polícia ou em outras estratégias para a liberdade, além de terem importante papel motivador.

Entretanto, também nos deparamos com casos de escravos que aparentavam estar sozinhos em juízo. Foi o que se deu com a parda Vitória. Em novembro de 1857, ela fugiu do poder do senhor Manoel Simões e se dirigiu à Delegacia de Polícia, se declarando livre e sendo posta na Casa de Detenção. Ela não apresentou um requerimento de liberdade assinado por um homem livre, teve seu curador nomeado pelo juiz municipal e permaneceu na Casa de Detenção durante todo o processo, ou seja, não teve um depositário nomeado. Esses fatos talvez evidenciem a ausência de aliados envolvidos de modo direto no processo, uma vez que nenhum homem livre se apresentou para ser seu depositário ou curador.

Por outro lado, a existência de alguma parceria não ligada de maneira direta à disputa judicial não pode ser descartada, uma vez que várias testemunhas disseram conhecer Vitória há muito tempo, o que sugere que ela tinha relações de longa data no local onde residia. Além disso, uma testemunha depôs que a parda teria tentado trocar de senhor antes de recorrer à justiça, pedindo

¹⁰ Apenas pessoas livres podiam atuar como testemunhas nos processos judiciais nessa época.

que a mãe da testemunha a comprasse, o que mostra que havia, no mínimo, uma relação de confiança entre a escrava e a mãe da testemunha.

No entanto, sua estratégia para trocar de senhor não funcionou, uma vez que a mãe dessa testemunha teria se negado a comprar Vitória por saber que ela era livre por ter viajado à França. Além dela, outras testemunhas confirmaram a história da viagem de Vitória à Europa. Se a história era verídica ou não, nunca saberemos com certeza. Mas importa observar que as testemunhas só poderiam saber de tal acontecimento a partir de informações fornecidas pela própria Vitória, uma vez que ela fora vendida para a Corte após passar três anos em Pernambuco após o retorno da França. Destarte, é pouco provável que alguma das testemunhas tenha presenciado o embarque da parda, ou tivesse alguma relação com ela ou a família de seu senhor nessa época.

Em que medida Vitória espalhou essa história e convenceu as pessoas de sua veracidade somente podemos supor. Mas sugerimos que aqueles que foram a juízo confirmar essa história tinham no mínimo uma relação de solidariedade com a parda, ajudando-a a sustentar sua argumentação no foro.

Desta feita, é preciso olhar com cuidado para as relações verticais e horizontais que os escravos utilizavam em seus embates pela liberdade. Mesmo que não tivessem algum amparo judicial por meio de um curador, procurador ou depositário aliado, homens e mulheres escravizados construíram redes de relações que, mesmo fora dos tribunais, davam sustentação à sua luta pela alforria.

A relevância dos aliados nas batalhas judiciais pela alforria não deve, todavia, nos deixar levar pela ideia de que essa luta era travada por outrem, por protetores que lhes auxiliavam a adquirir a liberdade enquanto os próprios cativos aguardavam o resultado final.

Esse modelo de interpretação foi repetido por muitos escravocratas, que viam grande perigo em admitir que o escravo fosse capaz de lutar ele mesmo por sua alforria. Escravidão e emancipação deviam ser um negócio tratado por homens livres

e proprietários, como ficou evidente nos discursos de muitos senhores que figuraram como réus nos processos que analisamos. Admitir que fossem seus próprios escravos a tomar a decisão de ir a juízo e pretender sua liberdade contra eles era mais difícil do que relegar essa iniciativa a algum benfeitor. A defesa do senhor Manoel Simões assim alegou a respeito de Vitória: “Provará que a autora foi instigada a produzir essa história por pessoa que a quer forrar porém [sic] que não acordou no preço pedido pelo Réu.”¹¹ Simões talvez estivesse se referindo à tentativa de Vitória de ser comprada pela mãe da testemunha citada anteriormente, o que, como vimos, não funcionou devido ao fato de essa senhora estar convencida da ilegalidade do cativo da parda.

Vale observar que as práticas de [re] escravização ilegal foram perdendo a legitimidade ao longo do período oitocentista, em especial a partir da segunda metade do século, com uma intensa discussão jurídica entre juízes e advogados da Corte sobre as ações de revogações de alforria. Esse debate, todavia, não se limitou aos homens letrados, mas foi compartilhado nas ruas e senzalas, por libertos e escravos.

Sem negar o mérito dos advogados abolicionistas no processo que garantiu a liberdade de muitos cativos frente à escravização ilegal, devemos observar que os escravizados encontraram suas próprias formas de provocar e formular essas alianças e redes de solidariedade e de aproveitar ao máximo as contribuições que pudessem ter em seu embate contra o cativo. À semelhança do litígio da parda Vitória, que tentara trocar de senhor antes de levar a causa ao tribunal, outros processos mostram as tentativas de aquisição de liberdade que antecederam a entrada na justiça e se basearam na articulação de relações pessoais.

Todos esses elementos evidenciam as dificuldades com as quais os cativos teriam que lidar para dar início a uma luta judicial contra seus senhores, com todos os riscos que essa atitude

¹¹ Ap. c. sobre lib. de esc. Apelante: Vitória. Rio de Janeiro, 17/03/1858 a 02/07/1859. (AEL: 84.0.ACI.79, RRJ mr 026), f. 11v. Cabe ressaltar que Vitória negou a existência de tal pessoa.

poderia apresentar. Desse modo, é possível compreender o porquê demoravam tanto tempo para levar sua causa de liberdade à justiça.

Os escravos vão aos tribunais

Na tentativa de compreender a dificuldade dos cativos de chegar aos tribunais, é plausível pensar que muitos escravos sequer sabiam que poderiam reivindicar tais direitos. Afinal, como e o quanto os escravos entendiam das disposições legais ou documentos que pudessem ser utilizados nos tribunais a favor de sua liberdade é ainda uma importante questão para a historiografia.

Contudo, além de conhecer um princípio legal ou algum documento que lhe conferiria liberdade, o escravo devia ter certa expectativa de que sua argumentação seria aceita no tribunal, levando-o a crer que a possibilidade de ter um resultado positivo na demanda judicial era maior que os riscos daí advindos. Essa esperança ou convicção poderia advir do conhecimento de demandas semelhantes que tenham resultado em liberdade.

A publicidade que as ações dos escravos nos foros foram ganhando ao longo do século XIX nas senzalas e nas ruas pode ter sido um fator motivador para o aumento progressivo dos processos de liberdade. Além disso, Azevedo (2003: 116) apontou para “o entendimento que os próprios cativos estavam forjando sobre seus direitos, baseados na relação que estabeleciam, não necessariamente com os homens letrados, mas com seus pares”. Podemos considerar que esses aspectos se intensificavam quando vividos na Corte, onde o meio urbano e a grande quantidade de negros habitando a cidade facilitavam a comunicação, a mobilidade e a difusão dessas informações.

Nesse sentido, supomos que os aliados que os escravos constituíam na própria experiência da escravidão – livres, forros e outros cativos –, abolicionistas ou não, poderiam ler notícias importantes nos jornais para eles, ou os informar a respeito de disposições legais, promessas, documentos que poderiam lhes garantir liberdade.

Não é possível afirmar com exatidão se os escravos de fato conheciam os códigos e disposições legais que eram citados em seus libelos de liberdade ou que seus curadores arrolavam em sua defesa. Nem se compreendiam os significados jurídicos de suas pendengas contra os senhores. Mas, certamente, estavam a par de elementos e situações que poderiam ser aceitos como plausíveis para justificar sua liberdade diante do aparato judicial, o que aprenderam em sua própria experiência de cativo.

A parda Vitória, por exemplo, contou em seu depoimento que “logo que aqui chegou soube que os escravos que vão à Europa ficavam livres”¹². Fica difícil saber se ela está se referindo ao seu retorno ao Brasil, em 1843, ou à sua venda à Corte, em 1845. Mas, a julgar pelas suas alegações seguintes e a forma como a história parece se desenrolar, é possível supor que ela tenha tido conhecimento desse direito ao chegar à Corte. Nossa suposição advém da grande quantidade de ações de liberdade que tiveram lugar nessa cidade no século XIX, tendo uma porcentagem alta de sentenças favoráveis à liberdade. É até mesmo provável que escravos de outras localidades procurassem a Corte do Rio de Janeiro para iniciarem processos semelhantes. Essa efervescência jurídica da cidade pode sugerir que houvesse, por extensão, uma grande difusão de informações relativas às disposições legais envolvendo o elemento servil.

Como vimos, Vitória aguardou pacientemente por muitos anos até que tivesse uma oportunidade de reclamar sua liberdade. Todavia, a leitura atenta de seu depoimento no processo mostramos que também outro detalhe foi crucial para motivar sua ida à justiça, apesar dos riscos, naquele momento específico. Além de ter sido vendida para o réu Manoel Simões há poucos meses, Vitória sofrera a ameaça de uma nova venda, uma vez que Simões era negociante na Corte e estava planejando seu envio para a província de Minas Gerais.

A importância desse fato para a decisão de Vitória de “tirar da gaveta” a tal história de viagem à França foi categoricamente

¹² Depoimento em audiência pública da parda Vitória. *Idem*, f. 36-7.

afirmada por ela em juízo: “[Manoel Simões] tenciona vende-la para Minas, motivo este, que a fez vir apresentar-se a esta Repartição”¹³.

Chalhoub (1990: 111-2) já havia ressaltado as tensões em torno das situações de compra e venda dos escravos, que amedrontavam os cativos com um futuro incerto, e incluíam a ameaça de separação de familiares e amigos, venda para lugares indesejados, como as fazendas cafeeiras, e perda de direitos conquistados ao antigo senhor. O mesmo autor observou ainda que situação semelhante de instabilidade era vivida pelos cativos no momento de morte do senhor, já que poderia representar uma possibilidade de alforria em testamento, mas também se configurava como um futuro incerto nas mãos dos herdeiros.

Essas observações se comprovam pela quantidade de processos que foram iniciados nos momentos que envolviam a venda do escravo ou a morte do senhor. Entre as que tiveram lugar na Corte, nada menos que 30 ações de liberdade foram iniciadas em períodos próximos dessas situações, o que corresponde a 77% do total¹⁴. Essa recorrência leva a crer que a venda, ou ameaça de venda e a morte do senhor eram momentos decisivos na vida do escravo e que eram também determinantes para motivar a atuação escrava na luta pela liberdade nos tribunais.

Até 1850, o abastecimento de mão-de-obra escrava no Brasil era feito através do comércio de pessoas trazidas da África, em especial de localidades da região Centro-africana. Com a extinção definitiva do tráfico de africanos para o Brasil com a “Lei Eusébio de Queirós”, em 1850, os negociantes de escravos se voltaram para o comércio entre as cidades e regiões do Império, sobretudo para responder à demanda por mão de obra das províncias cafeeiras do Sudeste. Por isso, vê-se um significativo aumento da intensidade

¹³ Declarações que fez a parda Victória na Secretaria de Polícia da Corte, em 20/08/1857. *Idem*, f. 113v.

¹⁴ Em um montante de 39 ações de liberdade, contabilizamos dezesseis processos iniciados logo após a venda do cativo, oito quando a venda do escravo estava sendo tratada ou o escravo sofrera ameaça de ser vendido, e seis processos iniciados pouco depois da morte do senhor.

do tráfico interno de cativos entre 1850 e 1881, e, principalmente, no último decênio desse período. Desse modo, escravos que nunca haviam passado pela experiência do tráfico, isto é, nascidos no Brasil, e mesmo aqueles que foram trazidos da África para estas paragens, viram aumentar cada vez mais a possibilidade de serem vendidos para o café ao longo da segunda metade do século, o que exige dos historiadores um olhar atento para o impacto do incremento do comércio interno na vida desses indivíduos.

Nesse sentido, Graham (2002: 122) defende que a dolorosa experiência do tráfico interno contribuiu sobremaneira para o aumento da resistência escrava e a progressiva perda da autoridade senhorial sobre esses mesmos cativos. Pena (2006) analisou de modo semelhante o crescimento das revoltas escravas nesse período, concluindo que esses indivíduos “tenderam a resistir ao comércio interno sobre sua vida e seu corpo” (p. 190).

O processo de liberdade de Vitória deixa evidente alguns fatores que podem explicar seu temor à venda para a província mineira. Em primeiro lugar, soubemos pela escritura de compra e venda da parda, anexa ao processo, que ela foi comprada por Manoel Simões junto com seu filho, de apenas três meses de idade. Como não é mencionado se a criança seria vendida junto com a mãe para Minas Gerais, podemos aventar que a tentativa de aquisição da alforria tenha se tornado mais urgente pelo medo da separação do filho¹⁵.

Além disso, a venda para a província mineira poderia significar o rompimento de outras importantes relações que Vitória tinha na Corte, como as que são possíveis vislumbrar pelo depoimento das testemunhas, que dizem conhecê-la de longa data. Por mais que o mundo dos livres e o dos escravos estivesse em constante contato e o questionamento da escravidão fosse cada vez mais comum nesse período, não era fácil construir um laço

¹⁵ Apenas 12 anos após o início do processo de Vitória uma disposição legal foi promulgada para impedir a separação de casais ou de pais e filhos nas transações de venda de escravos, qual seja o Decreto nº 1.695, de 1869, confirmado pela lei 2.040, de 28 de setembro de 1871.

de solidariedade que sustentasse uma disputa aberta contra um escravocrata nos tribunais. Desse modo, em Minas Gerais, Vitória teria que recomeçar do zero a construção de novas relações que pudessem auxiliá-la em sua luta pela liberdade.

Ao fim do processo judicial, os juízes da primeira e da segunda instância consideraram a ação da parda não provada. Como o passaporte de Benvinda, que teria sido usado por Vitória na viagem à França, descrevia uma idade muito diferente da que ela tinha na época, não era verossímil que tivesse sido aceito pelas autoridades brasileiras ou francesas. Assim, Vitória não conseguiu adquirir sua alforria no tribunal e foi devolvida ao réu Manoel Simões.

É bastante provável que o negociante Simões tenha então efetivado a venda da parda Vitória a Minas Gerais. Até quando ela continuou escrava, ou se tentou mais uma vez intentar uma ação de liberdade ou conseguir sua alforria de outra forma, só seria possível saber com uma extensa busca em documentação judicial e cartorial da Corte e dos municípios mineiros.

Considerações finais

A história de Vitória elucida as dificuldades e tensões enfrentadas pelos cativos na busca de sua liberdade, e como encontravam saídas para lutar contra um cativeiro ilegal e para influenciar nos rumos de sua própria vida para além do arbítrio do senhor.

Sabemos que, diante do enorme volume da escravaria brasileira no século XIX, o número de cativos que iniciaram processos de liberdade é ínfimo. No entanto, não é insignificante, pois esse pequeno número representa sujeitos que enfrentaram a escravidão de dentro e incentivaram outros a repetir o feito. Não é por acaso que, entre 1850 e 1871, as ações de liberdade da Corte de Apelação triplicaram com relação às décadas anteriores e que tenha havido um aumento progressivo da participação de escravos rurais nesses processos, como aponta Castro (1997: 355).

Essa movimentação cativa em torno dos tribunais caminhou na mesma mão do crescimento acelerado do tráfico interno em direção às fazendas cafeicultoras do Sudeste e da progressiva perda de legitimidade do sistema escravista no bojo dos discursos abolicionistas e da resistência dos próprios cativos contra a [re]escravização ilegal e os abusos dos senhores.

Esses homens e mulheres escravizados tiveram que lidar com documentos complexos que citavam apenas superficialmente seus direitos, com promessas orais de liberdade que eram negadas, com dívidas cobradas aos falecidos senhores que resultavam no prejuízo de suas alforrias, e muitas outras situações em que apenas sua interpretação insistente em defesa da própria liberdade poderia lhes dar alguma sustentação nos foros. Desse modo, forçaram ao máximo a interpretação da lei e o sentido de costumes que, mesmo não inscritos nos códigos legais, poderiam garantir-lhes o direito à alforria.

Por outro lado, não podemos inferir que esses escravos estavam sempre “falando a verdade”, ou que todas as razões apresentadas para a liberdade nesses documentos partiam de fatos verdadeiros da forma como foram alegados em juízo; essa seria uma análise ingênua. Porém, é possível supor que algumas histórias fossem inventadas com uma percepção de que poderiam ser levadas em conta dentro de uma situação ou de um clima jurídico que fosse favorável. Ou seja, dentro de um campo de possibilidades percebidas por esses sujeitos como momentos-chave em que a liberdade poderia ser conseguida. O recurso à justiça deve, portanto, ser entendido como fruto de certa sofisticação na análise da conjuntura em que seriam julgadas, mesclada à racionalidade própria dos escravos.

Por racionalidades próprias entendemos os diversos valores, expectativas e tensões compartilhadas pelos indivíduos em cativeiro¹⁶. Castro (1997: 359-360) observou que, pelo menos desde a extinção do tráfico africano de escravos em 1850, essas expectativas se configuraram no cotidiano da relação com o

¹⁶ Emprestamos a expressão de Chalhoub, 1990: 252.

senhor na forma de direitos, que implicaram na generalização do sentido de expressões como “cativeiro justo” e “bom senhor”, e na resistência ao oposto “mau cativeiro”, “mau senhor”, que não mereceria obediência. A presença recorrente dessas expressões nos processos que analisamos neste estudo mostra, portanto, um esforço dos cativos de conferir à lógica da sociedade escravista seus próprios significados, manipulando-a contra a própria escravidão.

Dessa forma, é importante ressaltar que a mobilização dos escravos contra o cativeiro não acontecia apenas como uma reação instintiva a momentos de tensão e incerteza relacionados ao tráfico interno, apesar da relevância que, de fato, tinham os momentos de compra e venda. O recurso à justiça ocorria, em especial, diante do que os cativos entendiam como desrespeito a determinados direitos, e provinha de um cálculo entre os riscos e possibilidades. Nos processos envolvendo a partilha dos bens de um senhor falecido ou a venda para locais distantes, percebemos a intenção dos cativos de ter respeitado o direito de não separação da família ou de participar nas transações que decidiriam seu futuro, não sendo transferidos para lugares indesejados, por exemplo.

A análise desses processos reforça ainda a conclusão de que o escravo vivia uma “resistência permanente a ser um mero objeto nas malhas do sistema” (REIS e SILVA, 1989: 07), reagindo contra tentativas de reescravização e contra o desrespeito a direitos conquistados pelo costume.

Se o recurso aos tribunais não foi utilizado pela maioria dos escravos do Oitocentos, devemos pelo menos considerar sua importância como possibilidade. Isso faz desses cativos partícipes de uma história real e dinâmica, e não ideal, ou seja, cercada por obstáculos e alternativas, que não se apresentaram de igual modo a todos, nem em todos os momentos, mas que permitiam certa manipulação e mobilidade. Assim, a liberdade e demais prerrogativas da vida do cativo não estavam determinadas apenas pela vontade do senhor, mas sim pela capacidade do indivíduo escravizado de se movimentar dentro dessas possibilidades e espaços.

Referências

Fontes primárias manuscritas:

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL – IFCH – UNICAMP): Fundo Relação do Rio de Janeiro – Apelações Cíveis, Rio de Janeiro (1812-1878).

Referências bibliográficas:

AZEVEDO, E. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

AZEVEDO, E. *Direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado) – Campinas: Unicamp, 2003.

CASTRO, H. M. M. de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: NOVAIS, F. (coord.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 337-383.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

FREITAS, L. G. B. *Escravos nos tribunais: o recurso à legislação emancipacionista em ações de liberdade do século XIX*. Monografia – Campinas: Unicamp, 2012.

GRAHAM, R. Nos Tumbeiros Mais Uma Vez? O Comércio Interprovincial De Escravos No Brasil, *Afro-Ásia*, 27, Salvador, UFBA, 2002, p. 121-160.

GRINBERG, K. Escravidão e relações diplomáticas Brasil e Uruguai, século XIX. *IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, 2009.

GRINBERG, K. *Liberata: a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MAMIGONIAN, B. G. e GRINBERG, K. (org.) Dossiê "Para inglês ver"? Revisitando a Lei de 1831. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 29, n^{os} 1/2/3, jan-dez 2007.

MENDONÇA, J. M. N. [1999] *Entre a mão e os anéis: a lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

PENA, E. S. Burlas à lei e revolta escrava no tráfico interno do Brasil meridional, século XIX. In: LARA, S. H. e MENDONÇA, J. M. N. (org.). *Direitos e justiça no Brasil: Ensaio de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 161-197.

PENA, E. S. *Pajens da Casa Imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

REIS, J. J. e SILVA, E. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOBRE OS USOS DA TRADIÇÃO CLÁSSICA: TRÊS RELEITURAS FRANCESAS DA "ODISSEIA"

*Lorena Lopes da Costa**

Resumo: Nos anos que se seguem à Grande Guerra (1914-1918), três autores franceses, ex-combatentes e recém-chegados da guerra, recriam a "Odisséia". Falsificando Homero, falsificando a ficção, mas sem prescindir da tradição, Jean Giono, Giraudoux e Louis Aragon encontram nela um meio de narrar o que dificilmente pode ser narrado: o retorno da guerra. Será, então, pelo uso que fazem da epopeia que os autores irão desconstruir a imagem do herói na guerra e o lado épico da verdade, bem como será por meio dela que irão renarrar o retorno daquele que volta da guerra, embora ele volte, por causa da guerra, muito mais pobre em experiência.

Palavras-chave: "Odisséia". Grande Guerra. Retorno.

On uses of the classical tradition: three French rereadings of the "Odyssey"

Abstract: After the Great War (1914-1918), three French authors, ex-combatants recently returned from war, have recreated the "Odyssey". Falsifying Homer, falsifying fiction and on the other hand making over the tradition, Jean Giono, Giraudoux and Louis Aragon find in rewriting the "Odyssey" a narrative way of telling what could have been narrated at that very moment: the return from war. It will be by the use of Homer epic that they will deconstruct the hero and the epic side of truth as well, and it will be from the "Odyssey" that these authors will rewrite the return from war, although ex-combatants have come, because of the war, poor in experience.

Keywords: "Odyssey". Great War. Return.

Sobre los usos de la tradición clásica: tres relecturas francesas de la "Odisea"

Resumen: En los años siguientes a la Gran Guerra (1914-1918), tres autores franceses, veteranos y recién llegados de la guerra, recrearon la "Odisea". Falsificando Homero, falsificando la ficción, pero sin prescindir de la tradición, Jean Giono, Giraudoux y Louis Aragon encuentran en ella una manera de narrar lo que difícilmente se puede narrar: el regreso de la guerra. Será, entonces, por el uso que hacen de la epopeya

* Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte-MG, Brasil (lorenalopes85@gmail.com).

Recebido em: 29/11/2014 – Aceito em: 22/05/2015.

que los autores desconstruirán la imagen del héroe en la guerra y el lado épico de la verdad, así como será a través de ella que van a renarrar el regreso de aquel que vuelve de la guerra, aunque regrese, debido a la guerra, mucho más pobre en experiencia.

Palabras clave: "Odisea". Gran Guerra. Regreso.

Introdução¹

O início do século XX assiste a um progressivo retorno à "Odisseia". A obra, é verdade, nunca fora esquecida. Mas o sucesso arqueológico do século XIX, somado aos preceitos da história dita positivista acabaram por privilegiar a atenção à *Ilíada*, poema sobre a guerra, em detrimento da "Odisseia", poema sobre o retorno. Será, sobretudo, após a Grande Guerra (1914-1918) que o resgate da *Odisseia* se manifestará em poemas, peças de teatro e romances (dos quais se destaca, certamente, *Ulisses*, de James Joyce), mas também em estudos acadêmicos.

Dentre essas releituras odisseicas, algumas irão contar histórias, por meio da ficção, de como seria a verdadeira história odisseica. E elas parecem guardar uma relação exatamente com a guerra – não a de Troia, mas a de 1914, pela qual os autores serão diretamente afetados.

A guerra de 1914 é imaginada enquanto a chance de acesso a um mundo novo, um mundo purificado exatamente através da guerra. Desde seu princípio, ela era vista, segundo a fórmula popularizada, como a guerra que poria fim a todas as guerras. Tratava-se, pois, de uma sorte de escatologia da paz, para a qual o

¹ Uma primeira versão deste texto, então intitulado "A Grande Guerra e as releituras da *Odisseia* para se pensar a história", foi apresentada no III Ephis, em maio de 2014, na UFMG, na Mesa-redonda "História, ficção e literatura: problemas e possibilidades para a historiografia". Sou muito grata às questões e aos comentários de colegas e professores que se seguiram à apresentação. Também sou muito grata aos dois pareceristas anônimos, que, avaliando o presente texto, então em sua segunda versão, apontaram correções e reflexões a serem feitas.

caminho era a própria guerra (FERRO, 1990; AUDOIN-ROUZEAU e BECKER, 2000).

O começo da guerra é pleno de surpresas: invasão alemã do território francês, ofensiva dos russos, batalha de Marne, vitória dos alemães no leste, antes, derrota austríaca de Belgrado, entrada na guerra da Turquia e do Japão. Poucas semanas após seu início, porém, a guerra de 1914 se transforma numa guerra desconhecida. Seus combatentes são obrigados a se enterrarem para sobreviver (FERRO, 1990). Não de marcha e contramarcha, de ataque e de defesa, mas de trincheira se faz a nova guerra. Ninguém, não há dúvida, poderia estar consciente e preparado para o que seria a Grande Guerra e, por isso, essa escatologia da paz pela guerra dura muito pouco.

A coragem do combatente na guerra, rapidamente, passa a ser refutada. Pouco tempo depois do início da Grande Guerra, ao contrário do sentimento de honra, a coragem verdadeira passa a ser a da recusa da coragem, como a única forma da coragem verdadeira (AUDOIN-ROUZEAU e BECKER, 2000). É o desencantamento da guerra. E o desencantamento da guerra decorre do desencantamento do combatente.

As novas técnicas e tecnologias repaginarão a guerra. Armas novas são testadas, dentre elas, o gás tóxico – além disso, carros, aeroplanos e os tanques, os artesãos da vitória dos Aliados. A Grande Guerra será, finalmente, a guerra da idade industrial e o progresso técnico vai dar a ela sua cara. O conflito faz da violência radical, que bebe no progresso técnico, essa sim, sua natureza (BENJAMIN, 2013; AUDOIN-ROUZEAU e BECKER, 2000).

Logo após os primeiros enfrentamentos em 1914, têm fim os confrontos mais breves e corpo a corpo que caracterizavam, até aquele momento, o modelo ocidental de guerra. As batalhas se estendem, a partir daí, no tempo. Tornam-se lentas, permanentes. Na França, a batalha de Somme dura mais do que cinco meses, Verdun, cerca de dez. E assiste-se, então, a uma verdadeira "morte das batalhas" (AUDOIN-ROUZEAU e BECKER, 2000).

Com a morte das batalhas, não é possível que se fale, doravante, da glória do guerreiro, do herói, da honra. A Grande

Guerra revela um novo tipo de comportamento dos combatentes, que retornam dela desacreditando no valor da experiência e, por isso, emudecidos. Não obstante, três desses combatentes irão encontrar na *Odisseia* um caminho narrativo para narrarem o vivido.

Três releituras francesas da "Odisseia" nos anos que se seguem à Grande Guerra

Em prefácio ao livro *Naissance de l'Odyssée* (1930), o autor Jean Giono (1895-1970) conta que os primeiros anos que se seguem à Grande Guerra fazem com que o destino preferido de sua evasão seja o subterrâneo do banco para onde havia sido transferido após ser desmobilizado. Depois de servir na guerra, durante mais de quatro anos e, em dois deles, ter combatido no fronte francês, compondo a infantaria, em Verdun, Chemin des Dames e, também, na Bélgica, quando fora envenenado por gás, Giono é encarregado da conservação dos títulos do banco que o empregava antes de sua mobilização. Tais títulos se conservavam no subsolo da agência. Era no subsolo, portanto, que ele dividia o tempo do trabalho com o tempo da escrita de seu primeiro romance. "Acredita-se que sair de uma guerra para ficar trancafiado dentro de um porão não é uma sorte invejável, ao contrário" (GIONO, 1971: 845, tradução livre²), diz Giono.

Se durante a semana, seu refúgio era o subterrâneo do banco, onde reencontrava o prazer de criação literária, atualizando a sua "Odisseia", aos fins de semana seu refúgio mudava de lugar, mas seu prazer continuava sendo a "Odisseia", dessa vez a de Homero, pois, Jean Giono mantinha consigo alguns livros que adquirira antes da guerra:

² "On croit que sortir de la guerre pour être enfermé dans une cave n'est pas un sort enviable; au contraire".

Sendo compartilhado meu quarto da rua Trois-Mages, eu não mantinha comigo senão a *Odisseia* e os Trágicos gregos. Marseille era o lugar ideal para os ler. Todo domingo eu partia (a pé, seguindo as trilhas do tramway, isso que me entretinha ao menos um pouco) pelas colinas brancas que dominavam a Madrague de Mont-Redon e o golfo. Eu tinha sob meus pés os pequenos portos de pescadores de onde pescador algum parte. Bastava-me virar um pouco a cabeça para olhar ao largo... Algumas ilhas podiam ser imaginadas como Château-d'If, Pomègue e ilha Maria. O vento, talvez grego, não podia ser batizado senão Notos. [...] O resto da semana então, ao mesmo tempo que eu conservava eu imaginava as aventuras de Odisseu à minha maneira, com os meios que eu dispunha. Eu tinha uma gaveta, e nessa gaveta, meu manuscrito. Com um ouvido eu observava na escada o passo do chefe da seção, com o outro eu escutava os rumores do mar na concha de imagens colhidas no domingo anterior. Ao menor barulho de botas no chão, eu fechava a gaveta, mas, na calmaria, eu a abria. Nenhum subterrâneo resiste a essa manobra. (GIONO, 1971: 845-6, tradução livre³)

³ “Ma chambre de la rue des Trois-Mages étant trop partagée, je n’avais pris avec moi que l’Odyssée et les Tragiques grecques. Marseille était le lieu idéal pour les lire.

Chaque dimanche je partais (à pied, en suivant les rails du tramway, ce qui m’entraînait quand même un peu) pour les collines blanches qui dominant la Madrague de Mont-Redon et le golfe. J’avais à mes pieds les petits ports de pêcheurs d’où jamais aucun pêcheur ne part. Il me suffisait de tourner la tête pour regarder au large... quelques îles pouvaient être imaginées en me servant du Château-d’If, de Pomègue et de l’île Maire. Le vent, peut-être grec, n’avait qu’à être baptisé Notos.

[...]

Le reste de la semaine donc, en même temps que je “conservais”, j’imaginai les aventures d’Ulysse à ma façon, avec les moyens du bord. J’avais un tiroir, et dans ce tiroir mon manuscrit. D’une oreille je guettais dans l’escalier le pas du chef de service, de l’autre j’écoutais les grondements de la mer dans la coquille d’images récoltées le dimanche précédent. Au moindre bruit de

Naissance de l'Odyssée, o livro que Giono escrevia no subterrâneo do banco, logo depois de sua volta da guerra, conta também a história daquele que volta da guerra. O Odisseu de Giono é um camponês astuto e fanfarrão, dono de uma imaginação fértil em aventuras fabulosas, hábil contador de histórias que, tal como o Odisseu de Homero, faz uso de sua habilidade para retornar à pátria.

O Odisseu de Giono que mente muito, acaba por fazer com que sua mentira sobre si mesmo chegue em Ítaca, antes mesmo que ele. E a mentira chega fabulosa. Ele, tempos depois, retorna à pátria, não na pele do homem astuto que tanto vagueou, mas na pele de um velho magro e mendicante, tendo que enfrentar tudo o que havia sido modificado, pois o Odisseu de Giono, como o de Homero e como ele mesmo, Jean Giono, voltam da guerra modificados por ela.

Depois do retorno da guerra, a vida não era um Eliseu vislumbrado em sonhos, à noite, nas trincheiras de guarda. Longe disso! Durante a ausência, outros homens tiraram muita vantagem de seus bens.
(GIONO, 2012: 17, tradução livre⁴)

Em Ítaca, o Odisseu de Giono não apenas entenderá de que forma o tempo passou, por ele e por Ítaca, como terá ainda de enfrentar sua própria mentira, que migra do plano exterior para o interior, passando a representar daí em diante a batalha da criação poética. Na ilha, verdade e mentira irão se enfrentar e servirão enquanto os critérios mais importantes na apresentação de cada personagem.

Kallimaquès, um filósofo comerciante de porcos (parecido com o que Giono atendia no guichê do banco?), censura Telêmaco,

bottines craquantes je fermais le tiroir, mais, au calme, je l'ouvrais. Aucun souterrain ne résiste à cette manoeuvre."

⁴ "Depuis le retour de la guerre, la vie n'était pas cet Elysée entrevu en rêve, la nuit, dans les tranchées de garde. Tant s'en fallait! Pendant l'absence, d'autres hommes s'étaient taillé larges parts dans les biens".

o filho de Odisseu que se incomodava com as histórias que o pai, depois de retornar da guerra, narrava: "A verdade, a verdade, você tem sempre essa palavra à boca! (GIONO, 2012: 168, tradução livre⁵). E completa, diferenciando-se de Telêmaco:

– [...] Mestre Odisseu, saíamos um pouco desses quebra-cabeças: tenho necessidade de escutar alguma coisa que faça sentir a realidade. Não me faria o senhor a gentileza de nos contar alguma de suas aventuras? (GIONO, 2012: 168, tradução livre⁶)

Antes, porém, de lidar com sua mentira em Ítaca, ele a encontra no caminho e a presença dela o assusta. A mentira criada por ele já se propagava, sendo cantada por músicos louváveis.

Sua mentira se virava contra ele. Já não era uma única árvore na planície aberta, ao longe, mas um bosque de músicos laureados, um bosque sagrado, uma enorme floresta, espessa, escura, viva, emaranhada de cipós e longos capins. Odisseu sentia subindo em torno dele o abraço dessa folhagem hostil. Ele soltou um suspiro profundo. O aedo, lisonjeado com a emoção, encheu-se de orgulho. Ele reconhecia senão suas palavras, suas idéias, a essência mesma de sua mentira. (GIONO, 2012: 72, tradução livre⁷)

⁵ "La vérité, la vérité, vous avez toujours ce mot-là à la bouche!".

⁶ - (...) Maître Ulysse, changez-nous un peu de ces jeux de cervelle: j'ai besoin d'écouter quelque chose qui sente sa réalité. Ne me ferez-vous pas la politesse de raconter une de vos aventures?.

⁷ "Son mensonge se dressait devant lui. Ce n'était plus l'arbre isolé sur la plaine rase, loin en arrière, mais un bosquet de lauriers musiciens, un bois sacré, une immense forêt, épaisse, noire, vivante, enchevêtrée de lianes et du tortillement des longues herbes. Ulysse sentait monter autour de lui l'étreinte de ces grandes frondaisons hostiles. Il poussa un profond soupir. L'aède, flatté de cette émotion se rengorgea comme un pigeon. Il reconnaissait sinon ses paroles, ses idées, l'essence même de son mensonge".

Atormentado pelo medo, o Odisseu de Giono reconhece no canto do aedo endereçado aos outros aedos a vingança dos deuses. Esse Odisseu é medroso, covarde. Como a maior parte das personagens de "Naissance...", o Odisseu de Jean Giono pertence a uma humanidade média, que nada tem de heroica. Esse Odisseu é capaz de ser egoísta, a ponto de ser odioso (CITRON, 1971). O Odisseu de Giono abandona Archias, o marinheiro que o acompanhava, mata o pássaro que o havia reconhecido (irônica transposição do que ocorre com Argos, o fiel cão de Odisseu, na *Odisseia*) e se distingue dos outros apenas pelo que inventa de si. O Odisseu de Giono não tem o físico avantajado, nem é corajoso. Nesse sentido, ele mais refuta o Odisseu de Homero do que o incorpora (JOUANNO, 2013). É verdade que resta aos dois, em comum, o edifício de mentiras que erguem enquanto retornam da guerra. Mas se as mentiras do Odisseu homérico revelam sua astúcia e confirmam sua qualidade de herói, as mentiras do Odisseu de Giono são bem menos nobres e só confirmam suas fraquezas humanas.

Como Jean Giono, Hyppolyte Jean Giraudoux (1882-1944) recria sua "Odisseia" também depois de ter conhecido a guerra. E quando volta dela, no lugar de contar sobre Odisseu, prefere contar sobre Elpenor. Giraudoux escolhe, para substituir o herói, uma personagem apagada na "Odisseia" de Homero, um companheiro de Odisseu que morre de forma canhestra, despencando de um desfiladeiro, depois de se embriagar. Mais do que desvalorizar Odisseu, atribuindo a ele, como Giono o fez, características mundanas e, às vezes, torpes, Giraudoux assevera a desconstrução do herói com a escolha do anti-herói.

Na *Odisseia* de Homero, a alma de Elpenor irá reencontrar Odisseu quando o herói, porque instruído por Circe, desce à mansão dos mortos para interrogar Tirésias. Será no Hades, então, que Odisseu tomará conhecimento do que sucedera com Elpenor, cujo corpo, ainda não sepultado, jazia na ilha de Eeia, onde habitava Circe:

'Filho de Laertes, criado por Zeus, Ulisses de mil ardis!
Perdeu-me a desgraça vinda dos deuses - e o vinho
desmedido.
Tendo me deitado no palácio de Circe, esqueci-me
em meu espírito de descer pelo longo escadote,
caindo de cabeça do telhado; das vértebras
se partiu o meu pescoço e para o Hades, desceu
a alma.' ("Odisseia", XI, 60-65. HOMERO, 2003: 299,
trad. F. Lourenço.)

Antes desse entrecho, em que Elpenor ganha voz no relato de Odisseu para os feácios, o herói narra também como ele e seus companheiros partiram do palácio de Circe, dedicando a Elpenor, nessa outra passagem, mais nove versos (*Od.*, X, 552-560) que explicam sua morte accidental, de forma semelhante àquela como ele mesmo irá contar no canto seguinte, citado anteriormente. Nas palavras de Odisseu: havia um muito jovem, "que não era demasiado corajoso na guerra" – οὐτε τι λίην ἄλκιμος ἐν πολέμῳ – "nem muito seguro de entendimento" – οὐτε φρεσὶν ἤσιν ἀρηρώς (*Od.*, X, 552-553. HOMERO, 2003: 295, trad. F. Lourenço.), e que, estando pesado de vinho, ao ouvir o barulho da movimentação dos companheiros, levantou-se de repente e, esquecendo-se do escadote, caiu de modo a ter pescoço partido.

Por fim, na terceira e última passagem em que a personagem de Elpenor aparece na "Odisseia", Odisseu narra o retorno à ilha de Eeia, onde ele e seus companheiros sepultaram finalmente o corpo do desajeitado companheiro, rendendo-lhe, dessa vez, outros breves oito versos (*Od.*, XII, 8-15).

Essa personagem marginal da *Odisseia* é transformada por Giraudoux, num texto de 1919, "Les morts d'Elpénor", e noutro de 1926, "Les nouvelles morts d'Elpénor" na personagem principal. O autor a insere ainda em dois outros textos anteriores "Cyclope", de 1908; e "Sirènes", de 1912. Juntos, os quatro textos serão publicados em 1926, sob o nome de "Elpénor". Nessa coletânea, tudo vem da "Odisseia": mas, nela, tudo é uma anti-"Odisseia".

O que mais salta aos olhos, certamente, é o fato de o autor ter escolhido, para figurar no centro de sua "Odisseia", um homem

que se caracteriza exatamente por sua mediocridade. Elpenor, na *Odisseia* de Homero, como visto, é um ilustre desconhecido; uma personagem que se sabe ter participado da guerra, porque está voltando dela, e que, mesmo no retorno na guerra, só se destaca pela morte canhestra.

Mas Giraudoux não tem pudor para brincar com a tradição. Perspicaz e também inquieto com relação à ficção e ao poder criador dela, como Jean Giono, Giraudoux, curiosamente, escolhe como epígrafe da obra os versos de Homero, que dentre todos os existentes, são aqueles que, justamente, inexistem. E, por mais que inexistentes, os versos têm sua citação completa, com a referência incluída.

Foi então que morreu o marinheiro Elpenor. Única ocasião em que eu poderia distinguir seu nome, porque ele não se distinguiu nunca, nem por seu valor, nem por sua prudência. Homero, *Odisseia*, Canto X. (GIRAUDOUX, 1990: 397, tradução livre⁸)

Giraudoux, ao escolher, para sua releitura da *Odisseia*, Elpenor como seu protagonista, deixará para Odisseu uma função inevitavelmente subalterna (DUROISIN, 2005). Não é que, na releitura de Giraudoux, Odisseu não chegue a encontrar os feácios. Tal como na epopeia homérica, o mar deposita o filho de Laerte na costa da Esquéria. Mas Giraudoux atrasa sua chegada em algumas horas e o atraso é tempo suficiente para que Elpenor conte sua desastrosa história aos habitantes da ilha. Eles, inicialmente acreditando ser o próprio Odisseu o dono das aventuras, esforçam-se para recebê-las enquanto façanhas. Mas Elpenor é desajeitado demais para que o engano perdure.

Após o relato do impostor de suas aventuras, sua participação nos jogos e a descoberta dos feácios sobre quem se tratava ser o estrangeiro, Odisseu encontrará na terra de Nausícaa o lugar para

⁸ "C'est alors que mourut le matelot Elpénor. Seule occasion que j'aurai de prononcer son nom, car il ne se distingua jamais, ni par sa valeur, ni par sa prudence. HOMÈRE, *Odyssée*, Chant X.

si. Mas a retomada da ordem clássica do retorno de Odisseu só irá acontecer depois do triste e cômico fim de Elpenor. O impostor, já tendo morrido antes, irá morrer, novamente, na Esquéria. Da ordem clássica, contudo, Giraudoux não se ocupa; interessou-lhe apenas imaginar o quão medíocre poderiam ser as histórias antes da história de Odisseu. Pois assim termina o texto:

Ele [Odisseu] tinha conseguido chegar até o pé do palanque sob a neblina da deusa, e escolheu o melhor momento para reintroduzir-se na Odisséia. De repente, no lugar deixado pelo pequeno Elpenor, os feácios perceberam um estrangeiro enorme e, reconhecendo nele Odisseu, correram para armar a nau. Mas, sabendo que ela seria transformado em pedra ao retornar de Ítaca e os seus marinheiros, em recife, eles escolheram o maior navio e o mais redondo, para que ele tivesse o mínimo possível a forma de um recife, e compuseram a tribulação com os feácios mais gordos. (GIRAUDOUX, 1990: 462, tradução livre⁹)

Giraudoux ao escolher Elpenor escolhe a visão mais corriqueira, mais comezinha da aventura humana. Uma personagem pouco sedutora, vacilante, que causa desgosto, que revela o reverso do caráter do Odisseu homérico, Elpenor é aquele que faz os planos falharem, que faz a ideia apodrecer. Como dizem os companheiros do Odisseu de Giraudoux: ele é a fonte de cada um dos males. Esse herói medíocre de Giraudoux é transformado não só em uma personagem plena, mas em um símbolo: o reverso do herói. Elpenor é como que um exemplar de todos os milhares de

⁹ “Il était parvenu jusqu’au pied de l’estrade sous le brouillard de la déesse, et choisit le moment le plus propice pour se réintroduire dans l’Odyssée. Soudain, à la place laissée vide par le petit Elpénor, les Phéaciens aperçurent un étranger de taille géante, et, reconnaissant Ulysse, ils se précipitèrent pour armer la nef. Mais, sachant qu’elle devait être changée en pierre au retour d’Ithaque et ses matelots en brisants, ils choisirent le vaisseau le plus large et le plus rond, pour qu’il ait le moins possible forme de récif, et composèrent l’équipage des Phéaciens les plus gras”. (GIRAUDOUX, 1990: 462).

ignorantes e de anônimos pouco curiosos que compõem o cenário das épocas mais ilustres e das guerras mais terríveis (TADIÉ, 1990). O Elpenor de Giraudoux representa uma visão de povo indigesta, em meio ao qual não há Odisseu para tornar a guerra mais bela e mais gloriosa.

Numa de suas mortes, a personagem recebe do narrador a indulgência de ser descrito como "um pobre cadáver de homem", deixando ainda mais claro que a Grande Guerra, com seus milhões de cadáveres, havia passado por lá, pelo texto (SAÏD, 2000).

Com a Grande Guerra de 1914, também Giraudoux havia sido mobilizado. Na guerra o autor será ferido duas vezes. E daí em diante, Giraudoux não voltará ao fronte, passando a sofrer internações hospitalares frequentes.

Louis Aragon (1897-1982), nosso terceiro escritor, como Giraudoux e como Giono, também nega a beleza da guerra e do herói. Em 1918, Aragon, tendo sido convocado para a guerra no ano anterior, é integrado à infantaria. Como médico auxiliar, ele segue ao fronte, onde chega a ser três vezes soterrado em decorrência das fortes explosões nas trincheiras. Sua atividade na guerra será intercalada por mudanças de batalhão, breves retornos a Paris e pela redação de alguns textos.

A gestação de *Les aventures de Télémaque*, esse curioso romance de Aragon, incluído por ele não em sua obra romanesca, mas apenas em sua obra poética, tem início no momento da ocupação na região alemã de Sarre, em 1918, tendo sido publicado em 1922.

Les aventures de Télémaque é um balanço ou uma revisão do próprio movimento dadaísta (GINDINE, 1996). Sua finalização e sua publicação, em 1922, realmente, coincidem com o fim do movimento dadaísta e o subsequente nascimento do surrealismo. Por outro lado, o início da empreitada, em 1918, aponta para o início do dadaísmo parisiense. Obra então, dadaísta para uns, ou aquela que anuncia o paroxismo do dadaísmo para outros, pressurrealista para uns, já surrealista em sua juventude dadaísta para outros, *Les aventures...* é uma paródia. Evidentemente, uma

paródia do dadaísmo e uma paródia de Fénelon em seu homônimo e didático manual francês de 1699, *Les aventures de Télémaque*.

Apresentado sob forma de romance por Fenelon, o enredo baseado sobretudo na "Telemaqueia" da *Odisseia* de Homero, teria em função do seu apelo humanista, moralizante e, certamente, afirmador da moral cristã, conseguido se perpetuar enquanto leitura pedagógica por mais de dois séculos em território francês, tendo sido, por esse motivo, lida por Louis Aragon, dentre tantos outros da sua geração. Mais que isso, na verdade, a obra de Fénelon teria sido a obra didática, por meio da qual o futuro surrealista teria aprendido a ler, mais de dois séculos depois de sua criação. Será no ensaio de sugestivo título "Je n'ai jamais appris à écrire", de 1969, que Louis Aragon irá dizer sobre a atuação da obra de Fénelon em sua formação, o que, de alguma forma, permite entender seu desejo de destruí-la, bem como a consequência anticriativa de sua leitura, homenageada pelo título do ensaio (SCALDINI, 1979).

O livro de Aragon "Les aventures...", então, é uma paródia do dadaísmo e da tradição humanista. E é por Telêmaco, também, o filho de Odisseu, que a ficção de Aragon experimenta o fim de guerra de 1914. O Telêmaco de Aragon busca o pai, Odisseu, por acreditar que encontraria em Odisseu, a chave para o conhecimento do passado. É verdade que com o desenrolar da obra, Telêmaco desiste de tudo: desiste de encontrar Odisseu e desiste de encontrar onde começa todo o conhecimento. Seu suicídio, aliás, ao final do romance, só assevera o caráter destrutivo de sua personagem e, claro, do próprio dadaísmo. Mas é lá, por Homero, que a coisa se dá.

O escritor compõe (ou, ao menos, retira do fato seu motivo de composição) no momento da ocupação, em Sarrebruck. E a primeira pessoa que ele conhece, na região alemã de Sarre, é, com esse nome, Telêmaco, um jovem militar, de uma guerra que, embora oficialmente terminada, ainda pesa sobre a atmosfera.

Em Sarrebruck, eu comecei a escrever "Les aventures de Télémaque" que não devia de forma alguma ser isso que se tornou, mas devia se passar lá, em Saargebiet, com um jovem militar que se parecia com uma Noite

de dezembro e que se chamava Telêmaco... e depois, meus amigos de então achavam que faltava dignidade, então eu fiz um Telêmaco, à antiga, misturando Fenélon e Dadá, que não se encontrará na minha estante, porque, aquele está verdadeiramente fora de catálogo... (ARAGON, 1997: 1051, tradução livre¹⁰)

É com o sentimento do abandono e, ao mesmo tempo, do riso zombeteiro que Aragon revive em Telêmaco sua retirada da guerra ou o seu fim de guerra. Mas por que em Telêmaco? Por que não em Odisseu, ou mesmo em Elpenor?

Quando, no romance de Aragon, Eucharis pergunta a Telêmaco o que tanto ele queria buscando o pai, Odisseu, sua resposta é: o conhecimento do passado ou, ainda mais, o começo de todo o conhecimento.

O conhecimento do passado, noite dorsal, é o princípio de todo conhecimento. Ao menos, tem-se essa certeza. A criança aprende a andar se apoiando. Mais tarde, ela se move em todas as direções. Eu deslizo no tempo: é isso o que eu chamo buscar Odisseu, na minha linguagem especial. Uma vez mestre dos segredos mecânicos, onde eu não iria? Meia-volta à direita nos séculos. Depois disso, eu vou praticar a ginástica. Pode haver uma maneira de prolongar indefinidamente as zonas da vida: se nós soubéssemos, nós não morreríamos jamais. (ARAGON, 1966: 57, tradução livre¹¹)

¹⁰ “À Sarrebruck, j’avais commencé à écrire “Les Aventures de Télémaque” qui ne devait pas du tout être ce que c’est devenu, mais se passer là, dans le Saargebiet, avec un jeune militaire qui me ressemblait comme une Nuit de décembre et qui s’appelait Télémaque... et puis mes amis d’alors estimèrent que ça manquait de dignité, alors j’ai fait un Télémaque, à l’antique croisement de Fénelon et de Dada, que vous ne trouverez pas à mon stand, car, celui-là, il est vraiment out of print...”.

¹¹ “La connaissance du passé, nuit dorsale, est le commencement de toute connaissance. Du moins, on l’assure. L’enfant apprend à marcher en brassières. Plus tard il se meut dans tous les sens. Je fais la planche dans le

Buscar Odisseu, na linguagem do Telêmaco de Aragon, é mergulhar no tempo, segundo sua resposta. E esse tempo, do qual fala, aponta para o começo de todo o conhecimento. Nem Fénelon, nem Dada: fala-se aí de um conhecimento que os antecede, que antecede a todos os outros, um conhecimento recuado no tempo, pelo qual se pode conhecer o passado. (Não estaria aí também Aragon a acenar para um (in)consciente literário e coletivo ocidental cuja origem é Homero?)

Para contar sobre um Telêmaco, soldado de guerra, Aragon busca um Telêmaco digno de ter sua história contada. O caráter destrutivo do dadaísmo e, talvez não fosse exagero dizer, o mesmo caráter de Aragon em "Les Aventures...", tinham, por trás de si, uma necessidade de ar fresco, de espaço livre, como julga Walter Benjamin, no curto texto de 1931, que se ocupa apenas sobre o que é e o que faz "o caráter destrutivo" (BENJAMIN, 2000). O caráter destrutivo não tem outra atividade senão limpar, esvaziar o espaço de toda sujeira, todo detrito. Dotado dele, o homem destrói e demole tudo o que existe, não por amor aos escombros, mas por amor ao caminho que os atravessa. Em todos os lugares, esse homem irá ver caminhos serem esvaziados. Mas o caráter destrutivo possui a consciência do homem histórico: seu impulso fundamental é a desconfiança insuperável no curso das coisas e a avidez para constatar a cada instante que tudo pode dar errado. Nesse sentido, o caráter destrutivo não é compatível com a ideia de que a vida deve ser vivida, mas com a ideia de que o suicídio não vale a pena de ser cometido (BENJAMIN, 2000: 333).

O suicídio de Telêmaco ao final do romance de Aragon só o torna, porém, mais destrutivo. Aragon limpa o caminho, de fato. Faz a releitura da "Odisseia". Ele relê Homero, Fénelon e Dada, para esvaziar o caminho já cruzado pela história. O escritor faz

temps: c'est ce que j'appelle chercher Ulysse, dans mon langage spécial. Une fois maître des secrets mécaniques, où n'irais-je pas? Demi-tour à droite dans les siècles. Après cela, je m'exercerai au pas gymnastique. Il y a peut-être moyen d'étendre indéfiniment les régions de la vie: si nous savions, nous ne mourrions jamais".

"la planche dans le temps", busca o começo de todo conhecimento para negá-lo. Telêmaco mata a si mesmo pelo amor do escritor ao caminho que, iniciado na "Odisseia", atravessa-os.

As releituras odisséicas para se narrar o retorno da guerra

Em retorno da guerra, os três autores franceses, Jean Giono, Giraudoux e Louis Aragon, encontram na história de Odisseu, um código de leitura do novo mundo pós-guerra ou, mais que isso, um caminho narrativo que os permite não apenas ler mas escrever esse novo mundo.

A lembrança do texto de 1936 de Walter Benjamin "O Narrador" (BENJAMIN, 1994), em que o autor se interroga sobre aquele que participa da guerra e volta dela mudo, incapaz de comunicar a experiência, porque mais pobre de experiência, poderia, à primeira vista, dar a impressão de que esses três autores refutam a ideia de Benjamin. Porque, tendo escrito depois da guerra, eles não teriam voltado emudecidos dela.

Para Walter Benjamin, as trincheiras sobretudo marcam o início do processo de extinção da arte milenar de narrar. E a arte de narrar entra em vias de se extinguir, porque os homens perdem a capacidade de intercambiar a experiência. Ao narrador tradicional, fundamentalmente, cabe dar conselhos: tanto ele próprio quanto sua comunidade confiam em sua sabedoria. Seu mundo desconhece a trincheira e todo o horror da Grande Guerra, e, por isso, a sabedoria pode servir aos outros: a experiência deve passar de pessoa a pessoa. É o lado épico da verdade.

No mundo burguês, no entanto, das trincheiras e do gás tóxico, da Grande Guerra, a arte que floresce é aquela que incorpora a dúvida, que desconstrói o herói, que perde seus heróis. A sabedoria nesse mundo das trincheiras perde seu valor. Quem viveu uma experiência deixa de acreditar poder extrair dela uma verdade. É como se ninguém soubesse para onde voltar.

Em outro dos registros de Benjamin, "Experiência e pobreza" (BENJAMIN, 1994), escrito alguns anos antes de "O Narrador",

o autor é mais claro: a experiência chega ao fim exatamente com a geração que vive, de 1914 a 1918, uma das experiências mais assustadoras da história universal. Jamais, até então, experiências adquiridas haviam sido tão radicalmente desmentidas em seu teor de conhecimento. Na guerra, uma geração que havia ido à escola em bonde puxado a cavalo será reencontrada numa paisagem em que nada se faz por reconhecer e totalmente esvaziada do conhecimento gerado pela experiência. Para o autor, de fato, é o assustador desenvolvimento da técnica o que dá à guerra sua nova imagem e, assim, retira da experiência a possibilidade de ser comunicada enquanto sabedoria. É isso o que inaugura no homem essa pobreza insuperável.

Será, no entanto por meio da "Odisseia", cujo tema é o *nóstos* de Odisseu, o retorno, que ficcionalmente, os três autores em questão (dentre outros, é preciso lembrar) irão conseguir narrar, mesmo que não de maneira direta, o retorno da Grande Guerra e irão, também, colocá-la em questão, narrando a própria guerra, por meio de narrativas distintas entre si e distintas da tradicional arte de narrar, sobretudo, porque, se por um lado, elas são capazes de elaborar algo da experiência vivida na guerra, por outro, elas não estão interessadas no valor dessa experiência, já que ela é empobrecedora ao invés de enriquecedora. Será a partir da epopeia que os ex-combatentes irão não somente desconstruir a imagem do herói na guerra e, claro, desconstruir o lado épico da verdade, como será também a partir da epopeia que, aceitando ser modificada, os três autores poderão renarrar o retorno daquele que volta da guerra.

É verdade que a necessidade da narrativa para que o retorno de fato se dê já se apresenta mesmo na "Odisseia" ou desde a "Odisseia". Ao contar suas histórias para os feácios (para quem o Elpenor de Giraudoux também conta suas histórias), último povo que encontra antes da volta à Ítaca, Odisseu relembra sua experiência, mas é, também, lembrado dela.

As aventuras maravilhosas de Odisseu, as que ele havia vivido até ali, depois de dez anos de guerra e dez anos de errância, pela primeira vez são então formuladas em narrativa e, mais,

foram ditas em primeira pessoa. Na Esquéria, Odisseu precisa contar suas histórias para ser reconhecido, sobretudo porque é por meio do reconhecimento que ele poderá continuar seu *nóstos*. Suas histórias são, portanto, o meio para que se cumpra seu retorno à Ítaca (*Od.*, IX, 12-32).

Os primeiros versos da resposta de Odisseu a Alcínoo informam qual é sua pátria, para onde quer retornar, revelando também seu nome e sua origem. Mas será preciso narrar suas aventuras para que não só os feácios o (re)conheçam, como para que ele mesmo aprenda o efeito da guerra e do retorno sobre si.

Conclusão

Assim que a guerra acaba, Jean Giono, Giraudoux, Louis Aragon também estão diante de um mundo tornado duplamente estrangeiro (como estará Odisseu ao chegar à Ítaca): a pátria natal foi substituída, alterada, destruída. Cada um deles transformou-se de alguma forma em combatente. Cada um deles lidou com a morte de forma diversa àquela dos tempos de paz, porque a guerra os obrigou, nas palavras de Freud, a ser o herói que pode crer em sua própria morte (FREUD, 2005). Mas cada um deles também lidou com a morte, de forma diversa àquela das outras guerras, porque essa guerra era inédita.

Tais recriações da "Odisseia", por mais diferentes entre si, são capazes de traçar, por causa da guerra, um vínculo direto entre o presente da obra e a "Odisseia" de Homero. E é curioso observar de que maneira a "Odisseia" pôde constituir, na França, no início do século XX, um caminho narrativo que favoreceu a fabricação de novas narrativas, quando justamente a tendência do horror vivido na guerra era de bloquear a capacidade narrativa, mimética do homem. O Mediterrâneo eterno, ameaçado em sua eternidade pela Grande Guerra, parece, ele sim, ser a Ítaca das obras.

Jean Giono, Giraudoux e Louis Aragon vão à "Odisseia", encontrando nela um caminho narrativo, mas ela só se oferece enquanto caminho, porque a travessia será falsificada. Eles vão

à "Odisseia" e a tomam como moeda querendo falsificá-la. Mas a falsificam para torná-la mais verdadeira: reconfigurando Odisseu, escolhendo Elpenor ou mesmo Telêmaco em seu lugar. É como se ocorresse, nessas releituras ou reescritas da "Odisseia", uma solução para o impasse narrativo oriunda da guerra: recusa-se a moeda corrente – Homero, a tradição humanista, o herói épico e sua bela morte – para que, no entanto, a moeda continuasse a valer, para que a moeda preservasse seu valor de compra.

Pensando numa espécie de história do fictício, é como se essa moeda, o fictício, a epopeia e seu herói, fossem se atualizando de épocas em épocas. E cada época imprimisse assim, sobre essa moeda, um caráter, uma estampa, de modo que a Grande Guerra cunhará sua estampa particular.

Observando essas moedas, vê-se a recusa da moeda corrente (como fazia Diógenes, o Cínico) para tornar a falsa, a mais verdadeira. Porque, por um lado, a moeda (o material já existente da moeda, ou, mais diretamente, Homero) garante aos sentidos, já há muito tempo, o que é familiar, e, por outro, a cunhagem dessa moeda, quando é distinta da usual, quando aporta ao metal outro caráter, outra estampa, inaugura o que é diferente. E é só assim, como nos lembra François Hartog, em o "Espelho de Heródoto", ou como nos lembra já Heródoto, em suas "Histórias", ou, para ir mais longe, como nos lembra Homero mesmo, que se pode traduzir em texto, em narrativa, a diferença.

Enfim, torna-se possível narrar a diferença (dizer a Grande Guerra e, principalmente, o retorno do combatente depois dela) quando se imprime às categorias comuns, ou ao metal da moeda tradicional, uma nova estampa. A diferença se torna explícita com a nova estampa, mas sem a antiga moeda ela, talvez, careceria de um meio para existir, para se fazer comunicar.

Bibliografia

- ARAGON, L. *Les Aventures de Télémaque*. Paris: Éditions Gallimard (L'Imaginaire Gallimard), 1966.
- ARAGON, L. *Œuvres romanesques complètes*. Tome I. Paris: Bibliothèque de la Pléiade, n. 545, 1997.
- AUDOIN-ROUZEAU, S.; BECKER, A. *14-18, retrouver la Guerre*. Paris: Éditions Gallimard, 2000.
- BENJAMIN, W. As armas do futuro: batalhas com cloroacetofenona, difenilamina cloroarsina e sulfeto de dicloroetila. In: BENJAMIN, W. *O capitalismo como religião*. São Paulo, Boitempo, 2013, pp. 69-72.
- BENJAMIN, W. Le caractère destructeur. (N. d. T Première publication dans le Frankfurter Zeitung du 20 novembre 1931.) In: BENJAMIN, W. *Walter Benjamin. Oeuvres II*. Paris: Éditions Gallimard, 2000.
- BENJAMIN, W.; ROUANET, S. P.; GAGNEBIN, J-M. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. 7ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CITRON, P. Notice. In: GIONO, J. *Œuvres romanesques complètes*. Paris, Éditions Gallimard, 1971.
- DUROISIN, P. Les petites Odyssées de Jean Giraudoux: Elpénor, et de Jean Giono: Naissance de l'Odyssée. *Bulletin de L'Association Guillaume Budé*, 1, 2005.
- FÉNELON, *Les Aventures de Télémaque, fils d'Ulysse*, par feu Messire François de Salignac de La Motte Fénelon. Paris: J. Estienne, 1730. Disponível em: <www.gallica.bnf.fr>. Acesso: 6 de dez., 2013.
- FERRO, M. *La Grande Guerre: 1914-1918*. Paris: Éditions Gallimard, 1969/1990. Collection Folio Histoire.

- FLORES JÚNIOR, O. Παραχαράττειν τό νόμισμα ou as várias faces da moeda. In: *Ágora*. Estudos Clássicos em Debate, v. 2, 2000, pp. 21-32.
- FREUD, S. Passagèreté. In: *Œuvres complètes: psychanalyse*. Volume XIII, 1914-1915. Directeurs de la publication André Bourguignon, Pierre Cotet. Paris: Presses Universitaires de France, 2005.
- GINDINE, Y. *Aragon prosateur surréaliste*. Genève: Droz. 1996.
- GIONO, J. *Œuvres romanesques complètes*. Paris, Éditions Gallimard, 1971.
- GIONO, J. *Naissance de l'Odyssée*. Paris: Les cahiers rouges. Grasset. 2012.
- GIRAUDOUX, J. *Elpénor*. In: *Œuvres romanesques complètes*. Tome I. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Éditions Gallimard. 1990.
- HARTOG, F.; BRANDÃO, J. J. L. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG (Humanitas), 1999.
- HOMERO. Lourenço, F. *Odisseia*. Lisboa: Livros Cotovia, 2003.
- JOUANNO, C. *Ulysse: Odyssée d'un personnage d'Homère à Joyce*. Paris: Ellipses Édition Marketing S.A. 2013.
- SAÏD, S. Ulysse en France au début du XXe siècle: de Giraudoux à Giono. In: *Ulysse nel tempo*. La metafora infinita. Atti del Convegno internazionale Odisseo 2000. Venezia, Marsilio, 2003, pp. 379-403.
- SCALDINI, R. J. Les Aventures de Télémaque, or Alienated in Ogygia. Yale French Studies, n. 57. Locus: Space, Landscape, Decor in Modern French Fiction, 1979, pp. 164-179.
- TADIÉ, J-Y. Notice. In: GIRAUDOUX, J. *Œuvres romanesques complètes*. Tome I. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Éditions Gallimard. 1990.

O PAPEL DA ONU NA GOVERNANÇA ECONÔMICA GLOBAL DO PÓS-GUERRA*

*Patrícia Nogueira Rinaldi***

Resumo: O artigo discute o papel da ONU na governança econômica global do pós-guerra, considerando o nexos institucional do liberalismo inserido, forjado pelo bloco histórico internacional transatlântico. Enquanto o mandato econômico da ONU foi relegado ao segundo plano devido à autonomia das Instituições de Bretton Woods, a organização tornou-se um espaço importante não apenas para as demandas Terceiro Mundo, mas de criação de uma nova ideologia que questionava o propósito social do liberalismo inserido.

Palavras-chave: ONU. Instituições de Bretton Woods. Terceiro Mundo. Liberalismo inserido.

The UN's role in global economic governance post-war

Abstract: This paper discusses the role of the UN in the global economic governance during the post-war period, considering the institutional nexus of the embedded liberalism, forged by the transatlantic international historic bloc. Whereas the economic mandate of the UN was relegated to the background due to the autonomy of the Bretton Woods Institutions, the organization has become an important forum, not only to the Third World demands, but to the creation of a new ideology that questioned the social purpose of the embedded liberalism.

Keywords: UN. Bretton Woods institutions. Third World. Embedded liberalism.

El papel de la ONU en la gobernanza económica global del post-guerra

* Gostaria de agradecer os pertinentes comentários e sugestões dos pareceristas, que contribuíram enormemente para a discussão do tema.

** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas-SP, Brasil (pnrinaldi@gmail.com).

Recebido em: 26/11/2014 – Aceito em: 02/06/2015.

Resumen: El artículo discute el papel de la ONU en la gobernanza económica global del post-guerra, considerando el nexo institucional del liberalismo insertado, forjado por el bloque histórico internacional transatlántico. Mientras que el mandato económico de la ONU se relegó a un segundo plano debido a la autonomía de las Instituciones de Bretton Woods, la organización se ha convertido en un espacio importante no sólo para las demandas del Tercer Mundo, pero creando una nueva ideología que cuestionaba el propósito social del liberalismo insertado.

Palabras clave: ONU. Instituciones de Bretton Woods. Tercer Mundo. Liberalismo insertado.

Introdução

A Carta de São Francisco, instrumento que marca a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, prevê a essa organização um mandato econômico de atuação. Por meio do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), a ONU deveria atuar como coordenadora das chamadas Instituições de Bretton Woods (IBW), a saber, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Entretanto, no desdobramento prático das relações econômicas internacionais do chamado pós-guerra (período de 1945-1970), a ONU foi afastada de um papel predominante na governança econômica global. Isso porque a ordem econômica estabelecida pelo bloco histórico internacional transatlântico liderado pelos Estados Unidos (EUA) – chamada de liberalismo inserido – fragmentou-se institucionalmente nas IBW, fóruns nos quais os países desenvolvidos poderiam controlar os rumos econômicos globais segundo seus interesses.

Mas o liberalismo inserido compreendia um compromisso de classes que possibilitava algumas medidas de autonomia nacional, resultando na articulação de forças de resistência no interior da ONU. A criação da UNCTAD e do G-77, em 1964, e a proposta da Nova Ordem Econômica Internacional, em 1974, contrapõem-se diretamente à tentativa do bloco histórico internacional transatlântico em excluir dos arranjos decisivos da governança econômica global do pós-guerra não apenas a ONU, mas os países em desenvolvimento que compunham o chamado Terceiro Mundo.

Considerando que as organizações internacionais são sínteses institucionais do embate entre diferentes forças sociais no âmbito internacional, o artigo apresentará o nexo institucional do liberalismo inserido a partir do mandato econômico previsto para a ONU. O objetivo é enfatizar que, mesmo afastada de um papel predominante, a ONU tornou-se um espaço crucial de inserção do Terceiro Mundo e de criação de uma nova ideologia que questionava os propósitos sociais do liberalismo inserido.

O liberalismo inserido: hegemonia americana e o bloco histórico internacional transatlântico

Um dos poucos consensos entre as principais correntes teóricas das relações internacionais refere-se ao papel central dos EUA na configuração da governança econômica global no pós-guerra. Porém, há uma variedade de interpretações, mais ou menos complementares, sobre a forma e o conteúdo em que se deu a atuação estadunidense.

Uma das teorias mais difundidas é a da estabilidade hegemônica, que afirma, de forma geral, que uma ordem econômica internacional de características liberais é estabelecida quando há um *hegemon*, como foi o caso dos EUA no período. A estabilidade econômica garantida pelo *hegemon* permite a ampliação das forças de mercado, ao invés de reprimi-las (KINDLEBERGER, 1973 :28).

Embora tal interpretação não seja equivocada, ela não analisa o propósito social e as forças sociais que sustentam tal ordem, elementos cruciais para compreender o papel das organizações econômicas internacionais. Para discutir tais pontos, a seção detém-se na análise de Ruggie (1983) sobre o propósito social do regime internacional estabelecido no pós-guerra, denominado liberalismo inserido; e de Gill e Law (2007) sobre o bloco histórico internacional transatlântico que sustentou tal regime¹.

¹ O artigo não tem a pretensão de executar qualquer conciliação teórica entre as duas interpretações (sendo Ruggie considerado construtivista, e Gill e

A ordem econômica do pós-guerra não é resultado de um mero cômputo de forças favorável aos EUA, como indica a teoria da estabilidade hegemônica. Ruggie (1983:198) aponta que, enquanto o poder prevê a forma de uma ordem internacional, apenas o propósito social expressa seu conteúdo.

O termo liberalismo inserido caracteriza o propósito social da ordem econômica do pós-guerra, de conciliação entre o multilateralismo e a estabilidade interna, garantindo a internacionalização da autoridade política dos EUA. Esse país proveu os recursos materiais necessários e ocupou o papel de negociador principal do propósito social de tal ordem, obviamente moldando-a segundo seus interesses: o multilateralismo econômico permitiu que o dólar se tornasse a moeda de paridade com o ouro; e a liberalização econômica beneficiou os mercados americanos.

Além de promover a abertura econômica internacional, o liberalismo inserido traz uma configuração inédita, que é a capacidade de atender a estabilidade doméstica ao constituir mecanismos de intervenção estatal que buscavam regular os mercados e minimizar os custos sociais da liberalização. Embora os EUA fizessem as regras da ordem econômica, essas eram implementadas com alguma autonomia pelos Estados, daí a ideia de compromisso que envolve o liberalismo inserido:

diferentemente do nacionalismo econômico da década de 1930, ele seria multilateral em seu caráter; e diferentemente do liberalismo do padrão ouro e do livre comércio, seu multilateralismo seria regido pelo intervencionismo doméstico² (RUGGIE, 1983: 209, trad. nossa).

Law, neogramscianos), mas apontar o caráter complementar dos conceitos desenvolvidos por esses autores dentro de suas respectivas abordagens.

² Do original: “unlike the economic nationalism of the thirties, it would be multilateral in character; unlike the liberalism of the gold standard and free trade, its multilateralism would be predicated upon domestic interventionism”.

O compromisso permite a articulação de forças sociais, mecanismos e instituições de produção e troca que se relacionam nos planos nacional e internacional. Dá-se o nome de bloco histórico internacional ao compromisso social que cimenta uma ordem internacional, entendido como a “congruência histórica entre forças materiais, instituições e ideologias ou, de modo geral, a uma aliança entre diferentes forças de classe” (GILL; LAW, 2007: 158). O bloco efetiva-se com a existência de um Estado cuja classe hegemônica é a dominante, capaz de manter a coesão, a identidade e a organização política dentro do bloco ao propagar um conjunto de ideias hegemônicas, consideradas universais, que harmonizam seus interesses com os das classes não hegemônicas ou subordinadas.

No pós-guerra, o bloco histórico centrou-se na internacionalização de forças sociais emergentes dos EUA, permitindo uma conexão transatlântica. Reuniu frações do capital produtivo americano organizado sob a forma fordista de acumulação e permitiu sua expansão por meio das novas oportunidades de exportação e investimentos diretos em países estrangeiros, tanto na manufatura quanto na indústria extrativista, principalmente do petróleo. Também estavam presentes frações do capital financeiro, representadas por Wall Street, que buscavam oportunidades de investimentos e um papel internacional proeminente para o dólar (GILL; LAW, 2007: 161-2).

Porém, tanto a consolidação do bloco soviético quanto as demandas sociais dos trabalhadores dos países desenvolvidos (legitimadas pela destruição trazida pela guerra), geraram grupos opositores ao bloco histórico internacional. Para conciliar essa oposição, tal bloco acabou reunindo elementos dos aparatos de Estado, partidos políticos de centro e associações não comunistas de trabalhadores, para os quais a estabilidade doméstica era crucial.

A partir dessas considerações, será tratado o papel das organizações econômicas internacionais para a efetivação do liberalismo inserido no pós-guerra.

O nexo institucional do liberalismo inserido: as instituições de Bretton Woods

O liberalismo inserido apresentou forte nexos institucional, calcado em normas, regras, princípios e procedimentos que permitiram a convergência de expectativas e a previsibilidade do comportamento dos atores nas relações econômicas internacionais. A essa configuração institucional, Krasner (1983:1) dá o nome de regime internacional, entendido como instituições sociais que materializam a internacionalização de uma autoridade política.

A Conferência de Bretton Woods, ocorrida em julho de 1944, é o marco histórico da institucionalização do liberalismo inserido como regime internacional. Entretanto, mesmo com a presença de 44 países na conferência, o acordo foi a síntese da luta entre o antigo imperialismo inglês e o emergente imperialismo estadunidense, tendo prevalecido os interesses dos EUA.

A aliança anglo-americana ocorreu ainda durante a guerra. Na Carta do Atlântico, de 1941, Churchill e Roosevelt definiram não apenas as diretrizes para o fim do conflito mundial, mas os princípios multilaterais que orientariam a reconstrução econômica global. Porém, enquanto a Inglaterra desejava manter seu poder econômico por meio da assistência à reconstrução, os EUA queriam garantir sua dominância monetária e financeira (VELASCO E CRUZ, 2005: 7).

Durante Bretton Woods, tais diferenças foram sintetizadas no famoso debate entre John Maynard Keynes, então assessor do Ministério da Fazenda inglês, e Harry Dexter-White, representante do Departamento do Tesouro. Dexter-White aproximou os setores financeiros privados, ansiosos por um papel proeminente do dólar e por uma economia internacional aberta, enquanto Keynes lutou para manter os mecanismos de proteção das economias nacionais das crises externas (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987: 26).

O resultado da conferência foi a conciliação entre uma economia internacional aberta e certa autonomia nacional. A autonomia expressou-se, por um lado, pelo regime de câmbio estável, pautado na paridade com o dólar, e pelo controle

centralizado do comércio e das taxas de câmbio, capaz de manter o equilíbrio dos balanços de pagamento. Por outro, garantiu aos Estados nacionais um espaço para a consolidação de políticas de planejamento e intervenção econômica, voltada principalmente para a expansão industrial, combinadas com políticas de pleno emprego e expansão dos programas proteção social, sintetizados na ideia de Estado de Bem-Estar Social.

Ademais, houve o estabelecimento de uma dupla institucionalização, por meio da criação do FMI e do Banco Mundial³, que visavam, respectivamente, assegurar a estabilidade monetária e financeira e garantir os investimentos que sustentassem o crescimento econômico.

Como aponta Murphy (1994: 42), as organizações internacionais compreendem mecanismos regulatórios cruciais para a manutenção do bloco histórico internacional, mobilizando governos e outras forças sociais por meios coercitivos ou consensuais, em âmbito global, regional e nacional. Mas a especificidade das IBW é que elas foram definidas por uma clara relação de desequilíbrio, expressa pelo poder dos EUA no interior do bloco histórico internacional transatlântico.

Tome-se o caso do FMI. A proposta era que o Fundo fosse uma instituição autônoma e imparcial, capaz de corrigir os desequilíbrios mundiais entre os países deficitários e superavitários por meio da promoção do crescimento e do emprego. Entretanto, na conferência de Bretton Woods, Dexter-White garantiu o poder dos EUA na estruturação do FMI: o cargo de vice-diretor geral seria sempre ocupado por um americano; e no sistema de votos, definiu-

³ Usa-se aqui, de forma geral, o nome Banco Mundial, mas é importante salientar que o banco surge como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). A partir da década de 1950, novas instituições são adicionadas ao BIRD: a Corporação Financeira Internacional (1956); a Associação Internacional de Desenvolvimento (1960); o Centro Internacional para Solução de Disputas de Investimentos (1965); e a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (1985). Atualmente, essas cinco instituições formam o Grupo Banco Mundial.

se a utilização de cotas equivalentes ao tamanho da contribuição dos países-membros ao Fundo. Obviamente, aos EUA foram designadas as maiores cotas, correspondendo, em 1951, a 33,7% do total (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987: 63).

Ações de transformação do mandato do FMI foram igualmente tomadas, procurando limitar suas responsabilidades em relação aos países superavitários. Isso foi feito por reinterpretações dos artigos constitutivos referentes aos empréstimos concedidos a países com restrições em balanço de pagamentos, relacionando-os a condicionalidades e reformas estruturais, prática que paulatinamente se consolidou nas decisões dos diretores executivos. O mandato do FMI foi reduzido à garantia do padrão dólar-ouro por meio de ajustes ortodoxos aos países subdesenvolvidos, como foi o caso dos países latino-americanos na década de 1950⁴ (RUGGIE, 1983: 222-3).

Os mesmos procedimentos são verificados na definição do mandato do Banco Mundial. Essa instituição teria o papel de realizar empréstimos anticíclicos, e pela primeira vez haveria uma instituição pública internacional responsável por prover capital de investimento, suplementando os mecanismos de mercado. Entretanto, foi garantida a influência dos EUA nas decisões do Banco, a começar pelo fato de que a presidência seria permanentemente americana (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987: 159). Também houve a manutenção do sistema de cotas: os EUA representavam 86,5% dos recursos do Banco em 1950, o que lhes dava uma espécie de poder de veto virtual já que as decisões requeriam uma maioria de dois terços. Quanto ao destino dos empréstimos, nas décadas de 1950-60 estes visavam atender a três interesses americanos: efetivar uma economia mundial aberta; garantir a atuação dos mercados privados e de outros países industrializados no fornecimento de

⁴ A capacidade do FMI de enquadrar os países subdesenvolvidos foi estabelecida desde o pós-guerra, não se tratando de uma característica exclusiva dos anos 1990, quando o Fundo teve um papel crucial nas reformas neoliberais dos países periféricos.

crédito à assistência econômica; e apoiar os países de importância para os EUA (GWIN, 1997: 209).

A influência americana também foi forte no comércio mundial, mas em um movimento inverso. Em Bretton Woods arquitetou-se o projeto da Organização Internacional do Comércio (OIC), que seria responsável pela liberalização do comércio mundial. Mas as forças conservadoras no Congresso americano, interessadas na manutenção de políticas tarifárias, levaram à não-ratificação do tratado constitutivo da OIC, inviabilizando sua criação. Assim, 23 países decidiram adotar apenas o capítulo 4 da Carta de Havana, referente às negociações de tarifas e regras de comércio, passando a ser chamado de GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio (THORSTENSEN, 2001: 30).

Embora não fosse uma organização internacional estrito senso, o GATT foi um fórum de negociação, criação e supervisão de normas comerciais, com base no princípio da nação mais favorecida, que dava aos membros um tratamento de não discriminação e reciprocidade. Privilegiando o acesso à exportação de manufaturas do bloco transatlântico internacional, o GATT apresentava poucas exceções, como o caso do Artigo XVIII, que tolerava a proteção da indústria nascente.

A tripla institucionalização da governança econômica global do período – pelo FMI, o Banco Mundial e o GATT – apresenta uma proposital fragmentação. Segundo Benvenisti e Downs (2007: 597-8, trad. nossa), a fragmentação “é em parte o resultado de uma estratégia calculada pelos Estados fortes para criar uma ordem jurídica que reflète seus interesses e que só eles têm a capacidade de alterar”⁵. No pós-guerra, os EUA e seu bloco transatlântico puderam usar a fragmentação das responsabilidades nessas três instituições para pressionar, por diferentes instrumentos, os governos nacionais – especialmente dos países menos

⁵ Do original: “is in part the result of a calculated strategy by powerful states to create a legal order that both closely reflects their interests and that only they have the capacity to alter”.

desenvolvidos – à manterem-se vinculados ao quadro mais amplo de liberalização.

A essa fragmentação soma-se o mandato econômico da ONU, definido alguns meses após o término da Conferência de Bretton Woods, e que será discutido na seção seguinte.

A criação da ONU e seu mandato econômico vis-à-vis as Instituições de Bretton Woods

A Carta do Atlântico, além de prever os pilares para a reconstrução econômica do pós-guerra, mencionava a necessidade de construir um sistema de segurança coletiva para prevenir conflitos internacionais. A partir desse interesse, os EUA e o Reino Unido lideraram 26 países na Conferência de Washington, em 1942, estabelecendo a necessidade de uma solidariedade entre as Nações Unidas⁶ para fazer frente ao Eixo (SEITENFUS, 2012: 127).

Tal solidariedade consolidou-se em outubro de 1944, quando o projeto original da ONU foi elaborado em Dumbarton Oaks. O documento, redigido pelo Departamento de Estado americano, baseava a nova organização no princípio da igualdade soberana, com o propósito de manter a paz e a segurança internacionais pela constituição de um Conselho de Segurança (CSNU)⁷. O documento também previa à ONU um mandato econômico, ao reconhecer

⁶ Foi a primeira vez que a expressão Nações Unidas foi utilizada, inspirando o nome da organização internacional que seria criada em 1945.

⁷ Na Conferência de Yalta, de janeiro de 1945, Churchill, Roosevelt e Stalin definiram a característica principal do CSNU: a diferenciação entre membros permanentes e rotativos, bem como o chamado poder de veto dos primeiros. Essa diferenciação foi criticada pelos países pequenos e médios, como alguns Estados latino-americanos e a Austrália, por estar em contradição com o princípio de igualdade soberana. Porém, essa configuração garantiu o comprometimento das grandes potências com as decisões da ONU (SEITENFUS, 2012: 129-30).

os vínculos entre a paz, a segurança e o bem-estar econômico (SEITENFUS, 2012: 128).

Embora tal mandato fosse previsto, ele estava claramente em segundo plano. O documento sugeria a criação de um Conselho Econômico e Social (ECOSOC) subordinado à Assembleia Geral (AGNU). Porém, a insistência dos pequenos e médios Estados fez com que, nos trabalhos preparatórios para a Conferência de São Francisco, tal Conselho tivesse caráter autônomo (TOYE; TOYE, 2004: 25). Assim, na Carta da ONU, aprovada em junho de 1945, o ECOSOC emerge como um órgão principal, reconhecendo a importância econômica e social da ONU para a reconstrução no pós-guerra. Mas a intenção de fazer com que o Conselho fosse uma parte subsidiária permaneceu em várias partes da Carta, resultando em ambiguidades que afetaram seu mandato desde então.

Por exemplo, o artigo 7 posiciona o ECOSOC como órgão autônomo, enquanto o artigo 60 coloca-o sob a autoridade da AGNU. Já o artigo 62 define ao órgão duas áreas de atuação: os assuntos econômicos e sociais; e os assuntos relacionados aos direitos humanos. Nesses temas, o ECOSOC teria papel de fórum, promovendo relatórios, estudos e conferências, além de recomendar políticas. Tais áreas e funções são muito similares às dadas à AGNU no artigo 13 (ROSENTHAL, 2007: 136-9).

A despeito dessas imprecisões, o aspecto mais característico do ECOSOC é a autoridade de criar corpos especializados (artigo 68) e a responsabilidade de coordenar as atividades das agências especializadas já existentes (artigos 57, 58, 63 e 64). Na Carta, as IBW foram consideradas como agências especializadas, e portanto, estariam sob a supervisão do ECOSOC, que deveria servir como coordenador dessas agências. Legalmente, existe apenas o sistema da ONU, e as IBW estariam subordinadas a essa coordenação.

Mas o ECOSOC, além de não ter sido dotado de grandes instrumentos de coordenação, foi incapaz de exercer qualquer autoridade sobre as IBW, pois essas foram estabelecidas, na prática, fora do arcabouço da ONU. O próprio acordo entre a ONU e o FMI, de 1947, estabelece no artigo I.2 a completa autonomia e separação

do Fundo em relação à ONU: o FMI deveria ser uma organização independente em função da natureza de suas responsabilidades econômicas, de caráter técnico e especializado (“AGREEMENT...”, 1947, trad. nossa).

Logo, além da fragmentação institucional da governança econômica global do pós-guerra, há claramente o interesse, por parte do bloco histórico internacional transatlântico, de separar a ONU das questões discutidas pelas IBW. Como salientam Toye e Toye (2004: 277, trad. nossa), os EUA desde o início estiveram determinados em garantir que a ONU “nunca iria dizer ao Banco Mundial ou ao FMI o que fazer”⁸. Efetivamente, a autonomia das IBW demonstra que o ECOSOC nunca foi visto como o centro da coordenação econômica global no arranjo do liberalismo inserido.

Mas ainda é necessário explicar os motivos pelos quais a ONU foi relegada a segundo plano pelo bloco histórico liderado pelos EUA. A resposta a essa questão remete ao potencial da ONU em desenvolver mecanismos de resistência por parte das forças sociais excluídas desse arranjo. Essas serão as considerações da última seção.

A contradição do liberalismo inserido e as forças de resistência no interior da ONU

Mesmo que o papel dos EUA tenha sido central na definição da forma e do conteúdo da ordem do pós-guerra, a emergência da ONU é prova de que esse país não poderia sustentá-la sozinho. Internacionalmente, o compromisso do liberalismo inserido foi expresso pelo princípio da igualdade soberana, legitimado pela Carta da ONU, de modo que, no pós-guerra, configura-se um sistema internacional que realiza de forma mais plena a ideia de Estado-nação soberano⁹.

⁸ Do original: “(...) was never going to tell the World Bank or the International Monetary Fund what to do”.

⁹ Devo essa afirmação às considerações feitas em aula pelo professor Sebastião

Entretanto, os países periféricos, ou subdesenvolvidos, nunca foram plenamente contemplados pelas benesses do liberalismo inserido: a fragmentação da governança econômica global efetivamente garantiu a redução do espaço de barganha que esses países tinham para negociar seus interesses econômicos com o bloco histórico internacional transatlântico.

Porém, esses países efetivamente tentaram superar tais limitações com estratégias de antifracturação, criando coalizões de resistência (BENVENISTI; DOWNS, 2007: 599). No pós-guerra, essas estratégias foram articuladas pelo Terceiro Mundo¹⁰, uma importante força política e simbólica que buscou resistir à forma como a governança econômica global cristalizava o poder a favor do bloco histórico internacional transatlântico.

O Terceiro Mundo reunia geograficamente os países do Sul global (continentes sul-americano, africano e asiático), a maior parte recém-descolonizado, e buscava se desvencilhar da dinâmica política e econômica tanto do Primeiro Mundo, formado pelos EUA e a Europa Ocidental, enquadrados no bloco capitalista e protegidos pelo sistema de segurança coletiva da OTAN; quanto do Segundo Mundo, formado pela União Soviética e os países da Europa Oriental sob sua influência.

A plataforma política do Terceiro Mundo foi concretizada na Conferência de Bandung, em 1955. Tratou-se da primeira grande cúpula que uniu Estados intermediários e pequenos, sem a participação dos Estados europeus, dos EUA e da União Soviética. Suas demandas envolviam a independência política, o direito de buscar uma inserção internacional autônoma dos interesses estrangeiros e a solução pacífica dos conflitos¹¹.

Velasco e Cruz.

¹⁰ A expressão foi cunhada pelo Economista Alfred Sauvy, em um artigo à revista *O Observador*, em 1952, fazendo um paralelo ao Terceiro Estado francês.

¹¹ Obviamente, a atitude dos EUA em relação ao Terceiro Mundo foi hostil, negando-lhe uma posição de neutralidade na Guerra Fria e buscando medidas mais efetivas para ampliar a dependência com a economia estadunidense,

A ONU foi o espaço institucional em que se desenvolveu a aliança do Terceiro Mundo. Como expressou o então Primeiro-Ministro indiano e um dos líderes do movimento, Jawaharlal Nehru: “Nós acreditamos que a partir de Bandung, nossa grande organização, a ONU, derivou sua força. Isso significa por sua vez que a Ásia e a África devem desempenhar um papel crescente na condução e no destino da organização mundial”¹² (NEHRU *apud* PRASHAD, 2009: 41, trad. nossa).

Mesmo que institucionalmente afastada de um papel econômico expressivo, a escolha da ONU como o centro de desenvolvimento de estratégias antifracturação ocorreu em virtude de algumas características próprias dessa organização. Primeiramente, porque a ONU era a mais representativa em número de membros, dando ao Terceiro Mundo uma preponderância numérica nas votações, especialmente na AGNU. Pelo sistema de votação de um país-um voto, o Terceiro Mundo poderia mais facilmente superar a fragmentação ao organizar-se em bloco, conseguindo influenciar o resultado das decisões econômicas no âmbito desse órgão.

Em segundo lugar, a ONU carregava ideologicamente tanto uma perspectiva de autonomia, na qual os Estados teriam o direito e a liberdade de definir seu regime econômico; quanto uma perspectiva universalista no que se refere à responsabilidade das nações, umas para com as outras, na promoção do desenvolvimento econômico: uma espécie de nacionalismo internacional, como define Prashad (2009: 12). Isso dava ao Terceiro Mundo duas vantagens: a de trazer uma agenda autônoma e diversa daquela imposta pelas IBW, que incluía tanto a refutação do imperialismo das antigas metrópoles quanto a busca por medidas econômicas mais

fornecendo auxílio técnico e econômico. Tal estratégia foi bem sucedida em vários casos (PRASHAD, 2009: 38).

¹² Do original: “We believe that from Bandung our great organization, the United Nations, has derived its strength. This means in turn that Asia and Africa must play an increasing role in the conduct and destiny of the world organization”.

inclusivas (como barreiras à liberalização e tratamento especial), que fossem embasadas em tratados e acordos; e a de possibilitar que o Terceiro Mundo negociasse essa agenda com os países desenvolvidos em termos diferentes daqueles definidos no interior das IBW, seguindo os princípios do policentrismo e da negociação. Todas as nações, fortes ou fracas, constituíam-se em centros para si mesmos, e deveriam resolver, pela barganha, as divergências reais entre elas com vistas à redução das desigualdades (AMIN, 2005: 93).

Em terceiro lugar, em seu papel de ator intelectual, a ONU consolidou-se no pós-guerra como agente responsável pela produção de conhecimento, especialmente no campo do desenvolvimento econômico. Esse trabalho intelectual permitiu ao Terceiro Mundo legitimar suas demandas não apenas pelo direito ao desenvolvimento, mas de forma científica. Várias agências da ONU, como a CEPAL, o PNUD e a ONUDI, desenvolveram estudos capazes de provar que barreiras econômicas constituam-se na forma mais eficaz de atingir o desenvolvimento industrial (MURPHY, 1983: 62).

A síntese da ONU como espaço privilegiado de resistência do Terceiro Mundo materializou-se na criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1964, e na emergência do Grupo dos 77 (G-77). Por meio desses instrumentos, o Terceiro Mundo passou a pressionar pela constituição de um sistema de proteção das economias nacionais, baseado em um arranjo de preferências comerciais que pudesse estimular a industrialização e o comércio em patamares qualitativamente diferentes.

Como Murphy (1994: 45) destaca, na perspectiva neo-gramsciana das relações internacionais as organizações internacionais são obras conscientes dos intelectuais. Isso é bem evidente na criação da UNCTAD, que encontrou no trabalho do economista argentino Raul Prebisch – seu primeiro secretário-geral – uma interpretação política e econômica para as demandas do Terceiro Mundo. A leitura de Prebisch ressaltava o caráter

estrutural da condição periférica, entendida como resultado direto das políticas dos países centrais, em oposição às teorias da modernização.

Além de contar com uma interpretação teórica que legitimava suas demandas, a UNCTAD consolida um espaço institucional próprio do Terceiro Mundo para buscar uma maior inserção de seus produtos nos mercados dos países desenvolvidos; melhores condições de preço das matérias-primas; e um sistema tarifário especial. Enquanto as IBW e o GATT mantinham tais países praticamente fora das negociações, a UNCTAD permitiu ao Terceiro Mundo negociar melhores termos comerciais na ordem liberal inserida. Como colocado por Prashad (2009: 70, trad. nossa): “A UNCTAD desafiou o poder das corporações globais do Primeiro Mundo e seu direito de senhoriação sobre os produtos do mundo ex-colonizado”¹³.

Ao final da primeira conferência da UNCTAD cria-se o G-77, uma coalizão de 77 países em desenvolvimento que defendia um novo quadro do comércio internacional compatível com as necessidades da promoção de uma industrialização acelerada. A atuação do G-77 foi particularmente vitoriosa com a inclusão da Parte IV do GATT, em 1965, que garantia o tratamento especial e diferenciado e a noção de não-reciprocidade comercial para países em desenvolvimento; e com a efetivação do Sistema Geral de Preferências, estabelecido em 1968 e que garantiu tarifas preferenciais para os países em desenvolvimento em uma base não recíproca (THORSTENSEN, 2003: 45).

Como reação ao G-77, o Primeiro e o Segundo Mundos começaram a promover mais intensamente sua própria agenda de desenvolvimento, por meio de ajuda externa governamental. Tal ajuda, obviamente, não permitiu superar os problemas estruturais identificados por Prebisch, mas possibilitou que o G-77 fizesse uma barganha pendular entre os pólos de poder.

¹³ Do original: “The UNCTAD challenged the power of the First World’s global corporations and its droit de seigneur on the products of the formerly colonized world”.

A partir desses avanços, a crise econômica que se inicia com a saída unilateral dos EUA do arranjo de Bretton Woods em 1971 permitiu ao Terceiro Mundo usar a oportunidade para finalmente propor uma nova ordem econômica internacional (NOEI) em 1974, por ocasião da 6ª Reunião Extraordinária da AGNU, convocada pela Argélia, então presidente do Movimento dos Não-Alinhados¹⁴. No final da reunião, dois documentos basilares foram aprovados: a *Declaração sobre o Estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional*, que apontava os princípios gerais que deveriam guiar a nova ordem, como a equidade, a igualdade soberana, a interdependência, o interesse comum e a cooperação entre os Estados; e o *Programa de Ação sobre o Estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional*, que traduzia os princípios da declaração em medidas concretas, como a correção das assimetrias econômicas entre os países e a garantia do desenvolvimento econômico e social acelerado.

Como reflexo dessa sessão extraordinária, a 29ª Sessão Ordinária da AGNU, ocorrida naquele mesmo ano, aprovou a *Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados*, que estabelecia um quadro legal para tornar a NOEI efetiva. Afirmava que cada Estado tinha o direito de regulamentar os investimentos estrangeiros nos limites de sua jurisdição nacional, inclusive de nacionalizar e expropriar, e de agrupar-se em organizações de produtores de bens de base com vistas a desenvolver sua economia nacional.

A proposta da NOEI visava superar a exclusão do Terceiro Mundo das decisões mais importantes referentes à governança econômica global, a partir da democratização de suas instituições. Isso seria feito tanto pela canalização do apoio da opinião pública, para que os países do Primeiro Mundo pudessem apoiar o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo; quanto por reformas no processo decisório das instituições, tornando-as

¹⁴ O Movimento dos Não-Alinhados foi criado em 1961, agrupando um conjunto de países contrários ao alinhamento com uma das grandes potências do conflito bipolar e que promoviam uma política independente fundada na coexistência pacífica.

mais democráticas, seguindo o princípio de um país-um voto. Murphy (1983: 75) aponta que, embora os dois sentidos sejam contraditórios (pois o primeiro coloca como base legítima das decisões políticas a soberania popular, e o segundo, a soberania estatal), ambos expressam a ideologia da NOEI em articular uma mudança estrutural do poder:

Os Estados do Sul não invocaram esse argumento porque os governos do Terceiro Mundo estavam apenas buscando maior poder coletivo sobre as relações econômicas internacionais. Eles também buscavam um mundo onde os Estados teriam direitos e deveres econômicos iguais, o mundo que eles queriam desde o final da II Guerra. E eles permaneceram bastante dispostos a justificar suas propostas com seus princípios fundamentais, apesar do fato de que os governos do Norte rejeitassem sua força moral¹⁵ (MURPHY, 1983: 66, trad. nossa).

Em suma, a NOEI foi muito mais do que uma aliança mercantilista do Terceiro Mundo para ampliar seu poder político e econômico na ordem do pós-guerra. Além das demandas por maior regulação econômica já realizadas por esse grupo, há algo de inédito na proposta, pois trata-se do resultado de uma nova ideologia que emerge das entranhas das contradições da ordem então estabelecida. E como uma nova ideologia, consolida de forma definitiva a consciência do Terceiro Mundo de que o arranjo do liberalismo inserido era claramente limitador de suas demandas, sendo, portanto, necessárias novas linhas de ação, envolvendo efetivamente a proposta de uma nova ordem econômica

¹⁵ Do original: "Southern states did not invoke that argument because Third World governments were not only seeking more collective power over international economic relations. They were also still seeking that world where states would have those equal economic rights and duties, the world they had wanted since the end of World War II. And they remained quite willing to justify their proposals with their fundamental principles despite the fact that Northern governments rejected their moral force".

internacional como forma de superar os constrangimentos que a fragmentação institucional impunha aos seus interesses.

Conclusão

São conhecidos os rumos da ordem econômica internacional após a dissolução do liberalismo inserido. Ao invés da democratização da governança econômica global, como ansiava o Terceiro Mundo por meio da NOEI, a década de 1980 é marcada pelo violento movimento do bloco histórico internacional transatlântico de antagonismo e desarticulação da solidariedade e das demandas terceiro mundistas. Institucionalmente, isso foi feito pelos mecanismos decisórios do FMI, do Banco Mundial e do GATT (que se transformaria em OMC ao final da Rodada Uruguai, em 1994), sobre os quais o bloco liderado pelos EUA detinha total controle. Os países do Terceiro Mundo foram enquadrados principalmente por meio das reformas estruturais supervisionadas por essas instituições, ocorridas em virtude da crise da dívida (TOYE; TOYE, 2004: 278).

Na ONU, os países desenvolvidos utilizaram a estratégia de se retirar ou de cortar os recursos das agências que tinham programas importantes nos países em desenvolvimento, de modo que o peso numérico do Terceiro Mundo na ONU não era suficiente para contornar a estrutura de governança que claramente favorecia o bloco transatlântico. Ademais, as fissuras de classe no interior dos países do Terceiro Mundo foram exploradas para reatar, por meio de suas elites, os laços de dependência com o Primeiro Mundo.

Tais desdobramentos posteriores à proposta da NOEI mostravam que o liberalismo inserido havia desmoronado. Embora a especificidade dessa ordem estivesse em seu compromisso de classe – em que os Estados puderam regular as atividades do mercado por uma rede de restrições sociais e políticas – os termos plenos dessa ordem apenas foram acessados pelos países que compunham o bloco histórico internacional transatlântico. Para

o restante do mundo, os nexos institucionais articulados pela fragmentação das IBW davam a esse bloco o poder de garantir a liberalização econômica global.

As estratégias de resistência no âmbito da ONU revelaram seu caráter limitado, por se tratar de uma organização que já tinha um papel secundário na governança econômica do período. Mas não se pode minimizar a importância das fissuras politicamente exploradas pelos países do Terceiro Mundo, uma vez que seu aglutinamento ideológico fez avançar a batalha entrincheirada por uma outra ordem, que fosse diferente do liberalismo inserido. Um dos resultados mais importantes dessa luta foi a manutenção da ideologia onusiana, diferenciada das IBW. Enquanto na década de 1990 essas passaram a oferecer soluções de livre mercado para os problemas do desenvolvimento, as agências da ONU continuaram operando sob a crença de que a intervenção pública nacional e internacional é necessária para permitir que o desenvolvimento humano seja cumprido.

Por fim, episódios contemporâneos – como as discussões sobre a reforma da ONU; a gestão mundial da crise de 2008, em que, mais uma vez, os EUA e os países europeus negaram à ONU o papel de um fórum legítimo para a solução da crise; e a emergência de novas coalizões que de certa forma resgatam o espírito terceiro-mundista, como os BRICS – demonstram a importância de se recuperar historicamente o papel que a ONU ocupou, e, principalmente, que deveria ocupar na luta por uma nova ordem econômica internacional.

Referências

AGREEMENT between the United Nations and the International Monetary Fund. 15 nov. 1947. In: INTERNATIONAL MONETARY FUND. *The International Monetary Fund 1945-1975*. Vol. III – Documents. Washington D.C., 1969. Disponível em: <<http://goo.gl/wXl98U>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

- AMIN, S. Que futuro terão as Nações Unidas? In: *Revista Política Externa*, Vol. 14, no. 2, Set/Out/Nov, 2005, pp. 87-112.
- BENVENISTI, E.; DOWNS, G. The Empire's new clothes: Political Economy and the Fragmentation of International Law. *Stanford Law Review*, v 60, n 2, 2007, pp. 595-631.
- GILL, S.; LAW, D. Hegemonia global e poder estrutural do capital. In: GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, pp. 157-197.
- GWIN, C. U.S. Relations with the World Bank, 1945-1992. In: KAPPUR, S. et al. (Orgs.). *The World Bank – Its First Half Century*. Washington: The Brookings Institution, 1997, pp. 195-274.
- KINDLEBERGER, C. *The world in depression (1929-1939)*. Califórnia: University of California Press, 1973.
- KRASNER, S. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. In: _____ (Org.). *International Regimes*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- LICHTENSZTEJN, S.; BAER, M. *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MURPHY, C. What the Third World Wants: An Interpretation of the Development and Meaning of the New International Economic Order Ideology. *International Studies Quarterly*, v. 27, n. 1, mar. 1983.
- MURPHY, C. *International Organization and Industrial Change: Global Governance since 1850*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- PRASHAD, V. *The darker nations: a people's history of the Third World*. Nova Iorque, Londres: The New Press, 2009.
- ROSENTHAL, G. Economic and Social Council. In: WEISS, T. G.; DAWS, S. (Orgs.). *The Oxford Handbook on the United Nations*. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 136-148.

- RUGGIE, J. International regimes, transactions and change: embedded liberalism in the postwar economic order. In: KRASNER, S. D. (Org.). *International Regimes*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1983, pp. 195-231.
- SEITENFUS, R. *Manual das Organizações Internacionais*. 5ª Edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
- THORSTENSEN, V. *Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. São Paulo: Aduaneiras, 2003.
- TOYE, J.; TOYE, R. *The UN and Global Political Economy: Trade, Finance and Development*. Indiana: Indiana University Press, 2004.
- VELASCO E CRUZ, S. *Comércio Internacional em um mundo partido: o regime do GATT e os países em desenvolvimento*. Cadernos CEDEC, no. 77, ago. 2005.

COMPORTAMENTO REPRODUTIVO DE MULHERES INDÍGENAS NO ALTO XINGU, MATO GROSSO, BRASIL: UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA*

*Sofia Pereira Madeira***
*Rebeca de Souza e Silva****

Resumo: Os povos indígenas no Brasil sofreram significativa perda populacional no contato com frentes de colonização, alimentando previsões pessimistas que apontavam seu desaparecimento. Entretanto, muitos estão em processo de recuperação demográfica devido à alta fecundidade, fruto de padrões culturais que regulam o tamanho das famílias segundo necessidades de poder e ocupação de territórios, visando o funcionamento de seus complexos sistemas de organização social. Em uma perspectiva antropológica, este artigo procura compreender como aspectos socioculturais delineiam o comportamento sexual e reprodutivo das mulheres indígenas.

Palavras-chave: Comportamento reprodutivo. População indígena. Antropologia da saúde. Saúde da mulher.

Reproductive behavior of indigenous women in Alto Xingu, Mato Grosso, Brazil: an anthropological approach

Abstract: The indigenous people in Brazil have experienced significant population loss in the contact with colonization fronts, feeding pessimistic forecasts pointing to their disappearance. However, many indigenous people are in a demographic recovery process due to the high fertility, result of cultural patterns that govern the

* Agradecemos à CAPES pela Bolsa de Doutorado, necessária para a realização da pesquisa que originou este artigo.

** Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, São Paulo-SP, Brasil (sofiapmadeira@gmail.com).

*** Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, São Paulo-SP, Brasil (rebecaprev@globob.com).

size of families according to the needs of power and occupation of the territories, aimed at the functioning of their complex systems of social organization. In an anthropological approach, this article seeks to understand how socio-cultural aspects outline the sexual and reproductive behavior of indigenous women.

Keywords: Reproductive behavior. Indigenous population. Anthropology of health. Women's health.

Comportamiento reproductivo de las mujeres indígenas en el Alto Xingú, Mato Grosso, Brasil: una perspectiva antropológica

Resume: Los pueblos indígenas en Brasil han sufrido significativa pérdida poblacional en el contacto con frentes de colonización, alimentando las previsiones pesimistas que señalaban su desaparición. Sin embargo, muchos están en proceso de recuperación demográfica debido a la alta fecundidad, fruto de patrones culturales que regulan el tamaño de las familias según las necesidades de poder y ocupación de territorios, buscando el funcionamiento de sus complejos sistemas de organización social. En una perspectiva antropológica, este artículo busca entender los aspectos socioculturales que delinean el comportamiento sexual y reproductivo de las mujeres indígenas.

Palabras clave: Comportamiento reproductivo. Población indígena. Antropología de la Salud. Salud de la mujer.

Introdução

Sabe-se que os povos indígenas no Brasil sofreram severas perdas populacionais em decorrência de epidemias, conflitos, fissões e deslocamentos dos grupos devido ao contato com frentes de expansão econômica, alimentando previsões pessimistas sobre a sobrevivência destes povos. Em estudos pioneiros na área da demografia indígena brasileira, Ribeiro (1956, 1957) avaliou o impacto das doenças infecciosas transmitidas aos nativos por ocasião dos contatos com a sociedade envolvente e, tendo em vista os efeitos devastadores destes contatos nas estruturas demográficas e sociais desses povos, o autor supôs que os mesmos entrariam em um processo irreversível de redução populacional, o que provavelmente os levaria à sua completa extinção.

De fato, alguns povos e línguas foram extintos naquele período, porém, estudos mostram que desde o final do século XX muitos povos indígenas no Brasil estão vivenciando um mesmo processo demográfico: o rápido crescimento populacional

(PAGLIARO et al., 2004). Contudo, o motivo desse acelerado incremento é alvo de importantes questionamentos, até então sem consenso. Azevedo (2006: 55) indaga:

[...] É algo semelhante ao “baby boom” pós-guerras? Ou seja, é um fenômeno de recuperação demográfica ou é uma diferente dinâmica que tem raízes culturais e territoriais? Ou é uma fase temporária que pode acontecer muitas vezes no início da transição demográfica, que se caracteriza por um aumento da população causado pela alta fecundidade e queda da mortalidade?

Entre as várias interpretações possíveis a respeito deste crescimento populacional, há quem a identifique como a segunda etapa do processo de transição demográfica, chamada de “revolução demográfica” (LANDRY 1982 *apud* ERVITTI DIAZ, 1998), explicada a seguir.

Dinâmica Demográfica dos Povos Indígenas: algumas interpretações

Segundo Thompson (1929), o processo de transição pressupõe quatro etapas pelas quais uma sociedade com elevados níveis de natalidade e mortalidade passa até alcançar baixos valores destas variáveis. Inicialmente, num período pré-moderno, as taxas de natalidade e mortalidade são elevadas e a população sofre constantes oscilações devido à sua vulnerabilidade perante epidemias e eventos naturais como seca e dilúvios. A transição teria início com a queda da mortalidade, proporcionada por melhorias nas condições de saneamento básico e saúde, configurando uma fase intermediária com mortalidade decrescente enquanto a natalidade aumenta ou permanece elevada, provocando um rápido incremento demográfico. Posteriormente, com a urbanização, industrialização e o maior acesso aos métodos contraceptivos modernos, a fecundidade entraria em queda, reduzindo as

taxas de natalidade e favorecendo a estabilidade da população. Finalmente, numa etapa pós-moderna, os níveis da natalidade caem abaixo do nível de reposição¹ e, paralelamente ao já baixo nível de mortalidade, a população tende a envelhecer e entrar em declínio (THOMPSON, 1929).

De fato, as populações indígenas em processo de crescimento populacional apresentam atualmente uma mortalidade moderada, normalmente em queda, e altas taxas de natalidade – cenário compatível com a fase intermediária do processo de transição demográfica –, equação que resulta em rápido aumento populacional. No entanto, muitas são as críticas em torno da teoria da transição demográfica, uma vez que esta pressupõe um processo linear, universal e unidirecional no tocante às transformações das variáveis mortalidade e natalidade.

Em estudos sobre a transição demográfica na América Latina, Guzmán et al. (2006) identificaram diferentes etapas neste processo e a alteração da sequência em que os eventos ocorrem. A teoria da transição demográfica pressupõe a queda da mortalidade e a subsequente queda da fecundidade, tendo impactos positivos na expectativa de vida ao nascer e no declínio da taxa de crescimento natural da população. Porém, tanto a queda da mortalidade quanto da fecundidade ocorreram de modo muito distinto entre os países da América Latina e do Caribe, sendo necessário pensar em “transições” demográficas.

¹ Define-se nível de reposição como o nível de fecundidade de um grupo de mulheres que têm um número de filhos suficientes para repor a si mesmas e aos seus cônjuges. Teoricamente, esse nível é de 2,1 filhos por mulher, ou seja, uma vez alcançado esse nível os nascimentos atingem o equilíbrio com as mortes e, na ausência de imigração e emigração, a população parará de crescer e se tornará estacionária. Quando o nível de fecundidade é maior que 2,1, a população tende a crescer e, quando a fecundidade está abaixo deste nível, a população diminui – na ausência de migração (SANTOS; LEVY; SZMRECSÁNYI, 1980).

Na América Latina, a transição da fecundidade não foi regulada pela nupcialidade, como ocorreu nos países europeus com o adiamento dos casamentos e o aumento do número de mulheres solteiras nas idades adultas. Na região latina e caribenha, diferentemente do restante do mundo, o início da transição se deu com o aumento da fecundidade e da proporção de casamentos entre 1950 e 1960, simultaneamente à queda da mortalidade. A nupcialidade passou a ocorrer mais precocemente e a fecundidade permanecia elevada, o que, somado à rápida queda da mortalidade, fez com que a taxa de crescimento atingisse 3% ao ano no decênio 1950-1960. A queda da fecundidade ocorreu por múltiplas causas e em velocidades distintas entre os vários países do mundo, contudo, a informação e o acesso aos métodos contraceptivos eficazes (sobretudo a esterilização feminina e a pílula) fizeram com que a fecundidade das mulheres latino-americanas fosse mais facilmente controlada.

Os autores concluem que as variações nos processos de transição demográfica entre os países latino-americanos e caribenhos se devem aos fatos originários de sua cultura e história, como a colonização, o regime político e econômico de escravidão e monocultura, o genocídio de uma significativa parcela das populações indígenas e a imposição etnocêntrica de padrões culturais, além do desigual processo de modernização observado na região – o que reforça a hipótese da ocorrência de diversas e distintas transições demográficas (PATARRA; OLIVEIRA, 1988).

Nessa perspectiva, muitas são as críticas à teoria da transição demográfica, tal como foi formulada por Thompson (1929) e defendida por Notestein (1945), apontando que esta não leva em consideração a diferença no patamar inicial e final das funções mortalidade e fecundidade vivenciado por distintas sociedades, tampouco explica as diferentes intensidades e velocidades deste processo (PATARRA; FERREIRA, 1986; PATARRA; OLIVEIRA, 1988; GOLDANI, 1985; CHESNAIS, 1992; SOUZA, 2008). As etapas sugeridas nesse modelo teórico configuram-se como previsões estendidas a todas as populações do mundo, mas se baseiam em eventos ocorridos em países desenvolvidos da Europa Ocidental e

nos Estados Unidos. Ademais, a teoria é formulada como se todos os povos desejassem e/ou devessem alcançar um mesmo padrão de comportamento reprodutivo, se esquivando de ponderar importantes questões históricas e culturais que antecedem e modelam as condutas demográficas. Enfim, essa teoria reluta:

[...] em reconhecer o significado de baixas ou altas taxas de crescimento populacional como parte de um longo processo histórico e enquanto um produto de uma ampla diversidade de sistemas socioeconômico e cultural, ou seja, a dificuldade de se associar, em uma perspectiva temporal longa, os níveis e tendências demográficas às dimensões explicativas no contexto social em que se processam (SOUZA, 2008: 18).

Vários foram os esforços para encontrar modelos teóricos explicativos que abrangessem um grande número de realidades sociodemográficas, encontrando semelhanças e repetições que pudessem sustentar teorias pautadas, principalmente, no comportamento demográfico e no desenvolvimento socioeconômico das populações. Em uma abordagem cultural, Lorimer (1958) ressalta os valores e práticas reprodutivas como parte da estrutura social, relacionadas aos sistemas de organização interna de cada sociedade.

Na interface entre demografia e antropologia, Zubrow (1976) buscou o entendimento do comportamento demográfico e reprodutivo em relação a algumas variáveis culturais. O autor chegou a resultados polêmicos e antropologicamente questionáveis, anunciando máximas de teor determinista como: “a fecundidade é função direta da demanda por trabalho e da demanda da família por capital”; “a fecundidade é diretamente relacionada com o casamento”, isto é, à frequência dos casamentos, idade ao casar, frequência dos intercursos sexuais e concepção; entre outras. Entretanto, sabe-se que em muitos casos essas equações não se aplicam, questionando a generalidade destas conclusões.

Em 1929, com a apresentação da teoria da transição demográfica desenvolvida por Warren Thompson (1887-1973), os

estudos que procuravam relacionar o comportamento reprodutivo das sociedades à sua organização sociocultural ganham fôlego, como a pesquisa desenvolvida por Caldwell (1975) no Oeste da África. Neste estudo, constatou-se que sociedades tradicionais daquela região mantinham formas deliberadas de controle da sua reprodução (concepção e natalidade), sobretudo com o espaçamento entre os partos através do tabu pós-parto, que sugere a abstinência sexual dos pais da criança até que a mesma se aproxime de completar 1 ano de idade.

Pagliaro (2002b) também chama atenção para o fato de que a manutenção ou mesmo a elevação das taxas de fecundidade das populações indígenas não decorrem necessária e exclusivamente de melhorias nas condições de vida e saúde desses povos, sendo possivelmente fruto de “padrões reprodutivos ancestrais” que, segundo a autora:

[...] são compatíveis com seus anseios e necessidades estratégicas de poder e ocupação de território [uma vez que] os povos indígenas podem ter domínio sobre o tamanho de família e de população que desejam para atender às necessidades inerentes ao funcionamento de seus diferentes e complexos sistemas de organização social (PAGLIARO, 2002a: 2).

A autora afirma que, para alcançarem desejados níveis de natalidade, as sociedades indígenas lançam mão de práticas deliberadas de controle dos nascimentos como o tabu pós-parto (com restrições às práticas sexuais num determinado intervalo de tempo após o nascimento da criança)², o uso de ervas anticoncepcionais de efeito temporário ou permanente, a realização

² Nos trabalhos de campo realizados no Alto Xingu pôde-se observar que o longo período de abstinência sexual dos pais no período pós-parto – que perdura até que a criança comece a engatinhar ou andar – e o prolongado período de amamentação (de aproximadamente dois anos) provocam um significativo espaçamento entre os filhos, o que acaba por interferir diretamente no nível de fecundidade das mulheres do Alto Xingu.

de abortos por meio de ingestão de substâncias químicas ou ações mecânicas e ainda práticas tardias de controle da fecundidade.

Vale citar a pesquisa de Lopez (2000) junto à comunidade Guarani Mbyá de Paraty/RJ, que encontrou um elevado nível de fecundidade que, segundo a autora, está intimamente relacionado à estrutura sociocultural Guarani, devido ao interesse e à necessidade do grupo de se manter numérica, econômica e culturalmente, sugerindo um comportamento reprodutivo intencional.

Nesse sentido, as hipóteses atuais sobre a relação entre fecundidade e cultura/organização social se pautam na premissa de que “a fecundidade é produzida por um sistema social e cultural; as explicações sobre as mudanças no nível da fecundidade têm, portanto, que ser estruturais” (AZEVEDO, 2003: 14). Ainda segundo AZEVEDO (2003: 13):

Antropólogos já demonstraram que muitas sociedades primitivas com numerosas instituições, crenças, códigos simbólicos, tabus, formam uma máquina bem integrada onde cada elemento tem várias funções no controle da reprodução humana. Historiadores e demógrafos demonstraram que na Europa pré-revolução industrial, muitos mecanismos operavam nas sociedades durante vários séculos com regularidade controlando os parâmetros demográficos de acordo com seus recursos e tecnologias.

Pode-se dizer que os aspectos centrais da cultura – como estruturas sociais, sistemas políticos, rituais e cosmologias –, juntamente com aspectos históricos e ambientais vivenciados pelos povos indígenas produzirão distintas dinâmicas demográficas entre eles, sendo preciso reconhecer os fatores que contribuem para a configuração de cada perfil populacional existente.

Tal constatação corrobora a importância e a crescente necessidade da realização de estudos que visem à compreensão do comportamento sexual e reprodutivo dos povos indígenas,

interpretado à luz de conhecimentos sobre sua estrutura cultural e dinâmica demográfica.

Metodologia

Na pesquisa que originou este artigo, teoria e prática demográficas somam-se a uma bagagem antropológica e, juntas, levam ao desafio de compreender o comportamento sexual e reprodutivo de mulheres indígenas de determinada etnia localizada no Alto Xingu, cuja identidade é preservada por questões éticas referentes ao conhecimento da continuidade de práticas de controle da natalidade, comumente julgadas sob a óptica e a moral cristãs.

Diferentemente da metodologia adotada pela Antropologia até o século XIX, na qual sobressaía a idéia de que um distanciamento entre antropólogos e nativos ampliaria a cientificidade da pesquisa, pressupondo que as sociedades tribais eram inferiores e encontravam-se em processo de “evolução”, o trabalho de campo, largamente utilizado pela antropologia moderna, aproxima o pesquisador da realidade do grupo pesquisado, ultrapassando a mera observação e favorecendo a efetiva participação do antropólogo nas relações cotidianas estabelecidas no interior do grupo. Assim ressaltou Brandão (1984: 11):

Quando Malinowski [sic] desembarcou nas ilhas de Trobriand, não era apenas um método que ia ser reinventado ali: era uma atitude. Não mais reconstruir a explicação da sociedade e da cultura do “outro” através de fragmentos de relatos de viajantes e missionários. Ir conviver com o outro no seu mundo, aprender a sua língua, viver sua vida, pensar através de sua lógica, sentir com ele.

Essa metodologia foi denominada observação participante e assume uma postura ideológica contrária à possibilidade de se conhecer em profundidade algum aspecto da vida de

determinada sociedade ou cultura sem um efetivo envolvimento entre o pesquisador e aquilo ou aquele que é investigado. Essa prática metodológica vai de encontro à idéia que vigorou durante décadas de que a adoção de uma postura objetiva, de afastamento e neutralidade – por parte do pesquisador – garantiria a cientificidade dos dados colhidos, pautada na hipótese de que “[...] uma metodologia científica adequada serve para proteger o sujeito de si próprio, de sua própria pessoa, ou seja: de sua subjetividade” (BRANDÃO, 1984: 7).

Ao contrário do que sustentavam diversas correntes antropológicas, essa metodologia pressupõe a inviabilidade de uma postura “neutra”, depositando no contato e no convívio a possibilidade de se conhecer de fato o universo do outro. É através da observação participante que o antropólogo tem a oportunidade de vivenciar e conhecer as variadas dimensões da vida social do grupo no qual se insere. O pesquisador pode observar e posteriormente interpretar fatos cotidianos do grupo, sejam manifestações cerimoniais ou acontecimentos corriqueiros como o cuidado com as crianças, o trato dos animais, a produção de alimentos, a distribuição dos bens, os rituais, os diálogos, as brincadeiras, os gestos, enfim, as diversas facetas do ‘outro’ que se revelam aos olhos atentos de um bom observador, entre uma palavra e outra ou no mais denunciante silêncio. Como já observara Malinowski (1990):

Logo depois que me instalei em Omarakana (Ilhas Trobriand), comecei, de certa forma, a tomar parte na vida da aldeia, a buscar quais os acontecimentos importantes ou festivos, a adquirir um interesse pessoal no diz-que-diz e no desenrolar dos acontecimentos da pequena aldeia. [...] Durante o meu passeio matinal pela aldeia, podia observar os mínimos detalhes da vida familiar, a higiene, a cozinha, as refeições; podia ver os preparativos para o dia de trabalho, as pessoas saindo para atender aos seus interesses [...]. Disputas, piadas, cenas familiares, eventos usualmente triviais, às vezes dramáticos, mas sempre significativos, formavam a atmosfera de minha vida diária, assim

como da deles. [...] Mais tarde, no correr do dia, o que quer que acontecesse seria facilmente acessível; não havia qualquer possibilidade de que escapasse à minha observação.

Partindo desta postura metodológica, a pesquisa se deu em alguns períodos de trabalho de campo realizados em 2013 na aldeia do povo estudado, ao sul do Parque do Xingu. Através de levantamentos de dados quantitativos e qualitativos construiu-se um banco de caráter primário, a partir do qual se buscou responder aos questionamentos iniciais desta pesquisa.

Para coletar os dados foram feitas visitas domiciliares e reuniões com grupos de mulheres, coletando-se dados censitários da comunidade e dialogando com as mulheres do grupo sobre questões reprodutivas. As conversas se deram na língua portuguesa, apesar de algumas mulheres não dominarem o idioma – diferentemente dos homens que, por acessar frequentemente as cidades, acabam dominando a língua. Por essa razão, em alguns momentos recorreremos a outras mulheres da família para traduzir a fala das mulheres mais velhas, por exemplo, que não falam português.

Nesta pesquisa, o intervalo etário estipulado para o período reprodutivo da mulher é diferente daquele sugerido para grupos não indígenas – de 15 a 49 anos –, tendo seu início mais precocemente, aos 12 anos. Isso se justifica pelo fato de ser comum entre diversos povos indígenas a vida sexual e reprodutiva da mulher ter início antes dos 15 anos, sendo possível encontrar mulheres que, aos 12 anos, já tenham iniciado sua história reprodutiva (PAGLIARO, 2002a; AZEVEDO, 2003). Inúmeros pesquisadores da saúde indígena trabalham com o intervalo em questão e seu uso tem se mostrado pertinente, motivo pelo qual as idades entre 12 e 14 anos foram incluídas no período reprodutivo desta pesquisa. Excluíram-se as idades de 10 e 11 anos por ser insignificante o número de mulheres nestas idades com vida sexual ativa ou filhos.

Apesar de terem ultrapassado o teto etário proposto para o intervalo reprodutivo, algumas mulheres acima de 50 anos foram

ouvidas e seus depoimentos foram de inestimável importância para este estudo.

Processos rituais: ser e tornar-se mulher

Culturalmente, há uma rede de cuidados que visam garantir que os indivíduos envolvidos em processos de nascimento, amadurecimento, adoecimento ou morte possam concluir estes ciclos com o menor risco possível. Segundo Van Gennep (1977: 26), “toda alteração na situação de um indivíduo implica ações e reações que devem ser regulamentadas e vigiadas, a fim de a sociedade geral não sofrer nenhum constrangimento ou dano”.

O simples fato de viver exige passagens sucessivas de uma sociedade à outra ou de uma situação social à outra de modo que a vida individual consiste em uma sucessão de etapas, tendo por começo e término conjuntos da mesma natureza – a saber, nascimento, puberdade, casamento, maternidade/paternidade, progressão de idade, de classe, ocupação, iniciação nas sociedades religiosas e morte.

A vivência e a transposição destas etapas são regidas por processos rituais que atuam na construção dos indivíduos e das coletividades. Segundo Viveiros de Castro (1987), essa construção é um processo de formação física, espiritual e social da pessoa, pelo qual todos devem passar a fim de tomar posse de um novo “papel social”, que lhes acrescentará novas obrigações e responsabilidades no interior do grupo. Esses processos não são encarados como um momento natural, independentes da intervenção humana – embora se manifestem em eventos de natureza obrigatória –, mas ao inverso disso, precisam ser acompanhados de perto pelos adultos do grupo, cujas intervenções garantem o êxito da transição do estado inicial para o estado final.

Turner (1974) interpreta os ritos de passagem como processos rituais necessários à modelagem do ser “transitante”, uma vez que os indivíduos envolvidos nesses processos parecem “[...] reduzidos

ou oprimidos até uma condição uniforme, para serem modelados de novo e dotados de outros poderes, para se capacitarem a enfrentar sua nova situação de vida” (TURNER, 1974: 118).

No caso feminino, é a primeira menstruação (menarca) que rompe a infância e insere a jovem entre o “ser” e o “tornar-se” mulher, processo que constitui o ritual feminino de passagem. Viveiros de Castro (1987) toma o ritual de reclusão pubertária feminina como parte da construção da pessoa xinguana, por meio da fabricação do corpo e aprendizagem de saberes de domínio adulto – ambas igualmente necessárias à vivência em grupo. Segundo o autor, a transição social é uma mudança corporal “vergonhosa”, daí a necessidade do isolamento social da reclusa, cujo comportamento é limitado ao silêncio e à “invisibilidade”³. Após um período de isolamento, a jovem toma posse de seu novo “papel social” e assume sua posição no interior do grupo.

Shorter (1989) entende a menarca como um acontecimento sentido fisicamente pela mulher antes de se tornar consciente: “somente mais tarde é que o significado se torna manifesto de maneira a dar sentido individual ao que é, de início, um evento desconcertante e privado” (SHORTER, 1989: 71). Ainda segundo a autora:

Menstruação, casamento, gravidez e menopausa, acham-se todos envolvidos na efetivação do significado, não simplesmente na expressão deste. A mudança chega a uma mulher, é recebida e registrada inicialmente no corpo; somente depois é que o significado se revela. O que o ritual lhe revela, consciente e inconscientemente, é o que antes permanecera oculto, mas está agora pronto para ser desvelado. Depois, ela não mais o conhece parcialmente ou por ouvir dizer, mas por verificação

³ Segundo Viveiros de Castro (1987), o ser em “fabricação” está nu, não usa pinturas nem adornos – característicos de “estados”, ou seja, posições sociais. Uma vez desprovido de posição social, restam-lhe o isolamento e a clausura a fim de completar o seu processo de formação.

própria de sua *psique* ou alma. [...] Agora como então, a mulher descobre o uso correto de seu corpo modificado, que é o mesmo que descobrir sua lei e o significado dela. O objetivo e a intenção inconscientes do chamado à mudança são então atendidos. [...] Ela cresceu (SHORTER, 1989: 85-86).

Embora a autora não faça a distinção feita por Van Gennep (1977) entre puberdade fisiológica e social – que não se tratará aqui –, pode-se concluir que a puberdade fisiológica – neste caso, anunciada pela subtileza da menarca – desencadeará a puberdade social, ou seja, revelará para o grupo as transformações sentidas individualmente pelo corpo feminino, constituindo “[...] uma tentativa de ajustar e restabelecer a si mesma [perante um] corpo alterado e um espírito confrontado” (SHORTER, 1989: 81). Com a passagem da infância à mocidade, a menina sofre a perda ou mudança, sua morte e renascimento, sentindo-se irrevogavelmente separada da infância. Conforme Shorter (1989: 70):

Com ou sem o benefício do ritual, uma garota é naturalmente impelida ao estado de mulher no começo da menstruação. Para ela, isso assinala a saída da infância e o ingresso no estado adulto. É um *rite de passage* entre nascer mulher e tornar-se mulher. Conscientemente ou não, no espaço intermediário entre dois mundos, o da criança e o do adulto, uma menina/ mulher prepara-se para ser a pessoa que física e também espiritualmente será. Contudo, independente do quanto aprenda do estado do seu ser na ocasião, a jornada para a frente e o caminho do próximo estágio de sua vida continuam. Ela não pode demorar-se no limiar; seu corpo garante isso.

O processo ritual de iniciação, portanto, impede que as transformações no corpo da moça ocorram sem o acompanhamento de um ordenado sistema simbólico, uma vez que “o ritual, por si, não garante uma passagem segura, mas lhe garante significado” (SHORTER, 1989: 67). Assim, é papel da iniciação feminina

exteriorizar, acompanhar e agregar significados às mudanças de natureza corpórea para a apresentação simbólica e social de uma nova mulher.

O ritual feminino de iniciação seria, portanto, o momento social que revela tanto a distinção quanto a separação entre o mundo da infância e o mundo adulto, ou seja, aponta muito mais que as mudanças dadas pela maturação fisiológica do corpo feminino. Através do processo ritual, a mulher toma consciência destas transformações e toma posse de um novo corpo, agora maduro, adulto, feminino e fecundo, sendo apresentada como mulher, passível de pretendentes e propostas de casamento.

De posse deste corpo maduro e de um novo papel social, a mulher segue atravessando processos rituais relacionados a eventos como casamento, gravidez, pós-parto, luto, iniciação em pajelança, adoecimento e morte, sendo acompanhada de perto por outras mulheres e pela comunidade. A semelhança entre estas tantas cerimônias rituais reside em seu objetivo final e nos meios quase idênticos para atingí-lo. O objetivo é fazer um indivíduo passar de uma situação a outra, assistindo material e espiritualmente a este processo, partindo do pressuposto de que cada um tem atrás de si várias etapas, tendo atravessado diversas fronteiras.

A gravidez, assim como outros eventos do ciclo vital, não é um processo completamente individual, podendo atingir positiva ou negativamente toda a comunidade. Questões espirituais relativas à má sorte e ao feitiço assombram a comunidade e põem em risco o equilíbrio e a ordem social. Condutas que aparentemente são privadas na verdade respondem a um conjunto de normas e preceitos definidos coletivamente segundo o contexto social, cultural, político e econômico do grupo.

Comportamento reprodutivo: saberes e práticas

Pela expressão “passar mês” as indígenas do grupo estudado se referem em português ao mês em que não se tem fluxo

menstrual, aumentando a desconfiança de uma possível gravidez. A confirmação vem em seguida e, segundo elas, os sintomas são os mesmos: a mulher fica sem fome, sem vontade de comer peixe, sento enjôos, tem alterações de humor e de ânimo. Nos dizeres de uma delas: “[...] o cheiro do fogo dá dor de cabeça, é como se a mulher estivesse doente, só quer ficar na rede”. Entre elas, diz-se que os sintomas de gravidez de menina são mais amenos, já quando a gravidez é de um menino, a mulher sofre mais e parece doente, “[...] fica deitada na rede, sem querer comer a comida típica, querendo a comida da cidade, que é diferente”.

Quanto à alimentação há restrições da gravidez ao pós-parto, se estendendo ao pai da criança, que tem limitações na alimentação e tarefas diárias. A mulher fica proibida de comer vários itens da culinária local como tartaruga e macaco, ambos pelo receio de má formação no bebê, que pode nascer com dedos dos pés e mãos colados ou sem as mãos. O mesmo receio impede que gestantes comam macaúba, evitando que o bebê nasça com bolinhas semelhantes às sementes da fruta espalhadas pelo corpo.

O tracajá, importante alimento da dieta local, só pode ser comido após dois ou três meses de gravidez, quando os pés e as mãos do bebê já estiverem formados. E depois de comer o tracajá a mulher precisa esfregar os dedos para garantir que o “defeito” dos dedos dos tracajás não “pegue” no bebê.

Durante toda a gravidez o mel é proibido, pois, segundo informantes, provoca erupções e prurido na pele do bebê e, em casos mais graves, feridas na cabeça da criança. Esta restrição se estende até o pós-parto e vale para as mães e bebês de colo, sendo liberada depois que o bebê andar. Também é proibido comer cará, um tubérculo semelhante à batata, porque cria uma deformação perto da genitália do bebê.

Os peixes disponíveis na região são variados e têm restrições diferentes. O peixe cascudinho é proibido na gravidez toda, assim como o peixe “pretinho” que, se ingerido, provoca a má formação do peitoral do bebê, que nasce afundado como o peito do próprio

peixe. Já o peixe cachorra pode ser comido durante toda a gravidez, mas é proibido no pós-parto sob a suspeita de causar diarreia e até mesmo a morte da criança, pois, segundo uma informante, “o peixe cachorra mata a criança de susto porque esse peixe é um bicho⁴”.

O pequi e o beiju – alimentos centrais da culinária alto-xinguana – são permitidos durante toda a gravidez e puerpério. Eles são oferecidos às crianças assim que acaba o aleitamento materno exclusivo, sendo comum ver crianças que já se alimentam de beiju, peixe e mingau de pequi seguirem mamando no peito – prática que costuma se estender até os dois anos de idade da criança.

No início da gravidez, quando o bebê “está pegando”, os trabalhos artesanais são atividades proibidas tanto para a mãe quanto para o pai, que não pode confeccionar bancos nem máscaras, sobretudo objetos com alusões a animais. Segundo uma mãe, “uma vez o pai fez um banco de jacaré e o bebê nasceu com cabeça de jacaré. Também não pode colar coisas, cadeira, por exemplo, senão o bebê nasce com a orelha colada ou outra parte do corpo”.

A participação em danças e cerimônias rituais também sofre restrição no período da gravidez, sendo permitido à gestante dançar e se pintar apenas até o início da gravidez. “Quando aparece a barriga, não pinta mais”, segundo uma informante.

No momento do parto, não é comum a mulher gritar nem reclamar de dor. Dizem as mulheres locais que, ao invés de gritar, é preciso fazer força. O parto pode acontecer com a mulher deitada na rede – põe-se a rede bem baixa, a parturiente senta voltada para a lateral da rede, apóia os pés no chão e as mãos no apoiador – ou a

⁴ Para os povos do Alto Xingu, os elementos da natureza como animais, plantas, terra, fogo, água e ar são dotados de espiritualidade, chamados “*mamaés*”. Os espíritos da natureza estão em constante contato e interação com a comunidade, relação delicada que preserva o equilíbrio da vida. As doenças, os feitiços e as rupturas de tabus e regras sociais colocam em risco esta harmonia, podendo trazer malefícios para toda a comunidade. A expressão “bicho” utilizada na fala citada se refere ao caráter perigoso de um possível confronto com a entidade que habita os peixes.

mulher fica de fora da rede, de cócoras, com as mãos apoiadas em duas redes dispostas uma de cada lado do seu corpo.

Segundo as informantes, toda grávida faz acompanhamento com a equipe médica no Pólo Leonardo (pólo ao sul do Parque), mas o número de exames depende do pré-natal e da disponibilidade da gestante em seguir a conduta médica. Geralmente, se o parto está demorando, os agentes indígenas de saúde chamam uma enfermeira pelo rádio⁵. Segundo informantes, a maioria das mulheres continua parindo na aldeia, mas enfermeiras e auxiliares do Pólo Leonardo se deslocam com frequência para acompanhar os partos.

Geralmente, a parteira é uma parenta ou conhecida da família, pois o parto é considerado um momento íntimo e feminino, restrito às mulheres mais próximas e experientes. Aos homens não é proibida a participação, mas diz-se frequentemente que permanece naquele ambiente “só quem tem coragem” porque, segundo os alto-xinguanos, o sangue da mulher enfraquece e debilita o homem, deixando-o doente e com má sorte na caça e na pesca. Quando a mulher está menstruada, é comum que os homens se distanciem, evitando relações sexuais e até mesmo beber mingau da mesma panela que ela. Isso se explica “[...] devido à qualidade ‘impura’ tanto da mulher em si mesma quanto do sangue menstrual” (VAN GENNEP, 1977: 73). Como ressalta Shorter (1989: 76), “o sangue é um símbolo natural de ferida, sacrifício e martírio”.

Entre as mulheres mais experientes estão as chamadas “raizeiras”, que dominam conhecimentos sobre as plantas e seus poderes medicinais. Conhecendo o poder das ervas, elas regulam doses e frequência com que as mulheres devem tomar os chás que preparam. Segundo uma informante: “a raizeira já traz o chá pronto, na medida certa pra tomar”. Há chás para inúmeras queixas, enfermidades e intenções, entre eles, chás para fins abortivos e de

⁵ De modo geral, todas as aldeias do Alto Xingu têm rádio que permite a comunicação da comunidade com os postos da FUNAI, onde residem equipes médicas que atendem as regiões do Parque do Xingu.

parturição: “usa muito aqui. Minha prima já abortou muitas vezes, ela é solteira”.

A decisão do aborto é mais comum entre as solteiras, pois segundo as mulheres da aldeia, “as casadas têm que aceitar”. Quando descobre a gravidez, a jovem procura a mãe. Diz-se entre as mulheres do grupo que ninguém instrui as meninas sobre gravidez nem contracepção, mas os namoros precisam ser revelados aos pais da moça. Segundo uma mãe:

[...] Hoje em dia não pode escondido porque senão como vou saber quem engravidou ela? Hoje o rapaz tem que aparecer pros pais, só de aparecer a mãe já sabe, já entende. A maioria das moças obedece os pais quando eles não aceitam o namorado. Tem muito rapaz que só quer saber de namorar, sexo, depois foge da gravidez e diz ‘não é meu’.

As mães ouvidas dizem que o sexo é muito comum nos namoros hoje em dia e a preocupação é saber com quem os filhos estão se relacionando. Segundo informantes, há métodos contraceptivos disponíveis na aldeia como uso de chás tradicionais que, segundo elas, estão em desuso e a entrada lenta e progressiva de métodos ocidentais como a camisinha que, ainda segundo as informantes, sofre grande resistência feminina. Em caso de gravidez, quando não há a perspectiva de casamento⁶ o abortamento surge como a opção mais viável.

Culturalmente, diz-se frequentemente entre o povo estudado que é necessário que o pai da criança mantenha relações sexuais com a gestante para auxiliá-la na formação do bebê, sendo que o pai auxilia a formação das partes duras, como ossos e órgãos mais rígidos, e a mãe, através do seu sangue, colabora com a formação

⁶ Tradicionalmente, o casamento é um arranjo articulado pelas famílias e geralmente é expresso simbolicamente pelo gesto da mãe da moça ao buscar a rede do rapaz na casa de seus pais e trazê-la para junto da rede da filha, em sinal de aprovação do laço. Atualmente, diz-se que os próprios jovens escolhem seus parceiros e assume-se um casamento quando eles passam a dormir juntos na casa um do outro.

do sangue do bebê e partes “moles” como cartilagens e órgãos mais delicados.

Nesta perspectiva, o casamento é uma espécie de condição e garantia do desenvolvimento ideal do bebê, razão pela qual é desaconselhável a continuidade da gestação entre meninas solteiras ou em caso de adultério. Há ainda outras razões que levam à decisão de interromper a gravidez e este certamente não é um processo simples, mas não é pretensão deste artigo discorrer sobre este processo de decisão, que engloba uma série de questões de ordem cultural e religiosa que ultrapassam a intenção e o alcance desta pesquisa.

Segundo informações coletadas entre as mulheres do grupo, o abortamento passa por algumas etapas. Num primeiro momento, a moça toma um chá pouco concentrado, depois passa a tomar um chá um pouco mais forte e na terceira etapa o chá é bem forte e amargo. “Dá até dor de cabeça”, diz uma mulher que revela ter passado por isso. Nesse período, sugere-se que a mulher não coma nada para que a erva faça efeito. Há outro chá para acelerar as contrações e o nascimento do bebê, utilizado para acelerar o trabalho de parto.

As receitas dos chás são secretas, compartilhadas apenas entre as raizeiras, o que assinala não somente a restrição do conhecimento no interior de um grupo simbolicamente estabelecido como também assegura o envolvimento e a participação destas mulheres em eventos relativos à saúde e ao bem-estar da comunidade. Isso nos revela um aparato de controle e vigilância deste estado físico e espiritual pelo qual a gestante e todo o grupo estão passando.

Considerações Finais

A fecundidade é considerada a principal responsável pela recuperação demográfica observada entre muitas populações indígenas no Brasil e na América Latina, sendo fruto de estruturas socioculturais específicas. Entre os alto-xinguanos, a organização social tem importante influência sobre o comportamento repro-

utivo, cabendo à mulher adulta casar-se e gerar filhos, tendo seu respeito e sua autoridade intimamente relacionados ao tamanho de sua prole e descendência.

Regras, práticas, tabus, processos rituais e mitos relacionados ao nascimento, ao casamento e à reprodução evidenciam a autonomia que os povos indígenas têm sobre sua história reprodutiva, conduzindo suas populações para um tamanho determinado sobre o qual exercem um importante – embora não absoluto – controle, contradizendo argumentos neomalthusianos que consideravam o elevado crescimento dos povos indígenas um acontecimento alheio à vontade destes povos, caracterizando-se como um empecilho para sua sobrevivência (PAGLIARO, 2002b). Ademais, os cuidados, tabus e mitos que circundam os eventos relacionados ao nascer, crescer, amadurecer, casar, gestar, parir e morrer são tecidos minuciosamente por uma complexa rede de relações, conhecimentos e práticas de ordem coletiva.

Referências

- AZEVEDO, M. M. A. *Demografia dos povos indígenas do alto rio Negro/AM: um estudo de caso de nupcialidade e reprodução*. Tese de doutorado em Demografia. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2003.
- AZEVEDO, M. M. A. Povos Indígenas na América Latina estão em processo de crescimento. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*. ISA, 2006.
- BRANDÃO, C. R. (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- CALDWELL, J. *Population growth and socioeconomic change in West Africa*. Columbia University Press, Population Council, 1975.
- CHESNAIS, J. C. *The Demographic Transition: Stages, Patterns, and Economic Implications*. New York: Claredon Press, Oxford University Press, 1992.

- ERVITTI DIAZ, B. *População e desenvolvimento*. Centro de Estudos Demográficos (CEDEM). Cuba, 1998.
- GOLDANI, A. M. Estrutura familiar e transição demográfica: o caso do Brasil. *Informe Demográfico*, v. 17, São Paulo, 1985.
- GUZMÁN, J. M. et al. The demography of Latin America and the Caribbean since 1950. *Population-E*, v. 61, n. 5, p. 519-620, 2006.
- LOPEZ, G. M. A. *A fecundidade entre os Guarani: um legado de Kunhankarai*. Tese de doutorado em Ciências na área de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2000.
- LANDRY, A. *La Révolution Démographique*. Etudes et Essais sur les problèmes de la Population. Paris: Ined, 1982 (Reedição da publicação de 1934).
- LORIMER, F. *Culture and Human Fertility*. New York: Greenwood Press, 1958.
- MALINOWSKI, B. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, 3ª edição.
- NOTESTEIN, F. Population: the long view. In. SCHULTZ, T. W. (Ed.). *Food for the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1945.
- PAGLIARO, H. *A revolução demográfica dos povos indígenas do Brasil: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, 1970-1999*. Tese de doutorado em Epidemiologia. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2002a.
- PAGLIARO, H. A Recuperação Demográfica dos Povos Indígenas do Brasil: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu – Mato Grosso. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. *Anais...* ABEP, 2002b.

- PAGLIARO, H. et al. Comportamento Demográfico dos Índios Kamaiurá, Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, Brasil (1970-1999). XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais...* ABEP, 2004.
- PATARRA, N. L.; FERREIRA, C. E. C. *Repensando a Transição Demográfica: formulações, críticas e perspectivas de análise*. Campinas: NEPO/UNICAMP, outubro de 1986.
- PATARRA, N. L.; OLIVEIRA, M. C. F. A. *Transição, Transições*. IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais...* ABEP, 1988.
- RIBEIRO, D. *Convívio e contaminação*. Efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos indígenas. *Revista Sociologia*, São Paulo, v.18, n. 1, 1956.
- RIBEIRO, D. Culturas e línguas indígenas do Brasil. In: *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, 1957.
- SANTOS, J. L. F. et al. *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SHORTER, B. *A obscura formação de uma imagem: mulheres e iniciação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SOUZA, L. G. *Demografia e Saúde dos Índios Xavante do Brasil Central*. Tese de doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2008.
- THOMPSON, W. S. Population. *American Journal of Sociology*, 1929.
- TURNER, V. W. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VAN GENNEP, A. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. B. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. (Org.) *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1987.

|252|

Comportamento reprodutivo...

ZUBROW, E. B. W. Demographic anthropology: an introductory analysis. In. ZUBROW, E. B. W. (Ed.). *Demographic anthropology*. Santa Fé: School of American Research, 1976.

ORDEM SOCIAL E PRÁTICAS AGRÍCOLAS: A FRANÇA COMO FONTE INSPIRADORA DE PROJETOS DE COLÔNIAS AGRÍCOLAS NO BRASIL IMPÉRIO

*Inoã Pierre Carvalho Urbinati**

Resumo: A leitura de diversos documentos mostra que a conhecida influência francesa no Brasil imperial parece ter se manifestado também em propostas de criação de colônias agrícolas, tendo havido inclusive referência à célebre colônia penal e agrícola de Mettray. Esse fenômeno se verificou também, no Brasil, quando dos debates em torno dos futuros libertos, num contexto de progressiva extinção da escravidão. O artigo tem como proposta investigar a presença francesa na elaboração de projetos de colônias agrícolas, tanto relacionadas ao meio judiciário, como aquelas voltadas prioritariamente para os planos de pós-abolição, procurando ver em que medida um espírito modernizador norteou esses projetos, ao mesmo tempo em que transparecia uma preocupação de controle social.

Palavras-chave: Império. Colônias agrícolas. França.

Social order and agricultural practices: France as inspiring source of agricultural settlements projects in Brazil's Imperial times

Abstract: The reading of several documents shows that the well-known French influence in Brazil, during the Imperial Government, also seems to have manifested itself in proposals for the creation of agricultural colonies; and there was even a reference to the famous penal and agricultural colony of Mettray. This phenomenon is also found, in Brazil, when there were debates about the people intended to be set free, in a context of gradual extinction of slavery. The article proposes to investigate the French presence in the elaboration of agricultural colonies projects, both those related to the judiciary realm and the ones primarily aimed at post-abolition plans, trying to see at what extent a modernizer spirit guided these projects, and, at the same time, transpired that there was a concern for social control.

Keywords: Empire. Agricultural colonies. France.

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro-RJ, Brasil (inoacarvalho@yahoo.com).

Recebido em: 20/10/2014 – Aceito em: 15/06/2015.

Orden social y prácticas agrícolas: Francia como fuente inspiradora de proyectos de colonias agrícolas en Brasil Imperio

Resumen: La lectura de diversos documentos muestra que la conocida influencia francesa en Brasil imperial parece que se ha manifestado también en las propuestas para establecer colonias agrícolas, habiendo incluso referencia a la célebre colonia penal y agrícola de Mettray. Este fenómeno se verificó también en Brasil, cuando hubo discusiones alrededor de los futuros libertos, en un contexto de extinción progresiva de la esclavitud. El artículo se propone a investigar la presencia francesa en la elaboración de proyectos de colonias agrícolas, tanto relacionados con los medios judiciales, como aquellos orientados principalmente a los planes de post-abolición, buscando ver en qué medida un espíritu modernizador ha guiado estos proyectos, al mismo tiempo que translucía una preocupación por el control social.

Palabras clave: Imperio. Colonias agrícolas. Francia.

Ao longo do século XIX, e até o início do século XX, como é de conhecimento antigo da historiografia, a França exerceu uma forte influência cultural na sociedade brasileira, notadamente junto às suas elites letradas, fenômeno registrado por diversos pesquisadores, como Mário Corelli (CORELLI, 1994), Nelson Schapochnik (SCHAPOCHNIK, 1999), e Tânia Bessone Ferreira, que mencionou a presença de obras francesas nas bibliotecas privadas do Rio de Janeiro oitocentista (FERREIRA, 1999). Influência essa também registrada no campo da política, como, por exemplo, com o positivismo. Outro setor conheceu uma importante influência francesa, ainda que até agora, aparentemente pouco estudado: a agricultura e as atividades a ela relacionadas.

Ora, em diversos textos da época, se percebe uma constante referência a autores franceses ou a aspectos da política agrícola francesa, para fundamentar projetos agrários, como no caso do renomado engenheiro abolicionista André Rebouças, e também de outros personagens influentes do Segundo Reinado, como Nabuco de Araújo, Joaquim Nabuco e Tavares Bastos.

Neste texto nos deteremos especificamente em projetos envolvendo a implantação de colônias agrícolas, algumas das quais de caráter penal, observando particularmente projetos desenvolvidos por Nabuco de Araújo e relatórios do Ministério da Justiça. A consulta a diversas fontes (livros, periódicos, relatórios

ministeriais) permite, de fato, que se perceba uma alusão frequente à França.

Focalizaremos aqui o Segundo Reinado, especialmente as últimas décadas do regime monárquico, num contexto de progressiva dissolução do regime escravista e advento do trabalho “livre”, ocasião em que foram travados importantes e numerosos debates em torno da questão agrária e da mão de obra e período marcado pela adoção de medidas abolicionistas, como a Lei do Ventre Livre (1871), emancipando os filhos dos escravos, e a própria Lei Áurea (1888), que formalmente aboliu a escravatura no país.

Aqui abordamos projetos de colônias agrícolas voltadas para detentos e outras voltadas para os filhos de escravos. Também é importante salientar o fato de que o país permaneceu, ao longo de todo o século – e em grande parte ainda atualmente – marcado pelo predomínio da grande propriedade agrária, devendo-se registrar o fim do regime das sesmarias em 1822 e a promulgação da lei 601, a chamada Lei de Terras, em setembro de 1850, visando regularizar o sistema fundiário, e determinando a compra como única forma de obtenção de terra.

Esta lei na opinião de muitos historiadores teve como efeito, sobretudo, dificultar o acesso a terra por parte dos setores mais humildes e em benefício dos grandes proprietários rurais, mas Márcia Motta, sem deixar de reconhecer o peso político desse setor na aprovação da lei, observou que a lei estava longe de corresponder a uma mera imposição desse grupo e que, fruto de conflitos entre diferentes interesses, era passível de diversas interpretações, inclusive por parte dos pequenos lavradores e camponeses, que por meio de alguns artigos da Lei de Terras, poderiam eventualmente obter algumas vitórias, lembrando a autora, com base no britânico E. Thompson, a complexidade que envolve a formulação de uma lei e os conflitos políticos a ela relacionados (MOTTA, 1998).

Por outro lado, ainda que de uma forma regional (é importante observar esse aspecto), sobretudo, foram adotadas algumas medidas favoráveis à implantação de colônias agrícolas

no país. Assim, e após uma pioneira experiência de colonização europeia com base na pequena propriedade fundiária, em Nova Friburgo (RJ), em 1818-1820, foram instituídas diversas colônias agrícolas no país, sobretudo no Sul (GUIMARÃES, 1989), especialmente na segunda metade do século.

Levando em conta o fato de que as colônias agrícolas de que nos ocupamos neste trabalho dizem respeito a estabelecimentos criados pelo Estado, havendo, portanto, uma presença fundamental do poder estatal, nós procuraremos desvelar o sentido de sua formação, e tentaremos compreender de que forma elas faziam parte de um projeto que buscava ordenar a sociedade, dentro de um contexto brasileiro marcado pela transição do trabalho escravo para o livre, e no qual não faltaram debates em torno de medidas para se garantir a “ordem pública” na nova ordem pós-escravista que se estava estabelecendo. Esta consideração não induz a uma classificação prévia dos projetos de colônias agrícolas como possuindo um traço essencialmente conservador, mas sim a avaliá-las de forma crítica, sem deixar de perceber outras conotações.

Por sua vez, o conceito de colônia agrícola pode ser apreendido basicamente enquanto o “núcleo colonial, o conjunto de lotes rurais e urbanos e a infraestrutura deste núcleo” (GREGORY, 2005: 96). Este conceito nos parece bastante claro, servindo bem para definir as colônias agrícolas que efetivamente foram implantadas em algumas regiões do país sob o Império – especialmente no Sul, tendo como integrantes principalmente imigrantes europeus –, mas no nosso estudo é preciso ter em mente uma presença ainda mais marcante do poder estatal ao seio das colônias, visto que seus integrantes, pela sua própria condição jurídica – detentos de um lado, e ingênuos (crianças filhas de pais escravizados) de outro – ficavam sujeitos a uma tutela muito mais nítida por parte do poder público, por motivos bastante óbvios.

É preciso, ainda, esclarecer que nos ocuparemos aqui de projetos de colônias agrícolas, voltadas para libertos e filhos de escravos, isto é, de planos, que em grande parte não chegaram a se efetivar concretamente, mas que, porém, ajudam a entender a percepção governamental em relação aos indivíduos

juridicamente colocados sob sua tutela, num contexto histórico marcado pela perspectiva de abolição da escravidão. Feitas essas considerações, é preciso observar que o texto está dividido em duas partes principais: analisaremos primeiramente projetos de colônias agrícolas e penais, e, em um segundo momento, projetos de colônias agrícolas relacionadas a uma política de emancipação.

Abordaremos, portanto, primeiramente, a política oficial voltada para o estabelecimento de colônias agrícolas na França, focalizando aquelas vinculadas ao setor penal. Com base em alguns nomes da historiografia francesa, apresentaremos alguns dados marcantes da realidade francesa e indicaremos algumas das principais colônias efetivamente instituídas, de forma a melhor compreender suas repercussões, no Brasil, que analisaremos através de documentos relacionados ao senador Nabuco de Araújo. Já num segundo momento, o foco da nossa atenção recairá na política de emancipação, buscando mostrar as vinculações existentes entre a política brasileira – sobretudo projetos – e medidas adotadas pelo governo francês no que diz respeito às suas áreas coloniais nas Antilhas, especialmente sob a Monarquia de Julho (1830-1848), quando se debatia a gradativa extinção do regime escravista.

No início do século XIX, começaram a ser implantadas colônias agrícolas na França. A agricultura constituía então o setor dominante da economia, e a estrutura fundiária era marcada por uma importante presença da pequena propriedade agrária, que, de certa forma, foi favorecida e até consolidada com a Revolução Francesa (ASSELAIN, 1984: 117) e com a promulgação do Código Civil, em 1804, sob o governo de Napoleão Bonaparte (MOULIN, 1988: 57), se expandindo ao longo do século XIX. Em 1807, foi instituído o Cadastro Fundiário, cuja execução estendeu-se basicamente até meados do século. Na primeira metade do Oitocentos, os progressos da agricultura francesa revelaram-se relativamente modestos (MOULIN, 1988: 69), devendo-se de todo modo ressaltar o advento do arado de Dombasle, assim denominado por ter sido difundido pelo agrônomo Mathieu de Dombales (1777-1843), a partir da década de 1820 (KNITTEL, 2009). Os primeiros projetos de colônias agrícolas começaram

a ser divulgados neste período. Em 1832, o agrônomo e ex-deputado Huerne de La Pommeuse publicou *Des colonies agricoles et de leurs avantages* (“Das colônias agrícolas e de suas vantagens”) (FOUGÈRE, 2002: 37).

A defesa de criação desse tipo de estabelecimento vinculou-se, nesse momento, na França, aos debates concernentes ao setor penitenciário, sendo as colônias vistas como uma alternativa ao sistema penal, objeto de estudo de vários pesquisadores franceses da época, sobretudo durante a Monarquia de Julho (1830-1848). Os primeiros defensores da solução agrícola, como Haussez e o já citado Huerne de la Pommeuse, visaram ocupar os colonos – crianças desamparadas, órfãos, mendigos, jovens delinquentes, etc. – em atividades agrícolas, objetivando aproveitar as superfícies cultiváveis (JABLONKA, 2005: 77). E, ao longo do século XIX, diversas colônias agrícolas foram instituídas na França, estimuladas pelo poder público, sobretudo através de uma lei votada em 5 de agosto de 1850, consagrando o desenvolvimento de colônias penitenciárias e agrícolas (PRADE, 2005: 33), direcionadas especialmente para menores infratores, e que repercutiu no Brasil, sendo um exemplo desta repercussão a menção feita pelo reputado *Jornal do Commercio* à referida lei, como medida a ser examinada pelo governo brasileiro, na primeira página da edição de 15 de março de 1878 (JORNAL DO COMMERCIO, 1987: 108).

De acordo com o historiador Ivan Jablonka, a colônia penal e agrícola, tida por ele como “laboratório de pesquisa agronômica”, deveria oferecer uma solução a todos os problemas sociais: conter o êxodo rural, modernizar a agricultura e reerguer pequenos cidadãos corrompidos oferecendo-lhes uma formação técnica (JABLONKA, 2005: 78).

Dentre as colônias agrícolas instituídas na França, citam-se: colônia de Saint-Bernard (criada em 1844 sob a denominação Loos e batizada Saint-Bernard em 1862); colônia de Clairvaux (instituída em 1843); colônia de Fontevrault (Boulard), dentre várias outras (PRADE, 2005: 32-35). Deve-se, ainda, destacar o nome do inspetor de prisões Charles Lucas, que muito atuou na defesa da solução agrária como alternativa no sistema penal, e visto mesmo por

Catherine Prade como o responsável principal pelo movimento do qual emergiram as colônias agrícolas (PRADE, 2005: 31-32).

Percebe-se que as colônias encontraram uma importante receptividade ao seio da classe política francesa, e deve-se notar, inclusive, o fato de que Luís Bonaparte (1808-1873), futuro Napoleão III, quando de sua prisão, entre 1840 e 1846, pelo governo do Rei Luís Felipe I, projetou a criação de colônias agrícolas a serem ocupadas por detentos, em *L'Éxtinction du Paupérisme* (“A Extinção do Pauperismo”). Abordaremos a seguir o eco das colônias penais e agrícolas francesas ao seio da elite política brasileira imperial, isto é, apresentaremos dados revelando projetos voltados para o setor penal tendo como inspiração os estabelecimentos penitenciários franceses voltados para a “recuperação” dos indivíduos por meio das práticas agrícolas.

A leitura de um grande clássico da historiografia brasileira, *Um Estadista do Império*, redigido pelo abolicionista, historiador e diplomata Joaquim Nabuco (1849-1910), bem como a de relatórios ministeriais, permite observar a posição de um importante estadista do Segundo Reinado e pai do abolicionista, Tomás Nabuco de Araújo (1813-1878) em relação à ideia de colônias agrícolas, em duas áreas de sua atuação: no projeto de reforma judiciária e no de emancipação dos escravos. Nabuco de Araújo, jurista de formação, ocupou diversas vezes o cargo de Ministro da Justiça, e nessa condição se debruçou em propostas de reforma do sistema penitenciário.

Deve-se observar o contexto de discussões em torno de modelos penais a serem instituídos no Brasil, que caracterizou a área de direito no Brasil oitocentista, conforme analisado por pesquisadores como Myrian Sepúlveda dos Santos, que, inclusive, mencionou diretamente Nabuco de Araújo, quando de sua primeira passagem pela pasta da Justiça na década de 1850 (SANTOS, 2009: 58). Santos, que observou como as condições precárias das prisões brasileiras no século XIX levaram a que fossem formuladas propostas de modificações do setor judiciário e penal, citou inclusive a França, como um dos países, assim como os Estados Unidos da América, em que se utilizava a pena de degredo

para lugares distantes, como ocorreria no Brasil, sobretudo com a instalação de presídios em ilhas (SANTOS, 2009: 59).

A proposta de reforma penitenciária apoiada por Nabuco de Araújo pode ser apreendida com base no relatório referente ao ano de 1865 e apresentado em 1866, quando de sua última passagem pelo Ministério da Justiça, durante o gabinete presidido por Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda (FIRMO; OCTACIANO, 1973: 670). Como observaremos um pouco adiante, o senador aludiu à França, como modelo para a introdução das reformas preconizadas. No relatório de 1866, Nabuco propôs uma reforma concernente à pena de galés, cuja aplicação se fazia então, segundo o relatório de Nabuco, nas cadeias das cidades e vilas, e que se achavam em “deplorável estado” (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1866: 48). Uma das propostas de Nabuco era a substituição da pena de galés pela instituição de colônias penais.

Nabuco então encarregou Felipe Lopes Neto de estudar na Europa os “resultados das colônias penais” (NABUCO, 1997: 643). Este, porém, não os achou satisfatórios. De acordo com Joaquim Nabuco,

Lopes Neto faz uma visita a diversos estabelecimentos penais europeus e procede a uma espécie de inquérito entre as autoridades as mais competentes; a sua conclusão é de todo desfavorável às colônias agrícolas que Nabuco desejava instituir. Parece-lhe mesmo que em Fernando de Noronha seria mal aconselhada qualquer tentativa de colonização (NABUCO, 1997: 643).

A despeito do pouco entusiasmo demonstrado por Lopes pelas colônias, Nabuco continuou defendendo a ideia das colônias penais. Observe-se que as colônias penais a serem introduzidas incluíam o trabalho agrícola: Joaquim Nabuco falou claramente em “colônias agrícolas” que seu pai “desejava instituir”. Realmente, nas colônias penais pensadas por Nabuco, uma das medidas a ser instauradas seria o trabalho agrícola – fato especialmente marcante numa sociedade como a do Brasil oitocentista, onde a grande

maioria da população vivia no campo. É importante lembrar, também, que a proposta de criação de colônias penais e agrícolas esteve presente no discurso de outras personalidades do período imperial, e que se chegou a instituir, durante o Império, uma colônia penal e agrícola na Ilha de Fernando de Noronha (SANTOS, 2009: 61), embora a experiência tenha se revelado frustrante em muitos aspectos, devido a fatores como corrupção e falta de organização.

As posições de Nabuco de Araújo quanto ao setor penal inserem-se no quadro de um agudo debate travado durante boa parte do Segundo Reinado relativo a uma reforma do sistema penitenciário. Ao se examinar relatórios de outros ministros da Justiça, percebe-se a presença de referências francesas, inclusive quanto a colônias agrícolas. Deve-se lembrar a esse respeito, a existência, naquele país, da célebre colônia penal de Mettray, que, instituída na região do Indre-et-Loire (e perto da cidade de Tours) em 1839, em meio a um rígido controle dos internos (FOUCAULT, 2008: 243-254), incluía práticas agrícolas. A colônia, ao longo de quase cem anos de existência (1839-1937), alcançou grande repercussão na França e, inclusive, no Brasil, especialmente quando dos debates em torno de uma reforma do sistema penitenciário na década de 1870, como se pode perceber no seguinte trecho do Relatório do Ministro da Justiça Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, de 1875, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império: “Resta fundar estabelecimentos, com a disciplina severa de Mettray na França, Red Hill na Inglaterra, ou de Saint Hubert, na Bélgica” (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1875: 45).

Mettray, instituição criada por filantropos, especialmente por Frédéric Demetz, e contando inicialmente com forte apoio de setores da elite política e jurídica francesa, constituiu-se numa colônia para onde eram enviados jovens acusados de delitos, para nela permanecerem por um tempo, sob um rígido controle e empregados em atividades agrícolas. A colônia, que chegou a ser visitada pessoalmente por Joaquim Nabuco em 1874, conheceu um período de ascensão, até a década de 1870, quando depois começou

a declinar gradativamente, sendo frequentes então denúncias de maus tratos aos internos.

Em relação ao setor agrícola propriamente dito, Mettray parece ter alcançado, ao menos por um tempo, algum sucesso, segundo Ivan Jablonka, que ressaltou sua “vocação agrônômica” e sua orientação por uma agricultura científica e “moderna” (JABLONKA, 2005: 77). Mettray, em 1849, acolheu 350 colonos, numa superfície de 202 hectares, alcançando 250 hectares em 1871 e 350 hectares em 1890. Nela se cultivavam cereais, legumes, plantas, além da criação de gado (JABLONKA, 2005: 78). Num relatório anterior, de 1874, na seção correspondente à “reforma penitenciária”, encontramos importante referência   opção agrária, com base na França, quando o Ministro da Justiça Manuel Ant nio Duarte de Azevedo cita uma frase de Léon Faucher em que este defendia a implantação de colônias enquanto:

[...] refúgios agrícolas   maneira das colônias estabelecidas na Bélgica e na Holanda, em que os condenados venham fazer quarentena em um lazareto. A França tem nos oito milhões de hectares de terras incultas e baldias o terreno da colonização (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1874: 48-49).

Voltando ao relatório de Nabuco de Araújo, nas palavras do senador,

[a] colonização penal merece, dizem Duval e Block, as preferências da opinião e da administração; melhor que nenhuma prisão celular ou coletiva, melhor que nenhum trabalho industrial forçado, ela garante a segurança social, pode reformar os criminosos, utilizar os bons instintos que sobrevivem em muitos deles, aproveitar essas forças desviadas da produção agrícola...

A França tem procedido sabiamente inaugurando em suas leis a colonização penal, mas esta empresa

naufragará se ela não alargar suas vistas. Persistindo os erros atuais, ela não fará senão transportar para além dos mares o – *bagne* – suprimido no seu continente.

“Échec em vez de sucesso”!

Os excelentes resultados que a França e outros países da Europa, como a Bélgica e a Suíça, têm tirado das colônias penais de menores, estabelecidas no continente, torna esperançosa esta aplicação aos adultos (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1866: 49).

Verifica-se uma referência elogiosa à França, e ao mesmo tempo crítica, uma vez que Nabuco apontou para os “erros atuais”, que podiam levar a ideia das colônias penais ao fracasso. Ele mostra-se, porém, otimista, e citou, na mesma página, os decretos franceses de 1852 e 1853 relativos à supressão do “*bagne*” (prisão para forçados) e à instituição das colônias penais. Ao mesmo tempo, transparece, no trecho acima destacado, a referência à prática agrícola a ser introduzida nas colônias, tendo Nabuco citado, dentre as vantagens que ele via com a implantação no Brasil das colônias penais, o aproveitamento de “forças desviadas da produção agrícola”. Mais adiante, ele propôs as seguintes medidas, para a instituição das colônias:

Urge, entretanto: 1º, que a pena de galés, que é a pena normalmente imposta aos crimes graves, ou seja substituída pelas colônias penais, ou seja garantida por estabelecimentos industriais e agrícolas, nas quais ela seja cumprida; 2º, que se estabeleçam colônias agrícolas para educação correcional e repressiva de milhares de menores vadios, e de mendigos e vagabundos que infestam a nossa capital, e prometem tornar-se grandes criminosos; a pena de prisão simples que a lei impõe é funesta, favorece a ociosidade, que é o incentivo deste crime, aumenta a perversidade pelo contato de outros instintos tão perversos ou mais perversos; esta pena é um benefício em vez de ser um mal (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1866: 49).

Nota-se um tom hostil à “ociosidade”, inclusive relacionado a menores, que na verdade corresponde a um tipo de discurso amplamente disseminado entre os meios governamentais brasileiros oitocentistas, e que se intensificou nas últimas décadas do Império, no contexto de abolição gradual da escravidão, como, aliás, se pode perceber através da leitura de relatórios oficiais, como os de presidentes de província.

Fernando Antônio Lourenço, em *Agricultura Ilustrada*, examinou a disseminação de um discurso conservador, ao longo do século XIX e presente nas esferas políticas e governamentais, no tocante ao trabalho das classes desfavorecidas da sociedade. A preocupação com uma suposta vadiagem e uma “ociosidade”, manifestada por outros governos daquela época, permeou tal discurso, que se referiu tanto à população pobre, de modo geral, como, cada vez mais, aos libertos (LOURENÇO, 2001). Paul Butel, em estudo sobre as Antilhas francesas, assinalou a presença desse discurso repressor no pós-abolição, isto é, na segunda metade do século XIX, com a adoção de medidas coercitivas em relação aos libertos (BUTEL, 2007).

Para Lourenço, muitas medidas, como a criação de colônias penais ou agrícolas, tiveram como propósito principal garantir o trabalho, praticamente compulsório, de amplos setores populares (cujo sentido seria, para ele, a exploração de uma mão de obra barata). Nesse sentido, ele citou a Colônia Agrícola e Penal de Mettray, na França, como fonte de inspiração para tal discurso (LOURENÇO, 2001:175).

Em relação a Nabuco, especificamente, sem negar o vínculo com o discurso relativo à “repressão à ociosidade”, acreditamos que a sua motivação para a criação de tais estabelecimentos deve ser compreendida de forma mais ampla, uma vez que ele comungou de ideais emancipacionistas, demonstrando preocupação social, e tendo sido crítico de fundamentos da ordem estabelecida, como o latifúndio, tendo, inclusive sido um partidário declarado da instituição do imposto territorial como forma de subdividir as grandes propriedades rurais incultas (NABUCO, 1997: 996). Além disso, não se deve esquecer que o político defendeu, enquanto

Ministro da Justiça, a lei conhecida pelo nome Lei Nabuco de Araújo, instituída em 1854 e estabelecendo maior rigor na fiscalização do tráfico de africanos (BOTELHO; REIS, 2001: 261).

Deve-se ainda observar que Lourenço, em seu estudo, ao analisar a proposta de criação de colônias penais, deu ênfase, sobretudo, ao conteúdo conservador que as mesmas possam ter apresentado, uma vez que ele estava preocupado principalmente em desvelar aspectos conservadores do discurso agrário oitocentista. Assim, os projetos de Nabuco (citado diretamente por Lourenço) podem ter sido analisados sem levar em consideração os componentes progressistas do ideário de seu autor, que se manifestaram em diversas ocasiões (LOURENÇO, 2001).

Por outro lado, a presença de traços conservadores em projetos de cunho progressista, com a persistente e intensa preocupação com a preservação da “ordem”, fica particularmente nítida quando se aborda a política de emancipação e aquela voltada para o pós-emancipação, isto é, tendo como foco os futuros negros emancipados. Ora, a política emancipacionista do governo imperial foi e tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores. Adiante, focalizaremos alguns dados da questão, buscando entender o sentido das propostas voltadas para a população negra que seria emancipada, e mostrando a presença francesa por trás de muitas dessas propostas.

A criação de colônias agrícolas com base em referências francesas, de fato, pode ser percebida também ao se estudar planos emancipacionistas. Sob esse aspecto, a atitude de Nabuco de Araújo frente à questão da escravidão é especialmente importante e nos ajuda a apreender a questão. Deve-se dizer, primeiramente, que o próprio tema da escravidão é fortemente vinculado à questão agrária, propriamente dita, uma vez que ela era a forma de produção predominante no setor rural do Brasil Império. De acordo com Eduardo Spiller Penna,

[a] maior parte dos estudos sobre a história agrária do Brasil e das Américas não dissocia a reflexão sobre a estrutura da posse e uso da terra das formas de organização do trabalho produzidas nessas regiões,

desde os primórdios da colonização (PENNA, 2005: 188).

Nas discussões a respeito do projeto do Marquês de São Vicente – incumbido pelo Imperador, em 1866, de apresentar um projeto de lei visando a extinguir gradualmente a escravidão –, Nabuco adotou uma posição favorável a uma emancipação gradual, com medidas moderadas, mas fez também referência à criação de colônias agrícolas. Ao longo do debate e da exposição de suas posições, ele fez várias e importantes alusões à França, sobretudo em relação às colônias francesas. O termo “colônia”, aqui, distintamente daquele explicitado mais acima, refere-se a núcleos de povoamento fundados por um povo em território estrangeiro.

Em relação às colônias francesas, é preciso dizer que, no século XIX, elas ainda abrangiam diversas regiões do mundo, sendo que para nosso estudo, ressaltaremos principalmente a região caribenha, as chamadas Antilhas francesas, na América Central, região onde a escravidão dos negros foi mantida – após uma efêmera abolição entre 1794 e 1802 – até 1848, quando foi abolida definitivamente pelo governo da II República francesa (1848-1852) (BUTEL, 2007), devendo-se, contudo, destacar o caso de Haiti, que se libertou do domínio francês em 1804.

Nas Antilhas, antes da abolição haviam sido instituídas leis visando a prepará-las à abolição, sob a Monarquia de Julho. Após 1848, foram experimentadas políticas de incentivo a usinas centrais (BUTEL, 2007) – projeto que seria também endossado por abolicionistas brasileiros, como André Rebouças. Na legislação emancipacionista, percebe-se uma vontade de controlar o processo de transição do trabalho escravo para o livre, de modo que a mesma fosse feita dentro da ordem – preocupação essa que é visível nos projetos brasileiros emancipacionistas, inclusive aqueles em que se percebe a presença de elementos franceses.

Em 1867, foram realizados dois debates no Conselho de Estado do Império do Brasil, para examinar o projeto de emancipação, de autoria do Marquês de São Vicente. É importante frisar que a

apresentação desse projeto se deu no contexto da repercussão, junto a Dom Pedro II, de uma carta de abolicionistas franceses da Junta Francesa de Emancipação, incluindo personalidades de renome como François Guizot e o Duque de Broglie, pedindo a atuação do Imperador para promover a extinção da escravidão no Brasil. O então presidente do Conselho de Ministros, o liberal Zacarias de Góes e Vasconcelos, sujeitou o projeto ao exame dos conselheiros, formulando também para cada um deles um questionário a respeito da conveniência de se adotar uma lei emancipacionista e dos modos de efetivá-la. Cada conselheiro foi instado a dar seu parecer acerca da proposta de São Vicente, que, grosso modo, previa a libertação dos filhos dos negros escravizados, como uma prévia daquela que viria a ser a Lei do Ventre Livre.

Nabuco de Araújo, em seu pronunciamento relativo ao projeto emancipacionista, na primeira consulta (fevereiro de 1867), adotou uma posição moderada, mas favorável à instituição da medida. Ele refutou a ideia de abolição imediata da escravidão, pregando uma abolição gradual, dentro da ordem estabelecida. Em suas palavras: “Direi que a abolição não deve ser simultânea e imediata, mas gradual. A abolição imediata e simultânea precipitaria o Brasil em um abismo profundo e imenso” (NABUCO, 1997: 711).

Por outro lado, Nabuco, consciente da fragilidade cada vez maior da escravidão no contexto internacional e pessoalmente simpático ao ideal de emancipação, defendeu a importância de se adotar uma medida, até como forma de evitar o risco de convulsões sociais. Em sua argumentação, ele aludiu à experiência histórica de outras nações, inclusive da França, como se pode ver no seguinte trecho:

Esperar, só por esperar, dizia o duque de Broglie, esperar só por irresolução e por falta de corarem para empreender alguma coisa, é o pior dos partidos, é o mais certo de todos os perigos.

Quantos males, diz outro escritor, se teriam prevenido, se em 1843 a abolição fosse decretada nas colônias francesas, logo depois do relatório do duque de Broglie? A abolição da escravidão não teria sido obra da revolução, não se confundiria e complicaria com a revolução (NABUCO, 1997: 710).

Mais adiante, Nabuco ainda afirmou que

[a] França, apesar dos trabalhos profundos, organizados pela comissão presidida pelo duque de Broglie em 1843, não resolveu a questão da emancipação senão indiretamente pela lei de 1845, só relativa ao regime da escravidão. Foi a revolução de 1848 que pronunciou a abolição simultânea e imediata (NABUCO, 1997: 711).

Preocupava-o a possibilidade de uma conflagração social, caso a questão da escravidão não fosse abordada pelo governo, pensamento comum a muitos políticos de seu tempo, que se lembravam da insurreição dos negros haitianos, do início do século. Para ele, “antes as consequências que houve na Martinica e na Guadalupe, do que os precedentes havidos em São Domingos” (NABUCO, 1997: 714). Em outro trecho de sua resposta ao questionário apresentado por Zacarias, Nabuco, abordando as formas de efetivar a lei de emancipação, manifestou sua preocupação com a ordem pública e com a manutenção do trabalho, que, em sua opinião, dificilmente poderia ser garantida logo com a imigração. Nesse sentido, fez referências às Antilhas, então administrada pela França, como se percebe adiante:

A reorganização do trabalho nas Antilhas tem sido coisa bem difícil, sendo que por meios diplomáticos conseguiu a França que fossem elas supridas por seis mil indianos e por africanos. Segundo um importante artigo da *Revista dos Dois Mundos*, dezembro de 1863, a prosperidade das Antilhas francesas ainda hoje depende da corrente da imigração e da divisão da cultura e fabrico do sistema das fábricas centrais (NABUCO, 1997: 712).

Percebe-se, acima, a referência a um sistema bastante defendido por personalidades como André Rebouças, isto é, o das fábricas centrais. Deve-se dizer a esse respeito que a Martinica e a Guadalupe, após a abolição da escravidão, foram palco de experiências bem sucedidas, em termos econômicos, de usinas centrais, instaladas em parte com auxílio de crédito fundiário, o *Crédit foncier colonial* (BUTEL, 2007: 394-400). Nabuco, depois, apresentou, na opinião de seu filho, o “esboço completo da futura lei de 28 de setembro” (NABUCO, 1997: 712) (Lei de 28 de Setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre), apoiando a liberdade dos recém-nascidos de mulheres escravas e reconhecendo o direito do escravizado de obter a alforria, mediante o acúmulo de pecúlio, lembrando que a legislação francesa de 1845 e a inglesa de 1831 “garantiam tudo que o escravo adquirisse por doação, sucessão ou testamento” (NABUCO, 1997: 718).

A referência francesa remete às leis de 18 e 19 de julho de 1845, que, na perspectiva de uma extinção gradual da escravidão, apoiada pelo governo da Monarquia de Julho, instituiu medidas que em princípio seriam favoráveis aos negros, como a extensão às colônias da Guiana e da Ilha Bourbon do decreto real de 15 de outubro de 1786, possibilitando a concessão de lotes de terras aos negros escravizados da Guadalupe e da Martinica. A abolição seria possível, para Nabuco de Araújo, se fosse gradual, com a liberdade dos recém-nascidos e com o crescimento do número de alforrias. Nabuco, preocupado com os efeitos de aprovação da lei ao seio da população escrava – ele temia “desordens” e a “inércia do trabalho” –, pregou a adoção de algumas medidas, de caráter repressivo:

1º Obrigar os libertos a engajarem seus serviços dentro de um curto prazo com seu antigo senhor ou com outro de sua escolha, sob a pena de serem havidos por vagabundos.

2º Punir os vagabundos e vadios, não com a prisão simples, que é o que eles desejam, mas com o trabalho nos estabelecimentos ou colônias disciplinares.

3º Criar esses estabelecimentos e colônias.

Senhor! Entre as colônias francesas, houve uma, a ilha da Reunião, que atravessou incólume a perigosa transição da abolição, e foi isto devido principalmente à previdência e perseverança com que o governador obrigou os libertos a tomarem engajamento em dois meses, sob pena de serem havidos por vagabundos e punidos com trabalho nos estabelecimentos disciplinares (NABUCO, 1997: 714).

Observa-se a proximidade com o projeto de criação de colônias penais, referido mais acima, e a referência à Ilha da Reunião, administrada pelos franceses, como modelo a ser seguido na relação entre governo e libertos. É preciso observar que Nabuco já estava, aí, abordando a perspectiva da emancipação progressiva do conjunto da população escrava (que viria com as alforrias), e não somente dos recém-libertos. Propôs ele também a remoção dos escravos das capitais para o campo, considerando os interesses da lavoura, e também vislumbrando uma maior “segurança” das cidades.

As medidas propostas por Nabuco inserem-se no debate, já aludido, em torno da repressão à “ociosidade”, que era atribuída por vários políticos às classes desfavorecidas da sociedade. De acordo com Fernando Antônio Lourenço,

[r]evelando não poucas afinidades com o liberalismo escravista, a abolição gradual projetada por Nabuco de Araújo como que sumariava um programa de reformas, idealizado pela classe dirigente imperial, para substituir o trabalho escravo por outras formas de trabalho compulsório (LOURENÇO, 2001: 109).

Lourenço considerou, em seu estudo, que o conservadorismo marcou fortemente projetos como o de Nabuco. Porém, como já observamos, acreditamos ser necessário algum cuidado, no caso específico do conselheiro, uma vez que ele já dera mostras concretas de seu emancipacionismo – que se pense, por exemplo, na Lei Nabuco de Araújo (1854), já mencionada.

Na segunda consulta ao Conselho de Estado em relação ao projeto de São Vicente, em abril de 1867, Nabuco, ao abordar o destino dos recém-nascidos, que seriam considerados livres pela lei projetada, propôs a instituição de colônias agrícolas para menores. Não questionando a possibilidade oferecida pela lei ao senhor de manter o recém-liberto sob seu domínio até a idade dos vinte anos (para homens) e dezoito (para mulheres), Nabuco interpelou o item da lei que previa que os filhos de escravos fossem mantidos por associações, no caso em que os senhores se recusassem a mantê-los sob seu controle até as idades referidas. Para o conselheiro, essas associações, ou sociedades, poderiam dispor do trabalho gratuito das crianças (como ocorreria caso fossem mantidas junto aos senhores), em colônias agrícolas, cujo modelo poderia ser buscado em países como a França. Segundo Nabuco,

[c]omo retribuição dos serviços até os vinte anos poderão essas sociedades ensaiar colônias agrícolas de menores, como as que existem na França, na Suíça, na Bélgica, e outros países, aos quais prestariam braços à nossa agricultura (NABUCO, 1997: 719).

A criação de colônias agrícolas de menores foi uma medida que foi defendida por amplos setores políticos e intelectuais brasileiros. Sônia Mendonça, em *O Ruralismo Brasileiro* (1888-1931), teceu importantes comentários a respeito, analisando a formação de estabelecimentos de ensino agrícola associados a um sistema repressivo – os “patronatos agrícolas” –, já na Primeira República (MENDONÇA, 1997: 167), também examinados por Adriana de Resende Vianna. Esta autora mostrou como o trabalho agrícola, que ela estudou tendo como foco os menores, esteve associado a propostas que, de alguma forma, previam o trabalho compulsório. Segundo Vianna,

[...] é importante não perder de vista que o espaço rural só era representado como comportando uma forte dimensão ordenadora porque se pretendia que sua ocupação se desse através de esquemas rígidos

de controle sobre a população para lá deslocada
(VIANNA, 1999: 79).

Percebe-se a semelhança com as teses defendidas por Lourenço. Independente das convicções pessoais de Nabuco de Araújo, a proposta de criação de colônias para menores insere-se num debate amplo, em que esta tendia ser apoiada como uma medida de controle e de ordem social, e, no período de transição da escravidão para o trabalho livre, como forma de controlar a população liberta. Deve-se lembrar, ainda, que sob o Império, a Lei dos Sexagenários, aprovada em 1885, previu, em seu artigo 4º, a criação de colônias agrícolas, para onde deveriam ser enviados os “libertos sem ocupação”.

No debate do Conselho de Estado, Nabuco posicionou-se em relação aos outros itens do projeto emancipacionista, ora apoiando, ora criticando algumas medidas. Como se percebe, verificou-se uma forte presença de elementos franceses no discurso de Nabuco, que, em 1868, foi escolhido relator do projeto de São Vicente. O diálogo com os autores franceses pode ser percebido quando se examinam as fontes de que se serviu para elaborar seu relatório. De acordo com seu filho Joaquim Nabuco,

[o] que Nabuco fez foi um trabalho puramente de coordenação, de seleção, de graduação e montagem de idéias[sic], sugeridas ou nos projetos de São Vicente (lei portuguesa), ou nas duas reuniões, de 2 e 9 de abril de 1867, do Conselho de Estado, ou na obra de Perdigão Malheiro, que contém os projetos até então apresentados em matéria de escravidão, ou nos trabalhos das comissões francesas de que foram relatores Tocqueville e o duque de Broglie (NABUCO, 1997: 728) [...]

Observa-se a referência francesa, ao lado de outras diversas. Joaquim Nabuco citou, ainda, dentre os franceses, os relatórios Jules Lechevalier (1844), as obras de Victor Schoelcher e de Auguste Cochin. Dentre os brasileiros que lhe serviram de inspiração, merece destaque o nome de Tavares Bastos. Schoelcher, como se sabe, teve

uma atuação especialmente marcante na França oitocentista, tendo tido um papel fundamental na abolição da escravidão nas colônias francesas, decretada logo após a vitória da Revolução de 1848.

A proposta de emancipação gradual ganhou apoio ao seio da elite política imperial, e seria retomada pelo gabinete do Visconde de Rio Branco, culminando, em 28 de setembro de 1871, com a aprovação da Lei do Ventre Livre, defendida por Nabuco (ANDRADE, 1987: 22-23).

Ao longo dos anos, a proposta gradualista de extinção do cativeiro se firmaria, mais do que uma efetiva política de criação de colônias voltadas para os libertos. Na década de 1880, na iminência da abolição da escravidão – ocorrida oficialmente com a Lei Áurea, em 1888 –, ideias de fixar os negros libertados em colônias, de cunho militar, como forma de garantir a “ordem”, seriam manifestadas ao seio da elite política imperial, e um exemplo disso é a projeção de colônias agrícolas pelo já mencionado artigo 4º da Lei dos Sexagenários – deveriam adotar uma rigidez militar. Note-se, porém, que o movimento abolicionista chegou a formular planos concretos de criação de colônias agrícolas, desta vez tendo como foco não apenas os libertos, mas o conjunto de populações desfavorecidas na área rural – como os indígenas –, uma temática que tem sido aos poucos mais pesquisada e que, por uma questão de limites, apenas assinalamos aqui, antes de concluirmos nosso texto com observações gerais sobre as questões levantadas.

Pelo que se pôde examinar resumidamente, percebe-se, ao lado de alusões a outros modelos externos – é importante frisar a presença de comentários relativos às experiências de outros países, como os Estados Unidos –, que a referência francesa presente nos documentos abordados concernentes ao projeto de colônias agrícolas, ao menos na parte que toca à emancipação, parece ter contribuído no debate acerca da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, fornecendo subsídios – em termos teóricos e de experiências concretas – à elite política imperial para conduzir esse processo histórico dentro de um espírito “ordeiro”, afastando-se o espectro das convulsões sociais. Em relação à emancipação, realmente, a legislação francesa (e a política relativa

às colônias daquele país), ao que se vê, serviu de referência para fundamentar uma política de extinção gradual da escravidão, sem abalos e convulsões temidas pelo governo imperial.

Em relação às colônias penais, transparece também nitidamente a preocupação com a ordem. As alusões francesas, nesse caso, parecem ter ajudado na elaboração de projetos de reforma do sistema penitenciário, ao lado de outras referências externas. Concretamente, porém, os projetos reformistas não lograram concretizar-se durante o período imperial, ao menos considerando-se as informações contidas nos relatórios ministeriais focados, uma das principais bases da nossa pesquisa. Seria, sim, instituído um novo Código Penal (em substituição ao de 1830), mas já na República, em 1890.

Em relação às colônias penais, propriamente ditas, apenas uma parece ter sido efetivamente implantada, isto é, a da Ilha de Fernando de Noronha (PE). No entanto, não dispomos, em nossa pesquisa, de dados que comprovem uma vinculação direta entre a criação desta colônia e as experiências francesas, embora seja lícito supor que essa vinculação tenha existido, dado o fato de que os setores governamentais estavam bastante antenados com o que se passava na Europa, especialmente na França. Por outro lado, no período republicano, seriam instituídas diversas colônias penais e agrícolas, dentre as quais as da Ilha Grande (RJ), sob certos aspectos com características parecidas às das suas congêneres francesas. Uma pesquisa ulterior, mais aprofundada, poderia eventualmente demonstrar uma conexão direta entre essas experiências e a das colônias implantadas na França, que, conforme observado, foram numerosas.

Deve-se, ainda, observar a referência à prática de métodos agrícolas “científicos” e “modernos” ao seio das colônias penais e agrícolas francesas, ao menos em Mettray, que foi a mais famosa delas, conforme observado por Ivan Jablonka, e que, conforme visto, foi citada pelos políticos do Império brasileiro. Essa observação é importante, pois denota a preocupação, entre as elites políticas imperiais, em apoiar-se em projetos baseados em ideais de modernidade e, mais até, numa noção de civilização. As

referências francesas parecem ter, na verdade, ajudado a legitimar um discurso fortemente vinculado a um ideário de civilização, e também de modernização conservadora, isto é, de reformas dentro da ordem, sem abalar a estrutura social hierárquica.

Enfim, deve-se ressaltar a ideologia liberal, que permeou o discurso dos políticos e estadistas do Segundo Reinado, e ter em mente o fato que a mesma conseguiu conciliar a defesa da ordem e da propriedade privada com um discurso favorável a reformas – ainda que moderadas. Sob esse ponto, é interessante destacar o estudo de René Rémond, que mostrou como a ideologia liberal oitocentista possuía um autêntico traço idealista, ao mesmo tempo em que podia ser claramente associada a interesses específicos de classe (RÉMOND, 1974). Vendo por esse prisma, pode-se pensar que a preocupação com a ordem, claramente presente nos projetos de colônias agrícolas examinados, podia denotar fundamentalmente uma preocupação com a manutenção da estrutura social hierarquizada ou vincular-se a uma real preocupação de justiça social ou, ainda, as duas coisas simultaneamente.

Referências

- ANDRADE, M. C. *Abolição e Reforma Agrária*. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- ASSELAIN, J. *Histoire économique de la France: du XVIIIe siècle à nos jours*. Volume 1. De l'Ancien Régime à la Première Guerre Mondiale. Éditions du Seuil, 1984.
- BOTELHO, A. V.; REIS, L. M. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: O Autor, 2001.
- BUTEL, P. *Histoire des Antilles françaises. XVII-XXe siècle*. Éditions Perrin, 2007.
- CORELLI, M. *Culturas Cruzadas: Intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas: Papirus, 1994. 272p.
- FERREIRA, T. M. B. C. Bibliotecas de médicos e advogados do Rio de Janeiro: dever e lazer em um só lugar. In. ABREU, M.

- (Org.). *Leituras, História e Memória da Leitura*. Campinas, SP: Fapesp / Mercado das Letras/ ALR, 1999.
- FIRMO, J. S.; OCTACIANO, N. *Parlamentares do Império*. Brasília: Senado Federal, 1973.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 35ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FOUGÈRE, É. *Le grande livre do bague: en Guyane et Nouvelle Calédonie*. Saint- Clotilde (Ilha da Reunião): Ed. Orphie, 2002.
- GREGORY, V. Colônia. In. MOTTA, M. M. M. (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2005, pp.96-98.
- GUIMARÃES, A. P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 6ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1989.
- JABLONKA, I. L'éducation des jeunes détenus à Mettray et dans les colonies agricoles pénitentiaires françaises (1830-1900). In. CHASSAT, S. ; FORLIVESI, L. ; POTTIER, G. *Éduquer et punir: la colonie agricole et pénitentiaire de Mettray (1839-1937)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005, pp. 69-79.
- JORNAL DO COMMERCIO. *Jornal do Commercio: a notícia do dia a dia, 1827-1987*. Reprodução da 1ª página do Jornal do Commercio de 15/3/1878.
- KNITTEL, F. *Agronomie et innovation*. Le cas Mathieu de Dombasle (1777-1843). Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 2009.
- LOURENÇO, A. F. *Agricultura Ilustrada: Liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- MENDONÇA, S. R. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MOTTA, M. M. M. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, RJ: Vício de Leitura / Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- MOULIN, A. *Les paysans dans la société française*. De la Révolution à nos jours. Éditions du Seuil, 1988.

- NABUCO, J. *Um Estadista do Império*. 2 volumes. 5. ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.
- PENNA, E. S. Escravidão. In. MOTTA, M. M. M (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2005.
- PRADE, C. Les colonies pénitenciaires au XIXe siècle: de la genèse au déclin. In. CHASSAT, S.; FORLIVESI, L.; POTTIER, G. *Éduquer et punir: la colonie agricole et pénitentiaire de Mettray (1839-1937)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005, pp. 27-37.
- RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Rio de Janeiro. Anos de 1866, 1874 e 1875.
- RÉMOND, R. *Le XIXe siècle*. 1815-1914. Paris: Éditions du Seuil, 1974.
- SANTOS, M. S. *Os porões da República: a barbárie nas prisões da Ilha Grande (1894-1945)*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2009.
- SCHAPOCHNIK, N. Das ficções do Arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In. ABREU, M (Org.). *Leitura, História e Memória da Leitura*. Campinas, SP: Fapesp / Mercado de Letras / ALR, 1999, pp. 301-310
- VIANNA, A. R. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 1999.

ENTRE MITOS E FALÁCIAS: REDISCUTINDO A URBANIZAÇÃO NA NOVA FRONTEIRA GLOBAL

MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G.; MONTGOMERY, M.; FERNÁNDEZ-CASTILLA, R. (Eds.). *The new global frontier: urbanization, poverty and environment in the 21st century*. London: Earthscan, 2008. 386 p.

*Tathiane Mayumi Anazawa**

As cidades concentram vários fenômenos que ocorrem concomitantemente e em diferentes escalas. Se por um lado o crescimento populacional nas cidades e suas consequências são colocados como desafios, por outro, é na cidade que o futuro precisa ser planejado, ou seja, o bem estar da humanidade depende diretamente da forma com que o mundo está se preparando para o inevitável crescimento da população, principalmente em áreas em desenvolvimento. A discussão está posta: a nova fronteira global é representada pelos centros urbanos dos países com baixa e média renda. O contexto? Países da África, Ásia e América Latina que concentrarão os maiores crescimentos da população mundial, considerando assim os desafios demográficos, econômicos e ambientais que essas cidades já enfrentam no século XXI.

O livro editado por George Martine, Gordon McGranahan, Mark Montgomery e Rogelio Fernández-Castilla dialoga com as transformações urbanas já ocorridas e as que estão em curso neste

* Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas – SP, Brasil (tathimay@gmail.com). Recebido em: 14/03/2015 – Aceito em: 20/05/2015.

século, bem como os potenciais desafios que serão enfrentados pelos formuladores de políticas, que muitas vezes já encontram uma visão negativa, em meio a mal entendidos passíveis de correção. O livro é aberto com uma introdução dos editores, discutindo sobre a urbanização e o crescimento urbano que são vistos de forma negativa pelos formuladores de políticas, embasados nas seguintes falácias: todos os países em desenvolvimento passam pela mesma transição urbana; a maior parte do crescimento está ocorrendo nas mega-cidades; os pobres são minoria nos centros urbanos, além de serem considerados como um atraso para a economia urbana; a urbanização leva à degradação ambiental; e os governos devem tentar controlar a migração rural e urbana.

Os autores procuram, então, pela desmistificação dessas falácias postas como mal entendidos, os quais este livro procura compreender, com o objetivo de refletir sobre o futuro das cidades, indicando que políticas adequadas podem auxiliar na diminuição da pobreza e danos ambientais.

O livro está dividido em cinco partes que alocam os capítulos referentes a cada temática. A “Parte I – Transições urbanas”¹, formada por três capítulos, discute sobre os equívocos de que o crescimento urbano é resultado principalmente da migração e que a população está concentrada em megacidades. A reflexão sobre esses equívocos e incertezas são discutidos por Mark R. Montgomery, com o capítulo intitulado “A demografia da transição urbana: o que nós conhecemos e o que não conhecemos”. O capítulo seguinte “Urbanização, pobreza e iniquidade: a migração rural-urbana é um problema da pobreza ou parte da solução?”, dos autores Cecilia Tacoli, Gordon McGranahan e David Satterthwaite, segue debatendo a separação artificial que ocorre entre populações rural e urbana nas discussões sobre políticas de desenvolvimento, o que dificulta a compreensão desse fluxo migratório como parte da solução da pobreza, desmistificando a migração rural-urbana como um indutor do crescimento urbano. O terceiro capítulo que compõe e finaliza a Parte I é “Transições demográfica e urbana

¹ Todos os títulos foram traduzidos pela autora.

em um sistema global e respostas políticas”, de Ronald Skeldon, que reposiciona a transição urbana no contexto mais amplo da transição demográfica, procurando discutir sobre a possibilidade de uma segunda transição urbana.

Conhecer os benefícios da urbanização e do desenvolvimento urbano faz parte do arcabouço de discussões referentes à pobreza urbana. Sendo assim, a Parte II é composta por quatro capítulos que têm como eixo agregador a relação entre o ritmo da urbanização e o crescimento econômico. Mostrar as principais e potenciais respostas para o fracasso das políticas de enfrentamento da pobreza urbana auxilia na compreensão e planejamento de ações futuras, como os quatro capítulos desta seção discutem. O capítulo 4 “Terra e serviços para os pobres urbanos em países com rápida urbanização”, de Gordon McGranahan, Diana Mitlin e David Satterthwaite, aborda justamente as falhas do passado, referentes a políticas (ou a falta delas), tanto no âmbito público quanto privado, voltadas para os pobres urbanos. Estes que, na maior parte das vezes, demandam por moradia e serviços ambientais e não são atendidos pelo mercado imobiliário vigente.

Seguindo a discussão sobre moradias informais, o capítulo 5, “Informalidade e pobreza nas políticas urbanas da América Latina”, de Martim O. Smolka e Adriana de A. Lorangeira, reforça a discussão apresentada no capítulo anterior, visando discutir as políticas ineficazes para amenizar o problema das moradias informais na América Latina. Nesse sentido, Shlomo Angel, com o capítulo 6 “Preparando para a expansão urbana: a estratégia proposta para as cidades intermediárias do Equador”, consegue exemplificar, com as experiências de cidades de médio porte do Equador, políticas para a acessibilidade de terras por parte dos pobres urbanos. Finalizando esta seção, Gabriella Y. Carolini apresenta o capítulo 7 “Organizações dos pobres urbanos e desenvolvimento urbano equitativo: processo e produto”, afirmando a importância dessas organizações nas últimas décadas e suas estratégias de desenvolvimento, que representam um movimento social de fato.

A “Parte III – O uso do espaço social e sustentável” traz para a discussão um conjunto de quatro capítulos, traçados por uma linha de análises e reanálises sobre a relação entre desenvolvimento urbano e meio ambiente. A discussão recente sobre essa relação é enfatizada pelos capítulos apresentados em seguida, que redireciona a atenção para questões de como e para onde as cidades estão crescendo. O capítulo 8 “Sustentabilidade urbana e mudanças ambientais globais: reflexões para uma agenda urbana”, de Roberto Sánchez-Rodríguez, apresenta uma abordagem multidimensional da sustentabilidade urbana, para melhor compreender a relação entre urbanização e mudança ambiental global, cujo olhar deve estar voltado para além da escala local, incluindo os processos regionais e globais que afetam esta escala local.

Seguindo com a Parte III, Gordon McGranahan, Deborah Balk e Bridget Anderson discutem sobre assentamentos urbanos em áreas de risco de alagamento e danos causados por tempestades no capítulo 9 “Riscos das mudanças climáticas para assentamentos urbanos em zonas costeiras de baixa altitude”. Os autores discorrem sobre a densidade das populações litorâneas e as medidas necessárias para evitar o desenvolvimento urbano em áreas de risco. O capítulo 10 “Urbanização e ecossistemas: padrões atuais e implicações futuras”, dos autores Deborah Balk, Gordon McGranahan e Bridget Anderson, apresenta as taxas de urbanização e crescimento urbano estimadas por setor ecológico, a partir da premissa de que é preciso conhecer para onde as áreas urbanas estão crescendo, uma vez que sua localização tem significância ambiental em escalas maiores. O último capítulo do bloco é escrito por Daniel Joseph Hogan e Ricardo Ojima, que apresentam o capítulo 11 “*Urban sprawl*: um desafio para a sustentabilidade”, realocando a importância da forma urbana nos estudos de sustentabilidade, a partir da revisão sobre o *urban sprawl* e a discussão entre concentração *versus* descentralização das cidades.

Partindo para um cenário de rápidas mudanças demográficas, como os padrões de fecundidade, a composição

etária e comportamento migratório, a “Parte IV – A nova face da demografia urbana e seus desafios” é composta por quatro capítulos que retratam a relação da dinâmica demográfica e sua relação com o ritmo e a forma do crescimento urbano. Iniciando este bloco, o capítulo 12 “Notas sobre as projeções da pobreza urbana-rural e o papel da migração”, de Ralph Hakkert, analisa a migração rural-urbana e seu impacto sobre a redução da pobreza, levantando questões como o acesso a serviços de saúde reprodutiva e suas consequências sobre o fluxo migratório rural-urbano. Já o capítulo 13 “Empoderamento das mulheres e igualdade de gênero no conjunto urbano: novas vulnerabilidades e oportunidades”, de Luis Mora, mostra que as áreas urbanas podem ser palco das remodelações das relações de gênero, posto que novas oportunidades de igualdade de gênero e empregos surgem no contexto urbano, para as mulheres. O capítulo ainda aborda questões inter-relacionadas como trabalhar fora de casa, as condições de vida das mulheres no meio urbano, a formação familiar e a participação social.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, sobre benefícios da urbanização e a demografia, os dois capítulos seguintes trabalham com jovens e idosos, respectivamente. O capítulo 14 “Jovens em um mundo urbano”, de Rogelio Fernández-Castilla, Laura Laski e Saskia Schellekens, chama a atenção para as oportunidades do bônus demográfico e suas implicações para os formuladores de políticas, já que a criação de empregos e investimentos em capacitação e educação requerem políticas específicas, que demandam maior tempo de execução. E o capítulo 15 “Urbanização e envelhecimento em países em desenvolvimento”, de José Miguel Guzmán e Paulo Saad, afirma que a urbanização pode trazer benefícios para a população idosa, mediante políticas específicas, citando a proximidade aos serviços, a melhoria na qualidade de vida dos idosos e rendimentos mais elevados em áreas urbanas.

Caminhando para a finalização da Parte IV, Lynn Collins, autora do capítulo 15 “Confrontando a urbanização e a epidemia de AIDS: uma faca de dois gumes”, analisa a complexa relação entre urbanização e AIDS. Relação essa que ainda não recebeu

a devida atenção na literatura recente. O lado positivo em potencial da urbanização sobre a AIDS compreende as melhorias socioeconômicas, difusão de informações, melhores serviços, além das organizações da sociedade civil, entre outros fatores. O último capítulo, “Fornecendo informações para o progresso social em áreas urbanas”, de Haroldo da Gama Torres, trata sobre informações socioeconômicas e demográficas, sua disponibilidade e necessidades ao nível local de governo. Esse último capítulo procura discutir sobre a invisibilidade dos pobres, a partir de descrições das informações disponíveis, seu grau de desagregação, os tipos de informações socioeconômicas e demográficas importantes para as políticas sociais locais, e por fim, as técnicas e metodologias para a aplicação dessas informações ao nível local.

Finalizando o livro, a “Parte V – Padrões regionais de urbanização e a relação com o desenvolvimento” tem como sua base de discussão, os diversos padrões de urbanização nas diferentes regiões do mundo, exemplificados pelas três principais regiões em desenvolvimento: África, Ásia e América Latina e Caribe. Esta seção conta com os capítulos referentes à África, de Michael J. White, Blessing U. Mberu e Mark A. Collinson, capítulo 18 – “Urbanização africana: tendências recentes e implicações”, além da Ásia, com os capítulos 19 – “Heterogeneidade socioeconômica na Índia urbana”, de S. Chandrasekhar e Abhiroop Mukhopadhyay e 20 – “A transição urbana na China: tendências, consequências e implicações políticas”, de Xuemei Bai. Por fim, a América Latina e Caribe são retratados por Jorge Rodriguez e George Martine, com o capítulo 21 – “Urbanização na América Latina e Caribe: experiências e lições aprendidas”.

Os capítulos presentes na Parte V reafirmam que as generalizações sobre os padrões de urbanização não podem existir frente a gama de exemplos presentes em diferentes regiões. A África Sub-Saariana, retratada por Michael J. White, Blessing U. Mberu e Mark A. Collinson, consiste na região que apresentará as maiores taxas de crescimento urbano no continente. Contudo, nesta região, a urbanização foi posta como a fonte de pobreza crescente e não como sinônimo de dinamismo econômico. Por outro lado, a Índia,

onde a economia é de rápido crescimento, apresenta um quadro de baixa urbanização. E o cenário da pobreza urbana crescente requer atenção, como mostram S. Chandrasekhar e Abhiroop Mukhopadhyay. Já Xuemei Bai apresenta o processo de transição demográfica na China, além de verificar que os recentes processos acelerados de urbanização são decorrentes das transformações radicais nas políticas de migração e economia. A América Latina e Caribe, por sua vez, compreendem a região com a transição urbana mais avançada. Conforme Jorge Rodriguez e George Martine mostram, muitos dos países dessa região já passaram pela transição urbana, e representam exemplos potenciais de experiências desse processo.

Os capítulos, de maneira geral, revisitam a urbanização para dialogar com suas temáticas específicas. Enfatiza-se em cada capítulo o otimismo presente frente ao processo de desmistificação das falácias sobre o processo de urbanização, resultando na emergência de novas visões e potenciais diálogos com os formuladores de políticas, tangenciados pela emergência de metodologias revisitadas para orientar as necessárias e novas políticas, além da questão da análise de escalas e suas inter e intra relações. Destacam-se também as tentativas de criação de políticas de controle de crescimento urbano nos países em desenvolvimento, tidas como fracassadas e infundadas.

O livro procura debater os benefícios da urbanização e desenvolvimento urbano, a partir dos capítulos que trazem as experiências concretizadas, as lições aprendidas e os potenciais desafios futuros para o século XXI. Objetiva dar o devido destaque à urbanização, suas implicações demográficas, econômicas, sociais e ambientais, mostrando as experiências vividas em diferentes regiões, por distintos grupos populacionais. Dessa forma, as experiências expressas nos diversos capítulos, auxiliam na construção de argumentos que possibilitem aos formuladores de políticas darem encaminhamento aos pontos incompreendidos e romper com os paradigmas previamente estabelecidos, ainda que bastante difundidos, para enfim especificar políticas a partir da diversidade encontrada na nova fronteira global.

ENTREVISTA COM GEORGE MARTINE

*Roberto Luiz do Carmo
Igor Cavallini Johansen*

George Martine é um dos mais conhecidos pesquisadores que têm contribuído no Brasil e no exterior para o debate sobre População e Ambiente. Graduado em Artes e Ciências pela University of Ottawa, Canadá (1959), mestre em Sociologia pela Fordham University, Estados Unidos (1965) e Doutor em Demografia e Ecologia pela Brown University, Estados Unidos (1969), trabalha em temas como migração interna, população e desenvolvimento, desigualdade, pobreza, urbanização e sustentabilidade.



George Martine. Imagem: arquivo pessoal.

Esta entrevista foi gentilmente concedida por George Martine através de e-mail. O texto abaixo apresenta as questões formuladas por Roberto Luiz do Carmo e Igor Cavallini Johansen e, em seguida, as respostas elaboradas pelo pesquisador e consultor George Martine.

Revista Idéias: *Seria ótimo se você pudesse começar contando um pouco sobre a sua trajetória, desde local de origem, passando pela formação acadêmica e como se estabeleceu no Brasil.*

George Martine: Nasci e morei no Canadá até os 23 anos, cheguei ao Brasil de araque e acabei ficando por fatalidade do destino. Era vagamente idealista (na época, usava-se!), tinha estudado várias coisas, mas não tinha conseguido me 'conectar'. Vim para trabalhar como voluntário num Centro que promovia a aculturação de estrangeiros chegando ao Brasil via programas de ajuda externa. Desembarquei no Galeão sem ter a mínima ideia do que me esperava. Mas tirei a sorte grande, pois esta experiência traçou o rumo da minha vida pessoal e profissional.

A instituição em que cáipatrocinava palestras e discussões que abriram minha cabeça para as complexidades do desenvolvimento e me motivaram a ir estudar sociologia e demografia nos EUA. Fiz minha dissertação de mestrado sobre a questão do engajamento político do cientista social e a do doutorado sobre migrações internas no Brasil. Logo em seguida, conduzi uma pesquisa sobre formação da família e marginalidade no Rio (publicada depois pelo Celade) e, já com família para sustentar, fui trabalhar na CEPAL em Santiago do Chile, onde fiquei até o golpe de Pinochet.

Querendo fugir daquele Chile, tive a sorte de ser convidado para voltar ao Brasil no contexto de um projeto ambicioso de desenvolvimento social da ONU durante a ditadura. Trabalhei inicialmente como assessor de um programa nacional de migrações internas sediado no Ministério do Interior (Minter). Este cargo me colocou em contato com muitos pesquisadores e técnicos pelo Brasil afora e daí surgiu até minha participação na criação da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP).

Quatro anos depois do retorno ao Brasil, assumi a coordenação da parte internacional deste mesmo projeto da ONU no CNRH/IPEA, organismo que naquele tempo servia como o 'think tank' do governo para a área social.

Fiquei neste cargo até 1990 e tive a oportunidade de trabalhar em várias questões de proa como política social, emprego, desenvolvimento regional, política de população, política agrícola e colonização. O meu interesse na questão ambiental brotou desta confluência de interesses, particularmente ao analisar a forma como as políticas governamentais estavam afetando a região amazônica.

Ao deixar a ONU, participei com Donald Sawyer e Haroldo Torres na fundação de uma ONG (o Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN) onde trabalhei sobre as interfaces entre os temas de população, desenvolvimento e meio ambiente durante quatro anos. Em seguida, passei dois anos em Harvard como Senior Fellow no Centro de População e Desenvolvimento daquela universidade – minha única experiência 'acadêmica' pura. Depois, fui convidado a trabalhar com a equipe técnica interagencial do UNFPA para a América Latina e Caribe, primeiro como assessor em população e meio ambiente e, em seguida, como diretor desta equipe regional.

Na aposentadoria, retornei ao Brasil e assumi a presidência da ABEP (2005-2008). Neste período de suposta 'aposentadoria', tenho feito consultorias para vários organismos internacionais. Tive a oportunidade de trabalhar com muitos temas, mas sempre preferindo enfocar as questões que ligavam urbanização e meio ambiente.

Continuo mais interessado na aplicação política do conhecimento do que no avanço científico em si. Neste sentido, a minha maior oportunidade surgiu quando fui convidado a escrever o 'State of the World Population 2007' do UNFPA, resultando na publicação do livro "Unleashing the Potential of Urban Growth". Nesta publicação, eu pude sintetizar, de forma acessível para uma audiência ampla, uma série de ideias sobre as quais vínhamos trabalhando em relação ao processo da urbanização. Pelo fato de ser uma publicação com "a chancela da

ONU”, de ser distribuída em oito idiomas, e sobretudo de oferecer alguns argumentos pouco ortodoxos para a época, este trabalho teve uma repercussão que nunca teria tido se fosse escrito como livro acadêmico.

Desde então, tenho trabalhado em vários projetos sobre os mesmos temas – urbanização, pobreza, meio ambiente – com o International Institute for Environment and Development (IIED), e isto tem rendido alguns artigos e livros.

Revista Idéias: *Você é um dos precursores dos estudos de População e Ambiente no Brasil. Quando essas questões começaram a ser sistematizadas no país, configurando-se como objeto de pesquisa e de política pública? Poderia citar quais eram as principais problemáticas discutidas naquele contexto inicial?*

George Martine: Acho que a história dos estudos sobre população e meio ambiente no Brasil está muito bem relatada no excelente artigo de Marandola e Hogan, publicado pela REBEP em 2007¹. Seria complicado para mim tentar resumir uma trajetória destas com base à memória pessoal, especialmente quando está claro que o meu ‘disco duro’ já apresenta falhas! O fato de ser parte desta história também abre grandes probabilidades de seletividade e viés. Além disso, existe um hiato importante na minha participação nestes debates por conta de longo período em que estive trabalhando no exterior. Mas vou tentar oferecer uma visão pessoal desta trajetória, com desculpas antecipadas a todas e todos pelas falhas.

Na minha visão, as origens do interesse da demografia brasileira na questão ambiental têm duas principais vertentes, cada uma com as suas personagens. Por um lado, despontou graças a uma pesquisa de grande porte encomendada pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia

¹ MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Em direção a uma demografia ambiental? Avaliação e tendências dos estudos de População e Ambiente no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 24, n. 2, p. 191-223, 2007.

(SUDAM) ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (Cedeplar), ainda na década de 1970. Por conta deste financiamento, o Cedeplar teve estímulos e recursos para contratar quatro pesquisadores de peso (Charles Wood, Marianne Schmink, Diana e Donald Sawyer) para apoiar uma série de estudos demográficos na Amazônia². Aproveitando o embalo, um contingente considerável de professores e alunos do Cedeplar acabaram se interessando pelos temas amazônicos e chegaram a ser, por sua vez, pesquisadores importantes neles. Embora não fossem essencialmente ‘ambientais’ por natureza no início, estes estudos amazônicos tiveram de abordar necessariamente várias questões adjacentes ao tema. Na medida em que a região amazônica foi se transformando em eixo da preocupação ambiental mundial, a aproximação destas pesquisas com as questões ecológicas ficou ainda mais direta.

Na outra vertente, considero que Daniel Hogan também teve um papel importante na internalização de preocupações ambientais mais genéricas para a comunidade demográfica do Brasil, durante a década de 1980. Recordar-se que o mundo estava começando a ficar atormentado com a confirmação de uma relação estreita entre ‘desenvolvimento’ e degradação ambiental. Diversos fatores – a constatação do incremento na poluição ambiental mundial, a descoberta de um buraco na camada de ozônio, e as sequelas da chuva ácida nos grandes centros urbanos dos países desenvolvidos – vieram a se juntar às preocupações anteriores referentes à ‘conservação’ da natureza para provocar um debate crítico sobre as perspectivas da sustentabilidade. Este

² Às vezes brinco que a minha maior contribuição aos estudos amazônicos (e ao Cedeplar) foi a de ter feito uma aproximação entre a SUDAM e o Cedeplar e de ter ajudado a definir um grande projeto de pesquisas migratórias a ser executado na região amazônica pelo Centro (que até então não tinha nenhuma expertise na Amazônia). Isto ocorreu na época em que eu assessorava o Programa de Migrações no Minter. Aos poucos, esta parceria Cedeplar/SUDAM foi se estendendo a outros temas e nutriu uma grande variedade de estudos.

inspiraria uma acentuação da consciência ambiental internacional, a publicação do relatório Brundtland sobre 'desenvolvimento sustentável' e a própria realização da Rio-92.

Para muitos de nós da comunidade abepiana, na década de 1980, esses temas eram ainda vistos como coisa de país rico e de relevância menor para nossa realidade. Estávamos mais intrigados com outros temas como a descoberta da queda imprevista da fecundidade no Brasil, as implicações sociais dos problemas gerados pela 'década perdida', a luta pelo fim da ditadura militar e as pedras no caminho da redemocratização. Mesmo assim, Hogan conseguiu, aos poucos, instalar as preocupações ambientais mais amplas no cerne das questões substantivas do Núcleo de Estudos de População (NEPO) e da ABEP, montando uma pequena equipe de alunos e pesquisadores voltada para uma visão ampla desses temas³. Estas iniciativas, por sua vez, repercutiram na agenda da comunidade demográfica nacional.

Ou seja, no meu entender, os dois principais centros de estudos demográficos brasileiros tiveram, por caminhos diferentes, um papel importante na criação das condições institucionais para o desenvolvimento de estudos ambientais na demografia brasileira.

Ao fazer o relato dessa trajetória, é preciso observar que a internalização desses temas tipicamente ambientais na nossa comunidade foi também marcada pela ideologia dominante e pelas preocupações tradicionais da comunidade abepiana. Esta, além de apresentar uma competência já reconhecida internacionalmente no campo dos estudos populacionais, sempre esteve muito engajada em lutas políticas e sociais, desde sua criação. Uma das características marcantes da ABEP, nestes primórdios, era a sua luta contra o neomalthusianismo que prevalecia no 'establishment' populacional mundial. Tal oposição ao establishment pode ser vista em retrospecto como corajosa ou irônica, tendo em vista que

³ Para uma discussão deste legado, ver: MARANDOLA JR., E.; OJIMA, R. Prefácio. In. HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E.; OJIMA, R. *População e ambiente: desafios à sustentabilidade*. São Paulo, SP: Blucher, 2010.

este tinha sido responsável, em parte, pelo próprio florescimento da demografia no Brasil⁴.

De qualquer forma, o ponto é que, ao surgir a discussão ambiental no Brasil, ela foi imediatamente canalizada, em parte, para uma vertente bem específica do debate internacional sobre o tema – ou seja, o papel que o crescimento populacional estaria tendo na acentuação dos problemas ambientais. Quer dizer, a preocupação ambiental nascente não podia se desassociar de questões mais amplas sendo discutidas no seio da ABEP. A nossa literatura inicial sobre população e meio ambiente navegava nessas águas turvas com muito cuidado. O próprio Hogan se viu obrigado a explicar sua posição sobre esses temas em vários artigos no início de sua carreira como ambientalista⁵. Sem embargo, vistos em retrospecto, tanto estes como os trabalhos de outros autores pioneiros da nossa comunidade refletem posturas bastante equilibradas, rejeitando simplismos de lado a lado e chamando a atenção, tanto para a importância, como para a complexidade da influência demográfica.

Revista Idéias: *Seria possível dizer que se desenvolveu no Brasil uma visão própria, de algum modo diferente daquela tida em países desenvolvidos sobre questões similares? Conseguimos avançar substancialmente em termos de desenvolvimento de novas teorias e metodologias de abordagem da relação População e Ambiente?*

⁴ A este respeito, ver: MARTINE, G. O papel dos organismos internacionais na evolução dos estudos populacionais no Brasil: notas preliminares. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 22, n. 2, p. 257-75, 2005.

⁵ Ver as seguintes referências:

HOGAN, D. J. Dinâmica demográfica e poluição ambiental. *Textos NEPO*, n. 12. Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1987.

HOGAN, D. J. População e Meio Ambiente. *Textos NEPO*, n. 16. Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1989.

HOGAN, D. J. Crescimento demográfico e meio ambiente. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 8, n. 1/2, p. 61-71, 1991.

George Martine: Acho fascinante, mas complicada, a tentativa de identificar a origem das ideias e sua evolução. Como ocorre com outros pesquisadores, tenho sido surpreendido ao encontrar conceitos ou noções, que eu pensava ter ‘inventado’, nos trabalhos de outras pessoas. Mas, para dizer a verdade, eu também teria receio de atribuir a origem das minhas próprias ‘invenções’ exclusivamente à minha imaginação. Na era dos computadores, está ficando ainda mais difícil identificar especificidades ou visões próprias no pensamento acadêmico, pois as informações e as ideias fluem com muita rapidez entre pesquisadores, centros, comunidades e continentes.

Não tenho certeza se podemos dizer que desenvolvemos novas teorias ou metodologias de abordagem sobre População e Ambiente. Até porque eu não tenho, e nunca tive, muita preocupação com as questões teóricas, epistemológicas ou metodológicas em si. Além disso, é óbvio que tanto o conceito de ‘população’, como o de ‘meio ambiente’ cobrem um território enorme. Cada um dos muitos aspectos incluídos nesses dois conceitos amplíssimos pode ser analisado de muitas maneiras e em diferentes níveis de generalidade. Isso transforma o estudo de P/MA num empreendimento multidisciplinar por natureza. Quando percebemos que estas relações entre P/MA são fortemente influenciadas pelos processos de desenvolvimento, a temática fica ainda mais difícil de circunscrever.

O texto de Marandola e Hogan, citado acima, faz um belo esforço para entender as implicações destas características da nossa temática para o avanço do conhecimento científico neste vasto domínio. Como o meu interesse, ao longo dos anos, tem sido mais voltado para o lado das implicações políticas da relação entre população, meio ambiente e desenvolvimento, talvez eu possa tentar identificar a especificidade de algumas *posturas políticas* da comunidade demográfica brasileira dentro do debate internacional, pelo menos nos primórdios da discussão população/meio ambiente aqui.

Por exemplo, a postura agressivamente anti-neomalthusiana, marca registrada de grande parte da comunidade abepiana nos

seus inícios, afetou os primeiros estudos de população e ambiente, no sentido de que todos se sentiam obrigados a tratar do tema. Porém, enquanto o debate internacional enfocava, quase que exclusivamente, a discussão da pressão dos números sobre os recursos naturais escassos, nosso enfoque era mais equilibrado e valorizava mais as outras dimensões da dinâmica demográfica, especialmente a distribuição espacial. Acho que isto, em si mesmo, foi um avanço importante.

Ademais, creio que o nosso grupo avançou algo, tanto na identificação dos temas de maior relevância nacional na relação entre população e meio ambiente, como na explicitação da relação de população e meio ambiente (P/A) com o processo de desenvolvimento (P/A/D).

Na época em que foi criado o primeiro GT de meio ambiente na ABEP (em 1990), a discussão ambiental internacional tinha se voltado com intensidade para a questão amazônica. De certa maneira, a necessidade de conservar o enorme valor do 'pulmão amazônico' para a humanidade estava superando a preocupação com os impactos do modelo de desenvolvimento sobre o meio ambiente. Em retrospecto, parece que a discussão internacional – antes da vitória definitiva do neoliberalismo – achava difícil e politicamente complicado focar diretamente a relação entre processos de desenvolvimento e questões ambientais. Isso influenciou a concentração das atenções em outros temas importantes, mas subsidiários, como o crescimento demográfico e a devastação amazônica.

Ambos os temas receberam um tratamento diferenciado no nosso caso, conforme eu mesmo destacava nessa época pioneira:

O interesse brasileiro com a questão ambiental é relativamente recente. Talvez por isso, o enfoque, o conteúdo e a escala de preocupações para esta área – particularmente no que se refere à região amazônica – ainda refletem as prioridades estabelecidas em outros países. Nesse sentido, o fato de possuir quase um terço da floresta tropical do mundo tem marcado o debate brasileiro sobre a questão ambiental com

características peculiares e, muitas vezes, distorcidas. Na realidade, o Brasil é hoje um país urbanizado, cuja população é cada vez mais concentrada nas regiões de maior atividade industrial, e cujos problemas sócio-ambientais são cada vez mais decorrentes desta concentração. A agenda ambiental brasileira precisa ser redefinida para poder refletir melhor as preocupações derivadas deste processo mais amplo de transformação econômico e social que vive o país⁶.

O mesmo texto relutava também em aceitar a concentração de interesses nas questões de população versus recursos naturais:

O debate internacional referente ao tema população-meio ambiente tem focado, quase que exclusivamente, a questão de como o crescimento demográfico impacta o ambiente [...]. Neste ensaio [...] sugerimos que existe uma outra vertente da variável demográfica que poderia ser explorada com mais proveito no caso brasileiro – a distribuição da população sobre o espaço. Embora esta tenha significado estratégico na definição da agenda ambiental brasileira, ela permanece praticamente ignorada na literatura, tanto nacional como internacional⁷.

Na minha avaliação, seria correto dizer que os pesquisadores brasileiros também exerceram um papel importante na explicitação de uma postura mais elaborada dessas questões, ao inserir a discussão população/meio ambiente mais diretamente no contexto concreto do desenvolvimento naquele momento histórico. Neste sentido, a comunidade assumiu uma divergência marcada com a equação dominante, mas simplória, do $I = PAT$ [Impacto humano no ambiente = População x Afluência x Tecnologia] com a

⁶ MARTINE, G. Desenvolvimento, dinâmica demográfica e meio ambiente: repensando a agenda ambiental brasileira. *Documento de Trabalho*, n. 1. Instituto Sociedade, População e Natureza. Brasília, DF, 1991. (p. 1).

⁷ Ibid. (p. 1).

qual Erhlich e Holdren vinham orquestrando a discussão. Ou seja, para nós “desenvolvimento” era, não somente uma coisa muito mais complexa do que a combinação de ‘afluência’ e ‘tecnologia’, mas adquiria também uma dimensão de economia política que faltava (e frequentemente continua faltando) nestas discussões. Isto obviamente não quer dizer que outros pesquisadores, em outros âmbitos, não estivessem elaborando pensamentos similares ou até mais pertinentes, mas considero que aqui foram também trilhados alguns caminhos interessantes.

O fato concreto é que, no momento histórico em que se expandiram as discussões sobre meio ambiente e dinâmica demográfica no Brasil, avolumavam-se as evidências da força avassaladora da globalização econômica dirigida pela ideologia do neoliberalismo. Claramente, este processo de globalização estava assumindo um papel dominante na configuração da questão ambiental para o final do século. Vários autores daqui analisaram este fenômeno e apontaram os perigos deste reordenamento da ordem econômica mundial para a sustentabilidade global. Em trabalho seminal, por exemplo, Torres alertava para o efeito da globalização na emergência das indústrias sujas e intensivas em recursos naturais no Brasil⁸. Este foi seguido de outro estudo que analisava os dilemas ambientais que a reordenação econômica representava para os países recentemente industrializados⁹. Por isso, eu escrevia na época que

[...] dois aspectos merecem ser cuidadosamente examinados: primeiro, as contradições entre os paradigmas propostos para o mundo nos âmbitos econômico e mundial; segundo, os reais conflitos de interesses entre grupos e entre nações sobre questões

⁸ TORRES, H. Emergência das indústrias suja e intensivas em recursos naturais no cenário industrial brasileiro. *Documento de Trabalho*, n. 9, Instituto Sociedade, População e Natureza, Brasília, DF, 1992.

⁹ TORRES, H.; MARTINE, G. Reordenação econômica, meio ambiente e urbanização: dilemas da trajetória recente dos NIEs. *Documento de Trabalho*, n. 20, Instituto Sociedade, População e Natureza, Brasília, DF, 1993.

que incidem diretamente no futuro ambiental da humanidade¹⁰.

O nascimento do Grupo de Trabalho sobre meio ambiente, criado no seio da ABEP por iniciativa da então-presidente Neide Patarra, serviu para aprofundar essa discussão. O objetivo do GT era avançar o conhecimento sobre as interações entre meio ambiente e dinâmica demográfica no Brasil, bem como contribuir para políticas públicas adequadas na área ambiental. Tratamos logo de reunir alguns dos pesquisadores que tinham realizado trabalhos sobre o tema ambiental e de discutir uma agenda comum.

Esta busca de uma agenda comum obviamente não foi fácil, dada a amplitude do tema e a variedade de interesses dos pesquisadores. Na minha recordação (obviamente afetada pela 'retenção seletiva'), algumas das discussões mais interessantes giravam em torno da questão de como a globalização e o neoliberalismo afetariam os problemas ambientais no Brasil. A eterna questão neomalthusiana não tinha desaparecido e continuava merecendo ensaios visando esclarecer, tanto para a comunidade acadêmica como para o grande público, a complexidade das interfaces entre população, meio ambiente e desenvolvimento. Mas o que motivava mesmo a discussão era entender como esse mastodonte da globalização ia afetar as relações PAD no caso brasileiro.

Estas discussões desembocaram na publicação do primeiro livro produzido pelo GT em 1993¹¹. Nele encontravam-se tanto visões amplas de como o contexto mundial afetaria os processos de desenvolvimento e os cenários ambientais, como as implicações destes processos em diferentes âmbitos da realidade nacional.

¹⁰ MARTINE, G. Os conflitos inerentes à questão ambiental: O Brasil e a Carta da Terra. Documento de Trabalho, n. 8, Instituto Sociedade, População e Natureza, Brasília, DF, 1991. (p. 1).

¹¹ MARTINE, G. (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

Com o tempo, o grupo foi incorporando novos interesses dentro da amplitude do tema e também refinando conceitos e abordagens. Um segundo livro, organizado por Torres e Costa e publicado em 2000, evidenciou uma melhor compreensão de vários níveis de complexidade nas relações entre sociedade e natureza. Temas diversos como capacidade de suporte, risco ambiental, qualidade de vida e implicações da urbanização foram abordados e refletiam a busca de uma maior justiça socioespacial e equidade ambiental¹². Em 2002, foi lançado o livro “Population and Environment in Brazil: Rio + 10” com o objetivo de contribuir para a Conferência de Johannesburgo, levando a perspectiva dos estudiosos brasileiros na área de População e Meio Ambiente¹³. Consta que estes primeiros livros, mostrando um ecletismo crescente, mantêm sua relevância.

A grande guinada do GT nos últimos tempos tem sido no sentido de uma focalização mais explícita na dimensão espacial. Aproveitando interações com outras disciplinas, particularmente a geografia, os estudos e debates da nossa comunidade convergiram progressivamente para destacar a questão espacial. O tema da redistribuição espacial, particularmente em torno da questão da urbanização, tinha sido muito valorizado desde os nossos primeiros estudos como um contraponto importante à discussão neomalthusiana da pressão dos números. Entretanto, a questão espacial passou a ser cada vez mais central agora, fato que resultou num encontro conjunto com o GT de migrações internas, na mudança do nome oficial do nosso GT para “População, Espaço e Meio Ambiente” e na publicação de um número especial da REBEP sobre a questão ambiente e espaço¹⁴. A utilização crescente

¹² TORRES, H.; COSTA, H. (Org.). *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo, SP: SENAC São Paulo, 2000.

¹³ HOGAN, J.; BERQUÓ, E. S.; COSTA, H. S. M (Org.). *Population and environment in Brazil: Rio+10*. Campinas, SP: CNPD, ABEP, NEPO/UNICAMP, 2002.

¹⁴ Revista Brasileira de Estudos de População, v. 24, n. 2, 2007.

de novos recursos técnicos como os Sistemas de Informação Geográfica acompanhou e reforçou essa trajetória.

Na minha perspectiva, como eu sempre insisti na importância da urbanização para a definição das trajetórias econômicas, sociais, demográficas e ambientais dos países “não-industrializados”, essa virada foi muito positiva. A colocação das relações sociedade-natureza no contexto espacial enriqueceu muito a discussão no grupo, tanto em termos do escopo dos temas como da incorporação de metodologias de investigação. A concentração sobre questões urbanas continua predominando, mas os estudos também enfocam processos de mobilidade em espaços rurais e na ocupação das fronteiras.

Revista Idéias: *E hoje, quais são os problemas ambientais que você identifica como de maior relevância? A agenda de pesquisa mudou em que direção? Quais são os temas que você julga serem os mais relevantes daqui em diante no âmbito das discussões sobre população e ambiente no Brasil?*

George Martine: Novamente vou responder com meu viés de pessoa engajada e não como pretendo cientista. Quando assumi a presidência da ABEP em 2005, eu falei do alto desta tribuna que eu achava que todos nós, além dos nossos interesses científicos e políticos habituais, deveríamos assumir um compromisso com a questão das mudanças climáticas. Alguns acharam peculiar esta postura, mas os eventos desde aquele momento confirmaram que as questões ambientais – das quais as mudanças climáticas são apenas um elemento mais visível – assumiram uma importância transcendental que nem os mais ferrenhos negacionistas podem desmentir.

A ciência já demonstra, com evidências irrefutáveis, os problemas causados por nosso paradigma de desenvolvimento. Estudos recentes indicam que já ultrapassamos os limites em quatro sistemas planetários e que isto é claramente produto da

ação humana¹⁵. Dois destes limites planetários – as mudanças climáticas e a integridade da biosfera – são considerados como “limites fundamentais”, pois o agravamento da situação nestas duas fronteiras pode levar a nossa civilização ao colapso. Custa entender como esse tipo de informação, de uma importância crítica para o futuro de toda a humanidade, não consegue penetrar na consciência coletiva da nossa sociedade e, mais ainda, da nossa associação.

Ou seja, no meu entender, a hierarquia e as prioridades para a análise e a ação são bastante claras. Precisamos entender cada vez melhor como e porque estes limites planetários estão sendo infringidos, com que consequências e, mais importante ainda, o que deve ser feito para retardar, e eventualmente reverter, essa caminhada em direção ao caos ecológico. Como já foi explicado por vários analistas como Georgescu e Daly, o problema fundamental surge do caminho adotado pela civilização moderna para a redução da pobreza e o crescimento econômico - o *throughput growth* - ou seja, a transformação contínua de recursos naturais em dejetos com o objetivo de gerar mais PIB.

Acredito que não seja necessário voltar a discutir aqui todos os problemas que esse caminho para o desenvolvimento acarreta e, ao mesmo tempo, enfrenta. Sugiro apenas que se consultem alguns dos muitos artigos escritos a respeito por nosso colega – e maior articulista brasileiro sobre temas ambientais nestes últimos anos – José Eustáquio Alves, no Boletim Diário Ecodebate. Nesta série, o leitor encontrará uma análise sucinta e acessível de praticamente todas as limitações principais deste nosso processo de desenvolvimento, assim como de suas implicações ambientais.

O grande dilema ético e existencial da humanidade neste século se resume no fato de que o nosso Planeta está sendo seriamente ameaçado pelas ações de uma minoria da população

¹⁵ Ver, por exemplo: STEFFEN, W. et al. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. *Science*, v. 347, n. 6223, p. 1259855, 2015. (trabalho de 18 autores do Stockholm Resilience Centre da Universidade de Estocolmo).

mundial, enquanto a maioria ainda espera a expansão do *throughput growth* para poder sair da pobreza. A minoria defende a continuação de seu estilo de vida, fortemente marcado pela cultura do consumo, enquanto o resto da humanidade está esperançoso de que as instituições que promovem o 'desenvolvimento' consigam lhe estender o privilégio deste mesmo consumo.

O que podemos e devemos estudar para dar uma contribuição efetiva neste terreno crítico? A gama de possibilidades relevantes é quase infinita, e isso nos coloca no mesmo dilema que confrontam os ambientalistas no mundo inteiro: dedicar-se ao tic-tac ou partir para a briga! Ou seja, o ambientalista pode fazer coisas positivas como: a) consumir produtos supostamente menos poluentes (tipo carros elétricos) e fazer coisas corretas como a coleta seletiva de lixo (tornando-se assim mais limpo, mas não mais sustentável, pois essas estratégias individuais não têm um impacto quantitativo relevante no meio ambiente sem a redução do consumo), ou; b) ele pode transformar sua consciência ambiental adquirida através do esforço de 'viver limpo' num engajamento efetivo direcionado para a mudança do paradigma dominante.

Como pesquisadores, podemos também concentrar nossas atenções na variedade infinita dos temas da moda e assim enriquecer nossa relação de publicações acadêmicas, ou podemos tentar entender e explicar como a interação da dinâmica demográfica com os processos de desenvolvimento incide ou é afetada pelas tendências ambientais globais e fazer sistematicamente a ligação entre os conhecimentos específicos e a problemática PAD mais ampla.

A propósito, creio que existem dois filões promissores para esta segunda alternativa, inspirados pela própria debilidade da governança internacional sobre questões ambientais. Por um lado, os relatórios do IPCC, em que pese sua enorme importância, têm escamoteado, em grande parte, a análise sistemática da dinâmica demográfica nas suas projeções. Isto evidentemente reflete a intenção de evitar a paixão política com que ainda se considera questões de reprodução ou de pressões demográficas

em nível global. Por outro lado, a urbanização tende a ser vista nestes documentos com uma visão negativa simplória. Atualizar esses conceitos e preencher essas brechas pode ser um exercício extremamente interessante.

Outro filão, mais prático ainda, diz respeito aos novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Estes foram apresentados pelo Secretário Geral da ONU como “O caminho para a dignidade até 2030: acabando com a pobreza, transformando todas as vidas e protegendo o planeta”. Na realidade, os ODS são sujeitos a críticas profundas em cada um dos seus 17 objetivos. No conjunto, os ODS representam a vitória de um modelo altamente insustentável, camuflado de ‘desenvolvimento sustentável’. É importante que os pesquisadores analisem detalhadamente a relevância e a efetividade de cada um destes objetivos, seja em nível local ou global, para acabar com as ilusões e conduzir o debate para terrenos mais úteis.

Acredito que se avaliarmos o poder maciço das forças que se unem para conjugar, impor e defender o atual modelo de desenvolvimento, chegaremos à conclusão de que a atual trajetória ambiental só poderá ser alterada por uma mudança radical de valores. Esta poderia ocorrer por decisões políticas impostas por vontade de uma sociedade mais consciente (perspectiva tão remota que nem a ONU se arrisca a propô-la), ou pela acumulação de desastres ‘naturais’ cada vez mais frequentes e violentos. Para dizer a verdade, acredito mais nesta segunda alternativa; a minha dúvida é se isso vai ocorrer antes ou depois de termos transgredido alguns ‘limites fundamentais’.

Neste cenário, me parece que uma vertente central para a pesquisa consistiria na análise de como as tendências da dinâmica demográfica afetam a economia política da cultura do consumo e suas consequências concretas, com o objetivo de fomentar atitudes e movimentos sociais capazes de mobilizar a sociedade numa direção diferente e alterar o pensamento econômico dominante. O nosso pioneiro neste ramo de pesquisa foi Donald

Sawyer, que abriu uma série de pistas importantes para a reflexão¹⁶. Mas, essa vertente crítica só foi retomada na nossa comunidade mais recentemente, e de forma ainda tímida e parcial. Considero, portanto, que precisaríamos ampliar o escopo e aprofundar diversos aspectos do enfoque sobre 'desenvolvimento' na análise das relações PAD.

Revista Idéias: *Qual é a sua leitura sobre o momento atual (2014/2015) em que a maioria das regiões do país apresenta chuvas muito abaixo da média, colocando em risco a segurança hídrica e energética da população? Estaríamos atravessando a maior crise ambiental já vivenciada até então?*

George Martine: Todos nós que acompanhamos os estudos sobre mudanças ambientais estamos acostumados a observar variações importantes de temperatura e de eventos climáticos de um ano a outro e de região a outra. Esta grande variabilidade tem até permitido que os céticos questionem a própria mudança climática global ou falassem em "hiato" e desaceleração do aquecimento. Entretanto, a tendência de mais longo prazo é indiscutível. O ano 2014 foi o mais quente do planeta desde o início das medições oficiais em 1880; 14 dos 15 anos mais quentes ocorreram a partir da virada do milênio e o aquecimento está se acelerando, assim como a frequência e a violência de eventos climáticos extremos.

¹⁶ SAWYER, D. População, meio ambiente e desenvolvimento no Brasil. Instituto Sociedade, População e Natureza, Brasília, DF, 1993. Trabalho apresentado no seminário sobre *Políticas Públicas, Agentes Sociais e Desenvolvimento Sustentável*. Belo Horizonte, 14-15 de junho.

SAWYER, D. Consumption patterns and environmental impacts in a global socioecosystemic perspective. In. HOGAN, D. J (Org.). *Human Dimensions of Global Environmental Change*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Ciências, 2001.

SAWYER, D. Population and Sustainable consumption in Brazil. In. HOGAN, J.; BERQUÓ, E. S.; COSTA, H. S. M (Org.). *Population and environment in Brazil: Rio+10*. Campinas, SP: CNPD, ABEP, NEPO/UNICAMP, 2002.

Vista a questão nestes termos, parece óbvio que estamos entrando (ou atravessando) num segmento particularmente ruim da trajetória climática. A primeira tarefa que nos cabe, portanto, é de analisar o porquê de isto estar ocorrendo, que consequências surgem daí e o que se pode fazer para evitar o agravamento desta situação e reduzir seus prejuízos.

Mas, por outro lado, é preciso evitar também que se atribuam todos os problemas enfrentados por diferentes regiões brasileiras, seja em termos de enchentes urbanas ou crises hídricas, diretamente às mudanças climáticas. As crises atuais refletem também uma tremenda falta de governança e trazem à tona a insuficiência e a vulnerabilidade de todo um modelo de organização da economia, do território e de recursos hídricos. Por último, representa a consequência inevitável de um processo de desenvolvimento que degrada a natureza e destrói metodicamente os ecossistemas.

É preciso recordar que o problema atual tem muito a ver com as políticas governamentais que permitiram a ocupação desregrada e a expansão da pecuária na Amazônia, assim como a monocultura em grandes extensões no Centro-Oeste. Esta combinação é responsável tanto pela redução das chuvas como pela secagem do berço das águas, os aquíferos do Cerrado.

A má gestão do uso do solo também caracterizou a ocupação urbana. Ao longo do tempo, o território urbano e seus entornos foram desmatados, desmembrados e ocupados de acordo com a conjugação de interesses especulativos e desmandos políticos. Entre outras coisas, isto fez com que com o grupo social mais numeroso – os pobres – fosse se estabelecendo, ao longo do tempo, nas piores e mais perigosas localidades. Estas localidades incluem frequentemente áreas de risco, nascentes, áreas ricas em biodiversidade, ou áreas protegidas, agravando assim os estragos feitos pela especulação imobiliária e pela invasão dos mesmos territórios por classes mais abastadas.

Do ponto de vista técnico, os problemas atuais já eram previsíveis. Em 2011, a Agência Nacional de Águas (ANA) publicou um relatório dizendo que, em 2015, haveria problemas de abastecimento em mais da metade dos municípios brasileiros,

incluindo São Paulo¹⁷. O que está ocorrendo hoje também foi previsto num trabalho da Secretaria Estadual de Meio Ambiente realizado em 2009¹⁸. Este já projetava dificuldades no sistema Cantareira, assim como conflitos pelo uso de recursos hídricos entre municípios. Esses alertas e planos técnicos foram simplesmente ignorados pelos governantes. A ganância, a irresponsabilidade e a incompetência transformaram eventos ainda 'naturais' em cataclismos sociais.

Portanto, existem diversos níveis de responsabilidade política na questão climática. Estas experiências precisam ser analisadas, historiadas e difundidas para um grande público para impedir a repetição de tais eventos. A tecnologia disponível em termos de mapeamento espacial facilita a reconstituição de padrões de ocupação e a revelação das culpas e omissões.

Um outro lado da moeda que precisa ser analisado e projetado diz respeito aos prováveis impactos das mudanças climáticas sobre diferentes territórios e grupos sociais. As questões referentes à produção e ao uso do espaço, aos desequilíbrios habitacionais, aos entraves à mobilidade urbana, à invasão de ecossistemas por atividades especulativas, à segregação socioespacial urbana, à espacialização de riscos, à documentação de desastres 'naturais' – tudo isso continua fornecendo material básico de pesquisa voltada para o esclarecimento do público e, conseqüentemente, para a reformulação de políticas públicas. Estas temáticas já são objeto de estudos importantes na nossa comunidade.

Revista Idéias: *Diante deste cenário complexo para o Brasil em termos de problemas ambientais e suas decorrências sobre a qualidade de vida da população, quais são as saídas que você vislumbra?*

¹⁷ ECODEBATE CIDADANIA & MEIO AMBIENTE. *Crise hídrica e falta de governança: sintomas de um problema crônico do Brasil*. Entrevista com Eduardo Assad. 9 mar. 2015. Disponível em: <http://goo.gl/eOrgVk>. Acesso em abril 2015.

¹⁸ ESTADÃO. *Estado de SP já previa desabastecimento em estudo de 2009*. Disponível em: <http://goo.gl/bWDZeC>. Acesso em abril 2015.

George Martine: Estou tentado a responder – “Cumbica e Galeão!” – mas eu não sei para onde viajaríamos, pois não vejo solução fácil em lugar nenhum da Terra. Seja em nível global, seja em nível local, a situação exige mudanças de valores e de ações. Vai ser necessário, globalmente, extirpar a cultura do consumo e substituir o desenvolvimento via crescimento, baseado no uso insustentável de recursos não renováveis e na destruição da diversidade biológica, com objetivos, valores e comportamentos sustentáveis. Convenhamos que isto não é nada fácil pois, como até os ODS estão mostrando – especialmente o ODS #8, que quer promover o desenvolvimento ‘sustentável’ via o aumento do PIB – até o sistema das Nações Unidas está corrompido pela ideologia do mercado. A continuidade da acumulação de capital e a geração de riqueza via destruição de recursos naturais constitui o objetivo central que mobiliza o mundo.

Em nível nacional, deveríamos também aproveitar a crise ambiental atual para continuar desvendando suas origens e apontando caminhos diferentes para a estruturação de uma deseconomia crescente. Isto exige uma consciência ambiental sedimentada em evidências e disposta a promover ações políticas consequentes com os fatos. Atualmente, isto não está ocorrendo, obviamente. Temos governos preocupados em mostrar serviço no campo econômico e apostando nos benefícios sociais que o aumento do PIB traria para a população mais pobre no curto prazo (e para os governantes na próxima eleição). As dificuldades concretas encontradas para alcançar essas metas não impedem os diferentes componentes do setor público de tentar eliminar os ‘entraves’ que as preocupações ambientais estariam representando para os objetivos de desenvolvimento. Consequentemente, enquanto 97% dos cientistas globais que estudam mudanças climáticas concordam que elas estão acontecendo, de fato, e que elas têm origens antropocêntricas, temos a aprovação de Códigos Florestais insustentáveis e a eliminação do próprio tema de desenvolvimento sustentável na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência! Enquanto isso, os Ministérios de Ciências e Tecnologia e de Meio Ambiente se dedicam a demonstrar que as mudanças climáticas

e os eventos climáticos extremos em curso correspondem aos ciclos normais da natureza. Estes fatos ilustram dramaticamente o caminho que falta a ser percorrido antes de sermos capazes de gerar respostas efetivas às mudanças ambientais em curso.

Revista Idéias: *Falando de futuro, quais são os temas que você julga serem os mais relevantes daqui em diante no âmbito das discussões sobre população e ambiente no Brasil?*

George Martine: Como eu disse anteriormente, nunca consegui motivar-me por exercícios de ciência pura. Sempre achei apropriada a visão do sociólogo C. Wright Mills de que o cientista social tem a responsabilidade de analisar e tentar influenciar os processos sociais. Este tipo de perspectiva obviamente gera um viés na escolha de temas e objetivos. Neste caso, meu viés vai no sentido de que as nossas pesquisas deveriam contribuir principalmente para uma melhor compreensão de como a dinâmica demográfica incide na acentuação ou redução dos ‘drivers’ dos problemas ambientais globais e locais, e daí contribuir para um ‘advocacy’ que estimule ações políticas mais efetivas. Já citei vários caminhos, mas sugiro alguns exemplos adicionais aqui, obviamente sem presumir que isto cubra toda a agenda, ou sugerir que todos devam seguir essas trilhas.

De início, acho muito importante a nova geração de pesquisadores se dispor a questionar o senso comum acumulado e o politicamente correto, tanto na economia como na demografia, e não se submeter à patrulhagem ideológica. Como venho repetindo ao longo desta discussão, é indispensável ir a fundo no questionamento do ‘milagre do mercado’. Na área demográfica, também faz falta reavaliar a discussão eterna referente à pressão dos números sobre recursos, à luz do contexto atual. Fiz menção disto na minha fala da abertura da ABEP em 2014 e, conseqüentemente, escutei comentários de que “o Martine virou controlista.” Achei até engraçado, dada a minha trajetória sobre esse tema. Mas o fato é que precisamos voltar a ponderar essa questão à luz de novos fatos. O ‘inimigo’ hoje não é mais o establishment controlista, que

perdeu seu ímpeto e sua empáfia depois do Cairo, embora sua proposta continue sendo propagada tontamente como “*A Solução*” por alguns grupos importantes.

O inimigo maior hoje é a corrida desenfreada do mundo para a economia da insustentabilidade e isso traz nuances importantes para a questão. A trajetória da relação entre economia e meio ambiente em nível global sugere a necessidade de rever o papel da dinâmica demográfica nessa equação. Para início de conversa, fica claro, como sempre, que o controlismo não é uma solução em si porque o problema não é o aumento de população senão o aumento de *consumidores* dentro da economia globalizada; ‘consumidor’ e ‘pessoa’ não são equivalentes nesta equação.

Mas o aumento dos consumidores, dentro do paradigma atual de desenvolvimento, é claramente afetado pelo crescimento populacional ocorrido em gerações anteriores. Ou seja, como o êxito do modelo de consumo se define pela sua capacidade de incluir uma parcela cada vez maior da população no mercado, o número de consumidores/poluidores aumentará, *ceteris paribus*, com o tamanho da população, nos países que conseguirem o crescimento econômico. Nesse sentido, taxas de crescimento demográfico atuais afetam os números de consumidores e a dimensão total do consumo no futuro e isto não é irrisório, conforme o exemplo da China bem dramatiza.

É fato incontestável que os padrões de produção e consumo insustentáveis dos países desenvolvidos e das elites dos países não desenvolvidos – quase todos com taxas de fecundidade reduzidas – são os responsáveis por terem levado o planeta à beira do abismo ecológico. Entretanto, a situação se agrava com o aumento do consumo no resto do mundo. O número de consumidores vem aumentando assustadoramente em países grandes que, até pouco tempo, tinham taxas de crescimento demográfico elevado. Não se pode negar o direito relativo ao consumo dessas massas, mas o fato inegável é que, maior o número de pessoas nestes países, maior o número dos que teriam direito a esse consumo insustentável.

Costumo dizer que o planejamento familiar não tem efeito retroativo. O dilema é que já temos, mundialmente, um número

de pessoas (consumidores ou consumidores-em-potencial) muito maior daquele que pode ser sustentado com um padrão de vida similar, digamos, à classe média do Brasil. O crescimento moderado da população é, sem dúvida, um estímulo importante para o modelo de *'throughput growth'* que exige aumentos constantes de produção e consumo. Por isso, já tem até economistas no Brasil apregoando a necessidade de políticas pro-natalistas para garantir a continuação do fluxo de mão de obra e do próprio crescimento do PIB via a transformação de quantidades cada vez maiores de recursos naturais em dejetos. Do ponto de vista ambiental, tal estratégia é obviamente insustentável, pois se a população cresce, toda ela também terá direito ao consumo. Multiplicar esse tipo de estratégia pelo tamanho da população mundial crescente (imaginem se a China revertisse sua política anti-natalista!) significaria simplesmente a acentuação do caos ecológico.

Em suma, creio que vale a pena retomar a discussão de recursos versus população à luz dos desafios mais atuais. Obviamente, sem mudanças na definição do 'desenvolvimento' e dos padrões de consumo embutidos nele, não fará muita diferença se a população global atingir um máximo de oito ou quinze bilhões. Muito antes destes bilhões terem se transformado em consumidores, o caos da insustentabilidade terá se instalado, fazendo renascer algumas das ameaças malthusianas.

Mas se formos otimistas – acreditando que haverá inversão dos valores e padrões de consumo, mudanças tecnológicas fantásticas e reversão do próprio paradigma de desenvolvimento a tempo de evitar a transgressão de limites fundamentais – é óbvio que o número de pessoas que precisarão conviver no novo paradigma do decrescimento econômico será um fator crucial.

Em termos de pesquisa propriamente dita, creio que a distribuição espacial ainda oferece o campo mais instigante. Mas a discussão do papel da urbanização nos problemas ambientais não pode se circunscrever à observação de que as populações urbanas têm a maior pegada ecológica. As potencialidades enormes da concentração populacional para a sustentabilidade precisam ser reconhecidas e aproveitadas por uma nova governança.

Revista Idéias: *Quais são os grandes desafios que a área ainda não conseguiu superar?*

George Martine: O trabalho de Marandola e Hogan, que citei anteriormente, ao fazer uma análise detalhada da pesquisa população/meio ambiente no Brasil, tenta lidar com o fato de que muitos dos nossos trabalhos não têm um claro compromisso com a dinâmica demográfica propriamente dita. Ou seja, lidam com “populações” de maneira inter- e multidisciplinar, mas a maioria não tem uma clara relação com o tal ‘núcleo duro’ da demografia. Pessoalmente, não vejo isso como um problema, senão como resultado da amplitude do escopo das nossas preocupações sobre PAD e da riqueza trazida pela pesquisa multidisciplinar. Entretanto, creio que precisaríamos enfrentar com mais empenho o desafio principal que citei anteriormente, ou seja, a análise da conexão entre processos demográficos e tendências ambientais globais.

Dentro deste filão, acho que existem algumas temáticas que poderiam ser abordadas com proveito por nossa comunidade. Já citei várias delas no texto acima. Mas acho que vale agregar outros elementos especificamente ‘demográficos’ ou ‘sócio-demográficos’. Até aqui, nossos estudos têm concentrado sua atenção em dois dos três grandes componentes da dinâmica demográfica e, assim mesmo, de forma parcial. Por um lado, ao enfocarmos os temas de crescimento populacional, temos centralizado nossa atenção na variável ‘fecundidade’, mas dado pouca atenção às questões de morbidade e mortalidade. Alguns dos primeiros estudos ambientais se centraram nestes fatores, mas há uma gama muito rica de questões que deixamos de explorar a fundo em relação a essa temática. Estas vão adquirir cada vez mais relevância na medida em que aumenta o peso dos temas de vulnerabilidade a crises ambientais.

Por outro lado, temos dado pouca atenção ao componente “estrutura e composição” da população e às suas interações com a problemática ambiental no contexto do desenvolvimento atual. Neste particular, existe um campo aberto para analisar como

os grandes processos sócio-demográficos em curso, tais como o envelhecimento da população, as mudanças nos padrões de sexualidade e reprodução, as transformações na estrutura familiar e domiciliar e outras estão afetando padrões culturais e níveis de consumo.

Ainda neste último componente, eu chamaria a atenção para uma retomada dos estudos sobre a relação entre gênero/desenvolvimento/ambiente. Na década de 1990, houve uma explosão de trabalhos inspirados no ecofeminismo. Essa literatura lamentava a situação de mulheres como vítimas de mudanças ambientais, mas enfatizava o papel central que elas, por sua condição de mulheres, exerciam ou poderiam exercer na gerência de recursos naturais e de questões ambientais em geral. Essencialmente, esta literatura presumia a existência de atributos inatos às mulheres que favoreciam a sustentabilidade. Entretanto, como esta concepção significava atribuir características sociais à biologia das mulheres, este tipo de argumento afrontava o próprio conceito de gênero. Consequentemente, essa linha de pensamento não perdurou e o tema gênero perdeu ímpeto nos estudos ambientais.

Isto não significa que as interações entre questões de gênero e meio ambiente não sejam críticas, muito pelo contrário. Significa apenas que estas questões precisariam ser retomadas na perspectiva da análise e da informação, e não surgir unicamente de uma perspectiva de militância feminista.

Tenho a impressão de que a literatura internacional tampouco avançou muito na consideração da influência real ou potencial das questões de gênero na temática ambiental. Quando se encontra algo sobre as relações de gênero nesse contexto, tende a ser em referência às questões de saúde reprodutiva e, consequentemente, ao papel que teria o crescimento populacional na problemática ambiental. Esta brecha nos estudos é significativa, não somente do ponto de vista dos estudos de gênero, mas também em vista do papel potencial do movimento feminista na resolução dos grandes problemas ambientais. Questões culturais – e não biológicas – têm se combinado para fazer com que os movimentos de mulheres

constituam uma força social muito efetiva neste momento histórico. Ao adotar a preocupação ambiental como objeto de militância, estes movimentos podem injetar uma enorme energia no ambientalismo.

Alguém certamente protestará que isto significaria que as mulheres, mais uma vez, seriam incumbidas de mais uma tarefa ingrata. É verdade, mas é preciso também observar que, sem uma conjugação de todas as forças sociais efetivas em torno do objetivo da sustentabilidade, as bandeiras e agendas tradicionais de movimentos unilaterais poderão rapidamente perder sua prioridade ou mesmo seu sentido.

Revista Idéias: *Como você entende que poderíamos aprimorar o diálogo entre o conhecimento produzido pela academia e a elaboração de políticas públicas que dizem respeito às dinâmicas da população e do ambiente? Qual importância você atribui a esse diálogo?*

George Martine: Acredito que esse diálogo é crucial porque o futuro da humanidade depende de políticas públicas no terreno PAD que sejam baseadas em evidências científicas e não nas demandas do mercado. No meu entender, todos os acadêmicos e técnicos conscientes da gravidade da situação ambiental são obrigados a fazer todo o possível para esclarecer os fatos e ajudar a conscientizar a população a respeito desses fatos. Estamos remando contra a corrente, porque a grande maioria das instituições oficiais está imbricada, no atual momento, na promoção de um paradigma de desenvolvimento que exige o aumento constante do consumo e que promove essa cultura para alcançar este objetivo.

Entretanto, realizar esse diálogo é difícil. Os próprios acadêmicos, por uma questão de sobrevivência diária, estão mais preocupados com a comunicação dentro da própria academia do que com a sociedade ou com a elite política. Ou seja, o acadêmico tem que provar competência com os seus pares para assegurar ou melhorar a sua situação. Consciência social ou ambiental é outra dimensão, uma que não necessariamente faz parte dos termos de referência do seu emprego.

Mas mesmo dentro da academia, a comunicação é débil. Um trabalho recente nos Estados Unidos apresenta um cenário fundamental, mas desolador, sobre o impacto dos trabalhos científicos¹⁹. Segundo os dados citados, apenas 10% dos trabalhos publicados em revistas científicas são lidos por alguém. Na área de humanidades, a situação é pior ainda, pois 82% dos artigos publicados não são citados nunca e poucos dos citados foram lidos de fato. Ou seja, mesmo dentro da comunidade científica, o impacto de trabalhos científicos é ‘minúsculo’. O impacto sobre a formulação de “policy” destes trabalhos é ainda menor, até porque são pouquíssimos (0,3%) os trabalhos que, hoje em dia, oferecem recomendações neste sentido. A sugestão do artigo é que, para ter alguma influência política, os pesquisadores precisariam escrever na mídia popular.

Por outro lado, a maioria de nós não sabemos divulgar nossas ideias de forma a sermos lidos e entendidos por um grande público. Na ocasião da Rio+20, lançamos pela ABEP o livro “População e Sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais”, procurando estabelecer pontes entre a visão acadêmica e a necessidade de informação da sociedade na temática das questões ambientais e demográficas atuais. Era uma oportunidade para esclarecer o público brasileiro a respeito dos maiores problemas que afetam a humanidade neste século. O livro conseguiu apresentar várias questões brasileiras que fazem parte importante desta engrenagem global.

Como editor do livro, tentei influenciar os autores no sentido de escrever seus textos de forma menos hermética, em linguagem comum. Isto, em si mesmo, foi difícil, pois parte de nossa aprendizagem profissional consiste em utilizar o jargão das nossas disciplinas para a comunicação privilegiada com os nossos pares. Acho que acabamos sendo razoavelmente exitosos na tentativa de tornar o texto mais legível por um grande público.

¹⁹ BISWAS, A., K.; KIRCHHERR, J. Prof, no one is reading you. *The Straits Times*. Opinion. 11 abr. 2015. Disponível em: <http://goo.gl/OsGOGq>. Acesso em abril 2015.

Mas, mesmo com um produto aceitável, não soubemos ‘vender’ o livro com publicidade e um marketing à altura dos temas que discutimos no livro. Por isso, considero que foi um esforço bem intencionado, mas fracassado.

Em suma, precisamos contribuir para um diálogo que ajude a convencer e mobilizar a sociedade no sentido de querer promover a sustentabilidade, mas precisamos sair da torre de marfim e sujar as mãos para conseguir realizar esse intento.

Revista Idéias: *Para finalizar, se pudesse dar uma dica aos jovens pesquisadores, que estão começando agora a estudar os temas ambientais, tanto na área da Demografia quanto em outros campos do conhecimento, qual seria a sua sugestão?*

George Martine: Devo reconhecer que eu estou começando a soar como um disco de vinil quebrado, mas eu vou reiterar que, no meu caso pelo menos, o compromisso social e político tem sido mais importante que a qualidade acadêmica do meu trabalho. Creio que é preciso ter paixão para se dedicar ao trabalho e considero que a intenção de contribuir para a melhoria da sociedade é um estímulo mais instigante do que o reconhecimento acadêmico – embora não sejam coisas incompatíveis. Formalizei esse pensamento na minha dissertação de mestrado e penso que ele influenciou minha trajetória profissional.

No contexto atual, não posso imaginar um estímulo mais forte do que a problemática ambiental, pois sem mudanças radicais nesse terreno, o futuro é assustador para as gerações futuras. Meu modelo na comunidade demográfica brasileira é José Eustáquio Alves da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), pois ele tem combinado os papéis de pesquisador e de comunicador comprometido de maneira brilhante nos últimos oito anos, tanto em termos de abrir um espaço na mídia para a discussão popular de temas demográficos, sociais e ambientais, como na forma de apresentar temas complexos e importantes. Na área econômica, pesquisadores como Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga oferecem bons exemplos de como é possível traduzir

conhecimentos científicos em matéria de mídia. É importante também estabelecer canais de comunicação com jornalistas interessados (como Antônio Gois) que sabem transformar nossos resultados em matéria interessante para o grande público. Creio que este tipo de diálogo comprometido com a sociedade em geral seja a principal forma de ajudar a mudar a atual trajetória inglória da nossa sociedade consumista. Esta tarefa não é fácil, mas absolutamente crítica.

POBLACIÓN Y AMBIENTE: CUESTIONES ACTUALES

*Susana B. Adamo**

Aula proferida pela Profa. Dra. Susana B. Adamo no dia 26 de março de 2014 no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/UNICAMP).**

El campo de estudio

El campo de estudio de población y ambiente trabaja esencialmente con las interacciones de los procesos demográficos y ambientales, incluyendo sus múltiples dimensiones y determinaciones. Se caracteriza por una gran variedad de temas de investigación, abarcando problemáticas tan diversas como crecimiento y distribución de la población, estilos de desarrollo, exposición a la contaminación, cambios en el uso del suelo, salud y epidemiología, y últimamente ha incorporado también cuestiones de seguridad, conflictos y desplazamientos internos de la población. Debido a esta diversidad, este campo toma prestados elementos teóricos y metodológicos de un número de disciplinas científicas, sociales y naturales, entre ellas demografía, sociología,

* Center for International Earth Science Information Network (CIESIN) – Columbia University, Estados Unidos. (sadam@ciesin.columbia.edu).

** Os editores da Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP – agradecem a disponibilidade da professora Susana Adamo em transformar sua aula em texto e ceder a esta Revista a oportunidade de publicá-lo.

ecología, ciencias ambientales, economía, geografía, climatología, biología, e historia

“[...] El campo de las interacciones entre población y ambiente [...] es complejo y diverso, con capacidad de estudio a diferentes niveles, desde lo local a lo global, y desde diferentes puntos de vista: el demográfico, el social y económico, el geográfico, el ecológico y ambiental [...]” (ZABA; CLARKE, 1994: 36, traducción propia).

A pesar de sus límites borrosos, Lutz y otros (2002: 2) afirman que esta área de conocimiento constituye un ‘campo de investigación científica’ ya que cumple con dos de tres requisitos mínimos necesarios. En primer lugar, reconoce una masa crítica de investigadores trabajando en el área. En segundo lugar, tiene preguntas de investigación comunes, centradas en dos ejes: cuál es el impacto de las estructuras y los cambios poblacionales sobre el medio ambiente, y cuál es el impacto de los cambios ambientales sobre la población y sus procesos demográficos. Según los autores, el campo aún debe cumplir con la tercera condición, que es la de tener una metodología común. Aunque ha habido avances importantes en este sentido en los últimos años (véase por ejemplo FUSSELL; HUNTER; GRAY, 2014; HUMMEL et al., 2013), la discusión teórico-metodológica es una preocupación constante en este campo de trabajo.

La multiplicidad disciplinaria, teórica y metodológica implica que las problemáticas incluidas en este campo de estudio no son fáciles de aprehender o definir, e incluso han sido declaradas algunas veces como “inmanejables” desde el punto de vista de la investigación. Las cuestiones de población y ambiente son sumamente complejas ya que las mismas involucran la consideración de varios y diversos componentes, los cuales son objeto de diferentes disciplinas sociales y naturales, hecho

que plantea desafíos particulares desde el punto de vista de la interdisciplinariedad. Estos elementos están interconectados, lo cual conlleva que la consideración de su interdependencia y articulación son aspectos esenciales en la definición del objeto de estudio. Por último, se tiene la insoslayable presencia de las dimensiones temporal y espacial, lo que obliga a considerar los conceptos de proceso, contexto, escala y jerarquía (ADAMO 2007; HUMMEL et al., 2013).

Cómo se articulan o relacionan las dinámicas demográfica y ambiental?

Las dos aproximaciones conceptuales clásicas a la relación población-medio ambiente están representadas por Thomas Malthus y Ester Boserup. Malthus (1826) formuló una teoría de población y ambiente centrado en la habilidad del ambiente de proveer o producir alimentos, la cual consideró aplicable a cualquier tipo o forma de población humana sin distinciones de escala. En este marco conceptual, la población crecería en forma geométrica, mientras que la productividad de la agricultura se incrementaría linealmente a lo largo del tiempo. La clave del bienestar estaría en la razón entre la población y los rendimientos de la agricultura. Si la razón aumenta, el bienestar declina. Frente a esto, existirían controles (*checks*) preventivos – usos y costumbres que regulan la fecundidad tales como edad al matrimonio, proporción de mujeres que entran en unión, infanticidio, emigración, etc. – y positivos – hambre, enfermedades, conflictos sobre la tierra, etc. (DE SHERBININ et al., 2007). VanWey et al. (2005) sostienen que la teoría de Malthus adolece de dos problemas que se trasladan a aproximaciones conceptuales basadas en la misma como el neomalthusianismo (que sostiene que la población es la causa principal de cambios ambientales negativos, véase por ejemplo Marandola; Hogan 2007, de Sherbinin et al., 2007). En primer lugar, no permite la posibilidad del crecimiento no lineal de la productividad de la agricultura, por ejemplo en respuesta a nuevas

tecnologías. En segundo lugar, y en relación directa con lo anterior, no incluye la innovación agrícola como una posible respuesta a la escasez, sino que postula que la misma llevaría directamente a la disminución de la población.

Boserup ([1965] 2005) desafió la idea que población o tecnología eran la fuerza dominante detrás de cambios en la agricultura y desarrollo, y en cambio postuló que son los incrementos en la densidad de población que llevan a la escasez relativa de tierras los que actúan como disparadores o estímulo para la intensificación de la agricultura (o sea, el incremento de la productividad en tierras ya bajo cultivo a través de, por ejemplo, la implementación de sistemas de riego o la reducción del tiempo bajo barbecho), centrándose en las consecuencias y no en las causas del cambio poblacional. La autora argumenta que los productores que no enfrentan situaciones de escasez no están motivados para buscar formas de incrementar la productividad, mientras que al enfrentarse a una densidad poblacional creciente incrementarían el esfuerzo (terrazas, irrigación, fertilizantes, etc.). A partir de estos conceptos, no habría techo agrario o capacidad de soporte natural (*carrying capacity*) para un ambiente o región en particular. El nivel de productividad que se puede alcanzar en un lugar dado depende de la tecnología (capital físico) pero también del capital social y humano. Sin embargo, es necesario tomar en cuenta la complejidad del proceso de innovación, ya que cambiar o modificar tecnologías en ciertos ambientes requiere considerable experimentación e inversiones en nuevas herramientas y técnicas. Algunos grupos se pueden ver enfrentados con cambios tan repentinos en población y/o en la disponibilidad de recursos que podrían no ajustarse lo suficientemente rápido, lo cual podría, paradójicamente, llevar a situaciones cercanas a las indicadas por Malthus (DE SHERBININ et al., 2007: 4). Los seguidores de Boserup se han focalizado en entender como la escasez de recursos podría estimular cambios tecnológicos que a sus vez lleven a cambios positivos y no negativos en el ambiente (VANWEY et al., 2005).

A partir de las concepciones clásicas, lo largo del tiempo se han desarrollado distintas aproximaciones teóricas para modelar

la relación población-ambiente. Basado en Marquette (1997) y Hummel et al. (2013), las mismas se pueden resumir en las siguientes categorías:

- *Aproximaciones lineales*: las mismas enfatizan relaciones lineales recíprocas, directas, causales y determinísticas entre población y ambiente. Entre ellas se incluyen posturas malthusianas, neo-malthusianas, pero también aquellas basadas en el trabajo de Boserup.

- *Aproximaciones multiplicativas*: el postulado básico es que la población (representada solo por su tamaño) interactúa en forma multiplicativa con otros factores para afectar o impactar el ambiente. De este modo, la población es un elemento central pero ligado a la actividad económica y las técnicas. Una de las aproximaciones más usadas es la ecuación "IPAT": los impactos sobre el ambiente (I) son el resultado de la población (P) multiplicada por el nivel de consumo per cápita o afluencia (A) y por el nivel tecnológico (T). Desarrollos más recientes del modelo IPAT incluyen STIRPAT (*Stochastic Impacts by Regression on Population, Affluence, and Technology*), el cual mantiene los fundamentos ecológicos y la lógica multiplicativa de IPAT, pero agrega (1) la estimación del efecto neto de las fuerzas antropogénicas sobre el ambiente, (2) el testeo de hipótesis y modelos, y (3) la incorporación de otras variables teóricamente relevantes como factores políticos, sociales y culturales.

- *Aproximaciones mediadas*: el énfasis es en los contextos (incluyendo los factores sociales, culturales, institucionales, políticos, económico, científicos, etc.) en el cual se da la relación entre población y ambiente. Se postula que no hay una relación directa entre población y ambiente, sino que estos factores mediadores (a su vez interrelacionados) conectan o articulan estructuras y dinámicas poblacionales con sus contrapartes ambientales. Una de las perspectivas incluidas es la ecología política, la cual se refiere a una colección de perspectivas que buscan hacer explícita la interacción entre procesos políticos y ecológicos actuando a diferentes escalas geográficas y temporales. Otra perspectiva incluida es la de medios de vida sustentables, la

cual considera al hogar (dentro de la comunidad) como la unidad de análisis fundamental, y examina cómo el acceso a diferentes activos o recursos puede ser convertido en estrategias de vida, dentro de contextos de vulnerabilidad y marcos institucionales específicos.

- *Aproximaciones basadas en sistemas complejos*: postulan que las relaciones entre población y ambiente se estructuran y a su vez están embebidas dentro de un complejo de sistemas interrelacionados. El objetivo es entender cómo una diversidad de sistemas ecológicos y humanos (socioculturales, demográficos, económicos) se interconectan y articulan para formar grandes sistemas socio-ecológicos. Desde la teoría de sistemas, estas perspectivas toman en cuenta dinámicas, agentes que se adaptan a situaciones cambiantes, y procesos que co-evolucionan. Este giro hacia la consideración de sistemas más complejos es influenciado por investigación en ecología y ambiente pero también en desarrollo y reducción de la pobreza. Las diversas perspectivas incluidas en estas aproximaciones tienen en común el considerar la población y el ambiente como sistemas interactivos, y el centrarse en la interdependencia de cambios ambientales y sociales. Ejemplos de estas perspectivas incluyen CHANS (*coupled human and natural systems*), PEDA (*population-environment-development model*), “supply systems”, ecología de la población, ecología humana, y ecología cultural, entre otras (HUMMEL et al., 2013).

En términos de las estrategias metodológicas utilizadas, comparten la misma diversidad, yendo desde la regresión lineal hasta los estudios de caso participativos, de las críticas etnográficas (ecología política) a las simulaciones, y de los estudios de casos históricos a los escenarios de sistemas interactivos humanos/ecológicos (por ejemplo, CHANS y PEDA). Algunos enfoques (por ejemplo, la ecología política o *supply systems*) son útiles para explicar procesos en un lugar específico, pero es difícil generalizar los resultados a otros contextos. Otros enfoques, en cambio, permiten generalizaciones y proyecciones a partir del análisis de una política específica (por ejemplo, STIRPAT), pero están más alejados de las experiencias vividas.

En resumen, no existen “panaceas” teóricas o metodológicas en el estudio de las interacciones población-ambiente. Diferentes enfoques conceptuales no son inevitablemente mutuamente excluyentes, sino que se pueden combinar y complementar entre sí. La selección de una perspectiva determinada va a depender de: el objetivo de estudio de los investigadores; cuanta atención deba prestarse a cuestiones de escala, interacciones, y una amplia gama de dinámicas sociales, demográficas y ecológicas; y la necesidad de comunicar patrones de sistemas complejos a responsables políticos o agentes sociales interesados buscando puntos simples e identificables para intervenciones. En todos los casos, es muy importante explorar la combinación de enfoques y metodologías (por ejemplo métodos cualitativos y cuantitativos, o la integración de fuentes tradicionales con información geo-referenciada).

Cuestiones actuales

Se pueden mencionar tres cuestiones que actualmente atraen la atención de los investigadores: (1) la dinámica poblacional en el marco del desarrollo sustentable; (2) el rol de la dinámica demográfica en procesos de vulnerabilidad, mitigación, y adaptación en el contexto del cambio ambiental global, incluyendo cambio climático; y (3) dinámica demográfica y medio ambiente, incluyendo migración y desplazamientos ambientales, crecimiento demográfico, consumo, y re-distribución.

(1) Población, ambiente y desarrollo sustentable

La preocupación por la falta de mención explícita de los temas de población dentro de los temas principales de la Conferencia de la Naciones Unidas sobre Desarrollo Sustentable Rio+20, llevó a un grupo de demógrafos a elaborar un documento, la Declaración de Laxenburg (GLOBAL EXPERT PANEL, 2011) solicitando y justificando la inclusión de la dinámica demográfica –tamaño, características, estructura, composición, distribución,

En que estamos trabajando?

A modo de ejemplo, estos son las sesiones sobre población y ambiente en reuniones científicas recientes:

- XXVII Conferencia Internacional de Población IUSSP 2013: dinámica de la población y cambio climático; población y escenarios socioeconómicos para la investigación del cambio climático; dinámica poblacional y linkages ambientales; amenazas ambientales a la salud infantil; impacto de cambios ambientales y climáticos sobre la salud y la mortalidad; fecundidad y salud reproductiva: examinando links con el ambiente; mapeo del riesgo; población y medio ambiente; la dinámica población-ambiente en América Latina; migración como forma de adaptación a eventos climáticos extremos, desastres naturales y cambio ambiental (<http://goo.gl/aszVYx>).

- VI Congreso ALAP 2014: población y desarrollo sostenible: ciudades, dinámica de la población y conexión con medio ambiente; dinámica de población y cambio climático; *demographic dynamics, environmental change and health in the Amazon*; población y ambiente; la relación entre salud, medio ambiente y demografía; *políticas públicas urbanas e mudanças climáticas na América Latina: vulnerabilidade, adaptação e resiliência* (<http://goo.gl/0cQSg6>).

procesos de cambio — en la agenda de la Conferencia¹. El argumento principal es que todo análisis del desarrollo sustentable debe reconocer las diferencias que existen entre diversos grupos sociales en relación a su impacto sobre el ambiente y su vulnerabilidad al riesgo ambiental, lo cual depende de su edad, genero, localización y características socioeconómicas. Por ejemplo, nueva evidencia sugiere que la educación y la salud (incluyendo salud reproductiva) están relacionadas con la contribución de los individuos al desarrollo sustentable, y a su capacidad de adaptación al cambio ambiental. Similarmente, la transición a una sociedad cada vez más urbana podría contribuir a minimizar riesgos, peligros, vulnerabilidad y degradación ambiental.

En el marco de esta preocupación por integrar la dinámica demográfica en la discusión sobre desarrollo sustentable, un libro reciente sobre población y sustentabilidad en Brasil (MARTINE, 2012)

¹ En el último año, este tema se actualizó en el marco de las metas de desarrollo sustentable y durante la Sesión 48ª de la Comisión de Población y Desarrollo de Naciones Unidas (<http://goo.gl/UK2qta>).

sostiene que las características, estructuras y cambios demográficos deben estar presentes en el debate ambiental porque influyen decisivamente en las actividades productivas y en los patrones de consumo. Esto sería particularmente relevante en Brasil, cuya población ha experimentado una muy rápida transición de la fecundidad, y una aun más rápida transición urbana, así como también la reducción de la pobreza y la desigualdad. El contenido del libro avanza un paso más, al proponerse también ‘traducir’ los resultados de la investigación científica a información que pueda realmente usarse para la acción, evitando la jerga académica para llegar a una audiencia más amplia, “tendiendo puentes” entre el conocimiento científico y el público, y articulando las escalas global y nacional, y las cuestiones demográficas y ambientales. Su objetivo final es la difusión del conocimiento científico de las relaciones entre dinámica demográfica, procesos de desarrollo y medio ambiente. Los temas tratados y las perspectivas elegidas son muy diversos, pero se puede detectar un hilo conductor: la interacción de la dinámica demográfica con los procesos de desarrollo, la cual a su vez influye en los cambios ambientales.

(2) Cambio climático, vulnerabilidad, adaptación y resiliencia

El tema de la vulnerabilidad de grupos poblacionales a peligros ambientales (*hazards*) ha formado parte de la agenda de este campo de estudios desde hace tiempo (véase por ejemplo Blaikie et al., 1996), pero se ha revitalizado en el marco del cambio climático. Marandola y Hogan (2009:163) sostienen que es fundamental preguntarse “*vulnerabilidad a que?*” ya que de esta forma se llega a los “grupos demográficos que estão sujeitos a determinados perigos, que podem estar relacionados às características da dinâmica demográfica ou à sua situação socioeconômica, ligadas ao ciclo vital, à estrutura familiar ou às características migratórias do grupo”. Los autores consideran que es igualmente importante tomar en cuenta *la dimensión espacial de la problemática población-ambiente*, considerando “a posição e a situação (relacionais e relativas) componentes dos elementos

que produzem perigos ou que fornecem condições de enfrentá-los” (2009: 164). Proponen estrategias de investigación basadas en la vulnerabilidad de los lugares, la cual permitiría, en una escala espacial micro, “captar os elementos que interferem na produção, aceitação e mitigação dos riscos. A dimensão ecológica é re-significada ao incorporar a dimensão existencial e fenomênica do lugar, entendendo os grupos demográficos em sua relação de envolvimento e pertencimento ao seu espaço vivido” (2009: 165)

En relación a cambios ambientales, el *World Social Science Report 2013* afirma que “global environmental change is about humans changing global environments, and about humans, individually and collectively, shaping the direction of planetary and social evolution” (ISSC/UNESCO, 2013: 4). Esta concepción está detrás del creciente interés en los temas de adaptación dentro de las ciencias sociales y especialmente en relación al desarrollo sustentable (como se comento en la sección anterior). Sin embargo, como afirman Schensul y Dodman (2013) se necesita también incorporar la dinámica poblacional para evitar crear una brecha entre el desarrollo y la implementación de proyectos de adaptación. En efecto, la dinámica demográfica es crítica para entender la distribución y diferenciación de la vulnerabilidad, la exposición y la capacidad de adaptación entre diferentes grupos sociales. Igualmente, se debería incorporar la dinámica poblacional en políticas y planeación relacionados con estos procesos y con las estrategias para la reducción de desastres y prevención del riesgo. A modo de ejemplo, ciertos aspectos de la dinámica poblacional, como por ejemplo la distribución por edad o la distribución espacial, tienen una conexión directa a la adaptación (véase por ejemplo CEPAL, 2012), en tanto que las proyecciones de población pueden proveer escenarios plausibles sobre el tamaño y la composición de la población en el futuro, lo cual tiene importantes implicaciones para las políticas de mitigación, adaptación y prevención.

Más y más aspectos de la dinámica demográfica están siendo incorporados dentro de los modelos de cambio climático. Como afirman Hunter y O'Neill (2014), “demographers have much to contribute to climate change science”. En su artículo, estos autores

presentan un nuevo marco para estos modelos, desarrollado por la comunidad de climatólogos. Los *shared socio-economic pathways* (SSPs) (que se podría traducir libremente como vías socioeconómicas compartidas) representan “tendencias alternativas plausibles en la evolución de los sistemas sociales y naturales durante el siglo XXI a escala mundial y de grandes regiones.” (HUNTER; O’NEILL, 2014: 232). Estos escenarios podrían convertirse en una herramienta valiosa para la organización de la investigación en el campo de población-ambiente al identificar la intersección de tendencias que podrían influir tendencias futuras en el clima, y que requieren más investigación, por ejemplo urbanización y consumo energético. También pueden ser utilizados para aumentar la relevancia de los estudios de caso locales para la elaboración de políticas, ofreciendo un nivel básico de armonización que puede facilitar la generalización, como una nueva forma de meta-análisis. De esta forma, el marco de los SSPs puede aumentar la relevancia de los resultados de la investigación demográfica para las políticas de mitigación y adaptación, y también hacerlos más accesibles a otras comunidades científicas.

(3) Dinámica demográfica y medio ambiente

Diversas características de la dinámica demográfica actual son relevantes para entender posibles cambios en la relación población-ambiente. Para empezar, el momento actual se caracteriza por tendencias globales y especificidades locales, como se ejemplifica en las diferencias regionales que se observan en la Tabla 1. En segundo lugar, tenemos los cambios en la distribución espacial de la población, como se observa en la Figura 1. Estos cambios están relacionados con una creciente movilidad espacial y con el proceso de transición urbana, o el paso de una población predominantemente rural a una predominantemente urbana. Esta transición está bastante avanzada en América Latina, como se observa en la Figura 2: desde la década del 1960, la población de la región es mayoritariamente urbana, si bien con importantes diferencias entre países.

Estos cambios en dinámica y estructura están fuertemente relacionados con cambios en los patrones de consumo, incluidos cambios en dietas (por ejemplo mayor consumo de carne), aumento del consumo de bienes durables (como electrodomésticos y automóviles), y aceleración de ciclos de reemplazo (por ejemplo, en los casos de teléfonos celulares y otros bienes relacionados con las nuevas tecnologías de información y comunicación, que contribuyen a la proliferación de la "basura electrónica" (LEVY; MOREL, 2012: 24).

TABELA 1 - Información demográfica, por regiones del mundo, 2011

Indicador	África	Oceanía	Asia	Europa	América Latina y el Caribe	América del Norte	Global (países con información)
Tasa de natalidad (por 1.000)	36,00	18,00	18,00	11,00	18,00	13,00	20,00
Tasa de mortalidad (por 1.000)	12,00	7,00	7,00	11,00	6,00	8,00	8,00
Esperanza de vida al nacer	58,00	77,00	70,00	76,00	74,00	78,00	70,00
Tasa de fecundidad global (por mujer)	4,70	2,50	2,20	1,60	2,20	1,90	2,50
Tasa de mortalidad infantil (por 1.000 nacidos vivos)	74,00	24,00	39,00	6,00	19,00	6,00	44,00
Tasa de migración neta (por 1.000)	-1,00	5,00	0,04	2,00	-1,00	3,00	n/a
Tasa de migración interna 1990-2005 (%)	15,40	n/a	n/a	22,30	19,30	17,80	17,50
Población de 65 años y más (%)	4,00	11,00	7,00	16,00	7,00	13,00	8,00

Fuentes: LEVY; MOREL, 2012: 6, basada en PRB, 2011; UNDP, 2009.

FIGURA 1 – Cambios en densidad población 1990-2005

Fuente: LEVY; MOREL, 2009: 9.

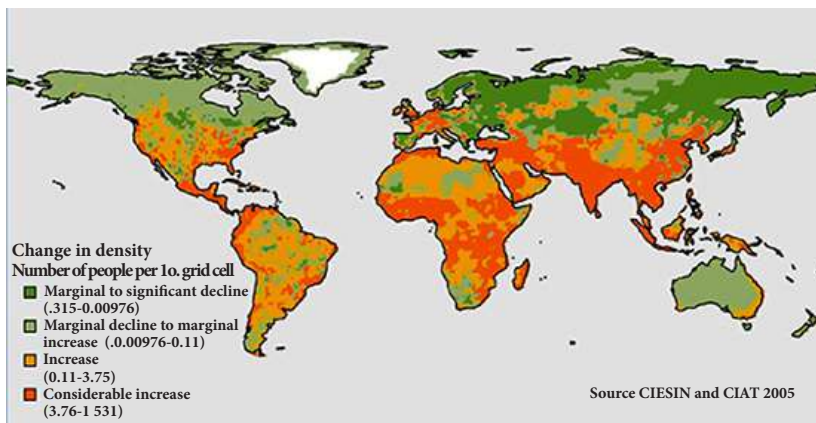
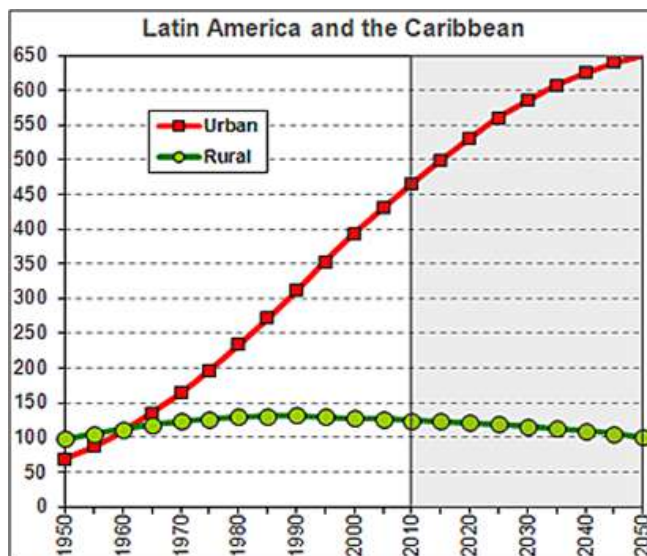


FIGURA 2 – Evolución de la población urbana y rural, América Latina – 1950-2050



Fuente: UNITED NATIONS, 2011.

Finalmente, se observa un renovado interés en todo lo relacionado con migración (en sentido amplio) y ambiente, en particular cambio climático (véase por ejemplo LACZKO; AGHAZARM, 2009; FORSIGHT, 2011; FUSSELL et al., 2014; OBOKATA et al., 2014). Algunas posibles razones para esto son las preocupaciones acerca de las consecuencias del cambio ambiental global para el bienestar humano y la movilidad de la población; el debate sobre la migración como estrategia de adaptación viable; la idea de que el desplazamiento por causas ambientales podría generar problemas de gobernanza y de seguridad; y, muy importante, *nuevos resultados empíricos* (ADAMO, 2010). El contexto de estas tendencias incluye la transformación de la geografía de la vulnerabilidad y el riesgo basado en el lugar, a través de rápida urbanización, poblaciones más móviles, globalización de los mercados y las comunicaciones, y creciente interconexión de personas y lugares (ADGER et al., 2009; SANDERSON, 2009).

Referencias

- ADAMO, S. Environmental migration and cities in the context of global environmental change. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 2, p. 161-165, 2010. Disponível em: <http://goo.gl/SdCUVq>. Acesso em jul. 2015.
- ADAMO, S. *Reflexiones sobre la complejidad: investigación y formación en el área de estudios de población y medio ambiente*. Ponencia presentada en el 1º Taller sobre las Dimensiones Humanas del Cambio Ambiental en Argentina, Luján, Universidad Nacional de Luján, 8-10 agosto, 2007.
- ADGER, W. N.; EAKIN, H.; WINKELS, A. Nested and teleconnected vulnerabilities to environmental change. *Frontiers in Ecology and the Environment*, v. 7, n. 3, p. 150-157, 2009. Disponível em: <http://goo.gl/UqGZeR>. Acesso em jul. 2015.
- BLAIKIE, P.; CANNON, T.; DAVID, I.; WISNER, B. Vulnerabilidad

- el entorno social, político y económico de los desastres. *La Red: Red de estudios sociales en prevención de desastres de América Latina*, 1996. Disponível em: <http://goo.gl/OwTdmS>. Acesso em jul. 2015.
- BOSERUP, E. [1965]. *The conditions of agricultural growth: the economics of agrarian change under population pressure*. New Brunswick (NJ), Aldine Transaction, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/yB83sf>. Acesso em jul. 2015.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Efectos del cambio climático en la costa de América Latina y el Caribe: Impactos*. Santiago de Chile, CEPAL, 2012. Disponível em: <http://goo.gl/uN9zbJ>. Acesso em jul. 2015.
- DE SHERBININ, A.; CARR, D.; CASSELS, S.; JIANG, L. Population and environment. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 32, p. 345–373, 2007. Disponível em: <http://goo.gl/YpDjKQ>. Acesso em jul. 2015.
- FORESIGHT. Migration and Global Environmental Change. 2011. *Future Challenges and Opportunities*. Final project report. Executive Summary. London, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/hwBqxM>. Acesso em jul. 2015.
- FUSSELL, E.; HUNTER, L. M.; GRAY, C. L. Measuring the environmental dimensions of human migration: The demographer's toolkit. *Global Environmental Change*, v. 28, p. 182-191, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/OSFV1m>. Acesso em jul. 2015.
- GLOBAL EXPERT PANEL. Demographic challenges for sustainable development. The Laxenburg declaration on Population and Sustainable Development. *Options*. Winter 2011/12. 2011. Disponível em: <http://goo.gl/yUZVKO>. Acesso em jul. 2015.
- HUMMEL, D. et al. Inter-and transdisciplinary approaches to

- population–environment research for sustainability aims: a review and appraisal. *Population and Environment*, v. 34, n. 4, p. 481-509, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/9R4OeM>. Acesso em jul. 2015.
- HUNTER, L. M.; O'NEILL, B. C. Enhancing engagement between the population, environment, and climate research communities: the shared socio-economic pathway process. *Population and environment*, v. 35, n. 3, p. 231-242, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/y09NSK>. Acesso em jul. 2015.
- INTERNATIONAL SOCIAL SCIENCE COUNCIL (ISSC/ UNESCO). *World social science report 2013: Changing global environments. Summary*. Paris: OECD Publishing and UNESCO Publishing, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/ZTNoch>. Acesso em jul. 2015.
- LACZKO, F.; AGHAZARM, C. (Eds.). *Migration, environment and climate change: assessing the evidence*. Geneva: OIM, 2009. Disponível em: <http://goo.gl/9uiQPF>. Acesso em jul. 2015.
- LEVY, M.; MOREL, A. (coord. lead authors). Chapter 1: Drivers. In. *Global environmental outlook GEO 5*. UNEP, 2012. Disponível em: <http://goo.gl/QQCpki>. Acesso em jul. 2015.
- LUTZ, W.; PRSKAWETZ, A.; SANDERSON, W. C. Introduction. *Population and Environment Review*, v. 28, p. 1-21, 2002.
- MALTHUS, T. *An Essay on the Principle of Population*. 6th edition. London, John Murray, 1826. Disponível em: <http://goo.gl/kA6ELD>. Acesso em jul. 2015.
- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 26, n. 2, p. 161-181, 2009. Disponível em: <http://goo.gl/BldqCh>. Acesso em jul. 2015.
- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Em direção a uma demografia ambiental? Avaliação e tendências dos estudos de População

- e Ambiente no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 24, n. 2, p. 191-223, 2007. Disponível em: <http://goo.gl/WH0pIw>. Acesso em jul. 2015.
- MARQUETE, C. *Population and environment relationships in developing countries: a select review of approaches and methods*. Bergen, Chr. Michelsen Institute, 1997. Disponível em: <http://goo.gl/sdrk1p>. Acesso em jul. 2015.
- MARTINE, G. et al. *População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira*. Belo Horizonte: ABEP, 2012.
- OBOKATA, R.; VERONIS, L.; MCLEMAN, R. Empirical research on international environmental migration: a systematic review. *Population and environment*, v. 36, n. 1, p. 111-135, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/7eyYd2>. Acesso em jul. 2015.
- POPULATION REFERENCE BUREAU (PRB). *World at 7 Billion: World Population Data Sheet 2011*. Population Reference Bureau, Washington, DC, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/5RfwGb>. Acesso em jul. 2015.
- SANDERSON, M. R. Globalization and the environment: implications for human migration. *Human Ecology Review*, v. 16, n. 1, p. 93, 2009. Disponível em: <http://goo.gl/k50IDb>. Acesso em jul. 2015.
- SCHENSUL, D.; DODMAN, D. Populating adaptation: incorporating population dynamics in climate change adaptation policy and practice. In: MARTINE, G.; SCHENSUL, D. (Eds). *The Demography of Adaptation to Climate Change*. New York, London and Mexico City: UNFPA, IIED, El Colegio de México, 2013. p. 1-23. Disponível em: <http://goo.gl/a0zAWf>. Acesso em jul. 2015.
- UNITED NATIONS (UN). Department of Economic and Social Affairs. *World Urbanization Prospects, the 2011 Revision*. Disponível em: <http://goo.gl/DgUSCI>. Acesso em jul. 2015.

- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). *Human Development Report*. United Nations Development Programme, New York, 2009. Disponível em: <http://goo.gl/UlJoVr>. Acesso em jul. 2015.
- VANWEY, L.; OSTROM, E.; MERETSKY, V. Theories underlying the study of human-environment interactions. En Moran, E. y E. Ostrom. *Seeing the forest and the trees*. Human-environment interactions in forest ecosystems. Cambridge, MA, MIT Press, 2005, p. 23-56.
- ZABA, B.; CLARKE, J. Introduction: current directions in population-environment research. In. ZABA, B.; CLARKE, J. (Eds.). *Environment and Population Change*. Liege, Derouaux Ordina Editors, 1994, p. 9-43.